

# O QUE A COVID-19 NOS ENSINA?!

---

*Estudos Biopsicossociais*



## **Organizadoras**

**Ana Lucia Barreto da Fonseca**  
**Dalila Castelliano de Vasconcelos**  
**Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa**

*autografia*

Organizadoras

Ana Lucia Barreto da Fonseca

Dalila Castelliano de Vasconcelos

Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa

# O QUE A COVID-19 NOS ENSINA?!

---

*Estudos Biopsicossociais*

*autografia*

Rio de Janeiro, 2023



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

---

Q3

O que a COVID-19 nos ensina?! [livro eletrônico] : estudos biopsicossociais / Organizadoras Ana Lucia Barreto da Fonseca, Dalila Castelliano de Vasconcelos, Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa. – Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2023.

Formato: ePUB

ISBN 978-85-518-5042-8 (recurso eletrônico)

1. Pandemia. 2. Covid-19. 3. Saúde pública – Brasil. I. Fonseca, Ana Lucia Barreto da. II. Vasconcelos, Dalila Castelliano de. III. Sousa, Lucivanda Cavalcante Borges de.

CDD 610

*O que a COVID-19 nos ensina?! – Estudos biopsicossociais*

FONSECA, Ana Lucia Barreto da (org.)

VASCONCELOS Dalila Castelliano de (org.)

SOUSA Lucivanda Cavalcante Borges de (org.)

ISBN: 978-85-518-5042-8

1ª edição, janeiro de 2023.

Editora Autografia Edição e Comunicação Ltda.

Rua Mayrink Veiga, 6 – 10º andar, Centro

RIO DE JANEIRO, RJ – CEP: 20090-050

[www.autografia.com.br](http://www.autografia.com.br)

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem prévia autorização do autor e da Editora Autografia.

# APRESENTAÇÃO

Dimensão relativa  
Ana Fonseca

Tão microscópico  
Minúsculo ser  
Tanto és teu poder  
Pára o mundo  
Deixa sem ar  
Asfixia, sem gosto  
Sem cheiro  
Quero descer  
Tão gigantesco  
Relativo ser

O ano de 2020 ficará registrado na história como o ano da pandemia da COVID-19. O ano em que, um microscópico vírus, parou o mundo. Esse vírus, conhecido em algumas versões, não era ameaça à vida humana. Contudo, em uma das suas mutações, que foi denominado de Novo Coronavírus, descrito cientificamente como “SARS-CoV-2”, passou desencadear a doença da COVID-19, bastante letal aos humanos. A sua capacidade de proliferar e invadir o hospedeiro em suas vias respiratórias é letal, e rápida, o que levou milhares de pessoas à óbito no mundo inteiro nos dois últimos anos.

Tudo começa com a constatação da existência de casos de COVID-19 em todos os continentes do globo, tanto do registro de pessoas contaminadas, como também, mortas pela sua ação, e em poucos dias. Esses dados colocaram em alerta a todos envolvidos, pois os poucos conhecimentos sobre sua ação no organismo humano não tinham capacidade de conter a sua proliferação e a morte das

peças contaminadas. Assim, as autoridades sanitárias, através da Organização Mundial de Saúde (OMS), decretaram estado de pandemia, como medida de contenção a proliferação do vírus e definiram a urgência da prática do distanciamento social.

O poeta visionário Raul Seixas não poderia imaginar que a canção “O dia que a terra parou!” um dia se tornasse tão real.

Não foi um sonho, Raul!!!

Não foi apenas um dia! Foram dias, que se estenderam por semanas, meses...E as pessoas de todo planeta não podiam sair de casa. Não foi combinado Raul! Foi definido. Necessário!

Foram tempos em que o empregado não foi para o trabalho, pois não havia ninguém lá, a mãe não levou a criança para a escola, pois a professora também não estava lá. As pessoas não puderam ir à igreja rezar, pois suas portas estavam fechadas e os padres e pastores não estavam lá. A professora não foi para escola porque lá não havia alunos para estudar.

Raul, contudo, o/a médico/a, o/a enfermeiro/a saíram para cuidar, tratar, mas pouco ou nada podiam fazer, pois pouco, ou nada sabiam sobre a COVID-19, como tratar e quais medicamentos utilizar, o que fazer? Entubar, oxigenar...

Eram cenas de filmes de ficção científica, com profissionais; de saúde, transporte e segurança pública, vestidos com roupas de proteção nuclear, com estratégias rigorosas de higiene, circulavam com aqueles que, por ventura, foram contaminados. Não tinham muito conhecimento das estratégias de combate a COVID-19, e poderiam, como os doentes, serem também vítima dela. A morte rondava! E nem ao menos dava o direito ao velório.

Os pesquisadores, em seus laboratórios, buscavam descobrir o funcionamento desse tal vírus, como microorganismo, e como agia no organismo humano. Corriam contra o tempo para obter o máximo de conhecimento sobre esse ser minúsculo e letal para a produção das formas de imunização. As tecnologias cibernéticas e midiáticas foram essenciais em todos os padrões da sociedade, para a

manutenção das relações sociais e para a disseminação do conhecimento.

Essas ferramentas colocaram as pessoas reclusas em casas em contato com o mundo, em contato com familiares e amigos. O tempo corria e impeliu, aos poucos, a todos e todas, a uma reorganização das relações consigo mesma/o, com os próximos, com o trabalho, com a escola, vendo o mundo através das telas. Essa reorganização forçou flexibilizações que promoveram adaptações, mas também muitos e adoecimentos psicofísicos.

Muito se falou do retorno à vida “normal”, definindo-se um “novo normal”. Elucidava-se, em alguns parâmetros, que as pessoas, a sociedade, instituiria, a partir dessa experiência de real ameaça a existência humana, outros rumos à organização social. Alguns entusiastas pregaram um novo tempo, uma nova era da humanidade.

O que é sabido é que esses tempos foram ásperos, cheio de angustias e ansiedades, eclodiram muitas outras formas de adoecimento, em especial, o psíquico. Havia, não somente diante da ameaça de contaminação, da morte, que, em si mesmo já era assustadora, como também ameaças de ordem política e econômica, com serias implicações na organização social e familiar.

Somado a pandemia vieram as angustias quanto ao trabalho e a escolarização. Os meios de produção, o comércio, as escolas fechadas, geraram impactos na economia e na subsistência das pessoas. As famílias tiveram que criar estratégias cotidianas de organização familiar, trabalho, saúde, educação, alimentação, a busca da manutenção da saúde mental e relacional.

Diante desse quadro, muitos estudiosos buscaram entender, apropriar e descrever os fenômenos que permearam o cotidiano das pessoas durante a pandemia da COVID-19. Então, o Núcleo de Comportamento, Desenvolvimento e Cultura – NCDC/UFRB e o Laboratório de Estudos em Desenvolvimento Infantil e Processos Psicossociais – LEDIPPSI/UNIVASF em parceria com pesquisadores de variadas instituições organizaram um compêndio de estudos

realizados por diferentes pesquisadores, envolvendo pesquisas empíricas, relatos de experiências e revisão de literatura. Estas produções discutem temas, como: desenvolvimento-aprendizagem, parentalidade, cognição, atuação do Psicólogo e processos de saúde e doença durante a pandemia de COVID-19.

Alguns desses trabalhos compõem essa coletânea que foram dispostos em duas partes, para fins didáticos; Parte 1 - Desenvolvimento humano e aprendizagem na pandemia da covid-19 e parte 2 – Saúde mental durante a pandemia da COVID-19: análise a partir de diferentes contextos

## **1 - Desenvolvimento humano e aprendizagem na pandemia da covid-19**

No primeiro capítulo está descrito a revisão sistemática da literatura sob o título “Desenvolvimento humano na pandemia da COVID-19: um olhar a partir do modelo bioecológico”. Esse trabalho teórico tem como pressuposto a interrelação entre todos os fenômenos da vida, desde os aspectos naturais, até os ideológicos, afetando, em alguma medida, o desenvolvimento humano. Assim, a perspectiva é analisar os possíveis impactos das experiências vividas durante a pandemia da COVID-19 com foco nas dimensões histórico-cultural, norteadas pelo modelo teórico de Bronfenbrenner do desenvolvimento dos indivíduos, em especial, dos infantes.

O segundo capítulo descreve a pesquisa empírica “A parentalidade na relação com adolescentes durante a pandemia de COVID-19”, que apresenta a parentalidade como a prática de cuidado e afeto destinado as crianças e adolescentes pelo núcleo familiar durante a pandemia. Diante dessa premissa, o estudo apresenta as mudanças em algumas práticas da parentalidade dirigidas a/os filho/as adolescentes, sob a ótica dos pais e familiares,

decorrentes do distanciamento social e mudanças na rotina familiar provocadas pela pandemia da COVID-19.

O terceiro capítulo traz uma revisão da literatura sobre “Pesquisas sobre parentalidade e desenvolvimento infanto-juvenil: uma revisão sistemática”. Esse trabalho traz uma dimensão ampliada do desenvolvimento humano e as nuances que envolvem as práticas da parentalidade, fatores que promoveram o interesse em conhecer como as pesquisas fazem o intercruzamento entre os vários fatores que compõem a parentalidade e suas influências no desenvolvimento infanto-juvenil.

O quarto capítulo “Uso de lives no instagram como recurso para promoção do aleitamento materno: um relato de experiência” é um relato de experiência durante o “Agosto Dourado”. Sendo assim conhecido por marcar a ocorrência de campanhas para incentivo à amamentação. As atividades foram propostas pela Liga Acadêmica de Ginecologia e Obstetrícia do Recôncavo da Bahia (LAGORB), considerando a importância do aleitamento para a saúde materno-infantil, promoveu ações com o objetivo de encorajar essa prática durante agosto de 2021. Por tratar-se do período da pandemia de COVID-19, não foi possível realizar essa atividade de extensão presencialmente.

No quinto capítulo “Percepção das gestantes sobre saúde bucal: um estudo descritivo” apresenta os resultados de um estudo descritivo, realizado em gestantes usuárias de Unidades de Saúde da Família. As informações foram coletadas por meio de formulário aplicado mediante entrevista. Foram coletados dados relacionados à identificação e características socioeconômico-demográficas, estilo de vida, condição bucal e informações da autopercepção da condição bucal da gestante, através do *Geriatric Oral Health Assessment Index* (Índice *GOHAI*).

O sexto capítulo, sob o título “Estágio em psicologia escolar na modalidade remota: atuações em instituições públicas de educação básica”, apresenta o momento do estágio supervisionado como

essencial para a formação profissional, tendo em vista possibilitar o contato com a práxis ainda no momento da graduação. A psicologia Escolar, que tem seu percurso histórico marcado por várias reformulações, foi, mais uma vez, impelida a reorganizar suas ações e espaços de atuação, em função da pandemia da COVID-19. Considerando a referida conjuntura, esse capítulo tem o objetivo de apresentar ações remotas de estágio supervisionado em Psicologia Escolar. Serão relatadas ações no âmbito da Educação Básica em instituições da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa-PB. Enfatiza-se que o referido contexto é privilegiado para a realização de ações e estudos no campo. São descritas as ações de estágio desenvolvidas em parceria com os componentes do sistema escolar, as quais fundamentam-se a partir da Psicologia Histórico-Cultural, de orientações e documentos oficiais do campo, bem como de propostas contemporâneas de atuação em Psicologia Escolar.

No capítulo sete “Comunicação não violenta: um relato de experiência de estágio em psicologia escolar” é um relato de experiência realizado com foco na não violência, tendo em vista que o ambiente escolar reproduz as formas de relacionar-se presente na sociedade mais ampla, mas também é o ambiente que pode promover a construção de comportamentos empáticos e assertivos. Esse trabalho descreve a experiência em psicologia escolar pautada na Comunicação Não Violenta (CNV). Essa comunicação visa a aprendizagem de estratégias preventivas contra a violência.

## **2 – Saúde mental durante a pandemia da COVID-19: análise a partir de diferentes contextos**

O oitavo capítulo apresenta o trabalho “Atuação do(a) psicólogo(a) no ambiente hospitalar durante a pandemia da COVID-19: uma revisão integrativa de literatura. Esse texto discute o quanto a atuação do Psicólogo Hospitalar tornou-se ainda mais essencial na

busca por estratégias que auxiliem os pacientes, familiares e profissionais da saúde frente à pandemia. Neste sentido, a presente pesquisa trata-se de uma revisão integrativa de literatura, tendo por objetivo investigar quais foram as transformações nas práticas psicológicas no enfrentamento à crise sanitária, refletindo o papel dos profissionais de saúde mental, bem como a necessidade de elaboração de protocolos e diretrizes de atuação.

No nono capítulo está descrita uma pesquisa empírica cujo título é “COVID-19 e saúde mental das mães: o impacto das mudanças na rotina”. Essa pesquisa afirma que a pandemia do COVID-19 constituiu como uma crise sanitária e de saúde pública de impacto mundial, com transformações na rotina dos indivíduos e nos seus indicadores de saúde mental. O distanciamento social e a ameaça da COVID-19 tornaram-se estressores que ocasionaram uma sobrecarga para seus moradores, sobretudo para as mães, que passaram a ser ainda mais envolvidas na orientação do processo de educação formal de seus filhos. Nesse sentido, o presente estudo buscou analisar os impactos da pandemia da COVID-19 na saúde mental das mães, considerando elementos relacionados a mudanças na rotina e características familiares.

O Décimo capítulo apresenta as “Reflexões sobre as relações interpessoais online em período de pandemia da COVID-19”. Esse trabalho define que as ferramentas do ciberespaço estabeleceram outras formas de relações sociais tanto com a informação, o consumo, mas, principalmente, dos sujeitos consigo mesmo e com os demais, abrindo questionamentos dessa influência sobre o comportamento humano. Refletir sobre as perspectivas dessa ferramenta durante o distanciamento social provocado pela pandemia da COVID-19 e as consequências na vida humana são a base dessa análise teórica.

No capítulo onze é apresentado os resultados da pesquisa empírica “Pandemia da covid-19 e as mulheres mais velhas: trabalho de reprodução social e eventos estressantes”. A pandemia do

COVID-19 afetou mulheres na meia idade e velhice, visto que essas fases da vida concentram diversas questões desenvolvimentais físicas, emocionais, familiares e sociais com potencial de serem intensificadas em períodos sociais de crise. O objetivo deste estudo foi verificar em mulheres na meia idade e velhice a associação entre variáveis sociodemográficas e a percepção de aumento do tempo dedicado às atividades de reprodução social e dos eventos estressantes em decorrência da pandemia da COVID-19.

O décimo segundo capítulo é apresentada uma revisão sistemática no trabalho “Implicações cognitivas da covid-19: especificidades do comprometimento de memória”. Esse estudo define que o vírus SARS-CoV-2, que marcou a pandemia mundial iniciada no final do ano de 2019, afeta o organismo em seus vários sistemas. Especificamente em relação ao Sistema Nervoso Central (SNC), o vírus apresenta um tropismo pelo lobo temporal e por suas estruturas, tais como a formação hipocampal. Sabe-se que esta estrutura está associada ao processo de conversão da memória de curto prazo em memória de longo prazo. Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi avaliar o impacto da COVID-19 (doença causada pelo SARS-CoV-2) na memória através de uma revisão sistemática na base de dados Pubmed.

No capítulo treze está descrito o trabalho “Da ACT para a promoção em saúde mental de universitários: descrição de um protocolo de intervenção”. Nesse capítulo as autoras apresentam o percurso para aplicação das estratégias terapêuticas propostas pela Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) em estudantes universitários, definindo que é acessível e potencializa o desempenho acadêmico. Com a aplicação foi estruturado o protocolo para aplicação on-line, com manejo de sintomas de ansiedade, depressão, estresse, com a perspectiva de resolução de problema.

PARTE I



**DESENVOLVIMENTO HUMANO E  
APRENDIZAGEM NA PANDEMIA DA  
COVID-19**

## CAPÍTULO 1

# DESENVOLVIMENTO HUMANO NA PANDEMIA DA COVID-19: UM OLHAR A PARTIR DO MODELO BIOECOLÓGICO

*Emellyne Lima de Medeiros Dias Lemos*

*Dalila Castelliano de Vasconcelos*

*Gabriela Marcolino Alves Machado*

### **Introdução**

A proposta deste capítulo baseia-se na importância de abordar temas relacionados à pandemia e aos seus efeitos na atualidade bem como na necessidade de problematizações sobre o retorno às atividades presenciais e as novas demandas sociais. Assim, a discussão aqui proposta visa analisar como o desenvolvimento humano, particularmente o infantil, foi impactado pela pandemia da covid-19.

Devido à complexidade de um tema tão contemporâneo e global como a pandemia, compreende-se que é necessário utilizar um enfoque teórico que favoreça uma leitura articulada da realidade, que não fragmente ou reduza o fenômeno a uma dimensão. A diversidade de experiências vivenciadas durante a pandemia e seus diferentes graus de impacto nas vidas das pessoas precisam ser estudados considerando tanto aspectos da realidade concreta, objetiva e material quanto da realidade subjetiva, qualitativa e simbólica. Neste capítulo, parte-se da concepção de que o grau de impacto sobre o desenvolvimento humano deve ser entendido na relação dialética entre como a pandemia está sendo vivenciada, de fato, e percebida, sentida ou interpretada pelos sujeitos em seus ciclos de vida.

A partir do enfoque histórico-cultural e da compreensão de que o desenvolvimento humano acontece em meio a diferentes graus de interinfluência de uma multiplicidade de fatores ao longo do tempo, pretende-se discutir sobre a pandemia da COVID-19 e sua relação com o desenvolvimento humano, mais especificamente, à luz do modelo bioecológico de Bronfenbrenner, cujas premissas favorecem o entendimento de que essa experiência é atravessada por fatores históricos, econômicos, políticos, sociais, educacionais e culturais e permeada de interações que podem ser potencializadoras e protetivas do desenvolvimento.

Com base no exposto, este trabalho é um estudo teórico, em que, inicialmente, são apresentados as principais premissas e os conceitos do modelo (Processo, Pessoa, Contexto e Tempo - dimensões PPCT). Em seguida, discute-se sobre o fenômeno da pandemia à luz do modelo bioecológico a partir de resultados de artigos publicados entre os anos de 2020 e 2022 que abordaram o fenômeno.

## **A pandemia como um contexto de desenvolvimento**

Em primeiro lugar, é fundamental situar conceitualmente a pandemia como um contexto de desenvolvimento e descrever, ainda que brevemente, este momento histórico vivenciado de forma globalizada. Para além da noção de contexto como um espaço físico, na perspectiva de Bronfenbrenner (1996), compreende-se que, além das questões físicas, o contexto envolve questões sociais e culturais em que ocorrem as interações sociais e, é nesse sentido, que o presente trabalho aborda a pandemia como um contexto de desenvolvimento.

Em dezembro de 2019, na China, teve início o surto de uma infecção provocada pelo novo coronavírus, que recebeu o nome de COVID-19 e tomou uma proporção de contágio mundial, caracterizando-se como uma pandemia (DO BÚ et. al., 2020). Várias

medidas de isolamento social foram adotadas, em vários lugares do mundo e em diferentes momentos. Como forma de prevenção, a Organização Mundial de Saúde sugeriu o uso de máscaras, a higienização das mãos, o isolamento e o distanciamento social, por exemplo.

As vidas de milhares de pessoas foram afetadas, e os impactos pessoais, educacionais, sociais e econômicos são imensuráveis. Embora as medidas tomadas mundialmente tenham sido variadas, no Brasil, o cenário apresentou algumas particularidades, pois não havia liderança institucional e política que estabelecesse diretrizes comuns para o enfrentamento da pandemia nas diferentes regiões do país. Desde as primeiras evidências de contaminação horizontal no país, especialistas na área já alertavam sobre a importância da implementação de ações consonantes em âmbito nacional, por considerar que o Brasil apresenta desafios particulares no enfrentamento do novo coronavírus. O país, apesar de ter o maior sistema público de saúde do mundo, que inclui uma cobertura vacinal organizada em âmbito nacional, atualmente tem um o Sistema Único de Saúde- SUS fragilizado pelos constantes cortes orçamentários. Ademais, vivência contextos de grande desigualdade social e demográfica, com condições precárias de habitação, saneamento e acesso à água, além da situação de aglomeração nos lares e da alta prevalência de doenças crônicas (BARRETO et al., 2020).

No Brasil, em meados de março de 2020, os serviços não essenciais e as aulas presenciais foram suspensos e deram lugar, posteriormente, ao ensino remoto, aos teleatendimentos, ao *home office* e aos serviços *delivery*. Isso instaurou uma verdadeira revolução nas relações, marcada pela tecnologia e pela acentuação das diferenças sociais caracterizada pela máxima “Fique em casa” (CAVALEIRO CORRÊA; NASCIMENTO; OMURA, 2020). Dito isso, as rotinas e as relações familiares, educacionais, de trabalho e de consumo foram modificadas e os contextos de desenvolvimento

atravessaram desafios que precisam ser estudados em curto, médio e longo prazos (SPINK, 2020).

Ainda em 2020, com os esforços e os investimentos mundiais, as primeiras vacinas para conter a COVID-19 foram aprovadas, e o processo de imunização iniciou em julho, na China, que foi o primeiro país a vacinar sua população. Segundo as informações da plataforma de dados *Our World In Data*, até dezembro de 2020, cerca de 50 países já haviam iniciado a vacinação em massa. No cenário brasileiro, o plano de imunização começou a ser implementado no fim de janeiro de 2021, em um contexto de falta de liderança do Ministério da Saúde, marcado por uma comunicação ineficiente entre estados e municípios, atraso na compra dos imunizantes, disseminação de notícias falsas – *fake news* - desestímulo à vacinação e à adoção de medidas protetivas, como o uso de máscara e a não aglomeração de pessoas, além do incentivo a tratamentos ineficazes com medicamentos não aprovados pelas agências de saúde (PATROCINO; PENA, 2021).

Já em 2021, com o avanço da vacinação, a máxima passou a ser o “novo normal”, com a instalação do modelo híbrido de relações de trabalho, de educação e de serviços e com o retorno presencial marcado por várias medidas de segurança em alguns setores. Nesse cenário, o uso das tecnologias de informação e comunicação – TICs - ganhou espaço, tanto no âmbito da educação quanto no da saúde, por meio dos teleatendimentos, desde o início da pandemia, como, por exemplo, o atendimento psicoterápico *on-line*, que cresceu significativamente nesse período. Paralelamente a isso, a maior vulnerabilidade da população menos favorecida economicamente ficou evidenciada, uma vez que não podia contar com tais recursos tecnológicos.

Por último, em 2022, num cenário nacional de ano eleitoral, com problemas sociais evidentes, desigualdades socioeconômicas ainda mais acentuadas, desafios adicionais na educação e na saúde mental da população e uma economia mundial abalada, vivenciamos o

retorno presencial das atividades de forma ampla, o qual coloca em cena todas as lacunas, os problemas, os efeitos e as novas demandas da população.

Face ao exposto, os efeitos da pandemia passam a ser a grande preocupação dos cientistas, não apenas no sentido de elencá-los e compreendê-los, mas, sobretudo, de contribuir subsidiando políticas públicas, ações sociais e estratégias de intervenção respaldadas em uma perspectiva crítica, ética e comprometida socialmente.

### **A compreensão do modelo teórico**

No modelo bioecológico, também conhecido como Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), destaca-se a influência de autores como Kurt Lewin, George Mead, Freud, Piaget e Vygotsky, e a compreensão do desenvolvimento humano com base em padrões de interação entre as pessoas e seus ambientes, que se interinfluenciam de forma não linear ao longo do tempo. Nesse processo, é considerada a maneira como a pessoa percebe seu ambiente e como lida com ele (BRONFENBRENNER, 1996; BRONFENBRENNER; EVANS, 2000).

Em 1986, Bronfenbrenner realizou uma revisão de estudos empíricos convergentes com seu modelo e indicou futuras pesquisas na área de desenvolvimento. Ele destacou a influência dos ambientes no funcionamento das famílias, como contextos de desenvolvimento, e as lacunas nos estudos analisados. Uma das críticas tecidas pelo autor às pesquisas da época era sobre o fato de que elas consideravam o ambiente apenas em termos geográficos ou endereço social e desconsideravam o que as pessoas faziam, como viviam e como suas atividades poderiam afetar o desenvolvimento.

Na ocasião, o referido autor enfatiza a relação entre a escolaridade dos pais e suas percepções sobre a criança e o desenvolvimento, as quais são articuladas às práticas educativas e de interesse das

ciências do desenvolvimento. Segundo o autor, os processos familiares se modificam ao longo dos anos e são influenciados pelos contextos de que as famílias participam, direta ou indiretamente, o que repercute na necessidade de novas perspectivas de pesquisa.

Complementar a isso, Guzzo et al. (2007) afirmam que o estudo do desenvolvimento humano, sob esta perspectiva, fundamenta-se em uma metodologia de observação da pessoa em seu ambiente natural e procura enfatizar os aspectos saudáveis nesse processo. De acordo com Narvaz e Koller (2004), Bronfenbrenner sugere que os processos psicológicos passem a ser propriedades de sistemas, nos quais a pessoa é apenas um dos elementos e o foco principal são os processos e as interações, nas quais são valorizadas as aprendizagens cotidianas, através das interações face a face.

Bronfenbrenner e Evans (2000) escreveram sobre as ciências e os acontecimentos do século XXI e problematizaram que o principal desafio, na contemporaneidade, é o colapso no domínio do desenvolvimento social, porquanto os comportamentos de cada pessoa no cotidiano refletem o compromisso para o bem-estar coletivo em longo prazo. Nessa perspectiva, os autores situam fatores contextuais (atividade frenética, falta de estrutura, imprevisibilidade no cotidiano e alta estimulação ambiental) como importantes fontes de interrupções de processos proximais, que são as interações consideradas como molas propulsoras do desenvolvimento.

O modelo adota, então, uma visão integrada da pessoa com seu contexto, que deve favorecer a construção de políticas públicas mais adequadas e a promoção do desenvolvimento humano, cuja realização de pesquisas em diferentes contextos contribui para o desenvolvimento das ciências psicológicas e sociais e fomenta bases para projetos de intervenção (BENETTI et al., 2013).

Nessa direção, Souza et al. (2011) abordaram o importante papel das universidades, para além da formação profissional e da produção de conhecimentos, e enfatizaram sua função social, visto que elas contribuem para o desenvolvimento da comunidade. Conforme as

autoras, os cientistas sociais e humanos têm o compromisso de se aproximar da realidade das pessoas com as quais trabalham por meio de pesquisas e de intervenções. Dito de outro modo, estudos nessa perspectiva devem ser aplicados às políticas públicas e implicados na elaboração de estratégias para melhorar a qualidade de vida dos seres humanos em seus ambientes (KOLLER, 2017).

É a partir desse compromisso que este trabalho busca explicitar os conceitos úteis para compreender a pandemia e seus impactos no desenvolvimento individual e social, tendo em vista que o modelo visa favorecer a elaboração de estratégias úteis para um crescimento humano saudável em diferentes contextos.

## **A definição de conceitos bioecológicos**

Sob essa perspectiva, entende-se o desenvolvimento como a interação dinâmica entre quatro níveis de análise, também denominados de núcleos ou dimensões: Processo, Pessoa, Contexto e Tempo (PPCT) (Bronfenbrenner, 1996). Nesta seção, as definições apresentadas possibilitam a compreensão e a articulação com o fenômeno estudado, que serão exemplificadas na última seção deste capítulo. Afonso et al. (2015) afirmam que o primeiro passo, em uma pesquisa bioecológica, é essa sistematização, pois ela possibilita pensar sobre os procedimentos metodológicos que podem ser utilizados para oferecer mais suportes para responder às questões do estudo.

A dimensão processo contempla as atividades realizadas pela pessoa em desenvolvimento com outras pessoas, objetos e símbolos. Nela se destacam os processos proximais, que são motores primários do desenvolvimento e envolvem formas de interagir no ambiente imediato (PRATI et al., 2008). Adicionalmente, a maneira como a pessoa ou a família significa suas experiências e interpreta o

ambiente, ao longo de seu ciclo vital, também caracteriza esse núcleo (DE ANTONI; KOLLER, 2010).

Segundo Afonso et al. (2015), estão incluídos nessa dimensão as relações, os papéis familiares e suas atividades compartilhadas. Petrucci, Borsa e Koller (2016) e Poletto e Koller (2008), por sua vez, advogam que estudos empíricos que investigam processos proximais como fatores de proteção podem auxiliar o planejamento de intervenções implicadas com o desenvolvimento humano saudável.

A dimensão pessoa refere-se às características individuais dadas biopsicologicamente, por meio de interações constantes com o ambiente, nas quais indivíduo é ativo e intencional. De acordo com De Antoni e Koller (2010), o termo também pode representar o grupo familiar em desenvolvimento, por meio de suas características biológicas, psicológicas e sociais e de suas interações, e ser compreendido como unidade relacional e analisado como uma entidade particular.

A dimensão contexto é compreendida em termos físicos, sociais e culturais em que ocorrem as interações e os processos proximais. Abrange quatro níveis ou sistemas ecológicos: o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema. Esses quatro sistemas se caracterizam por interinfluenciar o processo de desenvolvimento.

O microsistema é relativo ao contexto mais próximo, em que as relações interpessoais são experienciadas face a face entre a pessoa em desenvolvimento e seu ambiente mais imediato. O mesossistema é um conjunto de microsistemas de que uma pessoa participa e as interações estabelecidas entre eles. O exossistema consiste nos ambientes de que a pessoa não participa diretamente, mas que influenciam indiretamente seu desenvolvimento. Por fim, o macrosistema é definido como um sistema mais amplo, que abrange os demais e envolve ideologias, valores, crenças, religiões, influência da mídia, formas de governo e cultura ou subcultura presentes no cotidiano da pessoa em desenvolvimento (BRONFENBRENNER,

1986; BRONFENBRENNER, 1996; BRONFENBRENNER; EVANS, 2000).

Por último, a dimensão tempo envolve questões históricas, fases do desenvolvimento e atividades em termos de frequência e estabilidade. Isso possibilita examinar a influência de mudanças e continuidades que ocorrem ao longo do ciclo de vida e constitui o sistema cronológico que modera as mudanças ao longo da vida e contempla o tempo em intervalos específicos durante as interações e ao longo de dias, semanas, anos ou gerações (BRONFENBRENNER; EVANS, 2000; ROSA; TUDGE, 2013). Nesse processo, a dimensão temporal compreende as transformações que acontecem na vida dos indivíduos causadas pelos eventos ambientais, assim como as transições que ocorrem ao longo de suas vidas (BENETTI et al., 2013).

## **Estudos sobre a pandemia à luz do modelo bioecológico**

Nesta seção, apresentam-se sete estudos que versam sobre a pandemia e o modelo bioecológico, com o intuito de investigar como a literatura tem abordado o fenômeno sob a lente bioecológica.

O primeiro deles foi publicado por Linhares e Enumo (2020), que abordam algumas reflexões sobre os efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil à luz da Teoria do Caos no desenvolvimento, uma releitura da TBDH. Nesse trabalho teórico, os conceitos de estresse tóxico, autorregulação e coping foram apresentados, visando subsidiar reflexões sobre os efeitos da pandemia no desenvolvimento das crianças e na parentalidade, a partir das definições de microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. As autoras apontam múltiplos fatores de risco que ameaçam o desenvolvimento saudável e adaptativo das crianças e abordam a pandemia considerando contextos caóticos e diferentes situações de vulnerabilidade psicossocial.

Para manter a estabilidade, a estruturação e a organização do ambiente doméstico, com vistas a mitigar os potenciais efeitos negativos no desenvolvimento, o estudo indica algumas estratégias de enfrentamento, a saber: estabelecer e manter horários, rotinas e tarefas no ambiente doméstico; dividir tarefas entre os familiares; organizar os espaços possíveis com os materiais para atividades de trabalho, estudo e lazer; preservar os horários prazerosos de brincadeiras; estabelecer comunicação positiva e favorecer a expressão de sentimentos; conversar sobre as restrições necessárias; evitar os excessos de notícias e comentários negativos sobre o atual momento; recorrer a suportes sociais ou especializados, quando possível, e compreender que, como as crianças são mais vulneráveis, tendem a sentir ou se acentuarem algumas dificuldades funcionais e comportamentais.

Costa, Cavalcante e Costa (2021) realizaram uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de discutir sobre as mudanças trazidas pela pandemia para o exossistema, o trabalho dos pais e suas possíveis repercussões no desenvolvimento infantil. Para tanto, os autores contextualizaram a pandemia a partir das dimensões do modelo bioecológico, por entender que os efeitos da pandemia sobre o desenvolvimento infantil, as interações familiares e as práticas parentais podem ser positivos ou negativos.

Conforme a referida pesquisa, as mudanças no mercado de trabalho, especificamente no trabalho dos pais, requereram as redefinições de papéis, aumento na jornada de trabalho, sobrecarga de trabalhos domésticos, aumento nos níveis de preocupação, ansiedade e estresse e diminuição de tempos livres, de lazer e de disponibilidade para os filhos. Somado a isso, ressalta-se que, mesmo que se pudesse estar fisicamente presente, a disponibilidade para a família e para os filhos não seria garantida. Tudo isso causou impacto na qualidade dos processos proximais, na medida em que interferiu na regularidade das rotinas e na saúde emocional dos pais. Os autores entendem que esses fatores podem limitar o uso de

recursos psicológicos necessários para atender às demandas das crianças e aumentar o uso de práticas parentais mais duras e menos responsivas.

Ao elencar as mudanças impostas pela pandemia, os autores fomentam bases para ampliar a compreensão e contribuem para que outros estudos se aprofundem a respeito das estratégias de enfrentamento. Considerando os microambientes familiares, os processos proximais, as práticas parentais e, com efeito, o desenvolvimento infantil, eles apontam os seguintes fatores negativos: as alterações nas características socioemocionais, motivacionais e cognitivas das pessoas; as incertezas e o estresse no microssistema familiar; as condições de trabalho dos pais e as mudanças no macrossistema com novas normas trabalhistas. Em meio a isso, são indicadas as diferentes configurações familiares (famílias monoparentais, biparentais) e sua articulação com as necessidades financeiras da família e com as relações de trabalho.

Ainda sobre as relações familiares, Dos Santos Paludo et al. (2020) advertem que, devido à necessidade de permanecer no lar, de minimizar a atuação de ambientes protetivos, como escolas, instituições de assistência social e centros de saúde, situações de risco foram maximizadas, como a violência doméstica, por exemplo. O objetivo do artigo teórico foi de discutir sobre o panorama da Covid-19 e os impactos na violência cometida dentro de casa, à luz da Teoria Bioecológica, e propor ações estratégicas para garantir às crianças e aos adolescentes direitos e proteção.

Para as autoras, os fatores que influenciam o perigo nas famílias diferem, a depender de suas condições socioeconômicas. No estudo, foram enfatizadas as dimensões pessoa, processos proximais e tempo, e a violência foi relacionada aos processos que provocam resultados disfuncionais no desenvolvimento. Por outro lado, elas destacam que os relacionamentos fortes e positivos entre as pessoas, em seus microssistemas, e uma rede de apoio social e afetiva podem

favorecer o desenvolvimento de habilidades para superar uma violação.

Dentre as estratégias indicadas para proteger as crianças e os adolescentes no período de atividades remotas, citam-se duas: a realização de campanhas publicitárias que destaquem o papel dos vizinhos, dos amigos e dos parentes como rede de apoio e de campanhas de conscientização para que familiares mantenham contatos periódicos com as crianças e os adolescentes. Sob o ponto de vista das autoras, as limitações impostas pelo distanciamento social aos serviços e programas de assistência às vítimas trazem à tona a necessidade de implementar acesso remoto e fácil às vítimas, com o intuito de aproximar o mesossistema do microsistema, como, por exemplo, o que aconteceu com as práticas psicológicas.

No que diz respeito à relação entre a família e a escola, Nonato, Yunes e Nascimento (2021) investigaram a percepção dos professores sobre os desafios dessa relação durante o ensino remoto emergencial ocorrido na pandemia. Participaram da pesquisa 106 professores da educação básica de escolas localizadas no estado do Rio de Janeiro. As ferramentas conceituais da TBDH que subsidiaram a compreensão sobre o fenômeno foram as dimensões macrossistêmica, mesossistêmica, microsistêmica e cronossistêmica.

Os resultados do estudo empírico supracitado indicaram que os professores reconhecem que a qualidade do relacionamento entre a escola e a família traz benefícios para o desenvolvimento dos alunos e que a pandemia possibilitou outras formas de os professores terem contato com seus alunos, ao se aproximarem das realidades de suas casas e comunidades. Por outro lado, as percepções desses professores evidenciaram a culpabilização das famílias pelos problemas apresentados pelos alunos, as dificuldades com os processos de comunicação e relações proximais com as famílias, além de preocupações com as desigualdades sociais e os riscos à saúde socioemocional desses atores.

Nesse sentido, a formação profissional de professores sobre mecanismos positivos de interações escola-família foi apontada como um importante recurso para favorecer a participação ativa e a cooperação dos pais nas experiências educacionais. Outro aspecto problematizado no estudo foi a necessidade de se conhecer mais a comunidade escolar, para compreender e aprimorar o trato interpessoal e a comunicação na relação com a família, além de problemas de ordem mais prática, como o clima de insegurança dos profissionais para atender, sozinhos, alguns familiares e a dificuldade de conciliar horários.

Em consonância com a pesquisa acima referenciada, ao indicar a necessidade de investir no fortalecimento da relação entre a família e a escola no cenário de estudos pós-pandemia, o quinto estudo também versa sobre a escola, porém, de forma mais específica, acerca dos processos de alfabetização e ancorado no modelo bioecológico por meio dos conceitos de microsistema e redes de apoio. De caráter observacional e longitudinal, o artigo descreveu os resultados de um projeto de pesquisa realizado com 18 alunos de uma escola pública, localizada em uma zona rural do município de São Francisco do Conde (BA), cujos resultados revelaram as potencialidades do contexto analisado e os fatores que o afetavam negativamente (SANTANA et al., 2020).

Embora os dados tenham sido coletados no ano de 2019, e algumas etapas da pesquisa tenham sido interrompidas pela pandemia, o estudo apresenta como potencialidades do contexto os seguintes aspectos: vínculos positivos na relação família-escola; presença efetiva de redes de apoio na comunidade, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV); as relações de proximidade entre os membros da comunidade e a disposição de uma praça onde as crianças brincam e se socializam.

As autoras sublinham que é preciso discutir sobre o tema a partir de uma ótica que ultrapasse a questão do(s) método(s) de alfabetização e que compreenda quem são os diversos sujeitos aprendizes e suas especificidades, potencialidades e necessidades, desdobrando-se, assim, em políticas públicas de inclusão social e de redução das desigualdades de oportunidades educacionais.

Os dois últimos trabalhos abordam, respectivamente, o vínculo mãe-bebê na situação de trabalho remoto materno (FARIA; OLIVA; FIORAVANTI, 2021) e as vivências de mães de lactentes que nasceram prematuros (REICHERT et al., 2021). O primeiro é um estudo quantitativo realizado com dez mães, com o objetivo de analisar o impacto dessa mudança no vínculo mãe-bebê de mães que retornaram ao trabalho na modalidade remota, e o segundo, um estudo qualitativo realizado com 21 mães, com o objetivo de apreender as vivências maternas relacionadas à prematuridade de seus bebês na pandemia.

Embora o estudo de Faria, Oliva e Fioravanti (2021) indique a utilização do modelo bioecológico, só foi observado o uso do conceito de microssistema para se referir à família. Os resultados da pesquisa demonstraram que o trabalho remoto possibilitou que as mães lidassem melhor com a separação do(a) bebê na volta ao trabalho, porque, depois da licença-maternidade, elas puderam realizar suas atividades laborais em casa, fisicamente próximas dos seus filhos. Assim, elas demonstraram satisfação, mencionaram apoio familiar nos cuidados diários com o bebê e, de acordo com os instrumentos, os vínculos com ele se mantiveram saudáveis e estáveis. Porém, é importante destacar que a pesquisa contou com um número reduzido de participantes, a maioria de classe média ou média-alta e com nível superior, inclusive, pós-graduação.

O segundo estudo - sobre vivências maternas e prematuridade dos seus bebês - discutiu a respeito do fenômeno estudado com base nos conceitos de processos, contextos e redes de apoio. Os resultados demonstraram que as vivências maternas foram impactadas pelo

isolamento social, o que potencializou as vulnerabilidades dessas mães e dos seus núcleos familiares, além dos impactos diretos nos contextos social, financeiro, emocional e psicológico. Além disso, as vulnerabilidades biológica e social do prematuro e seu núcleo familiar podem ter sido potencializadas devido à necessidade de novos conhecimentos maternos sobre a Covid-19 e novas formas de cuidar, a fim de proporcionar uma atenção integral à criança (REICHERT et al., 2021).

Considerando esses aspectos, as autoras recomendaram o acompanhamento da saúde infantil pelos serviços de saúde, especificamente por parte de profissionais de Enfermagem, e o apoio social à mãe e à criança, mesmo de modo remoto, a fim de que não houvesse quebra na continuidade do vínculo e do cuidado dispensado à família nesse momento de vulnerabilidade.

Na sequência, apresenta-se uma sistematização dos estudos supracitados, com o propósito de elucidar as aproximações conceituais entre o modelo e a pandemia da COVID-19 e descrever o que os estudos indicam como estratégias que podem colaborar, em última instância, para minimizar os impactos da pandemia no desenvolvimento humano.

## **Modelo bioecológico e pandemia: aproximações conceituais**

Nesta seção, mostra-se como as dimensões PPCT podem ser utilizadas para se compreender o fenômeno estudado. Assim, foi realizada uma sistematização dos conceitos e seus respectivos exemplos com base na literatura. Adicionalmente, as autoras elencaram mais possibilidades de compreender a relação entre o modelo bioecológico e a pandemia a partir de outros exemplos, com base em suas experiências de pesquisa na área.

Em princípio, ao considerar a dimensão contexto, ressalta-se a compreensão de que a pandemia é um fenômeno transversal, que

permeia todos os sistemas apresentados pelo modelo, impactando-os e sendo impactado por eles. Pode ser analisada em nível macrossistêmico. De acordo com Bronfenbrenner (2011), o contexto caracteriza-se por qualquer acontecimento ou condição que pode influenciar ou ser influenciado pelo indivíduo em desenvolvimento. Na visão de Costa, Cavalcante e Costa (2021), a pandemia de COVID-19 é um processo macrossistêmico, com alterações no microsistema familiar e no exossistema trabalho dos pais, que interfere nas atividades, nas relações e nos papéis de cada ambiente ecológico.

Ainda na dimensão contexto, a forma como as informações sobre o fenômeno chega aos indivíduos e os impactam sofre influência de como os sistemas microsistema, mesossistema, exossistema e macrossistema estão interligados. Exemplos de como as situações que ocorrem no exossistema repercutem nos diferentes microsistemas são as fontes de informações, a qualidade delas e seus meios de se propagar. Durante a pandemia, as informações e as notícias que foram veiculadas nas mídias e nas redes sociais impactaram as atitudes e os comportamentos da população.

Falcão e Souza (2021) asseveram que a profusão de informações inconsistentes e de conteúdos imprecisos, durante esse período, foi denominada de infodemia, que é a veiculação e o consumo rápido e excessivo de informações, cuja qualidade e veracidade não são averiguadas e, por isso, contribuem para propagar conteúdos inconsistentes (FALCÃO; SOUZA, 2021). Sobre isso, ressalta-se a vulnerabilidade da população brasileira a esse tipo de conteúdo, porquanto pessoas de nível educacional mais baixo podem ser mais suscetíveis a esse tipo de situação. Mas, mais do que isso, como todos os microsistemas são interdependentes e se interinfluenciam, tal vulnerabilidade se soma com a dificuldade de acessar outros sistemas, como o de saúde e o de educação, visto que potencializa os efeitos dessas informações.

Além da escassez e da precariedade nos sistemas de saúde e de educação, importa mencionar a questão do acesso a alimentos, pois,

de acordo com dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN, 2022), o quantitativo de brasileiros que não tiveram o que comer, durante os dois anos de pandemia, quase dobrou e, entre as famílias com crianças com menos de dez anos, chegou a ser o dobro.

Ressalte-se, entretanto, que a fragilidade das informações veiculadas ultrapassou diversos contextos, e isso fica evidente quando, até os periódicos científicos, na ânsia de mostrar resultados de pesquisas sobre a pandemia COVID-19, passaram a publicar dados em repositórios de pré-print, antes mesmo que a revisão por pares, validada por outros cientistas, tão cara para a ciência, fosse realizada. Isso, associado ao negacionismo de governantes, tornou ainda mais vulnerável a população em geral, que não conhece os métodos e os processos científicos e não tem respaldo para diferenciar a ciência rápida de resultados de pesquisas que seguem o rigor científico em todas as suas etapas (Massarani; Neves, 2022).

Esse fator possibilita pensar sobre a influência da dimensão tempo, uma vez que, ao considerar por um lado o que Bronfenbrenner (1986) aponta sobre a relação entre a escolaridade dos pais e suas percepções sobre a criança e o desenvolvimento, e por outro considerar o momento da pandemia, verifica-se que mesmo a população com nível de escolaridade alto, que se respaldava nas informações dos veículos de comunicação mais respeitados, também tornaram-se vulneráveis às informações inconsistentes sobre a COVID-19 por este ser um fenômeno recente e desconhecido.

Outros exemplos de aproximações teórico-conceituais com o tema são estudos que enfocam, no microsistema familiar, as interações fraternas e as com animais domésticos, pois, em virtude da limitação da convivência social em outros espaços, essas interações se evidenciaram e podem ter exercido o papel de protetoras do desenvolvimento nas adversidades ocasionadas pelo isolamento

social. Por outro lado, quando os lares eram os contextos mais vulneráveis, a falta de um contato mais direto com outros sistemas protetivos, como a escola, por exemplo, tornou o momento ainda mais adverso (DOS SANTOS PALUDO et al., 2020).

Em estudos sobre as vivências de internação e recuperação de COVID, o microsistema passou a ser o contexto hospitalar e, em casos de reabilitação pós-COVID, as clínicas especializadas. Nesse contexto, os processos proximais envolvem interações bem peculiares, cujas interações face a face entre o paciente e seu cuidador (seja ele médico, enfermeiro, fisioterapeuta, psicólogo, terapeuta ocupacional, entre outros) podem ser potencializadoras de desenvolvimento, cujas características da dimensão pessoa atravessam e qualificam esses processos.

Sobre a dimensão processos, que envolve as atividades e as interações caracterizadas por pessoas, objetos e símbolos, aponta-se a importância de se estudarem as relações em ambientes virtuais, as interações face a face, com o advento do uso de máscaras, as práticas cotidianas do uso de álcool em gel e o distanciamento físico, pois eles se configuram como temas de grande relevância, sobretudo considerando as particularidades das diferentes faixas etárias.

Um último exemplo relacionado à dimensão tempo é a compreensão desse conceito, no que diz respeito ao curso da pandemia ou ao seu momento (isolamento social, atividades remotas, sistema híbrido, retorno à modalidade presencial ou 1ª onda, 2ª onda, 3ª onda, 4ª onda), em que as medidas de enfrentamento, a disponibilização de UTIs, a velocidade de propagação e a letalidade da doença são fatores que apresentaram variações e influenciaram os comportamentos das pessoas. Entende-se, pois, que os processos proximais, as estratégias de enfrentamento, a adesão às medidas de proteção e o tipo e o nível de impacto seguramente foram, qualitativa e quantitativamente, diferentes ao longo do tempo. Notadamente, ao estudar qualquer fenômeno no contexto pandêmico, esses fatores precisam ser considerados.

Uma apresentação de forma mais sistemática de como os conceitos podem ser exemplificados no contexto pandêmico se apresenta na tabela seguinte:

Tabela 1 – Sistematização dos conceitos do modelo bioecológico

<b>Conceitos</b>	<b>Exemplos</b>
Processo	Interações familiares, interações entre pares, interações entre professores e alunos, interações em ambientes virtuais. Novas formas de cuidar envolvendo o conhecimento sobre medidas de prevenção. Uso de eletrônicos, de máscaras e de álcool em gel.
Pessoa	Efeitos psicológicos, cognitivos e relacionados à saúde física e mental (estresse, ansiedade, medo, depressão, pânico). Características pessoais relacionadas à genética, temperamento, fisiologia, gênero, nível de atividade. Características pessoais relacionadas à autonomia, independência e comportamento adaptativo, tipo de apego, resiliência, recursos de enfrentamento, coping e autorregulação.
<b>Contexto</b>	
<i>Microsistema</i>	Família, escola, mãe-filho, pai-filho, pai-mãe-filho, professor-aluno, díade conjugal, neto-avó, irmão-irmão, criança-animal doméstico, sobrinho-tia, cuidador-paciente, amigos e vizinhança.
<i>Mesosistema</i>	Família-escola-comunidade, família-serviço de saúde, serviços regulares de assistência à saúde, programas de visitação domiciliar dos Programas de Saúde da Família na Assistência Primária � Saúde, Puericultura, ambulatórios especializados de Saúde Mental, Institui�es de assistência social.
<i>Exossistema</i>	Trabalho dos pais, família ampliada, m�dias, redes sociais.
<i>Macrossistema</i>	Políticas públicas, leis, governo, ideologias, cultura, sistema socioeconômico, altera�es nas normas trabalhistas, diretrizes e orienta�es governamentais sobre o enfrentamento da pandemia, desigualdade social, isolamento social, pandemia.

Conceitos	Exemplos
Tempo	Tempo histórico da pandemia, momento do ciclo vital, tempo de divisão de tarefas no ambiente doméstico no período da pandemia (trabalho, afazeres domésticos, funções parentais), momento da pandemia (isolamento social, atividades remotas, sistema híbrido, retorno à modalidade presencial ou 1ª onda, 2ª onda, 3ª onda, 4ª onda).

A análise dos dados da tabela supracitada evidencia certa flexibilidade no uso desses conceitos, a depender do fenômeno estudado e dos fatores a ele relacionados. Alinhado a isso, Costa, Cavalcante e Costa (2021) afirmam que, ao considerar o conceito de exossistema, que seria o ambiente externo no qual o indivíduo está inserido, o trabalho dos pais não estaria mais nessa dimensão, pelo menos em muitos casos, tendo em vista que ele está agora submerso no microambiente familiar fazendo parte desse microsistema.

É importante considerar que a situação de isolamento social, ao mesmo tempo em que levantou barreiras físicas, também possibilitou que elas fossem quebradas, pois, por exemplo, com o trabalho *home office* e as aulas on-line, os filhos puderam conhecer os trabalhos de seus pais, que também conheceram mais sobre as aulas de seus filhos, a professora e a dinâmica da aula. Ademais, quando as câmeras estavam ligadas, também foi possível conhecer um pouco da rotina e da dinâmica das famílias dos colegas de profissão, porquanto, em muitas circunstâncias, elas foram invadidas por crianças e, até, por animais domésticos.

Complementar a isso, Costa, Cavalcante e Costa (2021) referem que houve um deslocamento de vários aspectos do exossistema trabalho para dentro do microsistema familiar, por meio da exposição mais direta da família aos fatores negativos (estressores e ansiogênicos) associados ao ambiente físico e social do trabalho.

Destarte, para além de todas essas possibilidades de análises, ao focar os principais resultados dos estudos analisados, verificou-se

que os artigos que abordavam o desenvolvimento humano, a partir do modelo bioecológico no contexto da pandemia, focaram mais diretamente o desenvolvimento infantil e não contemplaram outras fases da vida, como a adolescência, a vida adulta e a velhice, dado que evidencia a relevância de mais estudos na área.

A esse respeito, mesmo que os trabalhos tenham abordado outros conceitos do modelo PPCT, percebeu-se certo protagonismo do microsistema família. Esse fato pode ser compreendido com a situação de isolamento social imposta pela pandemia, que limitou o acesso presencial às escolas, aos serviços de saúde e aos demais espaços na comunidade, que colaboravam de forma mais direta para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

Ainda que dirigidas aos microsistemas, as análises dos dados ou as estratégias indicadas demonstravam relação com outros contextos (mesossistema, exossistema e macrosistema), de maneira que a compreensão dos fenômenos se caracterizava pela criticidade e pelo compromisso social, tendo em vista que uma multiplicidade de fatores pode impactar as relações nos ambientes mais imediatos, e as políticas e as redes de apoio podem favorecer o suporte necessário para minimizar os impactos negativos no desenvolvimento infantil e na sociedade.

Assim, o olhar bioecológico dos estudos sobre esse microsistema é amplo e intimamente relacionado a uma rede de influências. Tal forma de abordar esse contexto dialoga com uma compreensão atualizada sobre o modelo bioecológico, cuja estrutura atual se apresenta como mais dinâmica, já que o modelo PPCT é multidirecional, inter-relacionado, mais focado nas características biopsicológicas da pessoa em desenvolvimento e, sobretudo, nos processos proximais, que são as molas propulsoras do desenvolvimento (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

Ressalte-se, entretanto, que esse entendimento mais atual do modelo nem sempre é contemplado nos estudos. Isso parece ter ocorrido no estudo desenvolvido por Faria, Oliva e Fioravanti (2021),

que situam o microsistema como um recorte mais estático. Tal limitação pode ter ocorrido devido ao fato de o trabalho não aprofundar a questão do modelo teórico, pois, apesar de os autores afirmarem que utilizariam o TBDH como respaldo teórico, não citaram nenhuma obra do principal autor, Bronfenbrenner.

Ademais, foi verificado que os trabalhos analisados apresentaram em comum a tentativa de colaborar, em última instância, com propostas que pudessem ser articuladas a políticas públicas e com práticas que atendessem às demandas sociais de forma mais ampla, considerando os conceitos de vulnerabilidade e os fatores de risco e de proteção. Esse dado corrobora as premissas do modelo e revelam a consistência de sua utilização como fundamento teórico para se compreender o desenvolvimento humano na pandemia.

Por fim, concorda-se com Linhares e Enumo (2020) que afirmam que a ciência se baseia em levantamento de hipóteses e questões norteadoras para delinear novos estudos e o exercício de reflexão abstrata sobre situações concretas. Portanto, entende-se que conhecer as contribuições dos estudos ora abordados é de grande relevância, tanto para se pensar em estratégias para enfrentar o cenário atual quanto para fomentar bases consistentes para futuras pandemias.

## **Considerações finais**

Tendo em vista os aspectos abordados, reitera-se a indicação do modelo bioecológico como uma importante lente para se compreender o fenômeno da pandemia e suas relações com o desenvolvimento humano. As análises apresentadas neste estudo favorecem tanto o entendimento sobre os processos familiares promotores ou limitadores do desenvolvimento no contexto da pandemia, quanto um olhar mais pragmático dessas análises, com a veiculação de informações úteis para todos aqueles que se interessam

em promover o desenvolvimento infantil. Tais informações podem potencializar a qualidade das interações nos diferentes contextos.

Como o maior foco dos estudos analisados foi o desenvolvimento infantil, é importante considerar que a maioria dos pais teve um contato intenso com os próprios filhos durante a pandemia, e as demandas para cumprir essa função foram ampliadas. Dessa forma, é necessário compreender que a realização das funções parentais foi atravessada por diferentes fatores em relação às dimensões processo, pessoa, contexto e tempo, pois o microsistema familiar passou a ser vivido de forma praticamente exclusiva, e a relação com os demais contextos socializadores se tornou mais distante por causa do isolamento social.

Sobre as alterações no microsistema familiar e no exossistema trabalho dos pais, entende-se que as mudanças nas atividades, nos papéis e nas relações de cada um desses ambientes ecológicos podem ter um caráter mais duradouro e seus efeitos precisam ser analisados. Essas mudanças em curso trazem repercussões positivas e negativas para o desenvolvimento, e as variações na maneira de vivenciar e significar esses processos também devem ser investigadas. Sugere-se que estudos que envolvam as concepções sobre as vivências na pandemia sejam realizados, inclusive com crianças e adolescentes.

Entende-se, ainda, que as pesquisas que visam abordar o contexto pandêmico e sua relação com o desenvolvimento humano devem considerar que cada família apresentava uma história prévia, com relações que podiam ser mais harmônicas ou conflitivas e que outros sistemas davam suporte a essas relações e favoreciam uma melhor convivência entre o grupo familiar. Isso ocorre porque, muitas famílias, ao serem atravessadas pelo fenômeno da pandemia, restringiram as relações físicas e sociais, e isso contribuiu para que aprofundassem mais suas dificuldades ou evidenciar suas potências.

Dito isso, reitera-se a importância de flexibilizar as formas de interação estabelecidas pelas redes de apoio às famílias e os horários de trabalho, assim como a garantia da qualidade dos serviços de

saúde e de educação e ainda, nos casos de violência doméstica, os de segurança disponíveis. Ademais, um olhar sobre o desenvolvimento humano a partir do modelo bioecológico só é possível se forem consideradas as interligações entre os sistemas, especialmente na identificação e na valorização de recursos saudáveis para o desenvolvimento, por meio de estratégias de suporte e de enfrentamento em diferentes contextos.

Assim, considerando o exposto, pode-se afirmar que este estudo contribuiu fomentando bases para se pensar em estratégias, diante da possibilidade de futuras pandemias, na medida em que elenca as medidas de enfrentamento ou as limitações impostas pelo fenômeno. De forma geral, o estudo mostrou que os relacionamentos fortes e positivos entre as pessoas em seus microssistemas e a presença de uma rede de apoio social efetiva são fatores protetores em situações de vulnerabilidade.

Outrossim, a inter-relação entre as características biopsicológicas das pessoas, os processos de socialização e as vulnerabilidades dos contextos em que transitam realçam o papel da família e das instituições sociais na construção de suas histórias amparadas pelos aspectos relacionados ao macrossistema. Sob essa lógica, mesmo que os estudos se proponham a focar um ou outro conceito do modelo, eles não podem desconsiderar os demais, visto que não estão circunscritos e delimitados, mas expandidos e inter-relacionados.

## **Referências Bibliográficas**

BARRETO, M. L. et al. O que é urgente e necessário para subsidiar as políticas de enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Brasil?. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 2020, v. 23, e200032. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200032>.

BENETTI, I. C.; VIEIRA, M. L.; CREPALDI, M. A.; SCHNEIDER, D. R. Fundamentos da teoria bioecológica de Urie Bronfenbrenner. **Pensando Psicologia**, v. 9, n. 16, p. 89-99, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.16925/pe.v9i16.620>

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, U. Ecology of the family as a context for human development: research perspectives. **Developmental Psychology**, v. 22, n. 6, p. 723-742, 1986.

BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano**: tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRONFENBRENNER, U.; EVANS, G. W. Developmental Science in the 21 century: emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. **Social Development**, v. 9, n. 1, p. 115-125, 2000.

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. A. The ecology of developmental processes. In: DAMON, W.; LERNER, R. M. (Orgs.). **Handbook of child psychology**, Vol. 1: Theoretical models of human development. New York: John Wiley, 1998, p. 993-1028.

CAVALEIRO CORRÊA, V. A.; NASCIMENTO, C. A. V. do; OMURA, K. M. Isolamento social e ocupações. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO**, v. 4, n. 3, p. 295-303, 2020. DOI: <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto34486>

COSTA, M. F.; CAVALCANTE, L. I.; COSTA, E. F. O trabalho dos pais e o desenvolvimento dos filhos no contexto da pandemia de COVID-19: um olhar bioecológico. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, p. e169101018730, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i10.18730>

DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. Uma família fisicamente violenta: uma visão pela teoria bioecológica do desenvolvimento humano. **Temas em Psicologia**, v. 18, n. 1, p. 17-30, 2010. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2010000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 01 julho de 2022.

DO BÚ, E. A.; ALEXANDRE, M. E. S. de; BEZERRA, V. A. dos S.; SÁ-SERAFIM, R. C. da N.; COUTINHO, M. DA P. de L. Representações e ancoragens sociais do novo coronavírus e do tratamento da COVID-19 por brasileiros. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 37, p. e200073, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0275202037e200073>

DOS SANTOS PALUDO, S.; NASCIMENTO, D. B. do; LORDELLO, S. R. M.; ROSA, E. M. Home is not always a safe place: A bioecological approach for the violence in pandemic time. **Estudos de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 222-23, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20200022>

FALCÃO, P.; SOUZA, A. B. de. Pandemia de desinformação: as fake news no contexto da Covid-19 no Brasil. **Reciis**, v. 15, n. 1, p. 55-71, 2021. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v15i1.2219>.

FARIA, A. P. S.; OLIVA, A. D.; FIORAVANTI, A. C. M. Vínculo mãe-bebê e trabalho remoto na pandemia da COVID-19. **Diaphora**, v. 10, n. 3, p. 74-80, 2021. DOI: <https://doi.org/10.29327/217869.10.3-11>

GUZZO, R. S. L.; MARQUES, C. A.; MACHADO, E. M.; TIZZEI, R. P. O modelo ecológico no estudo do desenvolvimento infantil: algumas implicações. In: GUZZO, R. S. L. (Org). **Desenvolvimento infantil: família, proteção e risco**. São Paulo: Editora Alínea, 2007, 13-21.

2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), 2022. Acesso em <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>

KOLLER, S. H. Making human beings human: a tribute to Bronfenbrenner's centennial. **Psychology in Russia: State of the Art**, v. 10, n. 4, p. 4-9, 2017.

DOI: <https://doi.org/10.11621/pir.2017.0401>

LINHARES, M. B. M.; ENUMO, S. R. F. Reflexões baseadas na Psicologia sobre efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil. **Estudos de Psicologia**, v. 37, p. e200089, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200089>

MASSARANI, L.; NEVES, L. F. F. Reporting COVID-19 preprints: fast science in newspapers in the United States, the United Kingdom and Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 03, p. 957-968, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022273.20512021>

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. O modelo bioecológico do desenvolvimento humano. In KOLLER, S. H. (Org.). **Ecologia do desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 51-65.

NONATO, C.; YUNES, M. A. M.; NASCIMENTO, C. R. R. School-family relationships: challenges of the Covid-19 pandemic and emergency remote teaching from the teacher's perspective. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 17, p. e211101724632, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i17.24632>

PATROCINO, L. B.; PENA, É. D. Vacinação contra COVID-19 no Brasil: neoliberalismo, individualização e desigualdades. **Revista direitos, trabalho e política social**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 241-259, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/12789>. Acesso em: 10 de março de 2022.

PETRUCCI, G. W.; BORSA, J. L.; KOLLER, S. H. A família e a escola no desenvolvimento socioemocional na infância. **Temas em Psicologia**, v. 24, n.2, p. 391-402, 2016. DOI: <https://doi.org/10.9788/TP2016.2-01Pt>

POLETTO, M.; KOLLER, S. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. **Estudos de Psicologia**, v. 25, n. 3, p. 405-416, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000300009>

PRATI, L.; COUTO, M. C. P. P.; MOURA, A.; POLETTO, M.; KOLLER, S. H. Revisando a inserção ecológica: uma proposta de sistematização. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v. 21, n. 1, p. 160-169, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000100020>

REICHERT, A. P. S.; GUEDES, A. T. A.; SOARES, A. R.; BRITO, P. K. H., DIAS, T. K. C.; SANTOS, N. C. C. B. Pandemia da Covid-19: vivências de mães de lactentes que nasceram prematuros. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 42(esp), p. e20200364, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2021.20200364>

ROSA, E. M.; TUDGE, J. Urie Bronfenbrenner's Theory of Human Development: its evolution from Ecology to Bioecology. **Journal of Family Theory & Review**, v. 5, p. 243-258, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1111/jftr.1>

SANTANA, L. M. da S.; NASCIMENTO, L. S. do; BARBOSA, A. R. de C. S.; BALSALOBRE, S. R. G. Acompanhamento dos processos de alfabetização de crianças na perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano: reflexões de um breve estudo longitudinal. **Estudos IAT**, v. 5, n. 2, p. 117-146, 2020. Disponível em: <http://estudosiat.sec.ba.gov.br>. Acesso em 10 de abril de 2022.

SOUZA, A. P. S.; DUTRA-TOMÉ, L.; DEI SCHIRÓ, E. D. B.; MORAIS, C. A.; KOLLER, S. H. Criando contextos ecológicos de desenvolvimento e direitos humanos para adolescentes. **Paidéia**, v. 21, n. 49, p. 273-278, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2011000200015>

SPINK, M. J. P. "FIQUE EM CASA": A GESTÃO DE RISCOS EM CONTEXTOS DE INCERTEZA. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, p. e020002, 2020.

DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32239826>

## CAPÍTULO 2

# A PARENTALIDADE NA RELAÇÃO COM ADOLESCENTES DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

*Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa*

*Ana Lúcia Barreto da Fonseca*

*Marília Fonseca da Silva*

*Iasmim Oliveira Nascimento*

*Marya Klara Rodrigues Constantino*

### **Introdução**

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou a pandemia de COVID-19, e como estratégia imediata para controlar a proliferação da doença, recomendou que todas as nações aderissem ao distanciamento social. Isso foi definido ao constatar a alta transmissibilidade do vírus SARS-CoV-2 e o elevado número de óbitos e internações graves. Essa medida de emergência de saúde pública consistiu em controlar a mobilidade dos cidadãos e retirar as pessoas dos espaços públicos, restringindo os contatos com as que coabitassem cotidianamente, numa tentativa de evitar aglomerações e, conseqüentemente, a transmissão do vírus e o colapso do sistema de saúde (CIOTTI et al., 2020; PEREIRA et al., 2020).

Desde então, a pandemia de covid-19 tem afetado profundamente a população mundial, nas mais variadas formas, visto que o distanciamento social definiu o fechamento das atividades comerciais, escolares e industriais, e só continuaram ativos os serviços essenciais, como emergências médicas, segurança, transportes básicos e comércio de alimentos e de medicamentos. Além da morbimortalidade decorrente da covid-19, a pandemia tem

gerado graves problemas financeiros, desemprego (BARRETO et. al, 2021), impactos na convivência social, na escolaridade e na saúde mental da maior parte da população (BROWN et al., 2020; LEE et al., 2021; LEBOW, 2020).

Com o prolongar dos dias e dos meses, sem tempo definido para a pandemia acabar, foram definidas estratégias para manter algumas atividades laborais por meio do chamado serviço *home office*. Em relação às escolas, também passaram a funcionar de modo remoto, com aulas *online*, para substituir as presenciais. Essa dinâmica definiu novas funções parentais nas famílias, que serviriam de mediadoras entre os/as professore/as e seus/suas filhos/as, e mudanças na rotina diária em casa e nos ambientes de trabalho. Essa rotina precisou de muitas adaptações, tanto para as famílias cujas atividades eram feitas em formato *home office* quanto para as que exerciam funções laborais presenciais e as que exerciam os dois estilos de trabalho ou aquelas em que o exercício parental era mais fortemente desempenhado por alguém que não exercia função laboral formal (ex.: donas de casa).

No caso específico dos familiares que estavam exercendo as atividades laborais de forma presencial e/ou *home office*, precisaram buscar novas estratégias para conciliar as demandas domésticas e de cuidado dos filhos com as atividades profissionais. Ambas as situações impactaram a dinâmica relacional dos familiares que exercem a função parental, considerando os diversos fatores estressores que a pandemia trouxe à tona (JANSSEN et al., 2020).

## **A parentalidade na pandemia**

A parentalidade é uma prática de educar empregada para assegurar à criança sua sobrevivência e educação (HOGHUGH, 2004), que envolve os valores e as crenças dos cuidadores e responsáveis pelo processo educacional de crianças e adolescentes (TUDGE; FREITAS, 2012). Nesse sentido, novas formas de cuidar e de

educar os/as filhos/as, ou seja, o exercício da parentalidade, demandaram adaptações a partir da prática do distanciamento social e da definição das atividades profissionais presenciais, *home office* e as atividades escolares online.

A parentalidade pode ser positiva ou negativa, a depender dos efeitos sobre o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. A parentalidade positiva pressupõe atividades cotidianas que previnem comportamentos de risco e respondem às necessidades da criança. Envolve práticas educativas baseadas na expressão afetiva e no envolvimento dos familiares com os filhos (MACANA; COMIN, 2015) e com o exercício do diálogo e da reflexão, que buscam conscientizá-los sobre as consequências de seu comportamento (HOFFMAN, 1994). A parentalidade negativa é aquela em que se usam práticas educativas como castigo, punição física, gritos e ameaças (HOFFMAN, 1994; MACANA; COMIN, 2015). Esse modelo de parentalidade pode gerar medo, raiva e ansiedade e limitar a capacidade do/da/ filho/a de compreender determinados comportamentos e refletir sobre eles (MARIN; PICCININI; GONÇALVES; TUDGE, 2012).

O exercício da parentalidade está em constante processo de construção e remodela-se com mudanças no meio externo ou interno de cada um dos seus integrantes. Contudo, essas alterações são mais explícitas em condições estressoras, o que pode modificar o sistema familiar e reverberar no desenvolvimento infantojuvenil (BRONFENBRENNER, 2011). Nesse contexto, a pandemia pode ser considerada um evento estressor, que pode ter impactado nas relações familiares e na saúde mental de seus membros (PRIME; WADE; BROWNE, 2020), especialmente das crianças e dos adolescentes. Estudos (BROWN et al., 2020; KEER et al., 2021; LEE et al., 2021) têm apontado que, durante a pandemia da covid-19, foi constatado um elevado índice de estresse, ansiedade e depressão em pais e mães, o que pode ter gerado práticas parentais negativas dirigidas aos filhos. Também foram identificados problemas de saúde mental nas crianças

e nos adolescentes (LOADES et al., 2020; RUBILAR et al., 2022; GOMES et al., 2021; MAGSON et al., 2021).

Nas famílias em situação de vulnerabilidade, como as de baixo nível socioeconômico e escolar, e problemas de saúde mental dos familiares responsáveis por crianças e adolescentes o risco de adaptação negativa aos impactos da pandemia é maior. Por outro lado, a coesão familiar e as redes de apoio social e afetivo são fatores de proteção ao ajustamento e ao bem-estar de crianças e adolescentes, uma vez que contribuem para amortecer o impacto das crises, como a pandemia (Skinner et al., 2021).

## **Parentalidade na pandemia com adolescentes**

Na adolescência, os jovens deslocam-se mais para as relações sociais e tendem a formar grupos de amigos, com a marca das intensas transformações biológicas, cognitivas e psicossociais, o que repercute não só no adolescente como também em sua relação com a família. Esse é um período em que demonstram mais autonomia em relação aos pais e mais envolvimento com os pares, especialmente visando estabelecer a sua identidade (STEINBERG; SILK, 2002). Não obstante, essas nuances não são vivenciadas da mesma forma em todos os contextos socioculturais e econômicos, que definem comportamentos e organizações familiares para cada grupo social (FONSECA, 2011). Essa etapa do desenvolvimento é aquela em as relações sociais se ampliam, e a autonomia e a identidade do sujeito começam a ser estruturadas. Porém, apesar de os adolescentes se aproximarem de seus pares, as relações familiares continuam a ser significativas para eles (COLEY et. al., 2013; STEINBERG; SILK, 2002).

O adolescente se desloca para o social com o objetivo de se estruturar para além da família, no contato com os pares, seja na escola, na praça ou no clube. Para os que exercem a parentalidade,

cuidar/educar do sujeito adolescente pode ser muito desafiador e exige, em muitas circunstâncias, a reorganização das formas de se relacionar estabelecida na família e dela com o meio social e escolar. O exercício da parentalidade dirigida ao adolescente envolve arsenal diferente da parentalidade para as crianças, pois implica a construção do sujeito como adulto, com autonomia e independência, o que exige muito dos familiares envolvidos (COLEY et. al., 2013; STEINBERG; SILK, 2002).

Devido à pandemia da covid-19, definiu-se, como medida para conter a proliferação do vírus, o distanciamento social, que interferiu, de maneira inesperada, no cotidiano das famílias e de seus integrantes, entre eles, os adolescentes (SILVA et al., 2020). De repente, as famílias tiveram que ficar em casa, sem ter contato físico/presencial com outras pessoas da família, da comunidade, do trabalho, da escola, do clube, da praça e da igreja, e as relações sociais ficaram restritas aos contatos por meio de redes sociais e de telefone. Então, se nos contextos típicos, exercer o papel parental já era uma desafio, na pandemia, isso resultou em um nível de esgotamento emocional muito maior (SILVA et al., 2020). Os familiares que exercem a parentalidade tiveram que lidar com novos desafios, como o de organizar a casa e os horários para as demandas do trabalho, agora com a presença dos filhos em casa durante o todo o tempo, ou, no caso do trabalho presencial, lidando com mais riscos de se contaminar pelo vírus.

Ademais, as medidas de restrições foram difíceis, particularmente, para crianças e adolescentes, por se encontrarem em fase de mais vulnerabilidade desenvolvimental. Quanto aos adolescentes, precisaram das conexões com os pares para o suporte emocional (MAGSON et al., 2021). Em função das medidas de isolamento, eles passaram menos tempo com os pares e mais tempo em contato direto com seus familiares, o que pode ter aumentado o controle deles sobre o comportamento de seus filhos. Assim, passar mais tempo juntos pode ter constituído um apoio mútuo para familiares e adolescentes.

Por outro lado, a depender da qualidade dessa relação, pode ter gerado mais conflito entre ambos. Nesse sentido, uma boa relação entre pais, mães e filhos pode ter moderado o impacto dos efeitos da pandemia em ambos.

Isso posto, pode-se afirmar que, devido ao seu potencial estressor, a pandemia de covid-19 - seja por causa das notícias de contaminação e de morte, da repercussão na economia e na política mundial e do distanciamento social - repercutiu negativamente nos indivíduos e nos grupos, especialmente nos contextos familiares e em suas relações, no exercício da parentalidade e no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Logo, é necessário compreender como foram estabelecidas as relações familiares entre pais, mães e adolescentes nesse período pandêmico.

As reflexões sobre o impacto que a pandemia da covid-19 causou nas práticas da parentalidade dirigida a esse público e as possíveis consequências em seu desenvolvimento abrem a perspectiva de compreender a ação parental em situações de estresse e viabilizar ações de caráter preventivo. Nessa perspectiva, o presente estudo é guiado pelas seguintes questões: Quais as práticas parentais utilizadas na educação dos filhos adolescentes durante a pandemia? Como os/as pais/mães têm se sentido no exercício da parentalidade com os/as filhos/as adolescentes na pandemia? O nível de escolaridade e a renda familiar dos familiares apresentam associação com as práticas parentais direcionadas aos filhos? Para responder a essas questões, este estudo objetivou analisar a parentalidade dirigida a adolescentes no período da pandemia de covid-19.

## **Método**

A amostra deste estudo compôs-se de 86 familiares - mães, pais, avós, tias e demais responsáveis por cuidar de adolescentes com idades entre 12 e 17 anos, de diferentes regiões do Brasil. Os critérios

de inclusão adotados no estudo foram ser maior de 18 anos, ter filhos com idades entre 12 e 17 anos e residir em alguma região do Brasil.

Este projeto foi elaborado e aplicado em meados de 2021 até Abril de 2022, ou seja, envolveu tanto o momento em que o vírus da COVID ainda causava inúmeras mortes, e o mundo estava com restrições de contatos sociais, quanto o início do afrouxamento do distanciamento social. Foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Integração do Sertão (FIS) e aprovado (CAAE número 51443521.7.1001.8267). Em seguida, a proposta da pesquisa foi divulgada via redes sociais, *e-mail* e pelo procedimento *snowball sampling* (amostragem por bola de neve). Esse procedimento é uma técnica de amostragem não probabilística, em que os primeiros indivíduos já recrutados para o estudo convidam novos participantes de suas redes de amigos e conhecidos (BREAKWELL et al. 2010).

Para divulgar a pesquisa, recorreu-se ao link de acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), ao formulário com informações dos dados sociodemográficos e a um questionário da pesquisa, disponibilizados na plataforma online *Google* Formulários. Depois de confirmar aceitar participar da pesquisa, por meio do preenchimento do TCLE, os familiares participantes responderam ao formulário autoaplicável, com três etapas: um questionário sociodemográfico; um questionário sobre parentalidade na pandemia (15 questões) e um questionário sobre parentalidade e atividade profissional na pandemia (12 questões). As questões sobre parentalidade foram distribuídas em uma escala tipo *likert*, que variou de 1 a 5 pontos, com a seguinte discriminação: 1 correspondia a nunca; 2, a muito raramente; 3, a frequentemente; 4, a muito frequentemente; e 5, a sempre. A seguir, são apresentadas as informações mais detalhadas sobre as etapas do formulário de pesquisa:

- Primeira etapa: Visou obter informações sociodemográficas como sexo e idade dos familiares e dos filhos; número de filhos; nível de escolaridade; profissão; situação conjugal; se trabalha em home

office ou fora de casa; se compõe o grupo de risco; renda familiar e composição familiar.

- Segunda etapa: O objetivo foi de adquirir respostas dos familiares sobre a parentalidade; a dinâmica da interação da figura parental e dos filhos; as práticas educativas; a rotina diária com os filhos; e a percepção sobre o comportamento e o desenvolvimento dos filhos no contexto da pandemia.

- Terceira etapa: Objetivou coletar dados mais específicos sobre as consequências do tipo de trabalho exercido (home office ou no ambiente convencional) pelas mães, pais ou outra figura parental, como, por exemplo, de quantas horas é a jornada de atividades laborais do participante e de quanto tempo ele dispõe para cuidar de seu(s) filho(s) ou ajudá-los nas atividades escolares.

Para este estudo, foram consideradas informações da primeira e da segunda etapas do formulário. As respostas obtidas na coleta dos dados foram inseridas no sistema *Statistical for the Social Sciences* (SPSS), em que foi adotado o nível de significância de  $p \leq 0,05$ , e submetidas a análises descritivas (frequências e percentuais) e à análise de correlação entre as variáveis investigadas. Os resultados foram discutidos à luz de estudos da área de Psicologia do Desenvolvimento sobre o tema parentalidade e desenvolvimento infanto-juvenil e o contexto da pandemia.

## **Resultados**

A apresentação dos resultados foi organizada em três subtópicos: as informações sociodemográficas; as práticas parentais e os sentimentos dos familiares em relação à parentalidade na pandemia.

### **Informações sociodemográficas**

A média de idade dos familiares foi de 43 anos (DP = 9,085), e dos(as) filhos(as) adolescentes, de 14 anos (DP = 1,314). Na tabela I, apresentam-se seus dados sociodemográficos. A maioria dos sujeitos

da pesquisa era composta de mulheres (83,7%), dentre os quais, 47,7%, de cor parda, e 29,1%, de cor branca; casados(as) (50%); nível de escolaridade de ensino superior (72,1%); renda familiar entre um e três salários mínimos (31,4%; R\$1.045,01 até R\$ 3.135,00) na época da pesquisa; religião predominantemente católica (47,7%) e espírita (20,9%). As famílias tinham, em média, dois filhos, e a maioria era constituída de dois membros (geralmente, o casal); 94,1% dos familiares residiam na região nordeste, sendo 89,5% de cidades do interior dessa região; 29,1% dos familiares declararam estar em trabalho *home office* durante a pandemia; 48,8%, trabalho presencial; e 22,1% estavam desempregados.

Tabela I: Dados sociodemográficos dos familiares (N = 86)

<b>Dados sociodemográficos</b>	<b>N (%)</b>
<b><i>Gênero</i></b>	
Feminino	72 (83,7)
Masculino	14 (16,3)
<b><i>Cor</i></b>	
Parda	41 (47,7)
Branca	25 (29,1)
Preta	17 (19,8)
Amarela	3 (3,5)
<b><i>Nível de escolaridade</i></b>	
Ensino Fundamental	4 (4,7)
Ensino Médio	20 (23,3)

<b>Dados sociodemográficos</b>	<b>N (%)</b>
Ensino Superior	62 (72,1)
<b><i>Estado civil</i></b>	
Casado	43 (50)
Solteiro	19 (22,1)
União estável	12 (14)
Divorciado	10 (11,6)
Viúvo	2 (2,3)
<b><i>Renda familiar</i></b>	
Até 1 salário mínimo (R\$1.045,00)	18 (20,9)
1 a 3 salários mínimos (R\$1.045,01 até R\$3.135,00)	27 (31,4)
3 a 6 salários mínimos (R\$3.135,01 até R\$6.270,00)	19 (22,1)
09 a 12 salários mínimos (R\$6.270,01 até R\$12.540,00)	11 (12,8)
Acima de 12 salários mínimos (R\$12.540,01 em diante)	11 (12,8)
<b><i>Religião</i></b>	
Católica	41 (47,7)
Evangélica	18 (20,9)
Espírita	4 (4,7)
Matriz africana	3 (3,5)
Não possui religião	11 (12,8)

<b>Dados sociodemográficos</b>	<b>N (%)</b>
Outra	9 (10,5)
<b><i>Região de moradia</i></b>	
Bahia	50 (58,1)
Pernambuco	24 (27,9)
Paraíba	5 (5,8)
Minas Gerais	2 (2,3)
Piauí	2 (2,3)
São Paulo	2 (2,3)
Goiás	1 (1,2)
<b><i>Localização</i></b>	
Capital	10 (9,5)
Interior do Estado	77 (89,5)
<b><i>Situação do trabalho</i></b>	
Presencial	42 (48,8)
Home office	25 (29,1)
Desempregado/a	19 (22,1)

Fonte própria

De acordo com os participantes, em relação às atividades escolares durante a pandemia, 55% dos adolescentes estavam em atividades on-line; 19%, em formato híbrido; e 10%, em atividade escolar presencial. Ao serem questionados sobre o tempo que disponibilizavam para seus filhos na pandemia, 38% dos familiares responderam um tempo de uma a três horas/dia; 20%, de três a seis horas/dia; 20%, mais de seis horas/dia; e 08%, menos de uma hora/dia com o(a) filho(a).

## Práticas parentais

No que diz respeito às *práticas parentais na educação dos filhos durante a pandemia*, o diálogo (22,1% frequentemente; 17,4%, muito frequentemente; e 54,7%, sempre, totalizando 94,2%) e o *carinho* (24,4%, frequentemente; 12,8%, muito frequentemente; e 53,5%, sempre, totalizando 90,7%) foram apontados como práticas mais utilizadas pelos familiares. Outras formas de *interação* apresentaram 74,4% das práticas utilizadas pelas mães (33,7%, frequentemente; 15,1%, muito frequentemente; e 25,6%, sempre). Quanto a *gritar* e a *castigar* os filhos, foram as práticas menos utilizadas pelos familiares, com o seguinte resultado, respectivamente: 33,7% (17,4%, frequentemente; 10,5%, muito frequentemente; e 5,8%, sempre) e 5,9% (4,7%, frequentemente; e 1,2%, sempre). A tabela II apresenta os resultados sobre as práticas parentais.

Tabela II – Frequência e percentuais das práticas parentais na relação com os adolescentes na pandemia (n = 86)

	<b>Diálogo</b> f %	<b>Carinho</b> f %	<b>Interação</b> f %	<b>Gritos</b> f %	<b>Castigo físico</b> f %
Nunca	00 (0,0)	00 (00)	03 (3,5)	15 (17,4)	57 (66,2)

	<b>Diálogo</b> f %	<b>Carinho</b> f %	<b>Interação</b> f %	<b>Gritos</b> f %	<b>Castigo físico</b> f %
Muito raramente	05 (5,8)	08 (9,3)	19 (22,1)	42 (48,9)	24 (27,9)
Frequentemente	19 (22,1)	21 (24,4)	29 (33,7)	15 (17,4)	04 (4,7)
Muito frequentemente	15 (17,4)	11 (12,8)	13 (15,1)	09 (10,5)	00 (0)
Sempre	47 (54,7)	46 (53,5)	22 (25,6)	05 (5,8)	01 (1,2)
<i>Total</i>	86 100	86 (100)	86 (100)	86 (100)	86 (100)

Fonte própria

Ainda de acordo com a tabela II, apesar da baixa frequência, para 5,8% dos familiares, *conversar* com os filhos foi uma prática utilizada muito raramente durante a pandemia; 9,3% responderam que o *carinho* esteve presente na relação com os filhos muito raramente; 22,1%, muito raramente; e 3,5% disseram que nunca *interagiram* com o filho. Portanto, 25,6% dos familiares não tiveram interação com os filhos ou tiveram raramente. Sobre as práticas educativas negativas, 17,4% dos familiares afirmaram “gritar” frequentemente com os filhos; 10,5%, muito frequentemente; e 5,8% disseram que sempre utilizavam essa prática. Logo, 33,7% dos familiares usaram, em algum momento, o “grito” como estratégia educativa com os filhos. Por fim, 4,7% declararam que utilizam frequentemente, e 1,2%, que sempre utilizaram o *castigo físico* como prática na educação dos filhos durante a pandemia.

Com o intuito de verificar a associação entre as variáveis da escala *likert* sobre as práticas parentais e as variáveis ordinais sociodemográficas, realizou-se um teste de correlação de *Sperman* (em

função da não distribuição normal dos dados deste estudo). A tabela III mostra a associação significativa entre as práticas parentais investigadas e as variáveis sociodemográficas de nível de escolaridade e renda familiar.

Tabela III – Associação entre nível de escolaridade, renda familiar e práticas parentais

	1	2	3	4	5	6	7
1. 1. Escolaridade	1						
2. Renda familiar	.491 **	1					
3. Diálogo	-.001	-.038	1				
4. Carinho/afeto	-.043	.035	.737 **	1			
5. Grito	-.196 *	-.329 **	-.040	-.202 *	1		
6. Castigo físico	-.079	-.179 *	-.206 *	-.261 **	.364 **	1	
7. Interação	-.093	-.004	.494 **	.553 **	-.237 *	-.356 *	1

\* Correlação significativa ao nível de  $p < 0.05$

\*\* Correlação significativa ao nível de  $p < 0.01$

Fonte própria

A *escolaridade* apresentou associação significativa, negativa e baixa com a prática de ‘gritos’ na educação dos filhos durante a pandemia. Isso quer dizer que quanto maior a escolaridade dos familiares, menor a prática de ‘gritos’ com os filhos. A *renda familiar* apresentou associação significativa, negativa e baixa com os ‘gritos’ e o ‘castigo físico’. Assim, quanto maior a renda dos familiares, menor a prática de ‘gritos’ e castigos como método para educar os(as) filhos(as). Além disso, foi possível observar uma associação significativa, positiva e

forte entre a *escolaridade dos familiares* e sua *renda familiar* e encontrar associações significativas entre as categorias das práticas educativas parentais, com destaque para a associação positiva e forte entre a prática do *diálogo* e a *expressão de carinho*. Por meio do teste *r to z*, de transformação de *Fischer*, observou-se que o diálogo se associou mais fortemente com a expressão de carinho/afeto (.737,  $p < 0.01$ ) do que com o castigo físico (-.206,  $p < 0.01$ ) e com outras formas de interação (.494) ( $z = 6.094$ ,  $p < 0.01$ ).

### **Sentimentos dos familiares sobre a parentalidade na pandemia**

Ao serem questionados(as) sobre como se *sentiam no exercício da parentalidade com os(as) filhos(as) adolescentes*, a maioria dos familiares respondeu que se sentia satisfeita com o tempo que passava com os filhos (31,4%, frequentemente; 12,8%, muito frequentemente; e 29,1%, sempre), totalizando 73,3%. Quanto *ao apoio recebido do parceiro na educação dos filhos*, a maioria dos familiares (56,9%) também respondeu que se sentia apoiada (17,4%, frequentemente; 12,8%, muito frequentemente; e 26,7%, sempre). Por outro lado, quase metade dos familiares (43,1%) não se sentiu apoiado: 23,3%, raramente; e 19,8%, nunca (Tabela IV).

Apesar do sentimento de satisfação com o tempo passado com o filho e com o apoio recebido do parceiro na educação daquele, a maioria dos familiares (53,5%) (20,9% frequentemente, 12,8% muito frequentemente e 19,8% sempre) declarou que se *sentiu sobrecarregada* nessa função. A maioria (51,2%) também se *sentiu incapaz de exercer o papel parental* na pandemia: 22,1%, frequentemente; 9,3%, muito frequentemente; e 19,8%, sempre (Tabela IV).

Tabela IV - Frequência e percentuais dos sentimentos dos familiares sobre o exercício da parentalidade na pandemia

	Satisfeita com o tempo para o filho		Sentiu-se apoiada pelo parceiro		Sentiu-se sobrecarregada		Sentiu-se incapaz de exercer a parentalidade	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Nunca	5	5,8	17	19,8	13	15,1	23	26,7
Muito raramente	18	20,9	20	23,3	27	31,4	19	22,1
Frequentemente	27	31,4	15	17,4	18	20,9	19	22,1
Muito frequentemente	27	12,8	11	12,8	11	12,8	08	9,3
Sempre	25	29,1	23	26,7	17	19,8	17	19,8
<i>Total</i>	86	100	86	100	86	100	86	100

Fonte própria

Além disso, foi questionado aos familiares se eles vivenciaram emoções como preocupação ou ansiedade na pandemia, e a maioria (72,1%) respondeu que sim (33,7%, frequentemente; 16,3%, muito frequentemente; e 22,1%, sempre). Para 36,1% dos participantes, esse sentimento gerou problemas na relação com os filhos durante a pandemia.

## Discussão

De acordo com a análise dos resultados, os participantes da pesquisa disseram que cultivam mais práticas indutivas baseadas no diálogo, na aceitação e na empatia (HOFFMAN, 1994). A maioria (94,2%) apontou, como estratégia educacional e relacional, o diálogo com os filhos e escolheu afirmativas que descrevem o uso de carinho durante a pandemia (90,7%). Não houve dados comparativos que possam afirmar se houve aumento ou diminuição desse comportamento parental para os(as) adolescentes, contudo, a perspectiva do aumento da convivência familiar pode ter sido benéfica para a aproximação entre os familiares e os(as) adolescentes.

Esse dado mostra que o distanciamento social pode ter tornado a relação entre mães/pais/avós e filhos mais favorável ao contato físico, já que as famílias tiveram que estar mais próximas (WILKEN; DIAS, 2021). Assim, as práticas indutivas são extremamente relevantes para se construírem relações saudáveis, e os sujeitos têm mais chance de se preparar para os melhores comportamentos possíveis em eventos estressores dentro e fora da família (MONDIN, 2008).

As práticas parentais coercitivas também foram expressas por alguns familiares com o uso de gritos, castigos físicos e criticidade (HOFFMAN, 1984). Essas práticas são inadequadas para o desenvolvimento dos(as) adolescentes e podem ocasionar reações intensas, como medo e raiva (MARIN; PICCININI; GONÇALVES; TUDGE, 2012). Neste estudo, grande parte dos(as) respondentes referiu que gritaram com os filhos em algum momento da pandemia e lhes aplicaram algum tipo de castigo físico com frequência. Isso pode ter relação com o evento estressor que foi a pandemia de covid-19, como demonstrado no estudo de Janssen et al. (2020), em que as mães que apresentaram mais preocupações com o cenário pandêmico tinham reações mais críticas em relação aos seus filhos, e indicar a existência de práticas parentais coercitivas pareadas com as indutivas.

A análise de correlação entre as variáveis sociodemográficas mostrou associação entre a renda familiar e o uso de práticas parentais negativas, assim como entre o nível de escolaridade das participantes e o uso dessas práticas. Isso indica que, quanto menor a renda e mais baixo o nível socioeconômico dos familiares, mais eles usam práticas parentais negativas, como castigo físico e 'gritos' na relação com os filhos adolescentes. Neste estudo, 20,9% dos familiares recebiam até um salário mínimo, e 31,4%, entre um e três salários mínimos. Ressalta-se que, para as famílias com renda menor, as mudanças ocorridas em função da pandemia podem dificultar o provimento das necessidades básicas dos filhos, aumentar o nível de estresse, diante das incertezas e das preocupações geradas pelo

contexto pandêmico e influenciar o uso de práticas educativas negativas (SCRIMIN ET AL., 2022; VAN LANCKER; PAROLIN, 2020).

Por outro lado, a maioria (72,1%) apresenta nível de escolaridade superior. Essa é uma variável que pode moderar o impacto dos efeitos da renda na parentalidade, uma vez que o maior nível de escolaridade está associado a maior conhecimento sobre os processos de desenvolvimento humano (ALVARENGA et al., 2020; RIBAS JR; MOURA; BORNSTEIN, 2003), e propiciar relações mais saudáveis entre pais, mães e filhos.

Diversas pesquisas (ALVARENGA; MAGALHÃES; GOMES, 2012; MARIN; PICCININI; GONÇALVES; TUDGE, 2012; KNUTSON; DEGARMO; KOPPL; REID, 2005) têm apontado a relação entre o baixo nível socioeconômico e as práticas educativas coercitivas. Além do baixo nível socioeconômico, são apontados fatores como: estresse e abuso de substâncias (CARPENTER; DONOHUE, 2006), falta de rede de apoio social (CECCONELLO; ANTONI; KOLLER, 2003), baixa escolaridade (RIBAS; MOURA; BORNSTEIN, 2003) e monoparentalidade (GROGAN-KAYLOR; OTIS, 2007).

A esse respeito, podemos destacar o estudo de Carmo e Alvarenga (2012), que investigaram as práticas educativas coercitivas de mães de diferentes níveis socioeconômicos em Salvador - BA: 20 mães de nível socioeconômico baixo e 20 de nível socioeconômico médio/alto. Os resultados mostraram que, em cada grupo, a punição verbal foi a mais citada. No entanto, no grupo de mulheres de nível socioeconômico baixo, a segunda opção mais citada foi a punição física (25%), enquanto no grupo de mães de nível socioeconômico médio/alto, a segunda opção foi a retirada de privilégios/castigo (23%).

Assim, para os autores, pessoas que pertencem a camadas sociais menos favorecidas têm piores condições de moradia em bairros com índices de violência maiores, o que implica um nível de estresse elevado e compromete a qualidade de vida. Segundo Margolin e Gordis (2003), famílias sujeitas a contínuos eventos aversivos têm um

alto grau de estresse, que se configuram em agressão nas relações familiares com mais frequência, o que pode se relacionar com o momento em que foi realizada a pesquisa atual, já que o período pandêmico foi um episódio estressor para muitas famílias, como já dito anteriormente.

Apesar da renda familiar relativamente baixa da maioria dos participantes deste estudo e do uso frequente de algumas práticas educativas coercitivas, é possível que o maior envolvimento dos familiares com os filhos por meio do diálogo e da expressão de carinho ofereça um ambiente de apoio e de proteção a eles. Esse contexto responsivo pode ter um efeito moderador nos possíveis impactos das dificuldades econômicas e do cenário estressor da pandemia (WANG et al., 2022), expressos em sentimentos de ansiedade e preocupação pelas mães, na saúde e no desenvolvimento geral dos adolescentes. Além disso, o elevado nível de escolaridade da maioria dos participantes contribui para o acesso aos conhecimentos sobre as características desenvolvimentais do adolescente (RIBAS JR; MOURA; BORNSTEIN, 2003), o que repercute positivamente em seu desenvolvimento e a qualidade da relação entre ambos.

Outro achado relevante da pesquisa foi o fato de a maioria responder positivamente sobre a satisfação com o tempo que disponibilizava para dar atenção aos seus filhos durante o período de pandemia. Uma explicação para isso pode ser que, em algumas famílias, por causa do distanciamento social e por estarem mais tempo juntos, tanto do(a) adolescente quanto da figura parental, foi possível aumentar o tempo de interação entre esses familiares, embora a maioria tenha respondido passar entre uma e três horas diárias interagindo com o filho. Dados semelhantes foram encontrados no estudo de Wilken e Dias (2021), em que os participantes da pesquisa apontaram ficar mais próximos dos outros membros da família e ter mais tempo disponível para conviver com a família durante a pandemia.

Lemos, Barbosa e Monzato (2021) também contribuíram com o assunto ao realizar um estudo com mães que trabalhavam em *home office* durante a pandemia. Elas declararam que se sentiam mais satisfeitas com o convívio familiar, apesar do aumento da carga de trabalho. Nesse sentido, vale ressaltar que o trabalho em formato remoto pode propiciar mais oportunidades de contato com os membros da família por causa da flexibilidade que o compõe, com momentos de interação, principalmente durante as refeições e as pausas do trabalho, apesar da sobrecarga (SPURK; STRAUB, 2020).

Isso se justifica porque os resultados desta pesquisa apontaram que a maioria dos familiares se sentiram sobrecarregados e incapazes de exercer o papel parental no cuidado com seus filhos. Isso pode ser explicado, principalmente, quando se leva em consideração o alto nível de participação do sexo feminino na pesquisa, a maioria de cor parda/preta (67,5%). Portanto, cabe à mulher, historicamente, a maior responsabilidade pelos afazeres domésticos e o cuidado com os filhos (GORDON; WHELAN-BERRY, 2004; LEE; ZVONKOVIC; CRAWFORD, 2014; MELO; THOMÉ, 2018).

O papel da figura parental passou por fortes modificações a partir da década de 1980, com novas formas de organização da sociedade e movimentos sociais importantes, como a inserção da mulher no trabalho e a oposição em relação à estrutura familiar tradicional, em que o homem era o único responsável por trabalhar e prover o sustento do lar, e a mulher, a única responsável pelos afazeres domésticos e pela educação dos filhos. Porém, atualmente, apesar de a mulher estar participando bem mais do mercado de trabalho e das finanças familiares, a divisão das tarefas domésticas e a criação e a educação dos filhos parecem não acompanhar proporcionalmente as mudanças advindas desse processo.

Dados encontrados nesta pesquisa, em que as mulheres são maioria (83,7%) e casadas (50%), reforçam essas considerações, tendo em vista que 23,3% delas responderam ‘muito raramente’ se sentem apoiada; 19,8%, que nunca se sentem apoiadas pelo outro genitor nos

cuidados com o(a) filho(a); 19,8%, que sempre se sentem sobrecarregadas; e 12,8% responderam que ‘muito frequentemente’ se sentem sobrecarregadas com essa tarefa (Consultar a tabela IV).

Além de a figura feminina se dividir entre os cuidados com a casa e com os filhos, tem necessidade de dar conta das atividades laborais, o que gera ainda mais sobrecarga, e as jornadas de trabalho se multiplicam (LEMOS; BARBOSA, MONZATO, 2021; SILVA et al., 2020). Atrelado ao contexto da pandemia, o trabalho em formato *home office* promoveu a junção das jornadas de trabalho formal em casa, as tarefas domésticas e as práticas parentais, o que gerou impacto no controle das atividades profissionais, na rotina e nas relações familiares.

Em uma pesquisa que realizaram com pesquisadoras docentes a respeito da maternidade e da sobrecarga de trabalho durante a pandemia de COVID-19, Souza e Machado (2021) referiram que elas mencionaram que tinham dificuldade de gerir o espaço de trabalho *home office*, as atividades maternas e os afazeres domésticos, portanto, foram acometidas de esgotamento físico e mental no final da jornada de trabalho. A ansiedade e o estresse nas mulheres foram clinicamente maiores durante o período do distanciamento social devido à pandemia, o que também provocou mudanças em sua rotina pessoal de cuidado e menos tempo para elas próprias (RACINE ET AL., 2021; MARCHETT, ET AL., 2020; TCHIMTCHOUA, 2020; YUE ET AL., 2020).

Além do impacto negativo na vida das mulheres, principalmente em sua saúde mental, conforme observado nas respostas do instrumento da pesquisa, essa sobrecarga reflete na relação com os filhos e na saúde mental deles. A esse respeito, o estudo de Romero et al. (2020) realizado na Espanha demonstrou que o sofrimento da figura parental, durante o confinamento, foi o fator-chave para consequências importantes nas práticas parentais e no comportamento infantil. Das 1.123 crianças participantes, de 30% a 40% apresentaram distúrbios comportamentais. Os maiores escores

médios foram relacionados aos fatores de hiperatividade e problemas de conduta e emocionais.

Por fim, reitera-se, com os resultados desta pesquisa, que o exercício da parentalidade pode ser afetado e, conseqüentemente, modificado por circunstâncias estressoras e repercutir negativamente no desenvolvimento do adolescente. Pode-se, pois, afirmar que o cenário pandêmico tem potencial para alterar as relações em diversos níveis, já que os vínculos afetivos passaram a ser mediados por diversos fatores estressores e, em algumas esferas, as práticas educativas parentais foram afetadas, como foi constatado nesta pesquisa.

## **Considerações finais**

A pandemia de covid-19 alterou a dinâmica familiar em diversas partes do mundo e de diferentes formas. Este estudo trouxe alguns achados para fomentar a discussão acerca dos impactos da pandemia da Covid-19 na parentalidade com filhos adolescentes no contexto brasileiro. Espera-se que os resultados encontrados nesta pesquisa possam auxiliar grupos de apoio aos familiares a melhorarem a dinâmica interacional com os adolescentes e otimizar o desenvolvimento saudável.

Algumas limitações precisam ser citadas, como a participação reduzida da figura masculina nas respostas para o instrumento; a não inserção dos adolescentes como participantes do estudo, assim como o limitado número de participantes na composição da amostra. Portanto, sugere-se que novos estudos possam ser realizados no sentido de superar as limitações aqui expostas.

Ressalte-se, no entanto, que, apesar das limitações da amostra e da amplitude deste estudo, os dados remontam às práticas parentais tradicionais, em que as mulheres/mães são os sujeitos implicados mais diretamente no exercício da parentalidade. Esse fator tem

acentuado o adoecimento físico e mental no gênero feminino e, devido à pandemia, tornou-se mais efetivo. Outro aspecto levantado pelo estudo está diretamente vinculado às práticas parentais indutivas e coercitivas, que denunciam as distâncias socioeconômicas e educacionais dos(das) participantes e podem apontar a perspectiva de que estados estressores aumentam as chances de práticas coercitivas dirigidas às crianças e aos(as) adolescentes.

Os autores são gratos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - UNIVASF, pela bolsa de pesquisa de Iniciação Científica concedida à terceira autora deste capítulo, e aos membros do Laboratório de Estudos em Desenvolvimento Infantil e Processos Psicossociais (LEDIPPSI - UNIVASF) e aos membros do Núcleo de Pesquisa em Comportamento, Desenvolvimento e Cultura - (NCDC - UFRB) pelo apoio recebido.

## Referências Bibliográficas

ALVARENGA, Patrícia; SOARES, Zelma Freitas; SALES, Paula Kleize Costa; ANJOS-FILHO, Nilton Correia. Escolaridade materna e indicadores desenvolvimentais na criança: mediação do conhecimento materno sobre o desenvolvimento infantil. **Psico**, v. 51, n. 1, p. 1-14, 2020.

ALVARENGA, Patrícia; WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj; BOLSONI-SILVA, Alessandra Turini. Cuidados parentais e desenvolvimento socioemocional na infância e na adolescência: uma perspectiva analítico-comportamental. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 18, n. 1, p. 4-21, 2016.

ALVARENGA, Patrícia; MAGALHÃES, Mauro de Oliveira; GOMES, Quele de Souza. Relações entre práticas educativas maternas e problemas de externalização em pré-escolares. **Estudos de Psicologia**, v. 29, n. 1, 33-42, 2012.

BARRETO, Nilo Manoel Pereira Vieira et al. Vulnerabilidades sociais relacionadas à infecção e mortalidade por covid-19: uma revisão sistemática. **Revista de Saúde Coletiva da UEFS**, v. 11, n. 2, 2021.

BREAKWELL, Gynis M. et al. Métodos de pesquisa em psicologia. In: **Métodos de pesquisa em psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 3 ed.; 2010, 503p.

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano**: tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed, 1ª ed., 2011, 310p.

BROWN, Samantha M. et al. Stress and parenting during the global COVID-19 pandemic. **Child abuse & neglect**, v. 110, p. 104-699, 2020.

CARMO, Paulo Henrique Barbosa do; ALVARENGA, Patrícia. Práticas educativas coercitivas de mães de diferentes níveis socioeconômicos. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 17, n. 2, p. 191-198, 2012.

CARPENTER, Alisha; DONOHUE, Brad. Parental satisfaction in child abuse and neglect: A review of standardized measures. **Aggression and violent behavior**, v. 11, n. 6, p. 577-586, 2006.

CECCONELLO, Alessandra Marques; DE ANTONI, Clarissa; KOLLER, Sílvia Helena. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. **Psicologia em Estudo**, v. 8, p. 45-54, 2003.

CIOTTI, Marco et al. The COVID-19 pandemic. **Critical reviews in clinical laboratory sciences**, v. 57, n. 6, p. 365-388, 2020.

COLEY, Rebekah Levine et al. Relations between housing characteristics and the well-being of low-income children and adolescents. **Developmental psychology**, v. 49, n. 9, p. 1775, 2013.

COYNE, Lisa W. et al. First things first: Parent psychological flexibility and self-compassion during COVID-19. **Behavior analysis in practice**, v. 14, n. 4, p.1092-1098, 2021.

DA SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves. Uma história sobre pandemia (Covid-19), isolamento e fundamentos microeconômicos de políticas públicas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 25, n. 80, 2020.

DE MELO, Hildete Pereira; THOMÉ, Débora. **Mulheres e poder**: histórias, ideias e indicadores. Editora FGV, 2018.

FONSECA, Ana Lucia B. da. **Gravidez, maternidade e análise comportamental da cultura**: Crenças e atitudes de Agentes Comunitários de Saúde e adolescentes grávidas do sertão do Brasil. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação da UFES, 2011.

GOMES, Aline Dias et al. Emotions manifested by school adolescents in the COVID-19 pandemic. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, 2021.

GORDON, Judith R.; WHELAN-BERRY, Karen S. It takes two to tango: An empirical study of perceived spousal/partner support for working women. **Women in management review**. v. 19, n. 5, p. 260-273, 2004.

GROGAN-KAYLOR, Andrew; OTIS, Melanie D. The predictors of parental use of corporal punishment. **Family Relations**, v. 56, n. 1, p. 80-91, 2007.

HOFFMAN, Martin L. Discipline and internalization. **Developmental Psychology**, v. 30, n.1, p. 26-28, 1994.

HOGHUGH, Masud. Parenting: an introduction. In: HOGHUGH, Masud; LONG, Nicholas. (Orgs.) **Handbook of parenting**: Theory and research for practice. p. 1-18, 2004.

JANSSEN, Loes HC et al. Does the COVID-19 pandemic impact parents' and adolescents' well-being? An EMA-study on daily affect and parenting. **PloS one**, v. 15, n. 10, 2020.

KERR, Margaret L. et al. Parenting during COVID-19: a study of parents' experiences across gender and income levels. **Family Relations**, v. 70, n. 5, p. 1327-1342, 2021.

KNUTSON, John F. et al. Care neglect, supervisory neglect, and harsh parenting in the development of children's aggression: A replication and extension. **Child maltreatment**, v. 10, n. 2, p. 92-107, 2005.

LEBOW, Jay L. Family in the age of COVID-19. **Family process**, v. 59, n. 2, p. 309-312, 2020.

LEE, NaYeon; ZVONKOVIC, Anisa M.; CRAWFORD, Duane W. The impact of work-family conflict and facilitation on women's perceptions of role balance. **Journal of Family Issues**, v. 35, n. 9, p. 1252-1274, 2014.

LEE, Shawna J. et al. Parenting activities and the transition to home-based education during the COVID-19 pandemic. **Children and Youth Services Review**, v. 122, p. 105-585, 2021.

LEMOS, Ana Heloísa da Costa; BARBOSA, Alane de Oliveira; MONZATO, Priscila Pinheiro. Mulheres em home office durante a pandemia da covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. **Revista de Administração de Empresas**, v. 60, p. 388-399, 2021.

LOADES, Maria Elizabeth et al. Rapid Systematic Review: The Impact of Social Isolation and Loneliness on the Mental Health of Children and Adolescents in the Context of COVID-19. **Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry**, v. 59, n. 11, p. 1218-1239. e3, 2020.

MACANA, Esmeralda Correa; COMIM, Flávio. O papel das práticas e estilos parentais no desenvolvimento da primeira infância. In: PLUCIENNIK, Gabriela Aratang; LAZZARI, Márcia Cristina; CHICARO, Marina Fragata (Orgs.). **Fundamentos da família como promotora do desenvolvimento infantil: parentalidade em foco**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal - FMCSV, p. 34-47, 2015.

MAGSON, Natasha R. et al. Risk and protective factors for prospective changes in adolescent mental health during the COVID-19 pandemic. **Journal of youth and adolescence**, v. 50, n. 1, p. 44-57, 2021.

MARCHETTI, Daniela et al. Parenting-related exhaustion during the Italian COVID-19 lockdown. **Journal of pediatric psychology**, v. 45, n. 10, p. 1114-1123, 2020.

MARGOLIN, Gayla; GORDIS, Elana B. Co-occurrence between marital aggression and parents' child abuse potential: The impact of cumulative stress. **Violence and victims**, v. 18, n. 3, p. 243-258, 2003.

Marin, Angela Helena; Piccinini, C. A., Gonçalves, T. R., & Tudge, J. R. (2012). Práticas educativas parentais, problemas de comportamento e competência social de crianças em idade pré-escolar. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 17, n. 1, 05-13.

MONDIN, Elza Maria Canhetti. Práticas educativas parentais e seus efeitos na criação dos filhos. **Psicologia Argumento**, v. 26, n. 54, p. 233-244, 2008.

WANG, Ming-Te et al. Adolescent psychosocial adjustment during COVID-19: an intensive longitudinal study. **Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology**, p. 1-16, 2022.

PEREIRA, Mara Dantas et al. A pandemia de COVID-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, 2020.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antonio dos. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em estudo**, v. 12, p. 247-256, 2007.

PRIME, Heather; WADE, Mark; BROWNE, Dillon T. Risk and resilience in family well-being during the COVID-19 pandemic. **American Psychologist**, v. 75, n. 5, p. 631, 2020.

RACINE, Nicole et al. Maternal depressive and anxiety symptoms before and during the COVID-19 pandemic in Canada: a longitudinal analysis. **The Lancet Psychiatry**, v. 8, n. 5, p. 405-415, 2021.

RIBAS JR, Rodolfo de Castro; MOURA, Maria Lucia Seidl de; BORNSTEIN, Marc H. Socioeconomic status in Brazilian psychological research: II. Socioeconomic status and parenting knowledge. **Estudos de psicologia** (Natal), v. 8, p. 385-392, 2003.

ROMERO, E. et al. Testing the effects of COVID-19 confinement in Spanish children: The role of parents' distress, emotional problems and specific parenting. **International journal of environmental research and public health**, v. 17, n. 19, p. 6975, 2020.

RUBILAR, Jael Vargas; RICHAUD, Maria Cristina; LEMOS, Viviana Noemi; BALABANIAN, Cinthia. Parenting and Children's Behavior During the COVID 19 Pandemic: Mother's Perspective. **Front Psychol.**, v. 13, p. 801-614, 2022.

SCRIMIN, Sara et al. Effects of Socioeconomic Status, Parental Stress, and Family Support on Children's Physical and Emotional Health During the COVID-19 Pandemic. **Journal of Child and Family Studies**, p. 1-14, 2022.

SILVA, Isabela Machado da et al. As relações familiares diante da COVID-19: recursos, riscos e implicações para a prática da terapia de casal e família. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 12-28, 2020.

SKINNER, Ann et al. Parent-adolescent relationship quality as a moderator of links between COVID-19 disruption and reported changes in mothers' and young adults' adjustment in five countries. **Developmental Psychology**, v. 57, n. 10, 1648-1666, 2021.

SOUZA, Lorena Francisco; MACHADO, Luiza Helena Barreira. Casa, maternidade e trabalho no distanciamento social: A "pandemia" da sobrecarga de trabalho para as mulheres. **Revista ANPEGE**, v. 17, n. 13, p. 282-308, 2021.

SPURK, Daniel; STRAUB, Caroline. Flexible employment relationships and careers in times of the COVID-19 pandemic. **Journal of vocational behavior**, v. 119, p. 103-435, 2020.

STEINBERG, Laurence; SILK, Jennifer S. Parenting adolescents. In: BORNSTEIN, Marc H. (Ed.), **Handbook of parenting: children and parenting**, v. 4. Lawrence and Erlbaum Associates Publishers, 2002.

TCHIMTCHOUA TAMO, Alain Rodrigue. An analysis of mother stress before and during COVID-19 pandemic: The case of China. **Health Care for Women International**, v. 41, n. 11-12, p. 1349-1362, 2020.

TUDGE, Jonathan Richard Henry; FREITAS, LB de L. Parentalidade: Uma abordagem ecológico-cultural. In: Piccinini, Cesar Augusto; Alvarenga, Patrícia (Orgs.). **Maternidade e paternidade: A parentalidade em diferentes contextos**. Casapsi Livraria e Editora LTDA, p. 171-196, 2012.

VAN LANCKER, Wim; PAROLIN, Zachary. COVID-19, school closures, and child poverty: a social crisis in the making. **The Lancet Public Health**, v. 5, n. 5, 2020.

WILKEN, Gisele; DA SILVA DIAS, Angélica Fonseca. Isolamento social, conversa e família em tempos de Covid-19. **Revista Scientiarum Historia**, v. 1, 2021.

XIAO, Yijing et al. Impacts of working from home during COVID-19 pandemic on physical and mental well-being of office workstation users. **Journal of Occupational and Environmental Medicine**, v. 63, n. 3, p. 181, 2021.

YUE, Jinming et al. Anxiety, depression and PTSD among children and their parent during 2019 novel coronavirus disease (COVID-19) outbreak in China. **Current Psychology**, p. 1-8, 2020.

CAPÍTULO 3

**PESQUISAS SOBRE PARENTALIDADE E  
DESENVOLVIMENTO INFANTO-JUVENIL: UMA REVISÃO  
SISTEMÁTICA**

*Andreia Eva Silva Azevedo Borges  
Adjácia Dias de Sousa  
Maria Tarciana de Almeida Barros*

**Introdução**

O Desenvolvimento Humano é visto como um processo multifacetado que tem o seu início na concepção e se estende até o fim da vida. Diante de tamanha complexidade, torna-se difícil um consenso a respeito do assunto, uma vez que, no âmbito das teorias do desenvolvimento, existem muitas discussões entre os teóricos a respeito dos princípios gerais que norteiam este processo. Contudo, se sabe que as facetas do desenvolvimento são construídas por meio das interações que ocorrem ao longo da vida entre sujeito e meio, ou seja, organismo e ambiente. Estas interações são capazes de interferir significativamente no processo de desenvolvimento geral, e de maneira pontual em crianças e adolescentes (RUTTER; MAUGHAN, 2002; BEE, 2011).

O desenvolvimento humano envolve os processos de maturação biológica e de aprendizagem, quando as experiências produzem mudanças emocionais e comportamentais (SHAFFER; KIPP, 2012). É preciso destacar que, ao longo da vida, o ser humano passa por diversas fases e é de fundamental importância que em cada uma delas desfrute de cuidados adequados para que possa se desenvolver

de forma integral. Nesse cenário, a qualidade dos cuidados parentais tem sido compreendida como uma variável importante para o desenvolvimento infantil (SROUFE, 2002; CARDOSO; VERÍSSIMO, 2013), o que evidencia a importância de refletir sobre a parentalidade e suas relações com o desenvolvimento humano. Cada etapa requer incentivos específicos e a falta deles ou oferta inadequada podem acarretar prejuízos ao desenvolvimento, principalmente na primeira e segunda infância, que compreende o período de 0 a 6 anos (LÜCKE, 2019).

Assim, o modo como cada um se desenvolve é único e subjetivo, contudo, existe uma concordância entre os desenvolvimentistas a respeito de algumas necessidades que precisam ser atendidas em determinados períodos da vida, para que o desenvolvimento aconteça de forma ordinária. Os bebês, por exemplo, são dependentes dos pais e ou cuidadores para sobreviverem, pois não possuem maturidade suficiente para garantir sua permanência de modo saudável (PAPALIA; FELDMAN, 2013). Além disso, o afeto está entre os fatores importantes para o desenvolvimento humano, pois as interações afetivas desde a gestação exercem influência no desenvolvimento integral e os processos afetivos antecedem qualquer outro processo ou comportamento (WALLON, 1968; 1971).

Já na adolescência, que segundo a Organização Mundial de Saúde (BRASIL, 2007), corresponde ao período entre 10 e 19 anos, temporada de transição entre a infância e a vida adulta, quando ocorrem mudanças físicas, cognitivas e psicossociais, as necessidades são de outra ordem. Para Senna e Dessen (2012), o adolescente é visto como um sujeito ativo, produto e produtor do seu desenvolvimento, que possui características próprias – individuais, psicológicas e biológicas – e sua interação e padrões relacionais estão diretamente ligados ao processo de desenvolvimento e construção da sua identidade.

A família, por sua vez, é parte fundamental no processo de desenvolvimento em qualquer fase. Nela, o indivíduo começa a

construir suas referências comportamentais, sua personalidade e habilidades sociais por meio da influência direta ou indireta de seus integrantes (RINHEL-SILVA; CONSTANTINO; RONDINI, 2012). Ao que se refere à parentalidade, esta corresponde às ações educativas, técnicas e métodos exercidos pelos adultos para socialização das crianças e adolescentes, no sentido de promover o desenvolvimento cognitivo, social e emocional destas, enfatizando seus comportamentos assertivos e adequados socialmente, além de corrigir os comportamentos compreendidos como inadequados (BAUMRIND, 1996; DARLING; STEINBERG, 1993; BACKES et al., 2020). Neste sentido, a parentalidade caracteriza-se pela expressão referente aos papéis e funções dos pais na vida dos filhos, assim como avós, tios ou qualquer pessoa que tenha relação parental com a criança e o adolescente.

A responsabilidade dos pais para com os filhos é compreendida como um princípio básico da parentalidade, podendo assumir formatos diversos a depender das características biopsicossociais dos genitores. Contudo, Borges (2010) considera que é atributo básico dos pais ofertarem aos seus filhos educação de qualidade, desenvolvimento capaz de alcançar as necessidades de saúde e bem-estar, mediar suas relações com o mundo, bem como a transmissão de valores sociais e de afeto. Portanto, a parentalidade corresponde a um elemento relevante no âmbito do desenvolvimento humano e seus efeitos ainda precisam ser mais bem compreendidos, a fim de promover maior suporte teórico à Psicologia.

Sendo assim, percebe-se a relevância do objeto de estudo exposto, visto que é importante conhecer mais a respeito das pesquisas sobre a relação entre parentalidade e desenvolvimento infanto-juvenil, enfocando seus principais resultados, tipos de estudos realizados e linhas de pesquisa (temáticas abordadas). Este é o objetivo desta revisão sistemática.

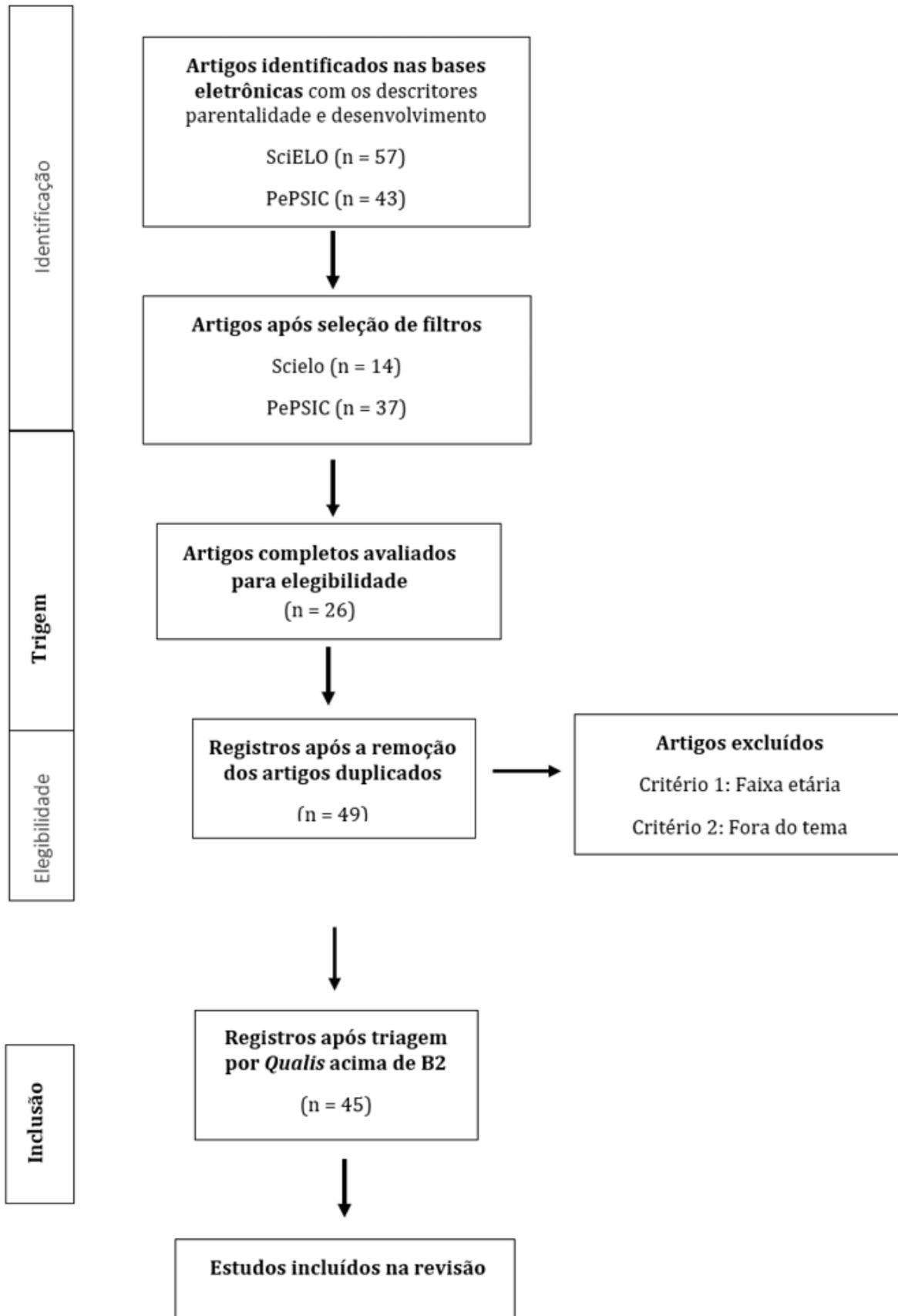
## Método

A coleta dos artigos ocorreu em abril de 2020, por meio de buscas eletrônicas na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e nos Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), com base na metodologia *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses - PRISMA* (MOHER; LIBERATI; TETZLAFF; ALTMAN, 2009). A escolha por estes indexadores foi motivada pela relevância e abrangência de produções nacionais, disponíveis na íntegra, no âmbito da Psicologia.

Foram usados os descritores “parentalidade” e “desenvolvimento”, combinados pelo operador booleano AND. Na SciELO, foram selecionados os filtros: coleções (Brasil), periódicos na área da Psicologia, idioma (português), ano de publicação 2011- 2020 e áreas temáticas da Psicologia. Nove periódicos foram selecionados, resultando em 14 artigos. Na PePSIC, foram encontrados 43 artigos e, após conferir manualmente ano de publicação (2011-2020) e idioma (português), obtiveram-se 37 artigos, somando um total de 51 artigos. Após isso, foram incluídos artigos de revistas que possuíssem o *Qualis* (sistema de classificação de produção científica) acima do estrato B2 na Psicologia e excluídos artigos fora da faixa etária de interesse (infância e adolescência) e fora da temática, resultando em um total de 26 artigos.

Dessa forma, as etapas referentes ao método foram: (1) levantamento nos periódicos indexados, de acordo com os descritores, filtros estabelecidos e critérios de inclusão e exclusão; (2) leitura dos títulos e dos resumos dos artigos, com posterior seleção daqueles diretamente relacionados ao tema; (3) leitura dos artigos selecionados na íntegra; (4) categorização dos trabalhos encontrados de acordo com a faixa etária, tipo de estudo e linha de pesquisa abordada e (5) busca aos principais resultados em cada linha de pesquisa.

**Figura 1.** Estrutura PRISMA dos Artigos Selecionados.



## Resultados

A seguir, serão apresentados os resultados encontrados após a leitura e categorização dos artigos selecionados, de acordo com: 1. Fase de desenvolvimento enfocada no estudo; 2. Tipo de estudo com base no método empregado e 3. Linha de pesquisa abordada.

### Fase de desenvolvimento abordada nos estudos

Na Tabela 1, são categorizados os estudos de acordo com a fase de desenvolvimento destacada: infância, adolescência e infância e adolescência concomitantemente.

**Tabela 1.** Fase de desenvolvimento abordada nos estudos

Fase	Autores	Periódico
Infância (n = 19)	Barbosa e Sampaio (2017)	Estudos de Psicologia
	Batistelli e Silva (2017)	Jornal de Psicanálise
	Borges et al. (2018)	Estudos de Psicologia, Campinas
	Castoldi et al. (2014)	Psicologia em Estudo
	Curvello e Mendes (2020)	Psicologia Clínica, Rio de Janeiro
	Féres-Carneiro et al. (2017)	Estilos Clínicos
	Ferreira et al. (2018)	Pensando Famílias

<b>Fase</b>	<b>Autores</b>	<b>Periódico</b>
	Guisso et al. (2019)	Contextos Clínicos
	Linhares e Enumo (2020)	Estudos de Psicologia, Campinas
	Mello et al. (2015)	Revista Subjetividades
	Mendes et al. (2019)	Estudos e Pesquisas em Psicologia
	Menezes e Scorsolini-Comin (2019)	Psicologia em Revista, Belo Horizonte
	Pereira Neto e Grzybowski (2020)	Pensando Famílias
	Rezende et al. (2019)	Psicologia: Teoria e Prática
	Schmidt et al. (2016)	Contextos Clínicos
	Silva e Herzberg (2016)	Boletim de Psicologia
	Silva e Lopes (2020)	Psicologia: Teoria e Pesquisa
	Silva et al. (2012)	Revista Brasileira de Psicanálise
	Silvia et al. (2015)	Psicologia Clínica, Rio de Janeiro
Adolescência (n = 4)	Barbosa e Wagner (2014)	Psicologia em Estudo
	Bonassi e Navarro (2018)	Vínculo, Revista do Nesme
	Machado et al. (2019)	Psicologia USP
	Oliveira et al. (2020)	Psicologia em Pesquisa

<b>Fase</b>	<b>Autores</b>	<b>Periódico</b>
Infância e adolescência (n = 3)	Gato e Fontaine (2014)	Psicologia & Sociedade
	Mosmann et al. (2017)	Estudos de Psicologia, Campinas
	Silva e Vieira (2018)	Estudos e Pesquisas em Psicologia

Fonte própria

## **Foco na infância**

A amostra contém 26 artigos, destes 19 têm a infância como foco. Pode-se observar que tais estudos não se limitam a questões unicamente referentes à infância e seus aspectos desenvolvimentais, antes abordam os mais diferentes contextos concernentes à parentalidade e como esta impacta o desenvolvimento. Por exemplo, observam-se estudos que enfocam: 1. Situações adversas que podem impactar no desenvolvimento normativo dos filhos, como abuso de drogas e doenças crônicas (SILVA; PIRES; GOUVEIA, 2015; SILVA; ALMEIDA; BARROS, 2012; REZENDE; CALAIS; CARDOSO, 2019); 2. Desafios enfrentados na socialização e regulação emocional dos pais em relação aos filhos (MENDES; SANT'ANNA; RAMOS, 2019; CURVELLO; MENDES, 2020); 3. Questões em torno do desenvolvimento da paternidade e os efeitos na construção da relação pais-filhos (CASTOLDI; GONÇALVES; LOPES, 2014; SCHMIDT; STAUD; WAGNER, 2016) e 4. O impacto que a chegada dos filhos tem na relação do casal (SILVA; LOPES, 2020).

## **Foco na adolescência**

Foram encontrados apenas quatro artigos que tematizam sobre a parentalidade e o desenvolvimento do adolescente especificamente. Nesse grupo, dois estudos buscaram compreender as narrativas construídas acerca do vínculo de parentesco por adoção, o insucesso na adoção e as atualizações dessas temáticas (MACHADO; FÉRES-CARNEIRO, MAGALHÃES; MELLO, 2019; OLIVEIRA; NEIS; FALCKE, 2020); um deles trouxe a importância parental na construção e manutenção de regras familiares (BARBOSA; WAGNER, 2014) e um artigo realizou avaliação psicológica e acolhimento da família no contexto de doença renal crônica e tratamento de hemodiálise de uma filha adolescente (BONASSI; NAVARRO, 2018).

### **Foco na infância e adolescência**

Na amostra, foram encontrados 3 artigos que enfocam a infância e a adolescência, destes, um investigou as relações entre parentalidade, conjugalidade, coparentalidade e como estas influenciam na percepção dos pais sobre os sintomas internos e externos dos filhos (MOSMANN; COSTA; EINSFELD; SILVA; KOCH, 2017); um estudo pesquisou a respeito da homoparentalidade masculina (GATO; FONTAINE, 2014) e outro artigo apontou resultados de estudos anteriores sobre aspectos da personalidade dos pais e efeitos nas relações parentais (SILVA; VIEIRA, 2018).

### **Tipos de estudos realizados**

Na Tabela 2, são apresentados os estudos categorizados a partir dos métodos empregados, no sentido de compreender que tipos de estudos são mais frequentemente realizados.

Como se observa, os estudos foram predominantemente empíricos. Entre eles, a maior quantidade de estudos realizados consistiu em revisões sistemáticas da literatura, no total de sete estudos. Também foram encontradas seis observações participantes, seis estudos de levantamento, cinco estudos de caso, um estudo teórico conceitual e um estudo de observação. Observa-se assim um número maior de revisões de literatura e estudos de observação. Em contrapartida, percebe-se uma escassez de estudos longitudinais e experimentais na área.

**Tabela 2.** Tipos de estudos realizados

<b>Tipo</b>	<b>Artigo</b>	<b>Periódico</b>
Revisão sistemática da literatura (incluindo metanálise) (n = 7)	Gato e Fontaine (2014).	Psicologia & Sociedade
	Guisso et al. (2019)	Contextos Clínicos
	Mello et al. (2015)	Revista Subjetividades
	Menezes e Scorsolini-Comin (2019)	Psicologia em Revista, Belo Horizonte
	Schmidt et al. (2016)	Contextos Clínicos
	Silva e Vieira (2018)	Estudos e Pesquisas em Psicologia
	Silvia et al. (2015)	Psicologia Clínica, Rio de Janeiro
Observação participante (n = 6)	Barbosa e Sampaio (2017)	Estudos de Psicologia

<b>Tipo</b>	<b>Artigo</b>	<b>Periódico</b>
	Batistelli e Silva (2017)	Jornal de Psicanálise
	Castoldi et al. (2014)	Psicologia em Estudo
	Féres-Carneiro et al. (2017)	Estilos Clínicos
	Silva e Herzberg (2016)	Boletim de Psicologia
	Silva et al. (2012)	Revista Brasileira de Psicanálise
Estudo de levantamento (n = 6)	Barbosa e Wagner (2014)	Psicologia em Estudo
	Mosmann et al. (2017)	Estudos de Psicologia, Campinas
	Mendes et al. (2019)	Estudos e Pesquisas em Psicologia
	Ferreira et al. (2018)	Pensando Famílias
	Rezende et al. (2019)	Psicologia: Teoria e Prática
	Machado et al. (2019)	Psicologia USP
Estudo de caso (n = 5)	Borges et al. (2018)	Estudos de Psicologia, Campinas
	Curvello e Mendes (2020)	Psicologia Clínica, Rio de Janeiro
	Oliveira, Neis e Falcke (2020)	Psicologia em Pesquisa

<b>Tipo</b>	<b>Artigo</b>	<b>Periódico</b>
	Pereira Neto e Grzybowski (2020)	Pensando Famílias
	Silva e Lopes (2020)	Psicologia: Teoria e pesquisa
Estudo teórico (n =1)	Linhares e Enumo (2020)	Estudos de Psicologia, Campinas
Observação (n = 1)	Bonassi e Navarro (2018)	Vínculo, Revista do Nesme

Fonte própria

## **Linhas de pesquisa abordadas pelos estudos**

A seguir, são apresentadas as linhas de pesquisa encontradas, visando compreender melhor quais as temáticas de interesse abordadas pelos estudos e seus principais resultados. Foram observadas as seguintes linhas de pesquisas: a) Práticas parentais e desenvolvimento dos filhos, com 12 estudos; b) Parentalidade, contextos adversos e desenvolvimento dos filhos, com seis estudos; c) Parentalidade, adoção e desenvolvimento dos filhos, com três estudos; d) Parentalidade, gênero e desenvolvimento dos filhos, com três estudos; e) Parentalidade, conjugalidade e desenvolvimento dos filhos, com um estudo e f) Parentalidade, homoafetividade e desenvolvimento dos filhos, com um estudo.

## **Práticas parentais e desenvolvimento dos filhos**

Como é possível observar na Tabela 3, essa linha de pesquisa foi a mais recorrente totalizando 12 artigos dos 26 encontrados. Tais estudos se preocupam em entender as repercussões do exercício da parentalidade no desenvolvimento das crianças e adolescentes.

**Tabela 3.** Estudos sobre Práticas Parentais e Desenvolvimento dos Filhos

Autores	Objetivos	Resultados principais
Barbosa e Sampaio (2017)	Investigar a forma como as crianças de famílias matrifocais pobres vivenciam as consequências provenientes das mudanças que afetam a estrutura e a dinâmica das relações familiares.	Indicam uma distância entre a representação simbólica da família e a situação vivida pelas crianças e expõe as diversas dificuldades vivenciadas por esta forma singular de configuração familiar.
Barbosa e Wagner (2014)	Entender como os valores e regras familiares contribuem para a construção da estabilidade necessária ao desenvolvimento saudável da família e de seus membros.	A conversa é relatada como a estratégia mais eficaz para manutenção das regras e se discute a importância do exercício parental na construção e manutenção das regras.
Curvello e Mendes (2020)	Traçar um panorama atual, examinando características de publicações científicas, entre 2008 e 2017 sobre o que tange às estratégias de regulação emocional de pais com relação a seus filhos.	Maior parte das pesquisas nos EUA. Observaram-se lacunas nos estudos, principalmente em relação às diferenças culturais. Foi apontada a necessidade de estudos brasileiros em que se enfoque a diversidade de contextos socioculturais.

Autores	Objetivos	Resultados principais
Féres-Carneiro, Mello, Machado e Magalhães (2017)	Avaliar as expectativas parento-filiais na temporalidade contemporânea.	Maior valorização da esfera profissional em detrimento das expectativas de felicidade geral dos filhos, constituição de família e valores morais.
Ferreira, Montanher, Mariano, Duarte e Felipe (2018)	Analisar estudos empíricos acerca dos possíveis benefícios e prejuízos da modalidade de guarda compartilhada, por meio de pesquisa bibliográfica, para maior esclarecimento do tema.	Pais e mães separados que compartilham cuidados sobre seus filhos e tempo de convívio com eles, em sua grande maioria, indicaram melhores resultados cognitivos, acadêmicos, emocionais, comportamentais e de saúde, comparativamente aos que viviam em guarda unilateral.
Guisso, Bolze e Vieira (2019)	Caracterizar programas de treinamento de mães e pais, utilizados para a promoção de práticas parentais positivas na primeira infância, especificamente de zero a sete anos de idade, com desenvolvimento típico.	Apontaram para a ampliação de programas de treinamento para pais em âmbito internacional, com participação maciça feminina nos mesmos. Fatores como melhor/maior condição socioeconômica, escolaridade, idade dos pais/mães indicaram para maior adesão e permanência nos programas de treinamento.
Mello, Féres-Carneiro e Magalhães (2015)	Investigar a experiência da criança que adota uma postura parental diante dos adultos para ela importantes.	A inversão geracional traz um risco para a saúde psíquica da criança quando se consolida como via privilegiada da relação entre pais e filhos. Sugerem-se mais estudos sobre a temática, pois ainda são escassos.

Autores	Objetivos	Resultados principais
Menezes e Scorsolini-Comin (2019)	Apresentar uma revisão integrativa da literatura, para identificar qual a relevância do envolvimento paterno para a relação mãe-bebê desde a gestação, e outras variáveis relacionadas a essa dinâmica familiar.	A importância do pai como matriz de apoio a sua companheira na gestação e puerpério. Vulnerabilidade dos pais na paternidade em virtude da socialização de gênero nos moldes tradicionais, especialmente em adolescentes.
Pereira Neto e Grzybowski (2020)	Compreender as relações parentais a partir da teoria Murray Bowen, em famílias de crianças com problemas emocionais e/ou comportamentais	A diversidade de práticas educativas de controle e disciplina foi grande entre as famílias e as gerações, porém castigos físicos estiveram presentes em momentos mais desafiadores da criança. Práticas mais inconsistentes ilustraram as dificuldades dos pais em se posicionarem de forma autônoma, atitudes mais emocionais que racionais.
Rezende, Calais e Cardoso (2019)	Caracterizar estresse, estilo parental e percepção de suporte familiar em pais de crianças com TDAH, estabelecendo relações entre essas variáveis.	As mães apresentaram mais estresse do que os pais, também houve associação do estresse das mães com práticas parentais negativas e baixa percepção de suporte familiar.
Schmidt, Staudt e Wagner (2016)	Conhecer e analisar as intervenções voltadas a promover práticas parentais positivas junto a pais de crianças, em situações de desenvolvimento normativo.	As intervenções apresentaram resultados satisfatórios nas propostas de promoção de práticas parentais positivas.

Autores	Objetivos	Resultados principais
Silva e Vieira (2018)	Revisar os resultados de estudos sobre personalidade parental e parentalidade.	Concluiu-se que as características de personalidade de pais e mães podem ressoar em diferentes comportamentos em relação à parentalidade.

Fonte própria

Desse total, cinco estudos abordam as práticas parentais como contribuintes negativas ou positivas para o desenvolvimento dos filhos. Schmidt et al. (2016) e Barbosa e Wagner (2014) trazem resultados satisfatórios através de práticas parentais positivas e a conversa como estratégia mais eficaz para construção e para manutenção das regras, através da negociação entre pais e filhos, a partir do contexto e comportamento do filho adolescente. Pereira Neto e Grzybowski (2020) abordam aspectos da parentalidade no que diz respeito ao controle e disciplina, considerando as diferenças geracionais e práticas reativas baseadas na emoção e menos na razão. Curvello e Mendes (2020) apontam a importância do manejo das emoções para melhor adequação das práticas disciplinares aplicadas aos filhos. Rezende et al. (2019) mostram que altos níveis de stress materno resultam em práticas parentais negativas.

Ainda nessa linha de pesquisa, o estudo de Silva e Vieira (2018) concluiu que as características de personalidade de pais e mães podem repercutir nos comportamentos parentais. Guisso, Bolze e Vieira (2019) destacam que a participação em programas de treinamento parental é mais acessada por famílias com melhor condição socioeconômica e maior escolaridade dos pais. Porém, a participação das mães nesses programas é consideravelmente superior à de pais. O estudo de Menezes e Scorsolini-Comin (2019) observou a vulnerabilidade dos pais na gestação e puerpério, mostrando a importância do apoio do pai da criança para a

gestante/puérpera, especialmente em mães adolescentes, no desenvolvimento das práticas parentais.

Barbosa e Sampaio (2017) destacam que crianças de famílias matrifocais, sendo a mãe a figura central, com pais ausentes ou exercendo papéis secundários, apresentam diversas dificuldades na representação simbólica da família e isso afeta a estrutura e dinâmica familiar. Féres-Carneiro, Mello, Machado e Magalhães (2017) apontam que os pais têm maiores expectativas profissionais em relação aos filhos do que em relação à felicidade em geral, como constituição de família e valores morais. Mello, Féres-Carneiro e Magalhães (2015) relatam que quando ocorre a inversão geracional, ou seja, a criança adota uma postura parental diante dos adultos importantes de sua vida, há um grande risco para a saúde infantil. Os autores sugerem mais estudos sobre a temática, pois ainda são escassos.

Apenas Ferreira, Montanher, Mariano, Duarte e Felipe (2018) abordam a parentalidade em famílias com pais separados, mostrando que quanto maior o engajamento na divisão igualitária de cuidados e tempo com os filhos em guarda compartilhada, melhores os resultados comportamentais, cognitivos, emocionais e acadêmicos desses.

## **Parentalidade, contextos adversos e desenvolvimento dos filhos**

Nessa linha de pesquisa, apresentam-se os estudos que abordam a parentalidade exercida em contextos adversos e seus impactos para o desenvolvimento dos filhos, com um total de seis estudos.

Linhares e Enumo (2020) abordaram o contexto da pandemia do COVID-19 e sugerem que a adoção de medidas simples de organização e rotina, diálogos e comunicação positiva podem auxiliar a família de modo a evitar o caos e oferecer suporte e segurança para os filhos, evitando negação da realidade. Indicam

ainda a necessidade de suporte especializado, caso seja percebido a gravidade da situação emocional da criança.

Bonassi e Navarro (2018) abordam a parentalidade no contexto de doença renal crônica e corroboram com outros estudos mostrando que crianças com doença renal crônica têm seu desenvolvimento cognitivo prejudicado, apresentando traços de tensão, angústia e aprisionamento das emoções.

Borges, Peirano e Moro (2018) trazem um estudo sobre a parentalidade no contexto adverso da migração, quando as famílias podem perder suas raízes, tendo dificuldades na identificação pessoal com a nova cultura, se comparada à sua cultura mãe. Isso traz sofrimento psíquico e comprometimento para o equilíbrio familiar e o desenvolvimento da criança.

Silva et al. (2012) estudam o contexto adverso da família com uma criança com transtorno global do desenvolvimento, a Síndrome de Rett, constatando que os seus pais podem encontrar, por meio do investimento subjetivante, movimentos que buscam amplificar o controle de suas ações e a coesão interna do paciente. Isso se dá, por exemplo, por meio da observação ou análise do brincar compartilhado da criança que tem autismo com a família, sendo este um caminho alternativo para a atenção parental para com a criança.

Silva e Herzberg (2016) verificaram que, no caso de filhos com deficiência física, as funções maternas e paternas podem ser comprometidas, limitando as relações desses indivíduos às funções parentais, já que o comprometimento das atividades motoras dificulta a criança a desenvolver sua autonomia. Sendo necessária, assim, a resignificação dessas limitações e a amplitude dessas relações.

Silvia et al. (2015), por sua vez, apresentam que a toxicodependência dos pais traz consequências e interferências na capacidade para ser mãe ou ser pai. Observaram também efeitos negativos na saúde, nascimento e desenvolvimento pós-natal das crianças, na qualidade do vínculo e da interação mãe-filho, bem

como repercussões que se refletem na inadequação de cuidados maternos e risco aumentado de negligência e abuso.

### **Parentalidade, adoção e desenvolvimento dos filhos**

Nessa linha, se encontram os estudos que abordam as relações entre parentalidade, adoção e o desenvolvimento infanto-juvenil com um total de três estudos. Machado et al. (2019) buscaram compreender a origem do vínculo e construção das relações parentais ocorridas em famílias com filhos adotados. Seus resultados corroboram para o mito da origem que permeia a mente das crianças, permanecendo o desejo de saber de onde vieram. A atenção dos pais a esse quesito, reconhecendo e respondendo sobre essa questão foi fator promotor de saúde emocional na família. Oliveira et al. (2020) trazem o insucesso de uma adoção e os sentimentos que envolvem este processo. Os resultados apontam que o êxito do processo adotivo está diretamente ligado aos processos de filiação e parentalidade, melhor avaliação dos candidatos em relação à motivação para adoção, entre outros. Batistelli e Silva (2017) apresentaram um trabalho de intervenção nas relações iniciais com uma bebê de 9 meses, recém-adotada, e seus pais. Nos resultados, percebe-se o fortalecimento da função parental e a constituição de um tecido familiar no processo de adoção de um bebê.

### **Parentalidade, gênero e desenvolvimento dos filhos**

Nessa linha de pesquisa, foram encontrados três estudos que investigam as relações entre parentalidade e gênero e as repercussões no desenvolvimento infanto-juvenil. Castoldi et al. (2014) evidenciam, nos relatos dos pais e mães, a coexistência de identificações com modelos de paternidade modernas e tradicionais

que dinamicamente se sobrepõem, conflitando ou convergindo, ao longo da transição para a paternidade, e que implicam diferentes trajetórias de envolvimento paterno.

Observa-se também estudos que abordam percepções e ações maternas e/ou paternas. Mosmamm et al. (2017) indicam que não existe diferença na percepção do pai e da mãe quanto aos sintomas emocionais internos ou externos dos filhos. Os autores evidenciaram uma maior apresentação e percepção de sintomas externos em crianças com até 7 anos, o que pode estar relacionado à inserção escolar e ao fato de, nessa fase, os filhos exigirem mais atenção parental. Também, foi encontrado que, entre 11 e 15 anos, aparecem sintomas externos com mais força, devido às questões típicas da transição da adolescência, como a construção da identidade, a autoafirmação, bem como os questionamentos quanto às figuras de autoridade. Mendes et al. (2019) evidenciaram, em seu estudo sobre metas de socialização de crianças, que o desejo de mãe e pais com relação às características emocionais de seus filhos e as metas estabelecidas por eles não difere entre meninos e meninas.

### **Parentalidade, conjugalidade e desenvolvimento dos filhos**

Nessa linha de pesquisa, apenas um estudo foi encontrado. Silva e Lopes (2020), no contexto de reprodução assistida, concluíram que a história do casal e o significado atribuído à chegada do bebê podem influenciar a forma como se percebe o tratamento e seus efeitos sobre a relação do casal.

### **Parentalidade, homoafetividade e desenvolvimento dos filhos**

Apenas o estudo de Gato e Fontaine (2014) foi encontrado nesta linha. Os autores trazem pontos importantes com relação ao

comportamento parental, evidenciando as semelhanças entre a homo e a heteroparentalidade, porém destacando pontos de atenção no desenvolvimento tais como adaptação psicológica, relacionamento com o contexto, chance de sofrer discriminação e preconceito e desenvolvimento psicosssexual. Os autores sugerem que os gays exercem uma parentalidade e conjugalidade mais andrógina e que a existência de dois pais parece ser positiva em questões do cotidiano da parentalidade e satisfação familiar.

## **Discussão**

Desde o começo da vida, as experiências de crianças e adolescentes são mediadas de modo importante pelos adultos. Nessa dinâmica, ambos agem ativamente uns sobre os outros e sobre o meio. Assim, o presente estudo buscou traçar um panorama a respeito das pesquisas atuais no Brasil sobre as relações entre parentalidade e o desenvolvimento na infância e adolescência.

Quanto às fases de desenvolvimento abordadas nas pesquisas, observa-se uma preponderância de estudos sobre a parentalidade e desenvolvimento na infância. Por outro lado, sabe-se que a adolescência é uma fase importantíssima no desenvolvimento humano, marcada pela construção da identidade adulta e, sendo assim, é de suma importância a participação dos pais nesse processo, exercendo papéis de cuidado e ações educativas promotoras de desenvolvimento (BAUMRIND, 1996; DARLING; STEINBERG, 1993; BACKES; VIEIRA, 2020). Sugere-se, portanto, que mais estudos sejam realizados, focando particularmente as relações entre parentalidade e desenvolvimento na adolescência.

Quanto aos tipos de estudos, observou-se uma preponderância de revisões de literatura e estudos observacionais e, em seguida, estudos de levantamento e estudos de casos. Esse dado é relevante e demonstra como a temática ainda necessita de outros métodos de

pesquisa e dados mais robustos para construir um corpo teórico mais bem fundamentado e solidificado sobre o assunto.

A expressiva frequência de estudos teóricos na área da parentalidade já foi apontada por Carvalho-Barreto (2013), que corrobora com a preocupação da presente pesquisa em diversificar os tipos de estudos da área. Por outro lado, para o autor, a alta frequência de estudos teóricos é justificada por este ser um campo de pesquisa relativamente recente e que necessita de aprofundamento conceitual, diante das mudanças socioeconômicas, tecnológicas e de parentesco e filiação, mudanças essas que repercutem diretamente nas vivências da parentalidade.

Mesmo levando isso em conta, são necessários estudos longitudinais, experimentais (ou quase-experimentais) e de intervenção que busquem entender, por exemplo, os efeitos da manutenção de determinadas práticas parentais no desenvolvimento de crianças e adolescentes e ainda como características específicas da vivência da parentalidade pelos pais repercutem no desenvolvimento infanto-juvenil dos filhos. Também se fazem necessários estudos com populações mais amplas, visto que as amostras estudadas nas pesquisas aqui abordadas não foram tão representativas.

Quanto às linhas de pesquisa encontradas, a mais frequente foi a que foca os efeitos das práticas parentais no desenvolvimento das crianças e adolescentes. Nessa perspectiva, observaram-se pesquisas que investigaram as práticas parentais (estabelecimento de regras, controles disciplinares e manejos da emoção) como contribuintes negativas ou positivas para o desenvolvimento dos filhos. Também foram observados estudos que buscaram compreender como características de personalidade, emocionais e comportamentais dos pais impactam no desenvolvimento das crianças e adolescentes. Essa parece ser a linha de pesquisa mais forte sobre o tema, embora ainda necessite ser mais desenvolvida pelos motivos já discutidos.

Outras linhas de pesquisa menos frequentes foram encontradas. Elas também enfocam os efeitos ou impactos da parentalidade no desenvolvimento das crianças e adolescentes, mas com o olhar para algum outro aspecto particular. Tais aspectos foram os contextos adversos de desenvolvimento, adoção, discussões sobre o gênero, conjugalidade e homoafetividade, nessa ordem de frequência. Destaca-se que esses aspectos são relevantes e parecem impactar o desenvolvimento das crianças e adolescentes de modo significativo, embora não tenham sido encontrados muitos estudos sobre eles, o que indica a necessidade de mais estudos nessas linhas de pesquisas específicas.

## **Considerações finais**

Ao final foi percebida a importância de desenvolver pesquisas que investiguem a parentalidade e suas implicações para o desenvolvimento humano, enfocando especificamente vivências da parentalidade em contextos culturais diversos. Este aspecto específico não foi encontrado na presente pesquisa, sendo uma preocupação já apontada também por Curvello e Mendes (2020).

Quanto às limitações desse estudo, aponta-se a escolha de artigos publicados unicamente em português e os descritores utilizados, os quais excluíram outros possíveis descritores como práticas parentais e relações pais e filhos. Como sugestão para pesquisas futuras, considera-se importante efetuar revisões sistemáticas da literatura internacional, visando abranger as linhas de pesquisa publicadas em outros idiomas, além de incluir outros descritores, o que possibilitará uma maior compreensão sobre o assunto.

Por fim, é de suma importância que haja um maior incentivo aos estudos sobre todas essas linhas de pesquisa encontradas, buscando obter maior conhecimento sobre a relação existente entre o desenvolvimento infanto-juvenil e a parentalidade. Contudo, torna-

se necessário um investimento ainda maior direcionado às linhas de pesquisas que apresentaram menor número de estudos.

## Referências Bibliográfica

BARBOSA, J. S.; SAMPAIO, S. M. R. Família matrifocal: A experiência das crianças. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 22, n. 1, p. 109-119, 2017. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20170012>. Acesso em: 23 abr. 2021.

BARBOSA, P. V.; WAGNER, A. A construção e o reconhecimento das regras familiares: a perspectiva dos adolescentes. **Psicologia em Estudo**, v. 19, n. 2, p. 235-245, 2014. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1413-737222060007>. Acesso em: 23 abr. 2021.

BATISTELLI, F. M. V.; SILVA, M. C. P. Aurora e o processo de parentalização. **Jornal de Psicanálise**, v. 50, n. 92, p. 209-224, 2017. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01035835201700010016&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01035835201700010016&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 23 abr. 2021.

BAUMRIND, D. Effects of authoritative parental control on child behavior. **Child Development**, v. 37, p. 887-907, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1126611>. Acesso em: 01 abr. 2021.

BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BONASSI, S.; NAVARRO, R. S. Doença renal crônica: fronteiras e desafios familiares. **Vínculo**, v. 15, n. 1, p. 48-60, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v15n1/v15n1a06.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2021.

BORGES, I. C. N. **Qualidade da parentalidade e bem-estar da criança**. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010

BORGES, T. W.; PEIRANO, C.; MORO, M. R. A clínica transcultural: cuidando da parentalidade no exílio. **Estudos de Psicologia, Campinas**, v. 35, n. 2, p. 149-158, 2018. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1982-02752018000200004>. Acesso em: 23 abr. 2021.

BRASIL. **Marco legal: saúde, um direito de adolescentes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BACKES, M. S.; CREPALDI, M. A.; VIEIRA, M. L. Envolvimento paterno e desenvolvimento infantil. In: BROCCHI, B. S.; STOBÄUS, L. C. (Orgs.). **Importância da parentalidade para o desenvolvimento infantil**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2020. p. 15-31.

CARDOSO, J.; VERÍSSIMO, M. Estilos parentais e relações de vinculação. **Análise Psicológica**, v. 31, n. 4, p. 393-406, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?>

[script=sci\\_arttext&pid=S 0870-82312013000400006&lng=pt&tlng=pt](#). Acesso em: 05 dez. 2020.

CARVALHO-BARRETO, A. D. A parentalidade no ciclo de vida. **Psicologia em Estudo**, v. 18, n. 1, p. 147-156, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S141373722013000100015>. Acesso em: 23 abr. 2021.

CASTOLDI, L., GONÇALVES, T. R.; LOPES, R. C. S. Envolvimento paterno da gestação ao primeiro ano de vida do bebê. **Psicologia em Estudo**, v. 19, n. 2, p. 247-259, 2014. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1413-737222105008>. Acesso em: 23 abr. 2021.

CURVELLO, R. P.; MENDES, D. M. L. F. (2020). Estratégias de regulação emocional de pais: uma revisão da literatura. **Psicologia Clínica**, v. 32, n. 2, p. 231- 250. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0032n02A02>. Acesso em: 23 abr. 2021.

DARLING, N.; STEINBERG, L. Parenting style as context: an integrative model. **Psychological Bulletin**, v. 113, n. 3, p. 487-496, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0033-2909.113.3.487>. Acesso em: 23 abr. 2021.

FÉRES-CARNEIRO, T.; MELLO, R.; MACHADO, R. N.; MAGALHÃES, A. S. Expectativas parentais na temporalidade contemporânea. **Estilos da Clínica**, v. 22, n. 1, p. 29-44, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.19811624.v22i1p29-44>. Acesso em: 23 abr. 2021.

FERREIRA, A. V.; MONTANHER, A. R. P.; MARIANO, F. N.; DUARTE, G. L.; FELIPE, S. S. R. Tempo de convivência entre pais e filhos: reflexões sobre a parentalidade residencial compartilhada. **Pensando Famílias**, v. 22, n. 2, p. 88-104, 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2018000200007&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2018000200007&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 23 abr. 2021.

GATO, J.; FONTAINE, A. M. Homoparentalidade no masculino: uma revisão da literatura. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 312-322, 2014. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000200008>. Acesso em: 23 abr. 2021.

GUISSO, L., BOLZE, S. D. A., & VIERA, M. L. Práticas parentais positivas e programas de treinamento parental: uma revisão sistemática da literatura. **Contextos Clínicos**, v. 12, n. 1, p. 226-255, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2019.121.10>. Acesso em: 23 abr. 2021.

LINHARES, M. B. M.; ENUMO, S. R. F. Reflexões baseadas na Psicologia sobre efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil. **Estudos de Psicologia, Campinas**, v. 37, n. e200089, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1982-0275202037e200089>. Acesso em: 23 mai. 2020.

LÜCKE, N. C. F. S. A importância do estímulo no desenvolvimento da criança. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 06, n. 12, p. 33-44, 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/desenvolvimento-da-crianca#:~:text=Todos%20os%20est%C3%ADmulos%20oferecidos%20%C3%A0,segura%20para%20buscar%20novos%20conhecimentos>. Acesso em: 06 dez. 2020.

MACHADO, R. N.; FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A.; MELLO, R. O mito de origem em famílias adotivas. **Psicologia USP**, v. 30, n. e160102, p. 1-10, 2019. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/0103-6564e160102>. Acesso em: 23 abr. 2021.

MELLO, R.; FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S. Das demandas ao dom: as crianças pais de seus pais. **Revista Subjetividades**, v. 15, n. 2, p. 214-221, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5275/527553109008.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MENDES, D. M. L. F.; SANT'ANNA, J. L.; RAMOS, D. O. Metas Parentais de Socialização sobre Emoções: um estudo exploratório. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 19, n. 3, p. 686-703, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v19n3/v19n3a08.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2021.

MENEZES, M. S. L.; SCORSOLINI-COMIN, F. Envolvimento paterno na relação mãe bebê: revisão integrativa da literatura. **Psicologia em Revista, Belo Horizonte**, v. 25, n. 1, p. 19-39, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5752/P.16789563.2019v25n1p19-39>. Acesso em: 23 abr. 2021.

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D. G. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. **PLoS Med**, v. 6, n. 7, p. e1000097, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>. Acesso em: 05 dez. 2020.

MOSMANN, C. P.; COSTA, C. B.; EINSFELD, P., SILVA, A. G. M.; KOCH, C. Conjugalidade, parentalidade e coparentalidade: associações com sintomas externalizantes e internalizantes em crianças e adolescentes. **Estudos de Psicologia, Campinas**, v. 34, n. 4, p. 487-498, 2017. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1982-02752017000400005>. Acesso em: 23 abr. 2021.

OLIVEIRA, E. L.; NEIS, L. F.; FALCKE, D. De volta ao passado: um estudo de caso de insucesso na adoção. **Psicologia em Pesquisa**, v. 14, n. 2, p. 130-151, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.34019/1982-1247.2020.v14.27790>. Acesso em: 23 abr. 2021.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PEREIRA NETO, É. F.; GRZYBOWSKI, L. S. Parentalidade e problemas emocionais e comportamentais: análise transgeracional a partir da Teoria de Murray Bowen. **Pensando famílias**, v. 24, n. 1, p. 96-112, 2020. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2020000100008&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2020000100008&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 23 mai. 2021.

REZENDE, F. P.; CALAIS, S. L.; CARDOSO, H. F. Stress, parenting and family support in attention deficit/hyperactivity disorder. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 21, n. 2, p. 153-171, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/19806906/psicologia.v21n2p153-171>. Acesso em: 05 dez. 2020.

RINHEL-SILVA, C. M.; CONSTANTINO, E. P.; RONDINI, C. A. Família, adolescência e estilos parentais. **Estudos de Psicologia**, v. 29, n. 2, p. 221-230, 2012. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0103-166X2012000200008>. Acesso em: 23 mai. 2021.

RUTTER, M.; MAUGHAN, B. School effectiveness findings 1979–2002. **Journal of school psychology**, v. 40, n. 6, p. 451-475, 2002. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0022-4405\(02\)00124-3](https://doi.org/10.1016/S0022-4405(02)00124-3). Acesso em: 01 dez. 2021.

SCHMIDT, B.; STAUDT, A. C. P.; WAGNER, A. Intervenções para promoção de práticas parentais positivas: uma revisão integrativa. **Contextos Clínicos**, v. 9, n. 1, p. 01-18, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/163213>. Acesso em: 15 fev. 2021.

SENNA, S. R. C. M.; DESSEN, M. A. Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 101-108, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S010237722012000100013>. Acesso em: 04 dez. 2020.

SHAFFER, D. R.; KIPP, K. **Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SILVA, D. R.; HERZBERG, E. Parentalidade e constituição da imagem corporal: implicações para a criança com deficiência física. **Boletim de Psicologia**, v. 66, n. 145, p. 135-143, 2016. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0006-59432016000200003&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432016000200003&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 13 dez. 2020.

SILVA, I. M.; LOPES, R. C. S. O Desenvolvimento da Relação do Casal diante do Sucesso da Reprodução Assistida. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 36, p. 7, 2020. <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e36nspe7>

SILVA, M. C. P.; ALMEIDA, M. M.; BARROS, I. G. O investimento subjetivante do analista na clínica dos transtornos autísticos: cenas filmadas de uma intervenção conjunta pais-criança. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 46, n. 4, p. 126-136, 2012. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0486-641X2012000400011&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2012000400011&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 10 jan. 2021.

SILVA, M. L. I.; VIEIRA, M. L. (2018). Relações entre a parentalidade e a personalidade de pais e mães: uma revisão integrativa da literatura. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 18, n. 1, p. 361-383. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812018000100020&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000100020&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 15 mai. 2021.

SILVA, S. A.; PIRES, A. P.; GOUVEIA, M. J. Toxicodependência e maternidade: uma revisão de literatura. **Psicologia Clínica**, v. 27, n. 1, p. 83-100, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-56652015000100005>. Acesso em: 22 mai. 2021.

SROUFE, L. A. From infant attachment to promotion of adolescent autonomy: prospective, longitudinal data on the role of parents in development. In: BORKOWSKI, J. G.; RAMEY, S. L.; BRISTOL-POWER, M. (Eds.). **Parenting and the child's world: Influences on academic, intellectual, and socioemotional development**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2002. p. 187-202.

WALLON, H. **La evolución psicológica del niño**. Barcelona: Crítica, 1968.

WALLON, H. **As origens do caráter na criança:** Os prelúdios do sentimento de personalidade. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

## CAPÍTULO 4

# USO DE LIVES NO INSTAGRAM COMO RECURSO PARA PROMOÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

*Victoria Giulia Soares Locce da Silva*

*Ivana Karolina Sousa Santos*

*Juliana Gonçalves Dias*

*Marla Niag dos Santos Rocha*

*Sibele de Oliveira Tozetto*

*Ana Lucia Barreto da Fonseca*

### **Introdução**

O aleitamento materno se insere na relação materno-infantil como importante processo de interação e construção de vínculo, contribuindo para a formação dos aspectos psicoemocionais da criança. Além disso, no que tange às demais perspectivas do cuidado em saúde, a amamentação impacta positivamente na nutrição, no desenvolvimento imunológico e fisiológico, especialmente na primeira infância (BRASIL, 2009).

Em 2019, o Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI), cujo objetivo principal foi a avaliação dos indicadores de aleitamento materno no Brasil, evidenciou que 96,2% das crianças menores de dois anos foram algumas vezes amamentadas e 62,4% foram amamentadas ainda na primeira hora de vida. Embora tais resultados demonstrem valores percentuais maiores quando comparados aos indicadores da última década, ainda estão abaixo das metas propostas pela ONU na agenda 2030, tanto para a prática do Aleitamento Materno Exclusivo (AME) - a qual é recomendado até os

6 meses de idade - quanto para o aleitamento materno continuado no segundo ano de vida (UFRJ, 2019).

Esses dados definem que, apesar dos inúmeros benefícios do aleitamento materno, desde a queda dos índices de mortalidade infantil, até os demais fatores benéficos à saúde da criança e da mãe, como evidenciam a ciência constantemente, ainda há ataques e discussões quanto a sua real eficácia. Esses embates terminam por desencorajar as lactantes na manutenção da amamentação de seus bebês para além dos primeiros meses de vida. Um aspecto que deveria dispensar argumentos, já que é uma prática natural da espécie humana, e demais espécies de mamíferos, e ter sido a forma de alimentação de crianças que perpassou gerações, está envolta em padrões sociais e culturais atravessados por crenças e valores disseminados ambigualmente e encontra dificuldades para sua consolidação nas práticas de cuidados materno infantil.

Devido a relevância da temática em questão, a Liga Acadêmica de Ginecologia e Obstetrícia do Recôncavo da Bahia (LAGORB), do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, promoveu uma ação cujo objetivo foi incentivar a amamentação durante o período conhecido como “Agosto Dourado”, durante o mês de agosto de 2021. O “Agosto Dourado” compreende uma série de campanhas de estímulo à amamentação, sendo a mais conhecida delas a Semana Mundial de Aleitamento Materno (SMAM), que é promovida pela WABA (World Alliance For Breastfeeding Action) anualmente desde 1992 (SPSP, 2021).

Contudo, por conta do cenário pandêmico persistente durante o ano de 2021 houve a necessidade de reinventar outras formas de realizar a campanha. Para tanto, a atividade de extensão foi executada por meio de plataformas virtuais como Instagram e WhatsApp. Em circunstâncias habituais, o esperado seria a realização de ações em sala de espera e palestras presenciais, o que não foi possível perante o número de casos de COVID-19 e os protocolos sanitários a serem seguidos para evitar a propagação da

doença, e tendo em vista o grupo foco das ações (binômio materno-infantil) considerado grupo de risco.

Sendo assim, a ação de extensão planejada pela Liga Acadêmica do Recôncavo da Bahia (LAGORB) enquanto uma intervenção educativa por meio do recurso de *live* no aplicativo *Instagram* - o qual se estabelece como ferramenta de comunicação de largo alcance. Assim, esse trabalho tem o objetivo descrever as ações educativas/informativas sobre a importância da amamentação disseminadas pela campanha “Agosto Dourado”.

## **O ato da amamentação**

De acordo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o leite materno deve constituir fonte exclusiva de nutrientes durante os primeiros 6 (seis) meses de vida de um indivíduo. As recomendações adotadas pela maioria das organizações de saúde internacionais, incluindo o Ministério da Saúde do Brasil, define que o leite materno é a melhor fonte de nutrientes para a criança nos dois primeiros anos de vida, suprimindo as principais necessidades do bebê. De tal forma que oferecer ao bebê alimentos diferentes do leite humano, conhecida como introdução alimentar, coloca em risco a saúde da criança, especialmente durante o primeiro semestre de vida.

Essa afirmativa é de tal forma explicitada pelos meios científicos que, a OMS define que, quando iniciada a introdução alimentar de forma inadequada, isto é, antes dos primeiros seis meses, essa prática apresenta risco aumentado para agravos a vida da criança. A introdução alimentar pode promover a desnutrição, e a contração de outras enfermidades, como doenças de trato imunológico, uma vez que os alimentos introduzidos podem ter valor nutricional inferior ao do leite humano.

O desmame precoce pode incorrer a eventos de hospitalização por doenças respiratórias, ou um maior número de episódios de diarreia

(BRASIL, 2015). A amamentação, em especial a exclusiva, é um dos fatores essenciais para a proteção imunológica da criança. No início da vida, o bebê possui sistema imune imaturo e está sujeito a uma série de patologias com desfechos graves. Quanto menor a idade do recém-nascido, maior a dependência desse arcabouço de fatores de crescimento e imunológicos presentes no leite materno, sendo que a maior concentração dessas substâncias é observada no fluido popularmente conhecido como “colostró”, expulso pelas mamas no início da amamentação, até os 4 dias após o parto. A proteção gerada por esses fatores corresponde a um aspecto principal para a redução de mortes infantis por doenças infecciosas e evita, anualmente, cerca de 6 milhões de mortes em crianças com menos de um ano de idade (NOVAES *et al.*, 2009).

O IgA constitui um importante exemplo da proteção referida. Essa proteína, presente no leite e em quantidade aumentada no colostro, trata-se de um tipo de imunoglobulina responsável pela impermeabilização da mucosa presente no trato respiratório e digestório, dois dos mais atingidos por infecções durante os primeiros dias de vida de uma criança. Em pesquisa realizada em cidade litorânea do Rio Grande do Sul, observou-se que entre crianças menores de 2 meses, aquelas nutridas por Aleitamento Materno Exclusivo (AME) estavam 25 vezes mais protegidos da morte por diarreia e 3,3 vezes mais protegidos da morte por doenças e agravos respiratórios (UFRJ, 2019).

Além de contribuir para a recomposição orgânica do corpo feminino nos meses após o parto, fortalecendo a relação vincular entre a mãe e o filho/a e promovendo os estímulos táteis do lactante. Dessa forma, o aleitamento materno não se deve exclusivamente ao fato de que apenas através do aleitamento é possível a obtenção de componentes nutricionais e imunológicos, e, ainda, a prevenção das desvantagens associadas à inserção precoce de alimentos à dieta infantil, envolvem muitos fatores, desde as questões nutricionais,

passando pelas psíquicas e interferindo nas condições sociais e econômicas (CARVALHO *et al.*, 2022).

Novaes et al (2009) definem que a amamentação apresenta efeitos a longo prazo e associam-se à proteção para as principais doenças crônicas que acometem a população brasileira e mundial. O leite materno, devido a sua composição rica em componentes proteicos e metabolicamente compatíveis ao organismo infantil, contribui para o menor risco de sobrepeso e obesidade dada a menor ou ausente ingestão de componentes que afetem e estimulem proliferação e acúmulo de tecido adiposo na criança.

Além disso, o próprio fluido possui fatores que inibem a diferenciação de adipócitos e regulam mecanismos como o do aumento ou redução de apetite. A exemplo desta última característica, menciona-se a leptina, proteína presente no leite materno e que possui, dentre outras funções, a de inibição do apetite. O benefício em questão não é aceito de forma unânime pelos estudos nesse campo, entretanto, o embasamento teórico encontrado para ele, somado à comprovação encontrada para ele em meio à epidemiologia o destacam em meio às demais implicações do aleitamento (NOVAES *et al.*, 2009).

Condições como o sobrepeso e a obesidade infantil não são as únicas que se relacionam com a ausência da prática da amamentação. A ocorrência de diabetes mellitus entre crianças não amamentadas também é observada em estudos científicos sobre o tópico. Essa relação se dá devido à proteção que ocorre, devido à imunidade transmitida via leite materno, a infecções autoimunes. Em crianças não amamentadas e com propensão genética ao diabetes do tipo 1, o contato precoce com alimentos de composição variada como a fórmula infantil gera maior possibilidade do desenvolvimento da autoimunidade de células  $\beta$  (beta) e, conseqüentemente, do desenvolvimento da doença, que se caracteriza, principalmente, pela deficiência na produção de insulina e, conseqüentemente, déficit no metabolismo da glicose do organismo (NOVAES *et al.*, 2009).

Além de influenciar no mecanismo relacionado à ocorrência de diabetes mellitus, para crianças geneticamente propensas à autoimunidade de células  $\beta$  (beta), a amamentação relaciona-se ainda com mecanismos para controle da colesterolemia no organismo do bebê. A influência no perfil lipídico infantil decorre da presença de altas quantidades de colesterol no leite materno em comparação às demais formas de alimentação ofertadas comercialmente. A presença de colesterol no leite materno favorece a regulação de enzimas responsáveis pela síntese e transporte dessa substância para produzir uma baixa concentração de lipídios (NOVAES *et al.*, 2009).

Os benefícios do aleitamento estendem-se também para a lactante. O ato de amamentar constitui fator de proteção para a ocorrência de câncer de mama, visto que está relacionado à uma mudança tecidual nas mamas que configura menos possibilidade de neoplasia. Ademais, a amamentação exclusiva ou predominante também é considerada método contraceptivo quando realizada durante os 6 meses após o parto (BRASIL, 2015).

Outro fator importante é dirigido ao aprofundamento do vínculo afetivo com o bebê que representa vantagens não apenas para o lactante, como para a lactante, visto que pode alterar quadros de sofrimento psíquico associado ao puerpério, à gestação, ou ao parto. Os custos financeiros também são afetados pela prática, visto que o impacto financeiro da alimentação infantil é amenizado pelo consumo do leite da própria mãe. A introdução alimentar impacta diretamente na realidade de famílias de baixa renda, cujas condições financeiras para o cuidado adequado de um recém-nascido são escassas (BRASIL, 2015). A qualidade de vida do núcleo familiar daquela criança é impactada positivamente por todos esses aspectos, mas, principalmente, pela proteção de doenças e agravos relacionados à amamentação.

## **Amamentação e COVID-19**

A imunologia relacionada à amamentação foi bastante questionada durante o período pandêmico da COVID-19, haviam muitas dúvidas quanto ao poder de transmissão do vírus via leite materno, fato que gerou muitas angústias nas grávidas, recém paridas e lactantes. Havia a necessidade de imunidade para os lactantes e baixa exposição a agentes externos, porém o desconhecimento quanto aos modos operantes do novo coronavírus quanto as formas de transmissão, entre as dúvidas estava a perspectiva de contaminação através da amamentação, caso a mãe estivesse com o vírus. Pouco conhecimento havia sobre o comportamento do vírus SARS-Cov-2, como reagia no corpo e fora dele, formas de transmissão, contágio, tempo de incubação, como se comportava nos organismos e quais as estratégias de combate. Houve uma corrida aos estudos e a busca incessante de anticorpos para imunização das pessoas (FONSECA; OLIVEIRA; CORDEIRO, 2020).

Quando o foco era a amamentação, houve muitas especulações quanto a transmissão via leite materno ou, ainda, sobre a possível proteção que os anticorpos ali presentes poderiam representar para o próprio vírus SARS-Cov-2. Segundo Carvalho et al. (2022), grande parte dos estudos sobre o tema, publicados entre 2020 e 2021, defendem que o aleitamento deveria ser encorajado em meio à pandemia, uma vez que as vantagens imunológicas dessa prática superariam o risco de transmissão vertical. Tema ainda pouco explorado no campo científico.

Tendo em vista que a amamentação aumenta a imunidade do bebê e o protege de muitas enfermidades, a imunização alcançada por meio do aleitamento constitui sempre um benefício e relativamente imediato, possivelmente teria a mesma ação no caso do novo coronavírus. Além de favorecer o desenvolvimento físico infantil e o fortalecimento dos vínculos afetivos entre mãe e bebê também são favorecidos com a adoção da amamentação, e em um momento difícil

como a pandemia da COVID-19, pode ter tranquilizado muitas lactantes (CARVALHO *et al.*, 2022).

Diante desse quadro, a LAGORB, considerando o momento pandêmico e todas as dúvidas que cercam a COVID-19 e todos os benefícios da amamentação (efeito positivo na inteligência, melhora no desenvolvimento da cavidade bucal, redução no risco de alergias etc.), optou por abordar este tema com o aprofundamento cabível para o formato *live* e moldando seu formato para que a ocorrência da ação de extensão estivesse alinhada à duração a do mês da conscientização e incentivo ao aleitamento materno.

## **Método**

Em meio ao contexto de distanciamento social imposto pela pandemia de COVID-19, o cumprimento dos objetivos aos quais a Liga Acadêmica de Ginecologia e Obstetrícia do Recôncavo da Bahia (LAGORB) se propõe, com ações sociais e educativas, as atividades estiveram atreladas a manutenção da prática de diferentes naturezas, em diversos formatos. A utilização de recursos alternativos, especialmente os tecnológicos, para a promoção da educação em saúde foi uma possibilidade encontrada pela liga e por diversas instituições durante o período em questão, que iniciou oficialmente em 11 de março de 2020. Esse período teve início após a declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) que confirmava o impacto global da doença causada por um novo coronavírus nomeado SARS-Cov-2 (BRASIL, 2020).

Como estratégia para contenção da COVID-19 e suas formas de contaminação pouco conhecida até aquele momento, foi instituída a adoção de medidas de isolamento social a fim de reduzir a circulação de seu agente etiológico. Sendo assim, órgãos de saúde, a nível nacional e internacional, orientaram a população a manter-se afastada de aglomerações, permanecendo em suas residências, para

evitar contato direto com outras pessoas e utilizar, em caso de extrema necessidade de contato interpessoal, o uso de máscaras faciais cobrindo as regiões da boca e nariz e higienização das mãos e objetos e superfícies. A interação interpessoal tornou-se, em meio a esse panorama de afastamento físico exigido, dificultada, exigindo que fossem encontradas alternativas para a prática da comunicação na área da saúde.

A LAGORB optou, em meio a esse cenário, pela realização de encontros virtuais via *Google Meet* para a realização de atividades de ensino e extensão, visando incluir discentes não-ligantes e comunidade externa à universidade. À medida que as atividades aconteciam através das plataformas de videochamadas, a adesão foi crescendo e denunciou a demanda dirigida aos diversos temas ligados à maternidade, entre os quais, o mais evidente foi a amamentação. Porém, haviam muitas limitações em relação ao uso dos recursos disponíveis, pois a abrangência era pequena. Embora positivo sob certa perspectiva, o modelo carecia de características que o tornassem efetivo na divulgação de conteúdos relevantes para a saúde, como a viabilidade de maior interação com um maior número de participantes simultâneos.

Nesse sentido, algumas plataformas online ganharam espaço, novas ferramentas para reuniões online surgiram, e alguns artifícios já existentes na internet foram ressignificados e utilizados também para fins educativos. Passaram por esse último fenômeno citado, tanto o *Instagram*, como uma de suas ferramentas bastante conhecidas, a das transmissões ao vivo. Optou-se, por parte da liga acadêmica, pela *live* enquanto método de educação em saúde, principalmente, pelo potencial de alcance que a ferramenta proporciona. Tanto no que diz respeito ao número de pessoas, quanto à relação de proximidade estabelecida com cada um dos participantes.

Uma vez manifestada a pertinência do uso das *lives* como ferramenta para a ação de extensão, faz-se necessário mencionar a

relevância do tema proposto, o aleitamento materno, no contexto de atenção primária à saúde e, ainda, de promoção de bem-estar para o binômio materno-infantil.

A ação de extensão foi minuciosamente planejada com antecedência de um mês, isto é, no decorrer do mês de julho, por meio de encontros na plataforma virtual *Google Meet* para mapeamento dos possíveis subtemas e dos profissionais a serem convidados, elaboração do cronograma e divisão dos grupos de trabalho. Decidiu-se por uma abordagem multiprofissional, com palestrantes de diferentes áreas do conhecimento. Planejou-se 3 (três) encontros durante o mês, cada um deles referente a uma diferente área do cuidado em saúde - enfermagem, nutrição e psicologia -, a fim de se compreender as diferentes nuances do aleitamento materno. Nesse viés, foram convidadas 3 (três) palestrantes profissionais da área, que puderam compartilhar seus conhecimentos acerca da temática em uma conversa mediada por um ligante da LAGORB.

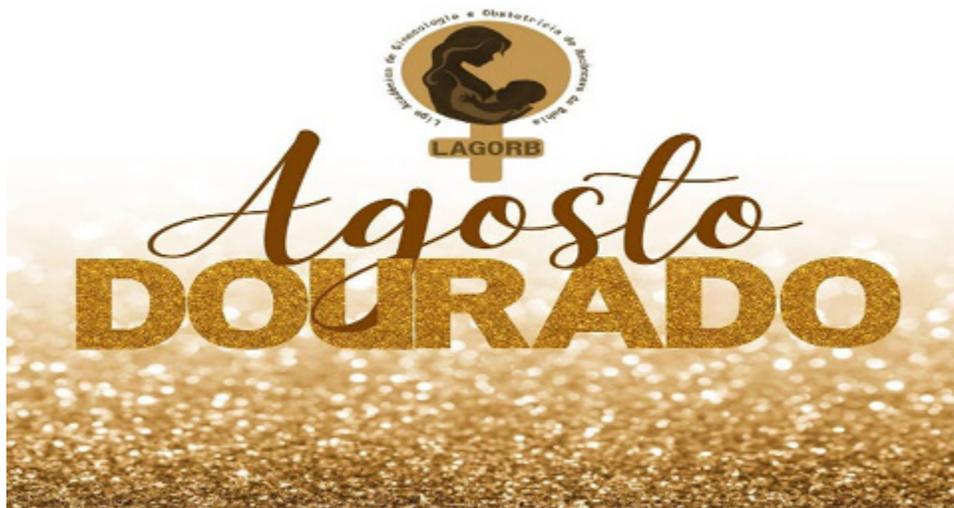
A partir da construção, por parte dos próprios ligantes, de roteiros para a realização de cada encontro, definiu-se que as *lives* durariam, em média, 1 (uma) hora cada. Tais roteiros continham questionamentos a serem direcionados ao profissional convidado fundamentados em material teórico científico. Ademais, foi permitido também que perguntas dos telespectadores, surgidas no *chat* durante a *live*, poderiam ser direcionadas à palestrante, a fim de se criar um canal direto de veiculação de informações seguras e dissolução de dúvidas acerca da amamentação.

O início da divulgação das *lives* deu-se por meio da plataforma do *Instagram* da LAGORB durante os primeiros dias do mês de agosto, pela equipe de comunicação da liga. Na mesma semana ocorreu o primeiro encontro. Em seguida, semanalmente, houve a divulgação dos encontros pela mesma via, todos iniciados dentro do período de 19h a 20h. Além do *Instagram*, foram utilizados os grupos de alunos vinculados à UFRB no *WhatsApp*. Para fins de registro e de ensino,

todos os encontros foram gravados, funcionalidade que o próprio aplicativo fornece, possibilitando aos ligantes a oportunidade de revisitar e estudar os conteúdos abordados.

A imagem utilizada para divulgação da ação está disposta abaixo (Figura 1).

Figura 1 – Post de divulgação do início da ação no *Instagram*



Fonte: Acervo próprio (2021).

Os ligantes estabeleceram duplas para o manejo das *lives* e organizaram-se de modo que uma pessoa da dupla mediasse o encontro com as profissionais, enquanto a outra ficasse disponível para a resolução de eventuais intercorrências técnicas no momento das transmissões.

### **Agosto Dourado em Lives**

As *lives* foram iniciadas pontualmente por meio do *Instagram* da LAGORB, pelo facilitador ou facilitadora responsável por mediar a discussão em cada dia. Em seguida, as palestrantes eram inseridas na

*live* enquanto os ouvintes se conectavam para assistir e deixar suas dúvidas e contribuições. O ligante responsável pela assistência técnica visualizava as anotações colocadas no *chat* e anotava as dúvidas, certificando-se da qualidade da imagem e do som, transmitidos tanto pelas convidadas quanto pelo mediador.

### **Primeira *live*: “Aleitamento materno: aspectos gerais e a importância do colostro”**

A *live* foi divulgada através do *Instagram*, com uma semana de antecedência à sua realização, por meio de um *card* (Figura 2). O encontro teve como convidada uma Enfermeira Obstetra e docente da UFRB, que após a apresentação resumida de seu currículo iniciou uma breve conceituação do que é o “Agosto Dourado”, abordando sua importância na promoção e incentivo ao aleitamento materno. Nessa ocasião, a apresentação transcorreu em torno de uma série de mitos sobre a amamentação, muitas perguntas foram colocadas no *chat* e utilizadas no percurso da *live* para fins de esclarecer as dúvidas das pessoas que estavam assistindo, a exemplo de expressões e frases frequentes entre o senso comum, como a existência de “leite fraco” ou a ideia de que “amamentar sempre dói”.

Figura 2 – Post de divulgação da primeira *live* da ação no *Instagram*



Fonte: Acervo próprio (2021).

Assim como em todas as outras *lives*, o *chat* encontrou-se disponível para que os ouvintes interagissem e deixassem suas perguntas durante a apresentação, e, dessa maneira, a condução se tornava fluida, à medida que a profissional se colocava a disposição de responder e discutir a respeito das questões levadas pelos ouvintes.

No primeiro encontro a explanação descreveu a fisiologia da lactação, explicando as fases do leite, e como se dá a lactogênese, bem como os hormônios envolvidos no processo. Os benefícios da amamentação foram listados em diversos momentos, e ao final da primeira *live* houve uma série de elogios por parte dos ouvintes para a convidada, o que gerou grande satisfação nos responsáveis pela organização da ação de extensão.

### **Segunda live : “Introdução alimentar e amamentação como aliadas”**

A *live* da semana seguinte foi mediada por um integrante da LAGORB em colaboração com uma Nutricionista Infantil. Seguindo

o formato da *live* anterior, a divulgação foi feita por meio de um *card* (Figura 3) e os comentários e perguntas dos ouvintes também participaram da condução da atividade, que discutiu principalmente sobre aspectos nutricionais da amamentação e as recomendações que o Ministério da Saúde dá a respeito do início e do encaminhamento da Introdução Alimentar.

Figura 3 – Post de divulgação da segunda *live* da ação no *Instagram*



Fonte: Acervo próprio (2021).

Algumas dúvidas de extrema relevância, embora aparentemente simples, como por exemplo; se o bebê precisa ser hidratado com água e/ou chás durante a amamentação nos primeiros dias de vida, foram úteis para enfatizar a maneira como o leite materno é capaz de suprir todas as necessidades nutricionais do lactente, possibilitando seu desenvolvimento físico pleno.

A importância de manter a amamentação mesmo após o início da introdução alimentar foi ressaltada pela profissional convidada, que

relembrou a complementaridade entre alimentos e leite materno até os dois anos de idade. Além disso, houve a defesa do Aleitamento Materno Exclusivo (AME) até os 6 meses do bebê, e a ênfase da importância nutricional e imunológica do consumo exclusivo desse alimento.

Os ouvintes também participaram ativamente durante toda a *live*, e a profissional se dedicou a responder prontamente todas as dúvidas que surgiram. A convidada, além de profissional especialista da área, estava vivenciando o processo de introdução alimentar com o próprio filho, o que despertou maior participação dos presentes e uma interação intensa com os ouvintes. Além disso, em todas as *lives* os assistentes técnicos, em conjunto com os mediadores, eram responsáveis por reunir e realizar, respectivamente, as perguntas e comentários, para levá-los a discussões em momentos oportunos, mantendo a fluidez do diálogo estabelecido entre os envolvidos.

### **Terceira live: “Fatores emocionais relacionados ao aleitamento materno”**

Por fim, a última *live* teve como convidada uma psicóloga e colaboradora da LAGORB, para um diálogo sobre o tema da amamentação e o vínculo mãe-bebê, fator muito importante de ser trabalhado tanto com lactantes quanto com pessoas que fazem parte de uma rede de apoio para gestantes e puérperas. A divulgação desse encontro foi realizada através do *Instagram*, (Figura 4).

Figura 4- Post de divulgação da terceira live da ação no Instagram



Fonte: Acervo próprio (2021).

O encontro foi iniciado com a descrição dos aspectos psicológicos relacionados ao puerpério (isto é, o período após o término da gestação) a palestrante abordou as questões que perpassam a relação mãe e bebê, mencionando a amamentação uma das principais formas de criação de vínculo entre os dois. Dentre as questões levantadas pelos ouvintes, selecionadas e referidas pelos ligantes, a principal dúvida foi sobre como a rede de apoio pode interferir positivamente no incentivo ao aleitamento materno, o que gerou um diálogo produtivo do ponto de vista da construção de relações saudáveis e com gestos de cuidado.

O encontro do último dia da sequência de *lives* foi finalizado com muitos agradecimentos aos participantes devido a construção de um espaço acessível àqueles que desejassem aprender e dialogar a respeito dos temas trabalhados no “Agosto Dourado”.

Tabela 1 – Distribuição dos principais conteúdos trabalhados em cada *live*.

Título da <i>live</i>	Assuntos abordados	Principais dúvidas
-----------------------	--------------------	--------------------

<b>Título da live</b>	<b>Assuntos abordados</b>	<b>Principais dúvidas</b>
Aleitamento materno: aspectos gerais e a importância do colostro	Significado e importância do “Agosto Dourado”.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Qual a melhor forma de encaixar o bebê no seio para a amamentação?</li> <li>2. O leite materno pode ser insuficiente para possibilitar o crescimento do bebê?</li> </ol>
	O mito do leite fraco.	
	Benefícios da amamentação.	
	Fisiologia da lactação.	
Introdução alimentar e amamentação como aliadas	Aspectos nutricionais da amamentação.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. É correto alimentar o bebê com papinhas de forma simultânea ao leite materno desde cedo?</li> <li>2. Qual o melhor momento para inserir alimentos sólidos na alimentação? Isso geraria a rejeição do leite materno?</li> </ol>
	Recomendações para a introdução alimentar, preconizadas pelo Ministério da Saúde.	
Fatores emocionais relacionados ao aleitamento materno.	Puerpério e amamentação.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Como apoiar uma pessoa que está amamentando?</li> <li>2. A amamentação dolorida pode estar relacionada a questões psicológicas?</li> </ol>
	A importância da rede de apoio.	

Fonte: Elaboração própria (2021).

As dúvidas, embora abordassem temáticas distintas a depender do dia, traziam falas frequentemente utilizadas para desestimular a amamentação. Os discursos carregados de inseguranças eram uma amostra da desinformação ainda persistente acerca do aleitamento. Em duas das *lives* realizadas, o público realizou perguntas sobre o real valor nutricional do leite materno para o bebê. A insegurança observada pela população, representada em parte pelos ouvintes da *live*, reflete diretamente na baixa taxa de prevalência do aleitamento materno exclusivo entre menores de 6 meses, observada pelo Estudo

Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI), no ano de 2019. A taxa nacional foi de 45,8% de prevalência da amamentação exclusiva, e a taxa mais baixa entre as macrorregiões foi observada na região nordeste e chegou aos 39% de prevalência.

Todas as *lives* foram excelentes em termos de participação do público, riqueza do conteúdo trabalhado, relatos dos ouvintes e retorno dos mesmos a respeito da ação. Devido ao alto fluxo de usuários durante os encontros virtuais, não foi possível delimitar detalhadamente o perfil do público, entretanto, ainda assim contabilizou-se a média de público de cerca de 50 pessoas a cada *live*. A participação mais ativa dos debates com as convidadas se deu por parte do público feminino que já havia vivenciado os processos de gestação e amamentação.

Dessa maneira, os integrantes da LAGORB ficaram satisfeitos com o resultado das atividades durante todo o progresso do “Agosto Dourado”, e apesar da decisão de realizar o evento de forma remota ter sido tomada por conta da pandemia, essa se tornou uma alternativa que possibilitou a construção de ações de extensão com o potencial de atingir um público externo que inalcançável em atividades presenciais. O distanciamento, sem dúvida, impôs dificuldades na promoção das ações de educação em saúde e da disseminação das informações, porém, ainda assim, o uso das *lives* demonstrou ser bastante viável e produtivo nesse sentido.

## **Considerações finais**

Apesar de não ter sido executada de maneira presencial, a ação foi capaz de aproximar os ouvintes de diferentes lugares do país e demonstrar a importância da prática e do incentivo do aleitamento materno. As *lives* estavam sendo apresentadas no Instagram da LAGORB, uma rede social que alcança não somente estudantes da área de saúde, como toda a população geral.

Ao observar a participação das pessoas e o desenvolvimento dos encontros, é possível afirmar que o objetivo principal foi alcançado, e diálogos extremamente relevantes aconteceram em todos os dias de evento, permitindo que fosse possível a construção de um debate saudável acerca do tema. A realização de eventos online por meio de plataformas dessa natureza trouxe alguns pontos positivos, sendo o principal deles a capacidade de alcance de pessoas que, por determinado motivo, não poderiam estar presentes de maneira presencial nas discussões realizadas pela liga nos períodos prévios e posteriores ao da pandemia.

Considerando o horário das *lives* e a quantidade de pessoas que estavam presentes e participando, ficou perceptível a multiplicidade de perfis presentes e, portanto, o alcance tomado pela ação de extensão. Outra característica que, apesar de limitante, pode ter contribuído para a fixação da atenção do público na *live*, foi o tempo de duração de cada encontro, que se manteve dentro dos limites de 1 (uma) hora. O intuito foi informar com qualidade e num curto espaço de tempo, facilitando o entendimento e abrindo espaço para dúvidas e outras questões, e as pessoas presentes virtualmente puderam participar de forma satisfatória e sanar, na medida do possível, as questões que traziam sobre o tema.

Em todos os encontros, as reflexões caminharam no sentido de reforçar a importância e os benefícios da amamentação para o binômio materno-infantil. Houve concordância dos ouvintes para com as pontuações colocadas e, em alguns casos, os próprios participantes trouxeram informações e conteúdos pertinentes, contribuindo para a conscientização ainda mais profunda daqueles que acompanhavam o evento.

Ainda assim, os questionamentos realizados durante as *lives* revelaram a defasagem na qual se encontra a população no que diz respeito à informação sobre o aleitamento materno. A temática consta, oficialmente, no mês de agosto do cronograma de campanhas adotadas pelo Ministério da Saúde brasileiro desde muito

recentemente. Apenas em 2017, instituiu-se o mês de conscientização no país. Mesmo com essa ação, a defesa da prática do aleitamento ainda não atinge a população com a amplitude necessária. As dúvidas presentes em meio à população despertam inseguranças sobre a importância fisiológica, psicoemocional e nutricional da amamentação, impactando negativamente sobre sua prática.

Ações de extensão dessa natureza e alcance são de extrema relevância, especialmente em momentos históricos como o atual, no qual informações falsas e desinformações circulam com facilidade pelos meios de comunicação, levando a população à tomada de atitudes que colocariam em risco a sua saúde e daqueles com os quais convivem, como é o caso da relação mãe e bebê, profundamente influenciada e afetada pelo ato de amamentar.

A disseminação de dados e conteúdos cientificamente embasados é a principal maneira de conscientização e mobilização em prol do aleitamento e de seus inúmeros benefícios já mencionados. A fala das profissionais de diferentes áreas contribui não apenas para que o conhecimento sobre esse tema seja difundido, mas para que a população, percebendo a importância dessa prática, defenda-a compondo redes de apoio para apoiar o binômio materno-infantil. Ademais, a atuação e explanação das convidadas em prol do aleitamento pôde instruir parte dos ouvintes que cursavam graduações na área da saúde no que tange à assistência das gestantes e lactantes para o período de amamentação. O papel desse grupo é determinante para a conscientização de todas as pessoas envolvidas no processo, e para o fortalecimento de práticas adequadas para o desenvolvimento infantil e redução dos riscos de vida para o bebê. A educação em saúde possui alto potencial para a garantia do acesso ao leite materno da forma ideal durante o tempo necessário e, portanto, a melhores condições de vida infantis.

Apesar da amplitude dessa ação educativa/informativa, pessoas dos mais diversos cantos do Brasil puderam acessar vis redes sociais

como o Instagram, ela tornou-se limitada, pois não atingiu a população que mais necessita dessas ações, a população de baixa renda. Essa é a maior limitação desse trabalho. Apesar desse limite, a explanação sobre as várias benesses do aleitamento materno, embora ainda não plenamente difundido e praticado no país, deve ser encorajado por atividades como a realizada, e defendido pelos profissionais da saúde sempre que possível, não somente entre lactantes, gestantes e parturientes, como entre aqueles que estão ao redor dessas pessoas, de modo que as inúmeras vantagens da prática do aleitamento possam atingir a todos e garantir o direito à vida em boas condições, principalmente, aos indivíduos que mais são beneficiados por essa ação, isto é, as crianças.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2015. 186 p. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/saude\\_crianca\\_aleitamento\\_materno\\_cab23.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf) Acesso em: 26 Jan 2022.

BRASIL (Estado). Institui o mês de agosto como o Mês do Aleitamento Materno. **Lei N° 13.435.** Brasília, Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13435.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13435.htm). Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Protocolo de manejo clínico do Coronavírus (COVID-19) na atenção primária à saúde: Versão 7 [Internet]. 2020. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202004/14140606-4-ms-protocolomanejo-aps-ver07abril.pdf>. Acesso em 10 ago 2022.

CARVALHO, Ana Clara Alves de *et al.* Risks and Benefits of Breastfeeding in COVID-19: Integrative Literature Review / Riscos e benefícios da amamentação na COVID-19: Revisão integrativa da literatura. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet**, [s. l], v. 5, n. 44, p. 532-539, maio 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1387916>. Acesso em: 20 ago. 2022.

FONSECA, A. L. B. DA; OLIVEIRA, W. L. G. CORDEIRO, R. C. Desigualdades raciais e de gênero na pandemia do COVID-19. **Saúde da população negra indígena.** Washington Luan Gonçalves de Oliveira e Rosa Candido Cordeiro (Orgs.), Cruz das Almas: EDUFRB, 2020, 13-29.

MORAN, J. M. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. In: MORAN, J. M.; BEHRENS, M. A.; MASETTO, M. T. (orgs.). **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013. p. 11-25.

NOVAES, J. F.; LAMOUNIER, J.A.; FRANCESCHINI, S. C. C.; PRIORE, S. E. Efeitos a curto e longo prazo do aleitamento materno na saúde infantil. **Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr. J. Brazilian Soc. Food Nutr.**, São Paulo, SP, v. 34, n. 2, p. 139-160, ago. 2009. Disponível em: [http://sban.cloudpainel.com.br/files/revistas\\_publicacoes/240.pdf](http://sban.cloudpainel.com.br/files/revistas_publicacoes/240.pdf) . Acesso em: 26 Jul 2022.

SPSP - Departamento Científico de Aleitamento Materno, Abramovici S. 30 anos de história. **Semana Mundial de Aleitamento Materno**. Sociedade de Pediatria de São Paulo. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). **Aleitamento materno: Prevalência e práticas de aleitamento materno em crianças brasileiras menores de 2 anos 4: ENANI 2019**. - Documento eletrônico. - Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2021. (108 p.). Coordenador geral, Gilberto Kac. Disponível em: <https://enani.nutricao.ufrj.br/index.php/relatorios/>. Acesso em: 27 Jan 2022.

UFRB. **O que é Extensão Universitária?** Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/proext/o-que-e-extensao-universitaria>. Acesso em: 30 Jul 2022.

## CAPÍTULO 5

# PERCEPÇÃO DAS GESTANTES SOBRE SAUDE BUCAL: UM ESTUDO DESCRITIVO

*Ana Patrícia S. Araújo*  
*Drielly Andrade*  
*Amanda Oliveira Lyrio,*  
*Adan Araújo Marques*  
*Ana Lucia Barreto da Fonseca*  
*Ana Claudia M. Godoy Figueiredo*  
*Simone Seixas da Cruz*

### **Introdução**

O conceito atual de saúde, proposto pela Organização Mundial de Saúde em 1948, para além de fatores biológicos, pressupõe a avaliação de aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos, seja em nível individual ou coletivo (SILVA; ROSELL; VALSECKI JÚNIOR, 2006; VIEIRA; ZOCRATTO, 2007). Complementando este entendimento, salienta-se que as doenças bucais alteram significativamente a qualidade de vida das pessoas e, conseqüentemente, sua saúde geral (NARVAI; FRAZÃO, 2008)

Neste contexto, o estudo da autopercepção possibilita dimensionar a saúde a partir do indivíduo muito além de padronizações normativas e possibilita mensurar a necessidade em saúde de cada usuário (SANTOS NETO, 2012). Para Cascaes (2008), relacionar aspectos sociais e pessoais autorreferidos favorece a implementação de políticas e ações em saúde mais eficazes e eficientes.

Apesar das evoluções em termos de prioridades políticas, a saúde bucal de gestantes ainda é pouco abordada, sendo caracterizada, em sua grande maioria, por escassez de serviços e desarticulação de

prioridades, seja por gestores e profissionais, seja pelo público específico (CODATO; NAKAMA; MELCHIOR, 2008; COSTA; SALIBA; MOREIRA, 2002; LEAL; JANNOTTI, 2009) configurando um cuidado odontológico bastante frágil, apesar de seu caráter indissociável da saúde materna (LEAL; JANNOTTI, 2009).

Logo, os estudos envolvendo a autopercepção permitem ressignificação dos modos de enfrentamento dos problemas de saúde geral e bucal vivenciados por essas mulheres, dentro do setor saúde (CASCAES, 2008), e favorecem a mudança de comportamento das mesmas. Deste modo, as mulheres passam a atuar como potencial agente de informações, multiplicando-as para seus familiares (CASCAES, 2008; COSTA et al., 1998; MARTINS; BARRETO; PORDEUS, 2009).

A partir desta perspectiva e com a finalidade de subsidiar diagnósticos para a oferta de uma melhor atenção odontológica em gestantes, alguns estudos vêm sendo desenvolvidos, priorizando, tradicionalmente, a observação de descritores clínicos no diagnóstico das condições de saúde bucal (BORTOLI et al., 2003) que não estabelecem relação entre a percepção subjetiva do indivíduo no que se refere a sua saúde e questões relativas aos impactos na qualidade de vida (BORTOLI et al., 2003; CASCAES, 2008). Em contrapartida, e no sentido de mensurar o dado subjetivo autopercepção, diversos instrumentos vêm sendo pensados e validados por pesquisas, ao longo dos anos, em diferentes países (ATCHISON; DOLAN, 1990; CASCAES, 2008; LEAO; SHEIHAM, 1995; SLADE; SPENCER, 1994), dentre esses, os eventualmente utilizados em estudos epidemiológicos, estão organizados sob a forma de questionários com itens abertos e fechados, que favorecem a identificação da relação entre autopercepção da condição de saúde bucal do indivíduo com uma dimensão da qualidade de vida (SILVA; FERNANDES, 2001), destacando-se o *Geriatric Oral Health Assessment Index (GOHAI)*, utilizado para avaliação da percepção das condições bucais em grupos de gestantes, como no estudo de Silva, Rossel e Valsecki Júnior (2006).

Entender a dinâmica existente entre fatores demográficos, socioeconômicos e culturais, aliados a descritores clínicos e não normativos, como a autopercepção em saúde bucal, permite compreensão dos comportamentos e atitudes dos indivíduos em relação à saúde (CASCAES, 2008; STEELE et al., 2004). Associado a isto, o entendimento dessa dinâmica configura potencial instrumento para correta alocação de recursos e priorização de ações nos serviços de saúde (BENYAMINI; LEVENTHAL; LEVENTHAL, 2004; JEREMIAS et al., 2010; LEÃO; LOCKER, 2006).

Os trabalhos sobre a autopercepção, no dimensionamento da saúde em gestantes, e os que discutem a sua relação com planejamento de políticas públicas são ainda poucos (SILVA; ROSELL; VALSECKI JÚNIOR, 2006). Dessa maneira, justifica-se a realização de novos trabalhos, no sentido de ampliar o conhecimento sobre o tema. Sendo assim, o presente estudo objetivou investigar a autopercepção sobre saúde bucal em gestantes usuárias de Unidades de Saúde da Família, no município de Juazeiro-BA.

## **Método**

### **Desenho e Grupos de Estudo**

Estudo descritivo realizado em gestantes usuárias de Unidades de Saúde da Família, no município do Sertão da Bahia, com idade gestacional média de 23,45 semanas. Como critérios de inclusão foram considerados: confirmação diagnóstica da gestação através de exame laboratorial específico e/ou ultrassonografia, bem como realização de consulta pré-natal nas Unidades de Saúde envolvidas no estudo. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana (CAAE:

44749215.0.0000.0053) e todas as participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

## **Tamanho da Amostra**

Foi adotada a prevalência de 40% sobre a crença de haver uma relação entre gestação e a percepção de saúde bucal no grupo estudado. Para o cálculo, foi estabelecido um intervalo de confiança de 95% e erro ( $\alpha$ ) de 10%. Assim, o tamanho mínimo da amostra foi de 114 gestantes, sendo que 122 gestantes participaram da pesquisa.

## **Procedimento de Coleta de Dados**

Durante a realização da pesquisa, foi utilizado espaço físico disponível nas unidades de saúde, de acordo com a dinâmica do serviço. Foi realizado o convite de participação às gestantes, posteriormente executada a verificação dos critérios de elegibilidade, seguindo-se da entrevista através da aplicação dos questionários para a obtenção de informações relativas à identificação e características socioeconômico-demográficas, estilo de vida e condição bucal; bem como informações sobre autopercepção da condição bucal, Índice *GOHAI*. O cartão da gestante foi eventualmente consultado para obtenção de dados não contemplados na entrevista.

As variáveis envolvidas no estudo (fatores socioeconômico-demográficos, de estilo de vida e de condição bucal) foram submetidas à descrição da frequência absoluta e relativa. Para execução da digitação e tabulação dos dados, utilizou-se o programa *Statistical Package for the Social Sciences - SPSS 17.0*. Em seguida, o banco de dados foi submetido a processos de controle de qualidade para identificar eventuais inconsistências. De acordo com o índice *GOHAI*, a autopercepção das gestantes sobre a condição bucal foi categorizada da seguinte forma: “ótima”, “regular” e “ruim”.

## Resultados

A média de idade encontrada foi de 23,73 anos ( $\pm 6,24$ ) e mediana de 23 anos, com intervalo entre 13 e 38 anos. A idade gestacional média foi de 23,57 semanas ( $\pm 9,9$ ) e mediana de 24 semanas, com intervalo entre 5 e 40 semanas. Participaram da pesquisa 122 gestantes, das quais 32,79% tiveram autopercepção de saúde bucal ótima, 48,36% autopercepção de saúde bucal regular e 18,85% autopercepção de saúde bucal ruim. O valor médio do *GOHAI* foi de 31,84 com mediana 32,00 ( $\pm 2,6$ ), com escores variando de 24 a 36.

A tabela 1 apresenta a distribuição das características socioeconômico-demográficas e de estilo de vida das gestantes estudadas, de acordo com os critérios do Índice *GOHAI*: 50,00% (VALE; MENDES; MOREIRA, 2013) das mulheres com idade entre 18 e 35 anos, 53,85% (56) de raça/cor não negra e 51,11% (23) das que exerciam atividade remunerada apresentaram autopercepção de saúde bucal regular. Sendo que, entre as variáveis socioeconômico-demográficas e de estilo de vida, somente a raça/cor da gestante mostrou diferença estatisticamente significativa em relação aos níveis de autopercepção de saúde bucal.

**Tabela 1** – Características socioeconômico-demográficas e de estilo de vida das gestantes de acordo com os critérios do Índice *GOHAI* (n = 122).

<b>CRITÉRIOS <i>GOHAI</i></b>				
<b>Características</b>	<b>RUIM</b>	<b>REGULAR</b>	<b>ÓTIMO</b>	<b>P*</b>
	<b>23 (18,85%)</b>	<b>59 (48,36%)</b>	<b>40 (32,79%)</b>	
<b>Idade</b>				
18 a 35	19 (20,21%)	47 (50,00%)	28 (29,79%)	0,42
< 18 e > 35	4 (14,29%)	12 (42,86%)	12 (42,86%)	

<b>CRITÉRIOS GOHAI</b>				
<b>Características</b>	<b>RUIM</b>	<b>REGULAR</b>	<b>ÓTIMO</b>	<b>P*</b>
<b>Raça/Cor da pele**</b>				
Negra	6 (40,00%)	3 (20,00%)	6 (40,00%)	0,02
Não negra	16 (15,38%)	56 (53,85%)	32(30,77%)	
<b>Situação de emprego**</b>				
Remunerada	9 (20,00%)	23 (51,11%)	13 (28,89%)	0,98
Não remunerada	11 (21,15%)	26 (50,00%)	15 (28,85%)	
<b>Nível de escolaridade</b>				
≥ 8 anos de estudo	17(18,28%)	43(46,24%)	33(35,48%)	0,52
< 8 anos de estudo	6 (20,69%)	16 (55,17%)	7 (24,14%)	
<b>Situação conjugal</b>				
Com companheiro	19 (19,19%)	51(51,52%)	29 (29,29%)	0,23
Sem companheiro	4 (17,39%)	8 (34,78%)	11 (47,83%)	
<b>Renda familiar**</b>				
≥ 1salário mínimo	10 (14,49%)	37 (53,62%)	22 (31,88%)	0,17
< 1salário mínimo	12 (20,00%)	18 (37,50%)	22 (31,88%)	
<b>Benefícios/bolsas de programas sociais</b>				
Sim	6 (14,29%)	19 (45,24%)	17 (40,48%)	0,37
Não	17 (21,25%)	40 (50,00%)	23 (28,75%)	

<b>CRITÉRIOS GOHAI</b>				
<b>Características</b>	<b>RUIM</b>	<b>REGULAR</b>	<b>ÓTIMO</b>	<b>P*</b>
<b>Densidade domiciliar **</b>				
< 4 pessoas na residência	17 (18,09%)	46 (48,94%)	31 (32,98%)	0,99
≥ 4 pessoas na residência	5 (18,52%)	13 (48,15%)	9 (33,33%)	
<b>Hábito de fumar</b>				
Não	22 (18,64%)	58 (49,15%)	38 (32,20%)	0,52
Sim	1 (25,00%)	1 (25,00%)	2 (50,00%)	
<b>Consumo de bebida alcoólica **</b>				
Não	20 (17,54%)	55 (48,25%)	39 (34,21%)	0,53
Sim	2 (28,57%)	4 (57,14%)	1 (14,29%)	

\* P = valor de p: nível de significância  $\leq 0,05$ ; \*\* Dados perdidos.

As não negras foram classificadas com autopercepção de saúde bucal ruim, regular e ótima com respectivos percentuais de 15,38%, 53,85% e 30,77%. Enquanto as negras, para as mesmas categorias de autopercepção de saúde bucal, obtiveram percentuais de 40,00%, 20,00% e 40,00%, respectivamente.

No grupo de gestantes beneficiárias de programas sociais, 14,29% (6) tinham autopercepção de saúde bucal ruim, 45,24% (19), autopercepção de saúde bucal regular e 40,48% (17), autopercepção de saúde bucal ótima. Entre as gestantes com companheiro, que representou 81,14% (99) da amostra, observou-se que 51,52% (51) apresentaram autopercepção de saúde bucal regular.

Analisando o hábito de fumar e o consumo de bebida alcoólica durante o período gestacional, 96,72% (118) e 94,21% (114) das

gestantes estudadas referiram não possuir o hábito de fumar e o consumo de bebida alcoólica, respectivamente, e entre as que foram classificadas com autopercepção ótima, 95,00% (38) não referiram o hábito de fumar e 97,50% (39) não referiram consumo de bebida alcoólica.

Na tabela 2 estão sumarizadas as características gerais da condição bucal de gestantes de acordo com os critérios do Índice *GOHAI*. Quanto à escovação dentária, o percentual de 65,29% (79) das gestantes relatou frequência de escovação diária de três ou mais vezes e, entre estas gestantes, apenas 15,19% (12) foram categorizadas com autopercepção de saúde bucal ruim. Para esta mesma classificação de autopercepção de saúde bucal, no grupo de gestantes que relatou frequência de escovação diária de única vez, encontrou-se percentual semelhante de 14,29% (1).

**Tabela 2** - Características gerais da condição bucal de gestantes de acordo com os critérios do Índice *GOHAI* (n = 122).

<b>CRITÉRIOS <i>GOHAI</i></b>				
<b>Características</b>	<b>RUIM</b>	<b>REGULAR</b>	<b>ÓTIMO</b>	<b>P*</b>
	<b>23 (18,85%)</b>	<b>59 (48,36%)</b>	<b>40 (32,79%)</b>	
<b>Escovação dentária **</b>				
Uma vez por dia	1 (14,29%)	3 (42,86%)	3 (42,86%)	
Duas vezes por dia	10 (28,57%)	16 (45,71%)	9 (25,71%)	0,48
Três ou mais vezes por dia	12 (15,19%)	39 (49,37%)	28 (35,44%)	
<b>Usa fio dental diariamente</b>				
Sim	7 (16,28%)	20 (46,51%)	16 (37,21%)	0,77

<b>CRITÉRIOS GOHAI</b>				
<b>Características</b>	<b>RUIM</b>	<b>REGULAR</b>	<b>ÓTIMO</b>	<b>P*</b>
Não	16 (20,25%)	39 (49,37%)	24 (30,38%)	
<b>Última consulta ao dentista</b>				
Nunca	1 (14,29%)	4 (57,14%)	2 (28,57%)	
< 1 ano	13 (22,03%)	30 (50,85%)	16 (27,12%)	0,61
1 a 2 anos	4 (10,81%)	18 (48,65%)	15 (40,54%)	
≥ 3 anos	5 (26,32%)	7 (36,84%)	7 (36,84%)	
<b>Dor nos dentes e gengivas **</b>				
Nenhuma	5 (8,33%)	22 (36,67%)	33(55,00%)	
Pouca	2 (8,70%)	16 (69,57%)	5 (21,74%)	0,00
Média	7 (38,89%)	10 (55,56%)	1 (5,56%)	
Muita	9 (45,00%)	10 (50,00%)	1 (5,00%)	
<b>Necessidade de tratamento dentário</b>				
Sim	20 (18,87%)	52 (49,06%)	34 (32,08%)	0,94
Não	3 (18,75%)	7 (43,75%)	6 (37,50%)	
<b>Sente-se constrangida para sorrir ou conversar **</b>				
Sim	8 (16,67%)	23 (47,92%)	17 (35,42%)	0,88
Não	14 (19,18%)	36 (49,32%)	23 (31,51%)	
<b>Frequentou o dentista na gravidez</b>				

<b>CRITÉRIOS GOHAI</b>				
<b>Características</b>	<b>RUIM</b>	<b>REGULAR</b>	<b>ÓTIMO</b>	<b>P*</b>
Sim	9 (30,00%)	14 (46,67%)	7 (23,33%)	0,15
Não	14 (15,22%)	45 (48,91%)	33 (35,87%)	
<b>Recebeu orientação sobre saúde bucal</b>				
Sim	9 (14,29%)	33 (52,38%)	21 (33,33%)	0,39
Não	14 (23,73%)	26 (44,07%)	19 (32,20%)	

\* P = valor de p: nível de significância  $\leq 0,05$ ; \*\* Dados perdidos.

Para as gestantes da amostra que referiram uso diário de fio dental, houve um menor percentual, 16,28% (7), com autopercepção de saúde bucal ruim. Do total da amostra estudada, 48,36% referiram que visitaram o dentista no intervalo inferior a um ano. Em relação à autorreferência das gestantes sobre a necessidade de tratamento odontológico, 18,87% (20) das gestantes foram categorizadas com autopercepção ruim. Observou-se que o acesso ao serviço odontológico durante a gravidez aconteceu apenas para 24,60% (30) das gestantes da amostra. Analisando o recebimento de orientações sobre saúde bucal durante o período gestacional, 51,64% (63) referiram ter recebido informações sobre saúde bucal; deste percentual, apenas 14,29% (9) perceberam sua saúde bucal ruim.

Na Tabela 3 estão apresentadas as características da condição bucal de gestantes nos últimos três meses de acordo com os critérios do Índice *GOHAI*. Em relação à modificação do modo de falar, 93,44%

(114) não referiram alteração e apenas 6,56% (8) referiram modificar em algumas vezes ou sempre. Da amostra estudada, 32,79% (40) referiram ter problemas para mastigar alimentos, algumas vezes.

**Tabela 3** – Características da condição bucal nos últimos três meses das gestantes de acordo com os critérios do Índice *GOHAI* (n = 122).

Características	CRITÉRIOS <i>GOHAI</i>		
	SEMPRE (N) %	ALGUMAS VEZES (N) %	NUNCA (N) %
<b>DIMENSÃO FÍSICA</b>			
• Diminuiu a quantidade de alimentos ou mudou o tipo de alimentação por causa dos seus dentes? **	(7) 5,79%	(21) 17,36%	(93) 76,86%
• Teve problemas para mastigar alimentos?	(2) 1,64%	(40) 32,79%	(80) 65,57%
• Teve dor ou desconforto para engolir alimentos?	(0)	(10) 8,20%	(112) 91,80%
• Mudou o seu modo de falar por causa dos problemas da sua boca?	(3) 2,46%	(5) 4,10%	(114) 93,44%
<b>DIMENSÃO PSICOLÓGICA</b>			
• Deixou de se encontrar com outras pessoas por causa da sua boca? **	(0)	(5) 4,13%	(116) 95,87%
• Sentiu-se satisfeito ou feliz com a aparência da sua boca? **	(42) 34,71%	(45) 37,19%	(34) 28,10%
• Teve algum problema na sua boca que a deixou preocupada? **	(3) 2,48%	(43) 35,54%	(75) 61,98%
• Chegou a sentir-se nervosa por causa dos problemas na sua boca?	(5) 4,10%	(24) 19,67%	(93) 76,23%
• Evitou comer junto de outras pessoas por causa de problemas na boca?	(1) 0,82%	(7) 5,74	(114) 93,44%
<b>DIMENSÃO DOR</b>			
• Sentiu algum desconforto ao comer algum alimento?	(3) 2,46%	(47) 38,53%	(72) 59,02%
• Teve que tomar medicamentos para passar a dor ou o desconforto da sua boca? **	(1) 0,83%	(42) 34,71%	(78) 64,46%
• Sentiu os seus dentes ou gengivas ficarem sensíveis a alimentos ou líquidos?	(3) 2,46%	(60) 49,18%	(59) 48,36%

\*\* Dados perdidos.

Das gestantes que participaram da pesquisa, 28,10% (34) nunca se sentiram satisfeitas com a aparência da boca, enquanto 71,90% (87) referiram satisfação sempre ou algumas vezes. Entre as gestantes estudadas, 93,44% (114) referiram nunca evitar realizar alimentação junto a outras pessoas. Observou-se que 99,18% (120) das gestantes referiram uso de medicamentos para dor ou desconforto na cavidade bucal, sempre ou algumas vezes, e apenas 0,82% (1) referiram não terem feito uso de medicamentos para dor.

Analisando o Índice *GOHAI* em suas dimensões, observou-se que, quanto à influência dos problemas bucais na autopercepção, a dimensão psicossocial/psicológica sofreu maior impacto negativo (57,37%), seguida da dimensão física/funcional (46,72%) e da dimensão dor ou desconforto (36,07%), respectivamente. Os achados mostram que o escore médio do Índice *GOHAI* global foi da ordem de 31,84. Já os escores médios das dimensões física, psicológica e dor foram da ordem de 11,15; 13,07 e 7,60, respectivamente (tabela 4).

**Tabela 4** – Escore médio (IC 95%) da autopercepção sobre saúde bucal das gestantes global e de acordo com as dimensões do Índice *GOHAI* (n=122).

Variável	Média	Intervalo de Confiança	Amplitude
Índice <i>GOHAI</i> global	31,84	31,37-32,31	24-36
Dimensão Física	11,15	10,96-11,34	8-12
Dimensão Psicológica	13,07	12,83-13,31	9-15
Dimensão dor	7,60	7,40-7,81	5-9

## Discussão

O resultado do Índice *GOHAI* médio encontrado neste estudo denota uma autopercepção de saúde bucal regular pelas gestantes, em tempo em que favorece a compreensão da influência de seus problemas bucais nas dimensões física, psicossocial/psicológica e dor/desconforto. O Índice *GOHAI* médio encontrado neste estudo (31,84 pontos) é semelhante ao de estudos prévios na literatura específica, realizado com gestantes (SILVA; ROSELL; VALSECKI JÚNIOR, 2006) e em outras populações (SILVA, 2003, 2000; SILVA; FERNANDES, 2001). Essa similaridade de resultados sugere que a autopercepção de saúde bucal, além de estar relacionada com a qualidade de vida dos indivíduos, pode ser semelhante, independente do grupo etário ou populacional estudado, vista a sua natureza multidimensional (ARAÚJO et al., 2008; FURTADO; FORTE; LEITE, 2011).

Detalhando cada item do índice estudado, observou-se que 76,86% (93) das gestantes responderam que nunca houve diminuição da quantidade de alimentos relacionada a problemas na boca. Este achado corrobora resultados encontrados em outros estudos com população composta por não gestantes (FONSECA; ALMEIDA; SILVA, 2011) enquanto é relativamente maior ao encontrado no estudo com população de gestantes (SILVA; ROSELL; VALSECKI JÚNIOR, 2006). Dentro da dimensão psicossocial/psicológica, 37,19% das gestantes responderam se sentirem felizes ou satisfeitas, apenas algumas vezes, em relação à aparência da boca. Esses resultados representam cerca de um terço do percentual observado em estudo prévio com gestantes, realizado por Silva, Rosell e Valsecki Júnior (2006), enquanto foi mais próximo do encontrado em estudo com idosos, cujo percentual foi de 59,40% (LIMA et al., 2013)

As comparações supracitadas merecem ser analisadas com devida atenção e cuidado, vista a diversidade de metodologias utilizadas e de populações estudadas. Entretanto os achados, sejam de concordantes ou não, podem ser ilustrados como relacionados às reflexões encontradas na literatura, que compreendem que condições de vida,

de trabalho, bem como o universo de cada sujeito em sua subjetividade, é que qualificam, de maneira peculiar, a forma como os indivíduos percebem sua saúde; e não exclusivamente o tipo específico de população estudada (BASTOS; SALIBA; UNFER, 1996; FURTADO; FORTE; LEITE, 2011).

Além dos resultados discutidos acima, os achados deste estudo permitem caracterização socioeconômico-demográfica de uma população jovem, em sua maioria com oito ou mais anos de estudo; resultados semelhantes aos encontrados por Silva, Rosell e Valsecki Júnior (2006). Comparativamente, as gestantes não negras obtiveram percentuais maiores de autopercepção regular e ótima quando comparadas às negras, sugerindo que fatores étnicos e culturais podem ter relação com a maneira com que as pessoas lidam com questões subjetivas, entre elas a autopercepção de saúde bucal (ANTUNES; PERES, 2006; BORGES et al., 2008; MOORE; BRODSGAARD, 1999).

Entre as gestantes classificadas com autopercepção ótima, quase a totalidade, 95% (38), não referiu o uso de fumo ou uso de bebida, 97,50% (39). Em relação a estes achados, deve-se considerar a possibilidade de viés de informação, visto que as gestantes podem ter preferido omitir o uso por sentirem-se constrangidas para informá-lo ou mesmo pela reprodução de informações tradicionalmente veiculadas, sobre a adoção de estilo de vida mais protetivo durante a gestação (CARVALHO et al., 2005; MOURA, 2011; BRASIL, 2012)

última dimensão avaliada pelo Índice *GOHAI*, a dimensão dor ou desconforto, os achados deste estudo apontam que 64,46% das gestantes não utilizaram medicamentos para controle da dor. Em uma investigação anterior, realizada com gestantes, os autores obtiveram percentual próximo ao aqui encontrado (SILVA; ROSELL; VALSECKI JÚNIOR, 2006). As relações apontadas podem dizer respeito à incorporação de novas atitudes e comportamentos para proteção da saúde do futuro bebê, adotadas pelas gestantes; podendo refletir também a qualidade do acesso aos serviços de saúde durante o

período gestacional (BRASIL, 2012; MIRANDA et al., 2011; MOURA, 2011; SILVA; ROSELL; VALSECKI JÚNIOR, 2006). Além disso, o alto percentual encontrado neste estudo pode ter relação com os mitos e crenças fortemente consolidados nas representações das gestantes e também dos profissionais em relação ao tratamento odontológico e uso de medicamentos durante a gravidez (OLIVEIRA, 2009; SILVA; FORTE, 2009).

Na avaliação das dimensões do Índice GOHAI, os resultados deste estudo apontam que a dimensão psicossocial/psicológica sofreu maior impacto negativo (57,37%), seguida da dimensão física/funcional (46,72%) e da dimensão dor ou desconforto (36,07%), respectivamente. Achados diferentes foram encontrados por Fonseca, Almeida e Silva (FONSECA; ALMEIDA; SILVA, 2011), em que o maior impacto foi percebido na dimensão física/funcional (44,9%), seguida da dimensão psicossocial/psicológica (24,5%) e da dimensão dor ou desconforto (14,3%). Estas informações sugerem que, no grupo de gestantes avaliado, a condição bucal exerce um impacto mais expressivo nas questões relacionadas ao convívio social, a exemplo de mudanças de comportamento, insatisfação com a aparência e prejuízo na aceitação social, estando os problemas bucais representando o indício de um impacto negativo na autoestima das participantes (ARAÚJO et al., 2008; FURTADO; FORTE; LEITE, 2011; VARGAS; PAIXÃO, 2005).

Estudar o Índice GOHAI detalhadamente nas suas dimensões física/funcional, psicossocial/psicológica ou dolorosa possibilita compreensão mais exata de como os problemas bucais influenciam modos e condutas de vida (LIMA et al., 2013; SILVA; ROSELL; VALSECKI JÚNIOR, 2006). Assim sendo, cabe analisar como os trabalhos encontrados na literatura discutiram os achados das dimensões do Índice GOHAI, em diferentes populações. Dos onze trabalhos encontrados, três estudos trataram da análise das dimensões de forma breve, limitando-se à apresentação de valores percentuais encontrados em cada dimensão, sem discussão dos achados (ARAÚJO et al., 2008; HENRIQUES et al., 2010; MIRANDA

et al., 2011), enquanto quatro estudos não abordaram análise das dimensões, em separado, centrando esforços apenas na discussão do Índice *GOHAI* global (COSTA; SAINTRAIN; VIEIRA, 2010; LIMA et al., 2013; SILVA; ROSELL; VALSECKI JÚNIOR, 2006; VASCONCELOS et al., 2012).

Outros quatro estudos realizaram ampla discussão sobre as dimensões, a exemplo do estudo de Furtado, Forte, Leite (2011), que centrou esforços em avaliar as médias das dimensões do Índice *GOHAI*, relacionando-as com dados objetivos coletados e apresentando possíveis justificativas para os impactos observados em cada dimensão (FONSECA; ALMEIDA; SILVA, 2011; FURTADO; FORTE; LEITE, 2011; SILVA et al., 2011; SILVA; SOUSA; WADA, 2005).

A abordagem de discussão das dimensões, empreendida pelos últimos quatro estudos acima citados, bem como por este estudo, revela-se potencialmente mais impactante, no âmbito de políticas públicas, pois permite compreender, dentro de cada dimensão avaliada, quais itens foram afetados e quais repercussões podem estar relacionadas; possibilitando, a partir desta observação, o planejamento de ações em saúde voltadas ao atendimento de reais necessidades apresentadas pelos indivíduos; ao mesmo tempo em que contribui no âmbito científico para a ampliação de discussões mais robustas sobre o tema (FONSECA; ALMEIDA; SILVA, 2011; FURTADO; FORTE; LEITE, 2011; LIMA et al., 2013).

Cabe destacar, entretanto, que devido à diversidade de abordagens realizadas, no contexto de estudos encontrado, sobre as dimensões do Índice *GOHAI*, a comparação dos achados, embora possa ser realizada, é complexa, exige cautela e deve primar pelo bom senso, não sendo estimuladas conclusões categóricas.

No que diz respeito à limitação do presente estudo, ressalta-se a utilização de dados autorreferidos; como cor da pele; quantidade de dor em dentes e gengiva e necessidade de tratamento odontológico, entre outros, podendo ter havido viés de informação.

Neste estudo não foi realizado o exame clínico em gestantes, o que não possibilitou a comparação dos resultados do Índice *GOHAI* com a condição bucal das participantes. Sobre este aspecto, cabe destacar que dos 23 estudos encontrados sobre o tema – independente do instrumento utilizado para a mensuração da autopercepção – quinze estudos associaram a aplicação de instrumento para medida do dado subjetivo com a realização de exames clínicos por profissionais devidamente treinados (BORTOLI et al., 2003; CASCAES, 2008; COSTA; SAINTRAIN; VIEIRA, 2010; DA SILVA; CASTELLANOS FERNANDES, 2001; FONSECA; ALMEIDA; SILVA, 2011; FURTADO; FORTE; LEITE, 2011; HENRIQUES et al., 2010; JEREMIAS et al., 2010; LIMA et al., 2013; MIRANDA et al., 2011; OLIVEIRA et al., 2011; SILVA et al., 2011; SILVA; SOUSA; WADA, 2005; VALE; MENDES; MOREIRA, 2013; VASCONCELOS et al., 2012) e oito estudos centraram esforços na mensuração do dado subjetivo dos participantes, com a aplicação dos instrumentos validados para investigar a autopercepção, metodologia utilizada também no presente estudo (AMARAL et al., 2012; ARAÚJO et al., 2008; CODATO; NAKAMA; MELCHIOR, 2008; FIGUEIREDO; FAUSTINO-SILVA; BEZ, 2008; OLIVEIRA, 2012; SILVA; ROSELL; VALSECKI JÚNIOR, 2006; VIEIRA; ZOCCRATTO, 2007).

Embora se reconheça a importância da associação da avaliação de dados clínicos/objetivos com dados objetivos nas diferentes populações, é oportuno salientar que os trabalhos que avaliam exclusivamente o dado subjetivo, através de instrumentos validados, destacam-se com relevante importância nas populações avaliadas, visto que a autopercepção representa importante indicador de saúde, pois sintetiza desde as condições objetivas de saúde até as respostas subjetivas; bem como todos os aspectos sociais e culturais, assim como o comportamento, além de aspectos relacionados com procura de serviços odontológicos (ARAÚJO et al., 2008; LIMA et al., 2013; SILVA; ROSELL; VALSECKI JÚNIOR, 2006).

Cabe destacar que, ao contrário dos estudos que avaliam critérios objetivos, tradicionalmente centrados na doença, os estudos que avaliam critérios subjetivos são importantes porque centram esforços na avaliação de saúde das populações, tendo enorme importância quando se analisa a atuação na autoestima e na qualidade de vida do indivíduo, bem como a relação custo-benefício das pesquisas e seus desdobramentos em políticas e ações em saúde com impacto positivo, sendo escassos na literatura (FONSECA; ALMEIDA; SILVA, 2011; OLIVEIRA et al., 2011).

Os achados deste estudo conduzem a necessidade de realização de mais pesquisas, com amostra, métodos e critérios mais rigorosos, visando esclarecimento de questões ainda em lacuna no campo de conhecimento e com a finalidade de auxiliar no desenvolvimento de estratégias para ampliação de ações de saúde efetivas e eficientes, junto ao grupo de gestantes.

Finalmente, cabe ressaltar que este trabalho apresenta diversos aspectos da autopercepção de saúde bucal, que, para além de refletir a experiência subjetiva das gestantes, funcional e psicologicamente, está relacionada com questões sociais e étnico/culturais, assim como de acesso aos serviços odontológicos. Além disso, destaca-se por poder contribuir para o empoderamento das mulheres, na medida em que investiga, discute e dá visibilidade a um tema ainda pouco estudado, especialmente em saúde bucal.

## **Referências Bibliográficas**

AMARAL, C. C. et al. Autopercepção de saúde bucal e necessidade de ações odontológicas em pacientes irradiados. **Revista Brasileira de Oncologia Clínica**, v. 8, n. 28, 2012.

ANTUNES, J. L. F.; PERES, M. A. **Epidemiologia da saúde bucal**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2006.

ARAÚJO, P. F. et al. Qualidade de vida em adultos e idosos que procuraram a Faculdade de Odontologia de Piracicaba para confeccionar próteses totais. **Revista de Odontologia da UNESP**, v. 37, n. 2, p. 109-116, 2008.

ATCHISON, K. A.; DOLAN, T. A. Development of the Geriatric Oral Health Assessment Index. **Journal of Dental Education**, v. 54, n. 11, p. 680–687, nov. 1990.

BASTOS, J. R. M.; SALIBA, N. A.; UNFER, B. Considerações a respeito de saúde bucal e classes sociais. **Revista Paulista de Odontologia**, v. 38, p. 38- 42., 1996.

BENYAMINI, Y.; LEVENTHAL, H.; LEVENTHAL, E. A. Self-rated oral health as an independent predictor of self-rated general health, self-esteem and life satisfaction. **Social Science & Medicine**, v. 59, n. 5, p. 1109–1116, set. 2004.

BORGES, C. M. et al. Dor nos dentes e gengivas e fatores associados em adolescentes brasileiros: análise do inquérito nacional de saúde bucal SB-Brasil 2002-2003. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 8, p. 1825–1834, ago. 2008.

BORTOLI, D. et al. ASSOCIAÇÃO ENTRE PERCEPÇÃO DE SAÚDE BUCAL E INDICADORES CLÍNICOS E SUBJETIVOS: ESTUDO EM ADULTOS DE UM GRUPO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA DA TERCEIRA IDADE. **Publicatio UEPG: Ciências Biológicas e da Saude**, v. 9, n. 3, 2003.

BRASIL. **SB2010: Pesquisa Nacional de Saúde Bucal – Resultados Principais**. Brasília, 2012.

CARVALHO, M. L. DE et al. Modelo preditivo do uso de cocaína em prisões do Estado do Rio de Janeiro. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 5, p. 824–831, out. 2005.

CASCAES, A. M. **DOENÇA PERIODONTAL E A AUTOAVALIAÇÃO DA SAÚDE BUCAL EM ADULTOS BRASILEIROS**. FLORIANÓPOLIS: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

CODATO, L. A. B.; NAKAMA, L.; MELCHIOR, R. Percepções de gestantes sobre atenção odontológica durante a gravidez. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. 3, p. 1075–1080, jun. 2008.

COSTA, E. H. M. DA; SAINTRAIN, M. V. DE L.; VIEIRA, A. P. G. F. Autopercepção da condição de saúde bucal em idosos institucionalizados e não institucionalizados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 6, p. 2925–2930, set. 2010.

COSTA, I. DO C. C. et al. A gestante como agente multiplicador de saúde. **RPG rev. pos-grad**, v. 5, n. 2, p. 87–92, 1998.

COSTA, I. DO C. C.; SALIBA, O.; MOREIRA, A. S. P. Atenção odontológica à gestante na concepção médico-dentista-paciente: representações sociais dessa interação. **RPG rev. pos-grad**, v. 9, n. 3, p. 232–243, 2002.

DA SILVA, S. R.; CASTELLANOS FERNANDES, R. A. Self-perception of oral health status by the elderly. **Rev Saude Publica.**, v. 35, n. 4, p. 349–55, 2001.

FIGUEIREDO, M. C.; FAUSTINO-SILVA, D. D.; BEZ, A. S. Autopercepção e conhecimento sobre saúde bucal de moradores de uma comunidade carente do município de Porto Alegre-RS. . **ConScientiae Saúde.**, v. 7, n. 1, p. 43– 8., 2008.

FONSECA, P. H. A.; ALMEIDA, A. M.; SILVA, A. M. Condições de saúde bucal em população idosa institucionalizada. **RGO Revista Gaúcha de Odontologia**, v. 59, n. 2, p. 193–200, 2011.

FURTADO, D. G.; FORTE, F. D. S.; LEITE, D. F. B. M. USO E NECESSIDADE DE PRÓTESES EM IDOSOS: REFLEXOS NA QUALIDADE DE VIDA. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 15, n. 2, 2011.

HENRIQUES, C. et al. Autopercepção das condições de saúde bucal de idosos do município de Araraquara – SP. **Brazilian Dental Science**, v. 10, n. 3, 12 ago. 2010.

JEREMIAS, F. et al. Autopercepção e Condições de Saúde Bucal em Gestantes. **Odontol. Clín.-Cient.**, v. 9, n. 4, p. 359–363, 2010.

LEAL, N. P.; JANNOTTI, C. B. Saúde bucal da gestante atendida pelo SUS: práticas e representações de profissionais e pacientes. **Femina**, v. 37, n. 8, p. 413–421, 2009.

LEÃO, A.; LOCKER, D. **Impacto das condições de saúde bucal na qualidade de vida. Fundamentos de Odontologia – Epidemiologia da Saúde Bucal**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

LEAO, A.; SHEIHAM, A. Relation between Clinical Dental Status and Subjective Impacts on Daily Living. **Journal of Dental Research**, v. 74, n. 7, p. 1408–1413, 8 jul. 1995.

LIMA, J. M. DE et al. Avaliação da percepção da saúde bucal e qualidade de vida de idosos do Projeto de Extensão da Universidade Católica de Brasília (UCB) - Centro de Convivência de Idosos (CCI) a partir da utilização do instrumento GOHAI. **Revista Portal de Divulgação**, v. 36, n. 4, 2013.

MARTINS, A. M. E. DE B. L.; BARRETO, S. M.; PORDEUS, I. A. Auto-avaliação de saúde bucal em idosos: análise com base em modelo multidimensional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 2, p. 421–435, fev. 2009.

MIRANDA, L. DE P. et al. Autopercepção das condições bucais em uma população de idosos da cidade de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 14, n. 2, p. 251–269, jun. 2011.

MOORE, R.; BRODSGAARD, I. Cross-cultural investigation of pain. **Epidemiology of pain.**, p. 53– 80., 1999.

MOURA, R. G. **Caracterização de gestantes usuárias do Sistema Único de Saúde de Petrolina/PE e Juazeiro/BA: resultados de um estudo piloto**. Petrolina, PE: Univasf, 2011.

NARVAI, P. C.; FRAZÃO, P. **Saúde bucal no Brasil: muito além do céu da boca**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz., 2008.

OLIVEIRA, A. M. S. D. et al. Periodontal therapy and risk for adverse pregnancy outcomes. **Clinical Oral Investigations**, v. 15, n. 5, p. 609–615, 22 out. 2011.

OLIVEIRA, A. S. **Cárie e Doença Periodontal em gestantes: um estudo de prevalência em usuárias do serviço público de Juiz de Fora-MG**. Juiz de Fora, MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

OLIVEIRA, M. A. M. **Gravidez Tardia: Bem-estar subjetivo e percepção da gestação**. Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

SANTOS NETO, E. T. DOS. **AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO, BRASIL**. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.: Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca., 2012.

SILVA, B. D. M. DA; FORTE, F. D. SOARES. Acesso a serviço odontológico, percepção de mães sobre saúde bucal e estratégias de intervenção em Mogeiro, PB, Brasil. **Pesqui. bras. odontopediatria clín. integr**, v. 9, n. 3, p. 13–319, 2009.

SILVA, D. D. **Aspectos epidemiológicos e autopercepção da saúde bucal em idosos**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

SILVA, D. R. A. D. **Percepção das condições de saúde bucal em adultos trabalhadores**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

SILVA, D. D. DA et al. Autopercepção da saúde bucal em idosos e fatores associados em Campinas, SP, 2008-2009. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 6, p. 1145–1153, dez. 2011.

SILVA, D. D. DA; SOUSA, M. DA L. R. DE; WADA, R. S. Autopercepção e condições de saúde bucal em uma população de idosos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 4, p. 1251–1259, ago. 2005.

SILVA, S. R. C. DA; FERNANDES, R. A. C. Autopercepção das condições de saúde bucal por idosos. **Revista de Saúde Pública**, v. 35, n. 4, p. 349–355, ago. 2001.

SILVA, S. R. C. DA; ROSELL, F. L.; VALSECKI JÚNIOR, A. Percepção das condições de saúde bucal por gestantes atendidas em uma unidade de saúde no município de Araraquara, São Paulo, Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 6, n. 4, p. 405–410, 2006.

SLADE, G. D.; SPENCER, A. J. Social impact of oral conditions among older adults. **Australian Dental Journal**, v. 39, n. 6, p. 358–364, dez. 1994.

STEELE, J. G. et al. How do age and tooth loss affect oral health impacts and quality of life? A study comparing two national samples. **Community Dentistry and Oral Epidemiology**, v. 32, n. 2, p. 107–114, abr. 2004.

VALE, E. B. DO; MENDES, A. DA C. G.; MOREIRA, R. DA S. Autopercepção da saúde bucal entre adultos na região Nordeste do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 47, n. suppl 3, p. 98–108, dez. 2013.

VARGAS, A. M. D.; PAIXÃO, H. H. Perda dentária e seu significado na qualidade de vida de adultos usuários de serviço público de saúde bucal do Centro de Saúde Boa Vista, em Belo Horizonte. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 4, p. 1015–1024, dez. 2005.

VASCONCELOS, L. C. A. DE et al. Autopercepção da saúde bucal de idosos de um município de médio porte do Nordeste brasileiro. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, n. 6, p. 1101-1110, jun. 2012.

VIEIRA, G. DE F.; ZOCRATTO, K. B. F. Percepção das gestantes quanto a sua saúde bucal. **RFO**, v. 12, n. 2, p. 7-31, 2007.

## CAPÍTULO 6

# **ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR NA MODALIDADE REMOTA: ATUAÇÕES EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

*Glaydson Élder Freitas Santana da Silva*

*Rafaela Aparecida Gomes*

*Fabiola de Sousa Braz Aquino*

### **Introdução**

O presente capítulo relata a experiência de estágio supervisionado em Psicologia Escolar, desenvolvida em duas instituições públicas de Educação Básica da cidade de João Pessoa (PB). O Estágio Supervisionado Curricular é um componente obrigatório para a formação profissional de futuros psicólogos e constitui-se enquanto uma experiência indispensável para a formação profissional em Psicologia Escolar. O contato com a prática, ainda no período da formação inicial, possibilita a compreensão da realidade existente no campo pretendido, o acompanhamento dos processos de aprendizagem e desenvolvimento nos contextos escolares, bem como a tomada de consciência das possibilidades e limites do campo. Além disso, a vivência dialética entre teoria e prática, a partir do aprofundamento contínuo nas produções e documentos técnicos do referido campo, fomenta o desenvolvimento de uma identidade profissional referendada e comprometida com o contexto no qual se pretende atuar (FERREIRA *et al.*; 2019; LACERDA; BRAZ AQUINO, 2022).

É pertinente mencionar que, no município de João Pessoa (PB), o profissional de Psicologia é integrante da equipe de especialistas nas instituições da Rede Municipal de Ensino, inserção possibilitada pela Lei Municipal nº 7.846, de 04 de agosto de 1995. Essa realidade oportuniza pesquisas e experiências de estágio supervisionado em Psicologia Escolar e favorece o aprofundamento ao graduando sobre os contextos educacionais específicos e suas realidades.

As propostas contemporâneas de atuação no referido campo preconizam um fazer a partir do enfoque institucional, psicossocial, crítico e preventivo, que objetiva favorecer o desenvolvimento humano por meio dos processos de ensino e aprendizagem, nos mais diversos contextos de educação, de forma ética e socialmente comprometida (ANDRADA *et al.*, 2018; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019; GUZZO; MOREIRA; MEZZALIRA, 2016; MARINHO-ARAÚJO, 2014; VICENTE; SILVA; BRAZ AQUINO, 2020). Estudos publicados a partir de experiências de estágio em Psicologia Escolar (BRAZ-AQUINO; GOMES, 2016; BRAZ-AQUINO *et al.*, 2018; BRAZ-AQUINO; ALBUQUERQUE, 2016; FERREIRA *et al.*, 2019; GRAEF; PATIAS, 2018; LACERDA; BRAZ AQUINO, 2022; MACHADO, 2014; PATIAS; ABAID, 2014; VICENTE; SILVA; BRAZ AQUINO, 2020) referendam esse momento da formação como basilar para a apropriação da identidade profissional, bem como das próprias ferramentas teórico-metodológicas que orientam um fazer pensado para cada cenário educacional. Nesse campo, defende-se a compreensão da escola e do processo educacional enquanto marcado por fatores histórico-sociais e culturais e, sobretudo, um ambiente promotor do desenvolvimento. É importante lembrar que, a depender de cada contexto e período histórico, haverá a necessidade de reconfiguração de estratégias de ação que alcancem as demandas dos múltiplos cenários educacionais.

Nesta direção, em meados de março de 2020, o mundo entrou em um processo de crise e ruptura com modos de ensinar a aprender e se relacionar com a educação. A pandemia da Covid-19 assolou as

diversas sociedades e rompeu com toda a sistemática já estruturada ao redor do planeta, instaurando abruptamente uma nova conjuntura de funcionamento social e educacional. Em decorrência desses fatos, as ferramentas disponibilizadas através das plataformas virtuais tornaram-se a principal opção para o atual momento de ensino e, a partir do decreto publicado em março de 2020 (BRASIL, 2020), as aulas presenciais foram substituídas por aulas em meios digitais de comunicação, com o objetivo de promover a continuidade do processo de escolarização ainda no período de pandemia.

Considerando a referida conjuntura, instituições educacionais de todos os níveis aderiram, por cerca de dois anos consecutivos, à modalidade de Ensino Remoto Emergencial, a qual consistiu em uma oferta educacional temporária que buscou promover a manutenção do vínculo institucional e a interação entre os sujeitos, durante o período de afastamento dos espaços educacionais devido à situação pandemia da Covid-19 (HODGES *et al.*, 2020; JOYE; MOREIRA; ROCHA, 2020; LUNARDI *et al.*, 2021; SUNDE; JÚLIO; NHAGUAGA, 2020).

Desse modo, as práticas de psicólogos escolares também precisaram ser reorganizadas frente à conjuntura de pandemia e ensino remoto, e a busca por formas de acessar remotamente os componentes do sistema educacional configurou-se como um dos principais desafios durante o período de crise sanitária (GUZZO, *et al.*, 2021; GOMES *et al.*, 2022; SILVA, 2021). Além disso, a partir da portaria nº 544 do Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2020), as práticas em estágio supervisionado na modalidade remota também estavam autorizadas.

Para auxiliar nessa questão, documentos norteadores para a prática de estágio em Psicologia Escolar foram publicados, tais como o documento “*Práticas e estágios remotos em Psicologia no contexto da pandemia da covid-19 - Recomendações*” do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2020) e o documento “*Princípios norteadores para as atividades de estágio supervisionado no contexto de pandemia do covid-19:*

*formação profissional no âmbito dos processos educativos” vinculado à Associação Brasileira de Psicologia Escolar Educacional (ABRAPEE, 2020).*

A proposta de Estágio Supervisionado Curricular em Psicologia Escolar aqui abordada possui uma sistematicidade e estruturação própria, dispendo de um procedimento inicial comum para os graduandos, que englobam: *cronograma de leitura e aprofundamento teórico no campo; finalização dos trâmites junto à Coordenação do Curso de Psicologia e à Secretaria de Educação e Cultura do município (SEDEC); reuniões semanais com a supervisora acadêmica para discussão das possibilidades de inserção do estagiário; início do contato com profissionais de Psicologia Escolar situados em instituições educacionais do município e; consulta da disponibilidade da instituição pretendida e posterior agendamento da reunião de apresentação da proposta de estágio à equipe gestora e pedagógica da instituição.* A reunião com a equipe gestora e pedagógica da instituição possibilita o estabelecimento do primeiro contato com o campo de atuação do estagiário; oportuniza a percepção e coleta inicial das características gerais do funcionamento escolar e, primordialmente, abre espaço para o diálogo entre a equipe de estágio e a equipe da escola para levantar concepções, expectativas e abertura da instituição a parcerias para o desenvolvimento das ações pretendidas (BRAZ AQUINO; GOMES, 2016; LACERDA; BRAZ AQUINO, 2022; VICENTE; SILVA; BRAZ AQUINO, 2020).

Concomitantemente ao processo de estabelecimento e efetivação de parcerias e finalização dos trâmites burocráticos, cada estagiário realiza um levantamento de produções em Psicologia Escolar nos últimos cinco anos, em livros e bases de dados indexados; leitura de referências técnicas, cartilhas e normativas do campo, acrescido da busca por materiais sobre o estágio no ensino remoto, para a composição do *Protocolo de Mapeamento Institucional e Ações em Psicologia Escolar*, instrumento norteador, o qual é atualizado semestralmente, e reúne as possibilidades e âmbitos de atuação do

estagiário (BRAZ AQUINO; ALBUQUERQUE, 2016; BRAZ-AQUINO; RODRIGUES, 2016; BRAZ AQUINO *et al.*, 2018; SOUZA & BRAZ AQUINO, 2019).

De forma sintetizada, as ações realizadas pelos estagiários em Psicologia Escolar no contexto de ensino remoto envolveram: *leituras sistemáticas para o aprofundamento teórico e metodológico; revisão da literatura recente de produções do campo para a composição do Protocolo de Mapeamento Institucional e Ações em Psicologia Escolar, adaptado ao contexto remoto; elaboração semanal da Pauta de Ações do Estágio; construção e utilização contínua do Diário de Campo do Estagiário; produção de materiais informativos sobre as possibilidades de ação do estagiário em Psicologia Escolar; análise e mapeamento institucional e comunitário; leitura e análise dos documentos da escola; estabelecimento de parcerias com os sujeitos institucionais; organização de reuniões semanais com a psicóloga escolar supervisora de campo via Google Meet; participação em reuniões pedagógicas remotas; realização de observações institucionais remotas; escuta remota supervisionada dos sujeitos da escola e; elaboração de estratégias e recursos para compartilhamento de conhecimentos psicológicos.*

Contudo, considerando o enfoque pretendido para o presente capítulo, serão relatadas as ações remotas desenvolvidas junto às crianças e professores da Educação Infantil e junto a professores e estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental II, ambas em instituições públicas da rede municipal de ensino de João Pessoa-PB.

### **Ações de estágio remoto em Psicologia Escolar durante o retorno gradual das escolas ao ensino presencial**

Neste tópico será relatada a experiência de estágio remoto em Psicologia Escolar em uma instituição pública municipal que, devido a necessidade do retorno gradual ao ensino presencial, teve seu funcionamento e dinâmica adequados às normas sanitárias de enfrentamento à pandemia, aderindo ao ensino híbrido durante o segundo semestre de 2021.

Como a escola aderiu à modalidade de ensino híbrida, as aulas presenciais ocorriam nas segundas, quartas e sextas-feiras, e as aulas remotas, realizadas por meio da plataforma digital *Whatsapp*, aconteciam nas terças e quintas-feiras. Em virtude do contexto pandêmico, ficou estabelecido pela universidade que os estágios só poderiam acontecer na modalidade remota. No entanto, pensando na necessidade da inserção da estagiária nas atividades desenvolvidas pela escola, a psicóloga escolar e supervisora de campo se dispôs a viabilizar a participação da estagiária em reuniões e aulas presenciais, através de ligações por vídeo chamada realizadas com um aparelho de celular. Além disso, a estagiária também participou de reuniões virtuais com os atores escolares, por meio da plataforma Google Meet. Dessa forma, as supervisões acadêmicas e de campo no estágio III, que aconteceram semanalmente, e as ações aqui descritas, ocorreram virtualmente de forma síncrona, e os materiais produzidos pela estagiária foram disponibilizados para a comunidade escolar por intermédio da supervisora de campo, via WhatsApp.

Com a finalidade de conhecer como era a estrutura e funcionamento da escola, e quem eram os atores escolares, foi realizado o *Mapeamento Institucional* com a colaboração direta da supervisora de campo, que forneceu fotos e materiais audiovisuais da instituição, dados acerca da comunidade escolar, e auxiliou na elaboração das plantas baixas da escola. Esse procedimento se mostrou relevante, pois elucidou elementos importantes com relação à dinâmica escolar, dada a impossibilidade da presença física da estagiária na instituição.

Como parte das ações iniciais foi construído um material de apresentação sobre as possibilidades de ação da estagiária para a comunidade escolar veiculadas por meio de um vídeo, adaptado para o ensino híbrido/remoto. Esse vídeo foi encaminhado pela supervisora de campo à gestão, que autorizou sua divulgação nos grupos virtuais da plataforma *Whatsapp*, em que se encontravam os

atores escolares. Os feedbacks dessa apresentação, tanto da gestão, quanto da equipe docente, foram positivos, o que permitiu a abertura para ações envolvendo as turmas da Educação Infantil, primeiros anos do ensino fundamental e com a equipe do Atendimento Educacional Especializado.

### **Acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem: escuta docente, observações e intervenções com a equipe do Atendimento Educacional Especializado**

As observações realizadas pela estagiária ao longo do semestre, de forma virtual, foram pactuadas com a professora e supervisora de campo em uma primeira reunião online. Durante essas observações foi possível conhecer a organização espacial das salas, os materiais utilizados, a relação da professora com as crianças, a proposta pedagógica das docentes e as formas de participação das crianças no processo de retorno à escola. Para além das observações das salas de educação infantil e ensino fundamental I, surgiu uma demanda específica direcionada à equipe escolar, e principalmente à psicologia, relacionada aos cuidadores de crianças com alguma necessidade educacional específica. Em vista disso, foi realizada uma reunião com a professora responsável pela sala de recursos multifuncionais, a psicóloga escolar e a estagiária, a fim de entender melhor a demanda e propor direcionamentos.

Nessa reunião, a estagiária se apresentou novamente de forma breve, e o diálogo inicial foi voltado a entender como é o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado. O AEE é um espaço destinado a atividades complementares à formação do aluno que visam promover sua autonomia e independência dentro e fora da escola. Desse modo, as atividades desenvolvidas na Sala de Recursos Multifuncionais se diferenciam das atividades pedagógicas da sala regular (NEVES, 2017). Esse trabalho necessita do aprofundamento teórico-metodológico para o planejamento e construção de estratégias pedagógicas, e de um acompanhamento das crianças de forma individual e sistemática, de forma que as ações

sejam continuadas e focalizadas nas capacidades e potencialidades dos alunos (BEZERRA; CORREIA, 2020).

Na reunião, foi esclarecido que o atendimento na sala de recursos multifuncionais acontece duas vezes por semana com a professora do AEE, e dura aproximadamente 45 minutos. Devido à pandemia, os atendimentos ocorriam no turno da manhã. A professora enfatizou que planejava o horário de atendimento das crianças de forma a evitar que estas faltassem em disciplinas como artes, educação física e espanhol. Com relação à equipe do Atendimento Educacional Especializado, a professora relatou que naquele período quatro cuidadores e um intérprete de Libras realizavam essa atividade, acompanhando as crianças nas atividades da sala de aula regular e da sala de recursos, e auxiliando nas atividades de vida diária da criança, como alimentação, higiene e promoção da autonomia. Por meio de dados obtidos pela supervisora de campo e pela professora da sala de recursos, a estagiária realizou um mapeamento das turmas em que esses cuidadores atuam e com quais necessidades educacionais trabalham.

A professora sugeriu que a escola realizasse um trabalho voltado para a temática da inclusão, que envolvesse todos os atores escolares. Foi discutido entre a psicóloga escolar, a professora e a estagiária, como esse trabalho poderia acontecer e por onde começar. A proposta foi convidá-los para uma conversa inicial, a fim de entender como era a sua atuação e suas concepções acerca das crianças com as quais eles trabalham, e a estagiária elaborou um convite e uma pauta com os tópicos a serem discutidos. Buscou-se conhecer o tempo de atuação na escola e a formação dos cuidadores, a motivação pela profissão de cuidador, a rotina de trabalho na escola, as percepções com relação à convivência com as crianças, e sua relação com os professores e família. Ao longo da reunião, observou-se a necessidade de se trabalhar em um segundo encontro, as concepções de desenvolvimento humano e diversidade, além do planejamento de ações para o seguinte. Com isso, foi elaborado pela estagiária um

material em slides com questões voltadas para o desenvolvimento humano, e, como forma de potencializar as reflexões nesse momento e fazer circular as falas e afetos desses profissionais, foi utilizada como materialidade mediadora (SOUZA, 2016) a música *Portas*, de Marisa Monte (2021).

Partiu-se da apresentação de conceitos acerca do desenvolvimento e, após a exposição da música, iniciou-se a circulação de falas. A estagiária e psicóloga escolar fizeram a mediação desse momento, a partir de reflexões acerca do referencial teórico apresentado pela estagiária, utilizando questões disparadoras como: “*como vocês veem a relação entre a música e os conceitos que nós discutimos hoje?*”; “*nós possibilitamos que as crianças escolham suas próprias portas, as que desejam abrir?*”; “*nós, enquanto profissionais da educação, podemos possibilitar que as crianças acreditem em suas potencialidades, a partir do que percebemos acerca do desenvolvimento?*”.

A fala mais evidenciada no discurso dos profissionais foi a associação da palavra *porta* (música), ao termo *desafio*. Para eles, o processo de inclusão é um desafio tanto para as famílias e crianças, quanto para a equipe escolar, e principalmente para os próprios cuidadores. Verificou-se que a mediação estética provocada pela música fez emergir sentidos sobre a experiência se serem cuidadores, tais como o relato de que as ‘*portas*’ seriam *possibilidades*, que a *variedade de portas representa as possibilidades e as melhores maneiras da criança se desenvolver*. Por outro lado, foram também mencionadas as dificuldades e necessidade de uma melhor articulação entre família e escola. Ao final das falas, a estagiária retomou a ideia de que cada sujeito possui especificidades em seu processo de desenvolvimento, que todos estão em processo de desenvolvimento, e que cabe aos atores escolares, enxergar as potencialidades das crianças e viabilizar a abertura de portas para o seu desenvolvimento.

De forma geral, percebeu-se que os cuidadores acreditam ser importante para o seu trabalho a criação de espaços para a discussão sobre os documentos norteadores da profissão de cuidador e de

referenciais teóricos que abordem conceitos da área, como os trabalhados nessa reunião. Além disso, solicitaram o auxílio da psicologia escolar na mediação da relação com as famílias, e principalmente na ressignificação dos pais com relação ao papel exercido pelos cuidadores, sugerindo uma formação para as famílias a ser realizada pela prefeitura. Com relação aos professores, também surgiu a demanda da formação continuada e a necessidade de uma articulação da equipe, incluindo os cuidadores, no planejamento das atividades pedagógicas.

Ao final do encontro, foi questionado sobre como foi para eles esses momentos com a psicologia escolar, e os feedbacks dos profissionais foram positivos, com destaque às falas afirmando a relevância de encontro futuros, e a necessidade desses momentos para a visibilidade de uma educação inclusiva. Essa reunião fomentou a circulação de fala dos cuidadores com relação ao momento singular que todos os atores escolares estavam enfrentando. Por isso, entende-se que esse momento possibilitou escuta, reflexão, ressignificação de práticas, expressões verbais de afeto, e estabelecimento de parcerias. Esse processo permitiu a ampliação da percepção dos profissionais acerca da importância de envolver o coletivo na temática da inclusão, o que abriu espaço para pensar em um futuro projeto voltado para os processos de inclusão e de questões relacionadas à diversidade.

## **Estágio Remoto em Psicologia Escolar: ações desenvolvidas no Ensino Fundamental II**

No presente tópico serão apresentadas as ações remotas de estágio supervisionado curricular em Psicologia Escolar em uma instituição pública de Ensino Fundamental II e EJA da Rede Municipal de João Pessoa-PB. Todavia, pontua-se que a experiência a ser relatada desenvolveu-se junto aos Anos Finais do Ensino

Fundamental (6º ao 9º ano). Conforme a Resolução nº 3 de 3 de agosto de 2005, espera-se que o grupo componente do referido nível educacional tenha entre os 11 e 14 anos de idade. Durante esse período do desenvolvimento, os sujeitos vivenciam mudanças significativas em seus aspectos físicos, cognitivos e sociais, o que implica em seus relacionamentos interpessoais com familiares e grupo de pares, resvalando também em suas vivências escolares (CASSONI *et al.*, 2021; CASSONI *et al.*, 2020; PAULA *et al.*, 2018).

A classificação jurídico-normativa proposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que os sujeitos entre 12 e 18 anos de idade caracterizam-se enquanto adolescentes (ECA, 1990). Contudo, Souza e Silva (2018) demarcam que a referida classificação é, sobretudo, para fins de políticas públicas e que a condição do fenômeno da adolescência é perpassada por fatores além do mero parâmetro etário, e relacionam-se aos processos de internalização de experiências e complexificação dos âmbitos do ser e estar em mundo social.

De acordo com Anjos e Duarte (2016), os conhecimentos hegemônicos acerca da psicologia do adolescente, de forma contrária aos pressupostos vigotskianos, estão fundamentados em concepções biologizantes e patologizantes. Contudo, estudos como o de Ferreira *et al.* (2021), Montezi e Souza (2013) e Souza e Silva (2018), enfatizam que a Psicologia Histórico-Cultural compreende a adolescência enquanto um período de crises que advém de novas combinações entre os aspectos biológicos e sociais, constituintes da relação sujeito-meio e que propulsionam o desenvolvimento de um novo funcionamento do psiquismo do indivíduo.

Dentro desse complexo cenário de desenvolvimento, os adolescentes também experienciam mudanças em seus contextos educacionais e na própria vivência escolar. Porém, as modificações que ocorrem no cenário educacional são frequentes, e se manifestam em momentos como a chegada em uma nova escola, ou a passagem para um novo ano escolar. Tais alternâncias são compreendidas e

discutidas enquanto períodos de transição escolar (AZEVEDO, 2017; CARBONIERI; EIDT; MAGALHÃES, 2020; CASSONI *et al.*, 2021; MONTEZI; SOUZA, 2013; RODRIGUES, 2018; TORREZ; MOURAZ, 2019).

É importante mencionar que as transições são um processo tipicamente humano. Conforme Zittoun (2016) e Rodrigues (2018, p. 20) “o processo de transição acontece por meio de rupturas ou mudanças de experiências até o momento em que essa nova esfera de experiência construída seja aceita e acomodada no novo período do ciclo da vida dos sujeitos”. Nesse sentido, considerando o cenário de instauração abrupta da pandemia e a consequente necessidade de reorganizações para o contexto de distanciamento social, é possível afirmar que os sujeitos se inseriram em um processo de transição do desenvolvimento.

Em relação ao contexto escolar, pode-se dizer que a necessidade de adesão repentina ao ensino mediado pelas ferramentas virtuais provocou um movimento de transição escolar dos espaços físicos para os espaços remotos de educação, ainda que, majoritariamente, sem a preparação prévia dos componentes do cenário escolar. Igualmente, a experiência de estágio supervisionado aqui relatada também se reorganizou frente ao contexto de pandemia. Em suma, as ações realizadas durante o semestre remoto de estágio consistiram em: *reuniões remotas semanais com a psicóloga escolar da instituição; realização do mapeamento institucional remoto; elaboração de materiais; estabelecimento de parcerias com docentes e profissionais da equipe de especialistas; participação em projetos institucionais remotos; observação em sala de aula virtual; acompanhamento dos momentos virtuais do Atendimento Educacional Especializado (AEE).*

**Procedimentos iniciais do estágio para a inserção virtual em uma instituição pública de ensino**

Inicialmente é necessário lembrar que a situação de pandemia da Covid-19 impôs reformulações, considerando o cenário de crise sanitária e de afastamento dos espaços físicos institucionais. No entanto, as ações e procedimentos a serem apresentados foram discutidos e elaborados, principalmente, a partir das propostas contemporâneas de atuação no campo (ANDRADA *et al.*, 2018; GUZZO *et al.*, 2021; MARINHO-ARAÚJO, 2014). Experiências de semestres anteriores de supervisão no contexto da pandemia foram cruciais para o desenvolvimento das ações do estágio remoto em Psicologia Escolar, especialmente no que concerne ao percurso adotado, acrescido do contato com psicólogas escolares da rede municipal de ensino por meio das ações do Curso de Formação Continuada para psicólogas(os) escolares, o qual a partir de 2020, também iniciou suas atividades na modalidade remota (BRAZ AQUINO *et al.*, 2021).

Primordialmente, em reuniões com a supervisora acadêmica foram discutidas as possibilidades de inserção remota nos espaços escolares. Em seguimento, o estagiário entrou em contato com a psicóloga escolar da instituição pretendida, via *WhatsApp*, a fim de estabelecer o primeiro contato, conhecer brevemente o funcionamento da escola, e solicitar a mediação da profissional junto à gestão, para verificar as possibilidades de parcerias. Todos os procedimentos formais e documentais adotados para o início do estágio supervisionado seguiram a experiência anteriormente relatada neste capítulo.

Como ponto de partida, buscou-se conhecer o contexto em que se está inserido, o seu funcionamento em termos de organização operacional, grupal e relacional, aspectos econômicos, sociais e culturais dos sujeitos que compõem o espaço, e considerar o seu entorno, a fim de ampliar o olhar sobre como tais fatores constituem as particularidades existentes, além de construir a historicidade dos fenômenos emergentes no cenário escolar. O referido procedimento é amplamente demarcado nas produções do campo enquanto uma

ação primordial para o profissional de Psicologia Escolar durante a sua atuação no contexto educacional (ANDRADA *et al.*, 2018; FERREIRA *et al.*, 2019; FERREIRA *et al.*, 2021; GUZZO; MOREIRA; MEZZALIRA, 2016; MARINHO-ARAÚJO, 2014; MEZZALIRA *et al.*, 2019; PATIAS; ABAID, 2014; NEVES, 2011).

Visto a impossibilidade de estar presencialmente nos espaços físicos da escola, o primeiro desafio do estágio consistiu em conhecer a referida instituição de forma remota. Desse modo, a partir de orientações com a supervisora acadêmica e de reuniões com a psicóloga da instituição, considerou-se pertinente a elaboração de um instrumento intitulado *Formulário de Mapeamento Institucional Remoto*, o qual foi composto por 45 questões objetivas, as quais dividiram-se em cinco seções: *estrutura física; tipo de oferta educacional; recursos humanos da instituição; dados gerais acerca do quantitativo de alunos e turmas e; questões referentes à vivência e participação dos respondentes acerca das atividades remotas* e com um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que deveria ser lido e consentido já no início do instrumento.

O referido formulário foi enviado nos grupos de *WhatsApp* da equipe gestora e pedagógica da instituição, com a mediação da psicóloga escolar e, após o envio, obteve-se a contribuição de nove respondentes. Assim, as primeiras informações identificadas a partir do formulário, referiam-se ao: *quantitativo de salas da instituição; número médio de alunos por turma e o número total de estudantes matriculados; o quantitativo de professores componentes do quadro institucional; profissionais que estavam atuantes na modalidade remota e quais estavam presencialmente; a qualidade do acesso à internet dos alunos e dos profissionais em ensino remoto e; dispositivos utilizados para participação nas atividades remotas.*

Vale salientar que tais informações foram complementadas em reuniões remotas com a psicóloga escolar, e permitiram conhecer aspectos gerais da instituição na qual o estagiário estava vinculado. Também através das reuniões com a psicóloga, o estagiário tomou

conhecimento da sistemática e periodicidade das reuniões pedagógicas, bem como dos encontros remotos proporcionados por meio de projetos da instituição, os quais eram coordenados tanto pela equipe de especialistas quanto por professores.

### **A parceria com docentes: um caminho para práticas favorecedoras do processo de ensino e aprendizagem**

Mediante o conhecimento dos projetos existentes na escola e da sistemática de reuniões, foi possibilitado ao estagiário a participação em um *Projeto* realizado semanalmente o qual, para além de proporcionar a inserção em novas atividades institucionais, permitiu o acesso inicial ao grupo de alunos e professores. No primeiro contato com o grupo de alunos, após a apresentação do estagiário, mediada pela supervisora de campo, a postura adotada foi, sobretudo, de observação das interações de forma remota. A referida ação permitiu conhecer as relações do grupo com a escola, com os professores e profissionais da equipe de especialistas, entre si e, especialmente, a relação com o momento de ensino remoto. Os estudantes estavam com as câmeras desligadas, contudo, a participação era intensa, tanto pela fala quanto pelo uso do *chat*.

Costumeiramente, permaneciam ao final das reuniões as profissionais da equipe de especialistas, professores e o estagiário. Eram discutidas as impressões sobre a atividade, assim como ideias para os próximos encontros. Nesse ínterim, estabeleceu-se uma parceria com uma das professoras participantes da reunião e, desse modo, o acesso às aulas remotas foi solicitado e prontamente acordado. Vale salientar que, ao longo do semestre de estágio, foi possibilitado o acesso às demais turmas remotas da instituição.

Como procedimento de cada observação remota, o estagiário estabelecia o primeiro contato com a(o) docente responsável pela disciplina, apresentava em linhas gerais os objetivos da observação

em sala de aula e em seguida, acordava-se um horário para participação. Durante as aulas remotas, o estagiário apresentava-se à turma e explicitava os objetivos da participação em sala de aula remota, a fim de demarcar a intencionalidade da referida ação.

Além disso, considerou-se pertinente a elaboração de um *Roteiro de observação de sala virtual*. O referido instrumento teve o objetivo de nortear o olhar do estagiário durante a participação nas salas virtuais e foi composto dos seguintes tópicos: *disciplina; ano/série; horário da aula virtual; número de alunos matriculados; número de alunos que frequentaram a aula; número de alunos com a câmera aberta; duração da atividade/aula; atividades desenvolvidas; participação dos alunos pedindo fala; participação dos alunos via chat; interações professor-aluno; interações entre os pares; recursos didáticos utilizados/disponíveis; conexão da internet; dispositivos utilizados para participação em aula; local onde participaram da atividade*. Tais aspectos foram inspirados no Roteiro de Observação de Sala presente no relato de experiência de Nunes, Oliveira e Melo (2019). Vale mencionar que houve casos nos quais se fez necessária a mediação dos professores para o acesso das informações supracitadas, tanto em espaços cedidos durante a própria aula síncrona quanto em respostas que eram colocadas nos grupos de *WhatsApp* das turmas, que posteriormente eram disponibilizadas ao estagiário.

Posteriormente, mediante o estabelecimento da parceria com a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) via *WhatsApp*, com a mediação da psicóloga da instituição, foi acordado um horário para a participação do estagiário em dois momentos de atendimento, os quais aconteceram com base nos horários previamente estabelecidos com os estudantes e seus familiares. Todavia, vale mencionar que, devido ao grande quantitativo de estudantes participantes, segundo a professora, todos os dias existiam demandas de atendimento especializado.

Conforme Bezerra e Correia (2020), o Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui-se enquanto uma ação complementar

ou suplementar do processo de escolarização formal e dispõe de recursos e estratégias que buscam diminuir e eliminar, quando possível, as barreiras existentes entre o desenvolvimento cognitivo e o acesso ao conhecimento de sujeitos com necessidades educacionais específicas. Os atendimentos especializados na modalidade de ensino remoto emergencial junto à referida instituição aconteciam semanalmente, através da plataforma *Google Meet* e também por meio da inserção dos familiares em um grupo de *WhatsApp* específico da instituição, para o contato contínuo e disponibilização de materiais. Em média, os atendimentos funcionavam durante cerca de 40 minutos, com a participação do estudante, da professora do AEE e de um familiar, o qual se caracterizava como um elemento-chave para a realização das atividades propostas pela professora, especialmente no que se referia ao auxílio no manejo dos materiais utilizados.

Ao início de cada atividade, a professora cedia um espaço para uma breve apresentação do estagiário, a fim de situar a presença junto ao atendimento, os objetivos da participação e, sobretudo, demarcar a presença de um novo sujeito na instituição, ainda que remotamente. Ao final dos encontros foram realizadas conversas sobre o aluno em questão, seu processo no decorrer do ano de atendimento especializado, em especial no atual contexto de ensino remoto, bem como questões que buscavam apreender aspectos gerais do funcionamento do atendimento especializado na instituição, tanto na modalidade remota, quanto como aconteciam nos espaços presenciais.

É importante considerar que os grupos, enquanto categoria social, possuem características e funcionamentos diferentes, formados a partir da relação histórica e dialética com o meio em que se está inserido (PINO, 2010; VIGOTSKI, 2018). Na vivência do ensino remoto, esse ponto ganhou enorme destaque. Foi interessante perceber, através dos espaços cedidos para a participação nas atividades virtuais, as relações estabelecidas entre os grupos e como

cada turma se comportava frente à experiência de ensino remoto. Assinala-se também que os aspectos referentes ao período de desenvolvimento dos estudantes representam fatores de influência para o processo de ensino e aprendizagem, na medida em que as mudanças internas são promotoras de modificações nas relações do sujeito com o contexto no qual está inserido, de forma dialética (FERREIRA *et al.*, 2021).

Tais questões fizeram-se presente no discurso de dois professores da instituição que ao se referirem às suas respectivas turmas em momentos posteriores às aulas remotas, mencionaram aspectos relacionados ao período de desenvolvimento dos estudantes e, especialmente, como tal fator exerce influência na vivência escolar. Vale salientar que sempre que possível o estagiário permanecia após as aulas remotas, juntamente com o (a) professor(a), com o objetivo de dialogar sobre a atividade realizada, bem como, ampliar o conhecimento dos grupos, a partir das conversas e relatos fomentados em tais momentos.

Em suma, a participação nas aulas remotas permitiu a ampliação do conhecimento dos sujeitos escolares, bem como o contato com novos grupos. É importante mencionar que, eventualmente, os familiares dos estudantes faziam-se presentes nas aulas remotas, tanto com diálogos curtos com a(o) professor(a) acerca de aspectos educacionais de seus filhos, quanto para auxiliar na realização de atividades que ocorriam durante os encontros síncronos. Além disso, foi possível ter uma primeira noção dos impactos da pandemia e do modelo de ensino remoto nos sujeitos vinculados à instituição visto que, segundo relatos de professores e demais profissionais da instituição, um quantitativo considerável de alunos não possuía acesso pleno aos espaços remotos por questões, por exemplo, de conectividade.

Com o avanço da vacinação da população, a conseqüente diminuição dos números referentes à pandemia, e o início do processo de flexibilização das medidas de biossegurança, as escolas

do município retomaram às atividades presenciais. A referida instituição também estava na expectativa quanto ao retorno dos estudantes aos espaços escolares, todavia, o retorno não aconteceu, devido à situação de reforma dos espaços físicos da escola. Desse modo, apesar do retorno das atividades presenciais da Rede Municipal de João Pessoa a partir de fevereiro de 2022, a instituição em questão permaneceu com as atividades letivas ainda na modalidade remota.

Conjuntamente aos demais cenários de flexibilização das medidas de isolamento para enfrentamento à pandemia, em 29 de novembro de 2021, ocorreu o retorno gradual às atividades presenciais, o que inclui a atividade de Estágio Supervisionado Curricular. Desse modo passou a ser autorizada a realização de estágios na modalidade presencial, desde que também autorizados pelos Centros de Ensino, Coordenações de cursos e Departamentos da instituição.

Assim, uma nova conjuntura histórica se iniciou, e o tão aguardado retorno das aulas presenciais se tornou uma realidade. Considerando esse aspecto, a possibilidade de inserção do estagiário em Psicologia Escolar nos espaços físicos de uma instituição escolar configurava-se, indiscutivelmente, enquanto um profícuo espaço para novas e diferentes vivências, as quais certamente se apresentariam ainda mais específicas, visto o início do contato com os primeiros impactos educacionais posteriores à realidade imposta pela pandemia durante os últimos dois anos.

## **Considerações finais**

Este capítulo teve o objetivo de apresentar dois relatos de experiência em Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar durante o contexto pandêmico da COVID-19, que inviabilizou sua realização de forma presencial nas escolas. As ações do estágio foram repensadas e adaptadas ao modelo remoto emergencial, ainda que

mantendo sua fundamentação em referenciais teóricos da área (ANDRADA *et al.*, 2018; BRAZ AQUINO *et al.*, 2018; GUZZO *et al.*, 2021; GUZZO; MOREIRA; MEZZALIRA, 2016; MARINHO-ARAÚJO, 2014; PATIAS; ABAID, 2014; VICENTE; SILVA; BRAZ AQUINO, 2020). Por meio das experiências aqui relatadas foi possível evidenciar as especificidades existentes em cada contexto, e a imprescindível necessidade de apreensão da realidade escolar na qual se está inserido, os quais, ainda que semelhantemente atravessadas pelo momento histórico de pandemia, ensino remoto e atualmente em retorno ao presencial, apresentam características de funcionamento nitidamente distintos.

As principais ações do primeiro relato foram a realização de um mapeamento institucional, que favoreceu a compreensão acerca da estrutura física da instituição, seu funcionamento e a comunidade escolar; o acompanhamento da psicóloga escolar em observações, no planejamento de ações junto às professoras e durante as atividades propostas; a realização de uma ação coletiva visando a promoção da inclusão na escola, com a colaboração da psicóloga escolar e da professora da sala de recursos multifuncionais; e ações voltadas às relações interpessoais entre as crianças através do lúdico. Quanto ao segundo relato, as principais ações apresentadas referem-se à realização do mapeamento institucional remoto e ao estabelecimento de parcerias com os sujeitos escolares, o qual possibilitou o desenvolvimento de demais ações remotas, como participação em sala de aula virtual e em projetos remotos, bem como o acompanhamento dos momentos de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Cabe mencionar que, devido contexto pandêmico, foram encontradas algumas dificuldades na inserção da estagiária nas ações da escola no primeiro semestre do estágio, como a presença desta apenas por meio de videochamadas durante as aulas presenciais, o que dificultou os momentos de observação, devido a qualidade da imagem e do som, e a instabilidade da internet. Além disso, o estágio

remoto dificultou o contato da estagiária com a maioria dos profissionais escolares e a participação em reuniões coletivas de planejamento. Apesar dessas especificidades, essa experiência permitiu à estagiária ampliar as possibilidades de atuação frente a um contexto adverso, exigindo aprimoramento em habilidades tecnológicas, um planejamento aprofundado das ações e ainda o favorecimento de uma parceria próxima com psicóloga escolar supervisora de campo.

Reafirma-se, ademais, a importância das contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a prática do estágio em Psicologia Escolar (BRAZ AQUINO; ALBUQUERQUE, 2016), especialmente no que concerne ao papel da escola para o desenvolvimento de conceitos científicos, ao valor das interações sociais e do aprendizado mediado pela prática docente intencional. Nessa perspectiva teórica, o sujeito se constitui de forma dialética, histórica e em um processo marcado por crises, rupturas e graduais formações psíquicas que permitem uma apreensão consciente de sua relação com os elementos culturais de uma sociedade. Essas premissas perpassaram a proposta de estágio aqui relatada, em especial, o papel mediador que exerceram os estagiários e as psicólogas escolares para a implementação das ações remotas junto ao coletivo.

## Referências Bibliográficas

ANJOS, R. E.; DUARTE, N. A adolescência inicial: comunicação íntima pessoal, atividade de estudo e formação de conceitos. *In*: MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M.G.D. (Org.). **A periodização Histórico-Cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2016. cap. 9. p. 195-219.

Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE). **Princípios norteadores para as atividades de estágio supervisionado no contexto de pandemia do covid-19: formação profissional no âmbito dos processos educativos**. Disponível em: <<https://abrapee.wordpress.com/2020/08/18/principios-norteadores-para-as-atividades-de->

estagio-supervisionado-no-contexto-de-pandemia-do-covid-19-formacao-profissional-no-ambito-dos-processos-educativos>. Acesso em: 28 jul. 2022.

ANDRADA, E. G. C. Novos paradigmas na prática do psicólogo escolar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Florianópolis, v. 18, n. 2. p. 196-199, ago. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722005000200007>.

ANDRADA, P. C. *et al.* A Dimensão Psicossocial na Formação do Psicólogo Escolar Crítico. In: SOUZA, V. L. T.; BRAZ AQUINO, F. S.; GUZZO, R. S. L.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. (Org). **Psicologia escolar crítica: atuações emancipatórias nas escolas públicas**. 1. ed. Campinas: Editora Alínea, 2018. cap 1. p. 13-33.

ANTUNES, M. A. M.. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicologia escolar e educacional**, São Paulo, v. 12, n. 2. p. 469-475, abr. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572008000200020>.

AZEVEDO, G. V. Construção de significados na transição escolar para o 6º ano do Ensino Fundamental. 2017.189 f. Tese (Doutorado em Psicologia Cognitiva) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/24376>. Acesso em: 27 jul. 2022.

BARBOSA, R. M.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 393-402, set. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000300011>.

BEZERRA, H. J. S.; CORREIA, M. F. B. Psicologia Escolar e educação inclusiva na perspectiva dos direitos humanos. In: MARINHO-ARAÚJO, C. M. M.; SANT'ANA, I. M. (Org.). **Práticas exitosas em Psicologia Escolar Crítica - Volume 2**. 1. ed. Campinas: Editora Alínea, 2020. cap. 2, p. 31-53.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria n° 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus-Covid-19. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 158, n. 53, p. 39. 17 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria n° 544, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC n° 343, n° 345, de 19 de março de 2020, e n° 473, de 12 de maio de 2020. **Diário oficial da União**, Brasília, v. 114, n. 1, p. 62. 17 jun. 2020.

BRASIL. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 27 jul. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n° 3**, de 03 de agosto de 2005. Define normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração.

Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb003\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb003_05.pdf). Acesso em: 27 jul 2022.

BRAZ-AQUINO, F. S.; ALBUQUERQUE, J. A. Contribuições da teoria histórico-cultural para a prática de estágio supervisionado em psicologia escolar. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 33, n. 2. p. 225-235, abr. /jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02752016000200005>.

BRAZ AQUINO, F. S.; GOMES, A. R. Estágio em psicologia escolar: apontamentos sobre a formação e atuação profissional. In: DAZZANI, M. V. M.; SOUZA, V. L. T. (Org.). **Psicologia escolar crítica: teorias e práticas nos contextos educacionais**. 1. ed. Campinas: Editora Átomo & Alínea, 2016. cap. 8, p. 141-158.

BRAZ AQUINO, F. S.; RODRIGUES, L. F. Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar: intervenções com segmentos da comunidade escolar. In: VIANNA, M. N.; FRANCISCHINI, R. (Org.). **Psicologia Escolar: que fazer é esse?**. 1. ed. cap. 13, p. 188-205. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CFP\\_Livro\\_PsinaEd\\_web.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CFP_Livro_PsinaEd_web.pdf). Acesso em: 28 jul. 2022.

BRAZ AQUINO, F. S. *et al.* Psicologia Escolar na Educação Infantil: proposições metodológicas para a atuação profissional. In: SOUZA, V. L. T. *et al.* (Org.). **Psicologia escolar crítica: atuações emancipatórias nas escolas públicas**. 1 ed. Campinas: Editora Átomo & Alínea, 2018. cap. 3, p. 65-85.

BRAZ AQUINO, F. S. *et al.*, Formação continuada de psicólogas escolares: intervenções exitosas no contexto de pandemia da Covid-19. In: ABREU, E. L.; BARBOZA, M. S. S. (Org.). **Psicologia na atualidade: contextos de formação e atuação**. 1. ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2021. cap. 20, p. 203-211.

CARBONIERI, J.; EIDT, N. M.; MAGALHÃES, C. A transição da educação infantil para o ensino fundamental: a gestação da atividade de estudo. **Psicologia Escolar e Educacional**, [online], v. 24, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392020215280>.

CASSONI, C. *et al.* Transição Escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental: Revisão Integrativa da Literatura. **Psicologia Escolar e Educacional**, [online], v. 25, p. 01-09, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392021225301>.

CASSONI, C. *et al.* School context in the transition from the early years to the final years of Elementary Education. **Estudos de Psicologia**, Campinas: v. 37, p. 01-14, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e190049>.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). Referências Técnicas para atuação de Psicólogas (os) na Educação Básica. 2 ed. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA\\_web.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf). Acesso em 21 jul. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Práticas e estágios remotos no contexto da pandemia da Covid-19: recomendações**. Disponível em:

[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Caderno-de-orientac%CC%A7o%CC%83es-formac%CC%A7a%CC%83o-e-esta%CC%81gios\\_FINAL2\\_com\\_ISBN\\_FC.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Caderno-de-orientac%CC%A7o%CC%83es-formac%CC%A7a%CC%83o-e-esta%CC%81gios_FINAL2_com_ISBN_FC.pdf). Acesso em 28 jul 2022.

CORREIA, Mônica de Fátima Batista. Por quê defender o atendimento às dificuldades de aprendizagem por psicólogos e de maneira especializada? *In: CORREIA, Mônica de Fátima Batista. **Psicologia e atuação em queixas de dificuldades de aprendizagem**: reflexões, atualizações e procedimentos para avaliações*. 1 ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p.22-49.

FERREIRA, A. C. *et al.* Adolescentes desinteressados? Reflexões de estudantes do ensino médio público sobre sua escola. **Revista de psicología, Santiago**, v. 30, n. 1, p. 01-14, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5354/0719-0581.2021.56512>.

FERREIRA, F. G. *et al.* Estágio supervisionado em psicologia escolar: uma experiência na perspectiva institucional. **Rev. Psicol. IMED**, Passo Fundo, v. 11, n. 1, p. 202-216, jun. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i1.3027>.

GOMES, C. *et al.* Imaginando, criando, construindo juntos: práticas do psicólogo escolar em tempos de pandemia. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 39, p. 1-22, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202239e210093>.

GUZZO, R. S. L. *et al.* Psicologia e Educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Campinas, v. 26, n. especial. p. 131-141. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500012>.

GUZZO, R. S. L. *et al.* Psicologia na escola e a pandemia: Buscando um caminho. *In: NEGREIROS, F.; FERREIRA, B. O. (Org). **Onde está a Psicologia Escolar no meio da pandemia?***. São Paulo: Editora Pimenta Cultural, 2021. cap. 26, p. 654-682.

GUZZO, R. S. L.; MOREIRA, A. P. G.; MEZZALIRA, A. S. C. Desafios para o cotidiano do psicólogo dentro da escola: A questão do método. *In: DAZZANI, M. V. M.; SOUZA, V. L. T. (Org). **Psicologia escolar crítica**: teoria e prática nos contextos educacionais*. 1. ed. Campinas: Editora Átomo & Alínea, 2016. cap. 1, p. 21-35.

GRAEFF, R. V.; PATIAS, N. D. Orientação Profissional em uma Escola Privada: Experiência de Estágio. **Rev. Psicol. IMED**, Passo Fundo, v. 10, n. 1, p. 175-186, jan./jun. 2018. DOI:<http://dx.doi.org/10.18256/2175-5027.2018.v10i1.2353>.

HODGES, C. B. *et al.* The difference between emergency remote teaching and online learning. p. 1-12. mar. 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10919/104648>. Acesso em: 21 jul. 2022.

JOÃO PESSOA. **Lei nº 7.846**, de 04 de agosto de 1995. Obriga a presença de técnicos em educação nas escolas municipais.

JOYE, C. R.; MOREIRA, M. M.; ROCHA, S. S. D. Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19. **Research, Society and Development**, [online], v. 9, n. 7, p. 1-29, mai. 2020. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4299>.

LACERDA, R. H. A; BRAZ AQUINO, F. S. Experiência de estágio supervisionado em Psicologia Escolar: ações e possibilidades na Educação Infantil. *In: SANTOS, A. C. H.; BEZERRA, H. J. S.; RAMOS, R. P. G. (Org.). **Psicologia Escolar Educacional**: práticas e pesquisas em Alagoas e na Paraíba.* 1. ed. Goiânia: Phillos Academy, 2022. cap. 1, p. 13-31.

LUNARDI, N. M. S. S. *et al.* Aulas Remotas Durante a Pandemia: dificuldades e estratégias utilizadas por pais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 2, p 1-22, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-6236106662>.

MACHADO, Adriana Marcondes. Exercer a postura crítica: Desafios no estágio em psicologia escolar. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online], v. 34, n. 3, p. 761-773, jul./set. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001112013>.

MARINHO-ARAÚJO, C. M. Intervenção institucional: Ampliação crítica e política da atuação em Psicologia Escolar. *In: GUZZO, R. S. L. (Org.). **Bastidores da escola e desafios da educação pública**: a pesquisa e a prática em Psicologia Escolar.* 1. ed. Campinas: Editora Alínea, 2014. cap. 7, p. 153-175.

MARTÍNEZ, A. M. O que pode fazer o psicólogo na escola?. **Em aberto**, Brasília, v. 23, n. 83, p. 39- 56, mar. 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/6292>. Acesso em: 28 jul. 2022.

MEZZALIRA, A. S. C. *et al.* O psicólogo escolar na educação infantil: uma proposta de intervenção psicossocial. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 11, n. 1, p. 233-247, jan./jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i1.3051>.

MONTE, M. Portas. Rio de Janeiro: Sony Music: 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=n\\_b0v9cjAQw](https://www.youtube.com/watch?v=n_b0v9cjAQw). Acesso em 13 de ago. de 2022.

MONTEZI, A. V.; SOUZA, V. L. T. Era uma vez um sexto ano: estudando imaginação adolescente no contexto escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 77-85, jun. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572013000100008>.

NUNES, A. I. B. L.; OLIVEIRA, A. B. F.; MELO, A. G. Psicologia escolar na escola pública: desafios para a formação do psicólogo. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 48, P. 3-11, out. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5935/2175-3520.20190002>.

NEVES, M. M. B. J. Queixas escolares: conceituação, discussão e modelo de atuação. *In: MARINHO-ARAÚJO, C. M. **Psicologia Escolar**: identificando e superando barreiras.* 1. ed. Campinas: Editora Átomo & Alínea, 2011. cap. 8, p. 175-214.

NEVES, L. R. Contribuições da arte ao atendimento educacional especializado e à inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 489-504, out-dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000400002>.

PAULA, A. P. de *et al.* Transição do 5º para o 6º ano no ensino fundamental: processo educacional de reflexão e debate. **Revista Ensaios Pedagógicos**: Curitiba, v. 8, n. 1, p. 33-52, jul. 2018. Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/v8/v8->

artigo-3-TRANSICAO-DO-5-PARA-O-6-ANO-NO-ENSINO-FUNDAMENTAL.pdf.

Acesso em: 27 jul. 2022.

PATIAS, N. D.; ABAID, J. W. O que pode fazer um estagiário de psicologia na escola? problematizando prática e a formação profissional. **Educação**, Santa Maria, v. 39, n. 1. p. 187-200, jan./abr. 2014. DOI: <https://doi.org/10.5902/198464444817>.

PINO, A. A criança e seu meio: contribuição de Vigotski ao desenvolvimento da criança e à sua educação. **Psicologia USP** [online], v. 21, n. 4, p. 741-756, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642010000400006>.

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (UFPB). **Plano de ampliação da retomada segura e gradual das atividades acadêmicas presenciais da UFPB: semestre letivo 2021.2.** Disponível em: <<https://www.prg.ufpb.br/prg/codesc/processos-seletivos/plano-de-ampliacao-da-retomada-segura.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2022.

RODRIGUES, L. R. **Concepções e práticas de psicólogos escolares e docentes frente ao processo de transição escolar.** 2018. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Psicologia Social). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2018.

SOUZA, B. F.; BRAZ AQUINO, F. S. Estágio Supervisionado em Psicologia escolar: contribuições da pesquisa para a intervenção. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA E 1º CONGRESSO DE PSICOLOGIA AMBIENTAL E RELAÇÕES PESSOA AMBIENTE, 49º, 2019, João Pessoa. **Anais eletrônicos:** João Pessoa, 2019. p. 252. Disponível em: [https://www.sbponline.org.br/arquivos/resumos\\_de\\_comunica%C3%A7%C3%A3o\\_cientifica\\_2019.pdf](https://www.sbponline.org.br/arquivos/resumos_de_comunica%C3%A7%C3%A3o_cientifica_2019.pdf). Acesso em: 28 jul 2022.

SOUZA, V. L. T. Arte, imaginação e desenvolvimento humano. In.: DAZANNI, M. V. M. & SOUZA, V. L. T. de. (Orgs.). **Psicologia escolar crítica: teoria e prática nos contextos educacionais.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2016, cap. 4, p. 77-93.

SOUZA, C.; SILVA, D. N. H. Adolescência em debate: Contribuições teóricas à luz da perspectiva histórico-cultural. **Psicologia em Estudo**, [online], v. 23, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/jKmy5CvDmf7p987ycXnVHPx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2022.

SUNDE, R. M.; JÚLIO, Ó. A.; NHAGUAGA, M. A. F. O Ensino remoto em tempos de pandemia da Covid-19: desafios e perspectivas. **Epistemologia e Práxis Educativa-EPEduc**, Teresina, v. 3, n. 3, p. 1-17, set./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/epeduc/article/view/11176/7075>. Acesso em: 21 jul. 2022.

SILVA, G. É. F. S. **Atuação de psicólogos escolares no contexto de pandemia: concepções e demandas acerca do trabalho no ensino remoto.** 2021. 102f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia), Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18675>. Acesso em: 27 jul. 2022.

TORRES, A. C.; MOURAZ, A. Transição para o ensino secundário em Portugal: vozes de estudantes sobre dificuldades acadêmicas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019186268>.

VICENTE, A. C.; SILVA, N. S.; BRAZ AQUINO, F. S. de. A Psicologia Escolar no contexto da Educação Infantil: contribuições da Teoria Histórico-Cultural para o trabalho com professoras de berçários. *In*: MARINHO-ARAÚJO, C. M.; SANT'ANA, I. M. (Org.). **Práticas exitosas em Psicologia Escolar Crítica Volume 02**. 1. ed. Campinas: Editora Alínea, 2020. cap. 6, p. 113-132.

VIGOTSKI, L.S. **Sete aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018.

ZITTOUN, T. A sociocultural psychology of the life-course. **Social Psychological Review**, v. 18, n. 1, p. 1-12, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/83636781.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.

## CAPÍTULO 7

# COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR

*Thalita Evangelista da Silva  
Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa  
Elaine Gasques Rodrigues Trevisan*

### **Introdução**

A escola é uma importante instituição de aprendizagem e desenvolvimento de crianças e jovens, onde eles têm acesso aos conhecimentos historicamente construídos, mediados de forma intencional e sistematizada (VYGOTSKY, 2007/1991). Desempenha, também, um papel fundamental na formação da identidade e do pensamento crítico e na conscientização dos direitos humanos (ABRAMOVAY, 2012).

Devido à sua diversidade, o ambiente escolar proporciona a crianças e adolescentes a vivência com diferentes grupos etários, diferentes valores e costumes culturais. Nesse contexto, a Psicologia Escolar encontra um espaço profícuo para o desenvolvimento de práticas que promovam o convívio social baseado no respeito ao outro, na empatia e na prevenção de violências. A discussão sobre esse tema é indispensável, porque, apesar de a escola ser um espaço privilegiado e que pode potencializar o desenvolvimento humano, a violência também se insere nela e encontra modos de se estabelecer (ANDRADE, 2012).

A Associação Brasileira de Psicologia Escolar Educacional (ABRAPEE) - entidade da Psicologia que lida mais diretamente com a área e é colaboradora das Referências Técnicas para a atuação do

psicólogo escolar educacional - destaca a importância da dimensão ético-política no trabalho desse profissional na educação básica e coloca a prevenção da violência como uma das principais atividades da profissão. Por ser uma atuação repleta de desafios, não só no que se refere à violência, o psicólogo deve trabalhar de forma coletiva, visando a uma prática crítica e democrática que beneficie os indivíduos de diversas esferas ao seu redor (CFP, 2019).

Nessa perspectiva, abordamos, neste capítulo, a experiência de um estágio em Psicologia Escolar, focada na Comunicação Não Violenta (CNV), como uma estratégia para prevenir violências, realizada com alunos dos anos iniciais de uma escola particular do interior de Pernambuco. Marshall Rosenberg (2006) define a CNV como uma abordagem pacífica de resolução de conflitos, que visa aprimorar as habilidades comunicativas. É um instrumento para estabelecer relações interpessoais mais cooperativas e saudáveis e baseia-se em quatro componentes fundamentais (MARTINOT; FIEDLER, 2016; SANTOS, 2018):

- *Observação* - a avaliação que se faz diante das situações vivenciadas, a fim de aprender a diferenciar julgamento de observação;
- *Sentimento* - saber identificar e expressar as emoções de forma adequada;
- *Necessidade* - identificação dos desejos e dos valores pessoais que devem ser supridos diante de uma situação;
- *Pedido* - solicitação de mudanças no comportamento do outro a fim de estabelecer uma relação mais harmônica.

No que diz respeito aos quatro componentes, devem ser expressos de forma coerente e honesta e estar presentes durante a prática de ouvir o outro. A frase a seguir pode ser tomada como um exemplo, porque une todos os componentes para uma comunicação direta e respeitosa durante a resolução de um conflito: “Quando você gritou

*comigo (observação), eu me senti muito triste (sentimento), porque preciso que você fale comigo de outro modo para que eu me sinta respeitada (necessidade). Você gostaria de conversar sobre o motivo disso ter acontecido? Assim nos entenderemos melhor (pedido)”* (ROSENBERG, 2006). Convém enfatizar que a CNV também se estende à linguagem não verbal. Isso quer dizer que a postura, os gestos e as expressões influenciam a eficiência da comunicação diária e fazem parte dela.

A CNV orienta que as partes envolvidas em uma situação conflituosa devem entrar em consenso para deliberar sobre o melhor modo de lidar com as consequências das ações, de maneira justa e que atenda às necessidades de todos os envolvidos. Segundo essa abordagem, a postura compassiva, além de ser considerada como algo natural do ser humano, deve ser resgatada e fortalecida por meio da mudança na forma como cada indivíduo se comunica. Isso significa que, mesmo que o outro desconheça a proposta da CNV, ele será capaz de aprender com a postura e a linguagem daquele que utiliza esse estilo de comunicação (ROSENBERG, 2006).

Nessa perspectiva, a CNV pode ser considerada como um instrumento para promover a Cultura de Paz, uma vez que seus objetivos visam diminuir as atitudes violentas de qualquer ordem, não só em nível interpessoal mas também cultural e social, portanto, uma responsabilidade coletiva. A Cultura de Paz corresponde a um movimento global, organizado e impulsionado, principalmente, pelas Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), desde meados de 1997, com o intuito de gerar comprometimento entre as nações para a promoção de um mundo mais pacífico, dialógico, sustentável, justo e solidário (BARROS; JALALI, 2015; RIBEIRO et al., 2018; UNESCO, 1998; UNESCO, 2010).

No ano de 1998, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) definiu os anos de 2001 a 2011 como a “Década Internacional da Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo”. Porém, mesmo depois de 20 anos desse manifesto, ainda há muito a ser feito em prol da luta contra a cultura de violência,

principalmente no que tange aos esforços coletivos e ao investimento em potenciais intervenções multiplicadoras dessa ideia em contextos infantis (SOUZA, 2007; UNESCO, 1998; UNESCO, 2010).

Um exemplo dessa necessidade de implementar a Cultura de Paz é o cenário de violência no Brasil, que aparece em 128º lugar no levantamento realizado pela Institute for Economics & Peace - Global Peace Index (2021) - e foi classificado como um país de “baixo estado de paz”. Considerando que a escola desempenha um papel fundamental na transformação social, foi instituída, no Brasil, a política de ‘Educação para a Paz’ (Lei n º 13.663/18), por meio de uma alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei n º 9.394/96), com o objetivo de garantir o compromisso do sistema de ensino nacional brasileiro com a Cultura da Paz e incentivar uma atitude preventiva da violência no ambiente educacional e, conseqüentemente, na sociedade (BRASIL, 1996; BRASIL, 2018; SANTOS, 2018).

Nesse sentido, intervenções voltadas para resolver conflitos por meio da CNV são, cada vez mais, indispensáveis no contexto escolar, porquanto é nesse espaço em que as crianças têm a oportunidade de se relacionar com diferentes pessoas, valores, fisionomias, culturas, preferências, dentre outros aspectos. Por isso a CNV deve ter, principalmente, um caráter preventivo no ambiente escolar, ensinando as crianças a manejarem situações de violência, sejam elas explícitas ou simbólicas, visando possibilitar uma expressão saudável dos sentimentos mesmo em situações e em contextos adversos (ACCIARI, 2019; CHRISPINO; DUSI, 2008; MARTINOT; FIEDLER, 2016; RIBEIRO et al, 2018).

Dentre os projetos de intervenção voltados para o incentivo à Cultura de Paz e à CNV realizados em contextos escolares brasileiros, destaca-se o programa ‘Abrindo Espaços’ (NOLETO, 2008), promovido pela UNESCO desde os anos 2000. Com esse programa, as escolas eram abertas aos finais de semana para fazer atividades de incentivo à cidadania. Devido ao sucesso na implementação, o

programa foi transformado em política pública, por meio de um acordo com o Ministério da Educação, em 2004, e renomeado de ‘Programa Escola Aberta – PEA’, utilizando-se da mesma metodologia e organização do projeto-base. Atualmente, o PEA ainda está ativo em alguns estados, com destaque para o Rio Grande do Sul, e seu objetivo é de promover a cultura para a paz com a melhoria da qualidade das escolas e do ensino da cidadania e a oferta de atividades de esporte, lazer, cultura, entre outros (ROSA; PROFICE, 2021).

Outro projeto em destaque é o “Paz, como se faz?” (DISKIN; ROIZMAN, 2021), que reúne, em um guia prático, diversos estilos de atividades, reflexões e orientações destinadas à equipe escolar, aos pais e à comunidade, com o objetivo de disseminar os valores da Cultura de Paz e da Não Violência. Além disso, nota-se, atualmente, uma crescente variedade de intervenções voltadas para a Comunicação Não Violenta e a Cultura da Paz nas escolas, como o relato de experiência de Cabral et al. (2020), que fizeram atividades de interação social e de conscientização para reduzir atos violentos entre crianças pré-escolares.

Ainda nessa perspectiva, destaca-se o projeto ‘Vôo da Águia’ (MOREIRA; GUZZO, 2014), desenvolvido por psicólogos e estagiários em escolas públicas de Ensino Fundamental no município de Campinas-SP, com o intuito de desenvolver intervenções que estimulem a tomada de consciência dos participantes para a garantia dos direitos básicos e da cidadania (MEZZALIRA et al., 2019). Há, ainda, o programa ‘Dialogue, Ignore, Ganhe distância e Ache ajuda – DIGA’, da Universidade Federal do Paraná (2019), composto por uma equipe multiprofissional que visa ofertar visitas escolares, atividades, planos de ensino, cursos e materiais voltados para prevenir a violência, o bullying e os conflitos no ambiente escolar.

Uma revisão de literatura realizada por Stroppa e Lourenço (2018) apontou que, dentre as intervenções preventivas mais realizadas acerca da violência escolar nos últimos anos, destacaram-se as que desenvolvem habilidades empáticas, de resolução de problemas e de

regulação emocional e que valorizam a comunicação como alternativa para as posturas violentas. A empatia, por exemplo, é uma das habilidades sociocognitivas de grande importância para a construção de uma sociedade não violenta, que pode ser entendida como o reconhecimento do estado interno do outro, em que o indivíduo que observa emite respostas emocionais que são mais apropriadas para a situação do outro do que a sua (HOFFMAN, 2000). Esse construto influencia a expressão de comportamentos pró-sociais e o desenvolvimento moral, e quando é estimulada, colabora para que haja uma interação social mais altruísta desde a infância (PAVARINO, DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2005; PAVARINI; SOUZA, 2010).

Isso posto, ressalta-se a relevância da Psicologia na prevenção da violência, por meio de intervenções no contexto escolar. Por exercer uma função social, a escola abriga uma diversidade de sujeitos que se relacionam por meio da mediação dos conhecimentos, da linguagem, das atividades propostas, entre outros. Assim, no ambiente escolar, a aprendizagem, segundo Vygotsky (2007/1991), é construída e consolidada com base na qualidade das relações estabelecidas e mediadas por instrumentos e signos que possibilitam o desenvolvimento das capacidades psicológicas, do conhecimento formal e das habilidades dialógicas de interação.

No processo de apropriação dos signos culturais e sociais produzidos pela humanidade, os indivíduos também incorporam sentidos singulares a esses aspectos, transformando-os e sendo transformados. Sendo assim, intervenções escolares que visam melhorar as relações sociais também podem promover uma mudança cultural intrapsíquica, principalmente quando são organizadas intencionalmente para influenciar os principais agentes de mediação, como, por exemplo, a linguagem e as trocas dialéticas entre os sujeitos (SOUZA, 2016).

Além de seu papel mediador, Vygotsky (2007/1991) postula que a linguagem contribui para o desenvolvimento do “pensamento por conceito”, que corresponde ao funcionamento mais elaborado do

pensamento, desenvolvido, principalmente, na aquisição de conhecimentos formais, conceitos e regras que existem no contexto escolar. Tal função psicológica possibilita uma maior abstração dos elementos simbólicos do mundo e interfere na própria evolução da língua e do pensamento crítico (SOUZA, 2016). Sendo assim, a partir da intervenção sistematizada sobre a prevenção da violência, por meio da CNV, as crianças podem se conscientizar do seu pensamento e da análise crítica da realidade e contribuir para a formação de conceitos científicos. A discussão sobre as formas de se comunicar possibilita novas associações e modelos explicativos acerca da cultura, da realidade, das causas e das consequências de determinados comportamentos sociais.

Como a escola é um espaço de construção de saberes, onde o aspecto social é o próprio desenvolvimento, o psicólogo escolar educacional é um dos agentes mediadores do conhecimento. A Psicologia Escolar pode ser definida como um campo de atuação do psicólogo que envolve a mediação dos processos educativos e o favorecimento do ensino-aprendizagem para um desenvolvimento global satisfatório dos sujeitos (CFP, 2019). De modo complementar, Souza (2016) assevera que a parceria do psicólogo com a comunidade escolar melhora as relações e o desenvolvimento da consciência diante dos problemas sociais, por meio do diálogo e da utilização da arte como um instrumento de transmissão de novos conhecimentos.

Nota-se, então, que existe uma gama de possibilidades práticas e níveis de atuação que estão sob a responsabilidade do psicólogo escolar, principalmente as voltadas para o engajamento de atividades de caráter democrático, inclusivo, preventivo e que considera o contexto sócio-histórico dos indivíduos (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2009). Assim, reitera-se que a CNV é um instrumento que viabiliza a manutenção dos princípios e dos objetivos da Psicologia Escolar, por ser um tema que abrange tanto os alunos quanto a equipe, a família e a comunidade.

De modo semelhante, o estágio supervisionado em Psicologia Escolar é uma atividade formativa muito rica, uma vez que impulsiona o desenvolvimento das competências e das habilidades do estudante e reafirma a importância do papel da Psicologia no ambiente escolar (BRAZ-AQUINO; ALBUQUERQUE, 2016; MACHADO, 2014). Assim, é durante o estágio supervisionado que o estudante de Psicologia adquire conhecimentos, confiabilidade e senso de pertencimento quanto à identidade do psicólogo. Juntamente com a apropriação e a junção da teoria e da prática, o estágio possibilita a realização de propostas interventivas que respondam às demandas daquele espaço educativo, para que o estudante contribua com autonomia e dinamicidade mesmo diante dos desafios e das limitações (FERREIRA et al., 2019).

Assim, ao descrever as intervenções realizadas por meio do estágio curricular supervisionado em Psicologia sobre o tema ‘Comunicação Não Violenta, à luz dos pressupostos da Teoria Histórico-cultural’, este trabalho também visa colaborar para difundir a Cultura da Paz por meio da descrição do seu percurso metodológico e das possíveis implicações para o público-alvo, além de favorecer a ampliação das possibilidades de atuação do psicólogo escolar e reflexões sobre ela.

## **Relato da experiência**

### **Caracterização do contexto**

As intervenções relatadas aqui se configuram como ações do estágio curricular supervisionado em Psicologia, da Universidade Federal do Vale do São Francisco. O referido estágio contabiliza 660 horas e compreende o Estágio Profissionalizante I e o Estágio Profissionalizante II, com 120 horas de supervisão/orientação e 540 horas de prática. Para estar apto a cursá-lo, o estudante deve ter sido

aprovado em todas as disciplinas do núcleo básico e nas disciplinas da ênfase, com exceção do Trabalho de Conclusão de Curso, o que totaliza, em média, 3.285 horas cursadas (cerca de 80% da carga horária total do Curso de Psicologia). As atividades aqui relatadas compreendem apenas o Estágio Profissionalizante I, ocorrido entre os meses de agosto a novembro de 2021 e que abrangeu o período da pandemia da covid-19.

O estágio ocorreu com as turmas iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 4º ano) de uma escola particular do interior de Pernambuco. No que tange ao Projeto Político Pedagógico da instituição, é baseado nos pressupostos teórico-metodológicos do Socio-interacionismo proposto por Lev Vygotsky e nas visões teóricas de Jean Piaget e Henry Wallon. A equipe escolar é composta de diversos profissionais, incluindo o serviço de Psicologia. A psicóloga escolar da instituição tem mestrado e atua na área de desenvolvimento infantil e educação há mais de dez anos. Sua prática é realizada em conjunto com todos os setores da escola e, dentre os projetos desenvolvidos pelo setor de Psicologia, destaca-se o que é voltado para o desenvolvimento socioemocional dos alunos. A psicóloga fazia intervenções sobre educação emocional em sala de aula, acolhimentos breves, orientação às famílias, realização de oficinas, mediação de conflitos, entre outros.

Nesse contexto, a intervenção sobre Comunicação Não Violenta foi pensada como uma resposta para as demandas existentes e uma atividade que estaria alinhada ao tema de desenvolvimento socioemocional dos alunos e ao formato dos trabalhos que já vinham sendo feitos pela psicóloga da escola.

## **Percurso metodológico**

As ações foram realizadas por uma graduanda do 9º período do Curso de Psicologia, sob a supervisão e o acompanhamento da

psicóloga da escola. A estagiária foi orientada pela professora da disciplina Estágio Profissionalizante, em que foram vivenciados o compartilhamento de conhecimentos teóricos, a partir da discussão de textos na área do estágio, assim como relatos da experiência dos demais estagiários da disciplina que estavam inseridos em contextos distintos. Os referidos encontros de orientação na disciplina possibilitaram o aprendizado por meio da troca de materiais de referência para a prática do estágio e de discussões.

A inserção no contexto do estágio aconteceu de forma gradativa. No primeiro contato, a estagiária foi apresentada à equipe, e o espaço da escola foi reconhecido. A partir das observações realizadas no cotidiano escolar e em conversa com a psicóloga supervisora, foi estabelecido o tema da Comunicação Não Violenta (CNV) como uma demanda em destaque para as intervenções em sala de aula, visando prevenir e minimizar os conflitos violentos e as práticas de *bullying* que vinham ocorrendo entre os alunos. O público-alvo das intervenções foram as turmas de 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental, distribuídas entre 20 turmas (18 híbridas/síncronas e duas exclusivamente *on-line*).

Em decorrência da pandemia da covid-19, foram instaurados protocolos de biossegurança a fim de evitar a transmissão do novo coronavírus. Para isso, a instituição organizou os alunos do Ensino Fundamental I em turmas virtuais e presenciais. As atividades foram realizadas presencialmente e, em alguns casos, de maneira síncrona, a intervenção era acompanhada simultaneamente pelos alunos que assistiam às aulas de forma presencial e os que as faziam *on-line*, a partir da imagem e do som captados pelas câmeras instaladas nas salas de aula. Também havia turmas exclusivamente *on-line*.

O projeto de intervenção em CNV foi construído para executar ao menos um encontro por turma, com duração prevista de uma hora e meia. Os encontros foram pré-agendados com as professoras e de acordo com a prioridade das demandas de cada turma. A partir das observações diárias e do contato direto com os alunos, foi necessário

criar roteiros específicos. Porém, apesar das especificidades, a estrutura metodológica e o referencial teórico foram os mesmos para todos os roteiros, só variaram nos recursos lúdicos e na linguagem, em decorrência das mudanças de faixa etária e das demandas de cada turma. Todos os roteiros e os materiais produzidos durante o processo foram avaliados pela supervisora/psicóloga da escola e pela professora/orientadora da matéria Estágio Profissionalizante.

No que tange à estrutura dos encontros em sala de aula, o mesmo roteiro foi aplicado nas turmas do 2º e 3º anos, por causa da similaridade da demanda e do perfil dos alunos. Já para as turmas de 1º e 4º anos foi criado um roteiro específico – o qual será descrito no próximo tópico – para cada uma dessas turmas, em decorrência da divergência das demandas e das características da faixa etária.

Apesar da diversidade de demandas, todos os encontros seguiram uma estrutura-base com a seguinte ordem: apresentação das mediadoras (aluna e supervisora do estágio), das professoras e dos alunos; discussão e construção do conceito de “empatia” através de uma nuvem de palavras virtual – com o intuito de facilitar a aprendizagem e por ser um conceito muito presente na CNV; apresentação e discussão do conceito de Comunicação não Violenta; realização de uma atividade lúdica sobre o tema CNV, compartilhamento das experiências e avaliação oral dos alunos. Depois de aprovar o roteiro, confeccionar os materiais e agendar a atividade com as professoras, as mediadoras iniciavam a intervenção.

## **Relato das intervenções**

A primeira atividade foi a apresentação das mediadoras, dos alunos e das professoras, por meio de uma dinâmica de roleta digital, para abranger também os alunos que participavam das aulas de modo assíncrono. Essa roleta continha perguntas sobre gostos pessoais dos alunos, a fim de gerar vínculo, como “Qual seu nome e o seu animal

preferido?”, “Qual seu nome e sua cor favorita?”, entre outras. Depois, descrevia-se, rapidamente e com palavras simples, o que ocorreria naquele encontro, enfatizando a importância dele através dos objetivos de aprendizagem para as crianças, como: aprender a observar antes de julgar; reconhecer a importância dos sentimentos; resolver conflitos de maneira pacífica; e promover empatia e respeito nas relações do dia a dia.

Dando início ao conteúdo, as mediadoras perguntavam aos alunos o que eles entendiam sobre o significado da palavra ‘empatia’. Para reunir todos os aspectos levantados, era utilizada uma nuvem de palavras on-line, na qual eram inseridos os termos levados pelos alunos. No final, a nuvem gerava um quadro com todas as palavras em letras coloridas, destacando a importância da colaboração entre os alunos e integrando todos os aspectos levantados. Na sequência, as mediadoras referiam que a empatia era um dos aspectos necessários para se estabelecer a CNV, explicando o termo e dando exemplos de utilização no cotidiano bem como sua importância.

Para consolidar a aprendizagem, também se faziam atividades lúdicas sobre a CNV, as quais tinham uma proposta teórica semelhante, apesar das adaptações em decorrência da faixa etária ou da forma como eram executadas, porquanto havia alunos que acompanhavam *online*. Nesse último caso, os pais recebiam, com antecedência, a atividade em formato de *pdf*, via grupos de *Whatsapp*, para imprimir em casa ou buscar impressas na escola.

## **Descrição das atividades por turma**

**Turmas de 1º ano:** Os encontros só aconteceram em formato presencial. A atividade de CNV foi intitulada de ‘Qual é meu superpoder?’. Frases como “ser super gentil”, “desaparecer com as brigas”, “ser o mais rápido em ajudar” estavam em papéis dobrados dentro de um pote, e cada aluno sorteava um papel e dizia, em voz

alta, qual era o seu superpoder. Uma atividade chamada de ‘Identificando as emoções’ (Apêndice I, figuras 1 e 2) também foi aplicada. Ela consistia em entregar uma folha impressa com vários desenhos de expressões, que os alunos deveriam pintar e escrever abaixo da imagem (com ou sem a ajuda das mediadoras) a emoção que ela representava.

***Turmas de 2º e 3º anos presenciais e síncronos:*** Nessas turmas, foi contada a história digital ‘Bernardo, o mal falado’ (Apêndice, figura 3 e 4), adaptada do livro infantil ‘Ernesto’, da escritora Blandina Franco (2020). A história explica como o menino Bernardo se sentia ao ouvir frases negativas das pessoas à sua volta. Outra atividade realizada foi o ‘Emocionômetro’ (Apêndice I, figura 5), para cujo desenvolvimento os alunos recebiam uma régua (semelhante a um termômetro) para montar e pintar. Nessa régua, havia desenhos de expressões de tristeza, angústia, confusão, raiva e felicidade, e eles assinalavam como estavam se sentindo naquele momento e nos posteriores. O material poderia ser fixado no caderno para uso diário.

É importante ressaltar que apenas em uma turma de 2º ano presencial foi realizado um segundo encontro, porque a professora sinalizou que os conflitos na turma ainda eram recorrentes e que ela estava tendo dificuldade de mediar as situações. Nesse segundo encontro, foi realizada uma atividade nomeada de ‘Experiência científica da amizade’ (Apêndice I, figuras 6 e 7), inspirada na atividade de Patcamargo (2015), ‘Tintas dançantes’. Na experiência, tintas eram pingadas no leite, com o cotonete molhado de detergente, e os alunos tocavam nos pontos de tinta, fazendo com que a tinta se espalhasse e desmanchasse. As mediadoras, em conjunto com os alunos, faziam uma reflexão sobre as amizades, e os alunos apontavam o que poderia “desmanchar” suas amizades. Eles receberam uma folha de “Receita para uma boa conversa” (Apêndice I, figura 8), que continha um passo a passo simples, que exemplificava sobre como falar para resolver um conflito, de maneira pacífica e

expressar seus sentimentos e necessidades para as outras pessoas, baseado nos princípios da CNV.

***Turmas de 2º ano exclusivamente on-line:*** Nessas turmas, foi apresentado o vídeo ‘O que é a EMPATIA?’ - Explicação para crianças - As Emoções” do canal no Youtube *Smile and Learn*. Também foi contada a história ‘Bernardo, o mal falado’, já mencionada anteriormente, e feita a atividade ‘Diário das Emoções’ (Apêndice I, figura 9), que consistia em uma folha (enviada previamente aos alunos) com quadradinhos que representavam os dias de cada mês. Ao lado deles, havia as principais emoções e suas respectivas expressões na lateral da página. Os alunos deveriam atribuir uma cor para cada emoção, como uma legenda, e pintar cada quadradinho de acordo com a emoção que sentiram durante o dia. Eles eram instruídos a fazer isso no fim do dia, para analisar a emoção que predominava, e compartilhar esse momento com os pais.

***Turmas de 4º ano presenciais e síncronas:*** A fim de gamificar a atividade, foi criado um mapa digital com etapas a serem cumpridas, chamado de ‘Mapa da Jordana de CNV - o Jardim da empatia’ (Apêndice I, figuras 10 e 11). Cada etapa era referente a uma parte do encontro, fazendo uma analogia à construção e à manutenção de um jardim. Por exemplo, a atividade inicial era a apresentação dos nomes dos alunos e a expressão de uma qualidade que eles achavam que tinham. Essas qualidades eram inseridas digitalmente (via slide) como sementes plantadas em vasos. Para fazer essas qualidades crescerem, as demais etapas envolviam “regar a planta” (por meio da “nuvem de palavras sobre empatia”); cuidar da planta (envolia o componente de “Observar” da CNV, através da atividade “Escolha a resposta não-violenta”, descrita abaixo) e ofertar iluminação (que consistia em identificar as emoções e discutir sobre o componente “Sinto” da CNV, através da atividade “Diário das emoções”, descrita anteriormente).

Na atividade ‘Escolha a resposta não violenta’ (Apêndice I, figura 12 e 13), eram apresentadas aos alunos algumas situações de conflito semelhantes às que eles poderiam vivenciar na escola ou em casa,

como *bullying*, saber lidar com frustração, decisões etc. Para cada situação apresentada, existiam três alternativas de frases-resposta que as crianças deveriam escolher qual se encaixava melhor na perspectiva da CNV. Depois de feita a escolha, eram debatidas perguntas como: Por que vocês escolheram essa opção? O que aconteceria se o personagem agisse ou falasse de outra maneira? Vocês agiriam igual? Depois de feito esse procedimento, era realizada a atividade ‘Diário das Emoções’, já referida anteriormente.

Em seguida à realização de cada uma dessas atividades por turma, os alunos compartilhavam suas produções com os colegas, suas percepções e a relação com o conteúdo debatido. Os recursos lúdicos em formato audiovisual e impressos foram muito utilizados a fim de manter os alunos motivados e engajados. Além dos recursos já citados, instrumentos como slides com tópicos do conteúdo, frases de exemplos e imagens foram utilizados para que as turmas on-line participassem da intervenção ativamente.

Todos os materiais foram construídos e editados pela plataforma *online* “Canva”. Porém, também foram montados cartazes manualmente, como, por exemplo, o ‘Mural das Emoções’ (Apêndice I, figura 14), os quais foram fixados nas salas com a finalidade de ajudar os alunos na etapa de regulação das emoções. Além disso, alguns materiais foram pré-montados e entregues para serem finalizados pelos alunos como uma atividade lúdica, como o ‘Termômetro das emoções’, no qual eles pintavam e concluíam a montagem em sala de aula.

De modo geral, como os alunos eram extremamente engajados e receptivos com as atividades, era necessário organizar a ordem das falas e fazer combinados para que todos pudessem participar. Ao todo, foram realizados 16 encontros sobre CNV, e estima-se que 300 alunos participaram das intervenções, incluindo os que estavam acompanhando de modo *on-line*.

Durante os encontros, os alunos traziam experiências pessoais, que, na maioria das vezes, eram relatos sobre conflitos que envolviam

colegas de sala ou a turma de modo geral. Nessas situações, as mediadoras administravam as demandas de modo que todos sugerissem possíveis soluções em conjunto, para evitar exposições e constrangimentos. Alguns alunos sempre questionavam as respostas das atividades fazendo perguntas como: “Por que essa é a correta?”, “Eu acho que esse jeito é o não violento, mas eu não falaria assim”, “Se eu fizer desse jeito (comunicação violenta), o que pode acontecer?”. Mesmo diante de algumas posturas mais desafiadoras, esses momentos eram extremamente importantes para se discutir sobre as consequências das ações e orientar os alunos de modo mais direto.

Em decorrência da fase de desenvolvimento, das experiências vivenciadas ou do desconhecimento do termo, muitas crianças definiam a CNV numa perspectiva mais concreta e não verbal. Ou seja, durante o processo de construção coletiva do conceito, surgiam frases como “CNV é não bater, não empurrar” ou “CNV é quando a gente respeita o espaço na fila e ajuda quem precisa”, as quais também apareciam durante os combinados da turma, como, por exemplo, “Um dos combinados pode ser não agredir os colegas”.

Para além dos encontros em sala de aula, durante a mediação de conflitos em outros momentos e espaços escolares, era comum as crianças verbalizarem frases como: “O que você fez deixou nosso coleguinha triste”, “Precisamos ter mais empatia e respeito”, “Tal e tal pessoa usaram uma comunicação violenta”, “Tem que conversar para resolver”, entre outras. Isso pode ser um indicativo de que as crianças relacionaram as intervenções realizadas às suas vivências cotidianas, buscando aplicá-las para beneficiar a si mesmas e ao outro e, conseqüentemente, criar um ambiente mais respeitoso e empático.

No final de cada encontro, era solicitado um feedback oral dos alunos sobre a satisfação deles em relação às atividades realizadas. Frases como “Vocês vão voltar mais vezes?”, “Essa sala precisava aprender sobre isso” e “Gostei muito!” eram comuns nos *feedbacks* das crianças. Convém enfatizar que, mesmo depois das intervenções,

diante da resolução de conflitos no recreio ou nos demais espaços da escola, as crianças recorriam às mediadoras para ajudarem no processo e citavam termos ou parte dos conteúdos aprendidos nos encontros.

## **Discussão**

A abordagem da CNV configura-se como uma importante estratégia de intervenção para prevenir violência no contexto escolar. A articulação dessa abordagem de comunicação com os pressupostos da teoria histórico-cultural possibilita ao psicólogo escolar fazer atividades que sejam voltadas para a oferta de um ambiente e estimulação adequados na infância. Vygotsky (2007/1991) enuncia que as funções psicológicas superiores das crianças não se desenvolvem somente pela via da maturação biológica – que, supostamente, ocorrerão com o tempo de forma natural - mas através da mediação dos seus conhecimentos entre os pares durante a socialização (SOUZA, 2016).

Destaca-se também a importância dos momentos de resolução dos conflitos a partir de combinados grupais e das discussões coletivas, em que a apropriação do conhecimento sobre os modos adequados de se comunicar possibilitou a reconstrução de significados sobre as relações interpessoais, pois, quando uma criança tem a oportunidade de aprender e de treinar as habilidades sociais e de comunicação, tem mais chances de emitir comportamentos de ajustamento social e competência acadêmica e de sentir mais prazer em se relacionar com os demais (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2005; RODRIGUES; SILVA, 2012; SOUZA et al., 2018).

Para além das orientações da estagiária e da psicóloga, as crianças trocavam informações e sugestões sobre como se comunicar sem violência, fazendo com que o conceito de mediação se destacasse nas intervenções. Considerando que a CNV é definida como um processo

dinâmico que envolve o diálogo entre os indivíduos, fica notório que a mediação e as trocas sociais possibilitaram às crianças atribuírem novos sentidos ao contexto sociocultural e escolar em que estavam inseridos, promovendo novas aprendizagens e transformando os signos culturais, históricos e sociais (MARTINS; RABATINI, 2011).

Como as intervenções visavam ensinar uma abordagem de comunicação mais compassiva, tanto nos aspectos verbais quanto nos não verbais apontados pelos alunos, a linguagem possibilitava que a criança atuasse na própria aprendizagem. Isso se justifica porque, além de a linguagem ser um agente mediador imprescindível das relações e da aquisição de conhecimentos, ela se caracteriza como um produto social que sofre alterações culturais em decorrência das mudanças nos discursos dos sujeitos, como foi possível perceber nas frases mencionadas pelos alunos (SOUZA, 2016).

Outro aspecto imprescindível para os encontros foram a utilização de recursos lúdicos e a diversidade dos materiais sobre a CNV, que envolviam desde pintura até atividades manuais, e possibilitaram a concretização e a reflexão sobre os conteúdos verbais levantados. Tais recursos lúdicos, além de aliados no processo de mediação e atribuição de significados individuais, possibilitaram momentos de diversão e vínculo entre as crianças. A abertura para as diversas expressões artísticas e lúdicas envolve a manifestação do pensamento e da ação, e a brincadeira é o meio através do qual a criança aprende e interage com o mundo, razão por que deve ser uma proposta sempre presente e priorizada nas intervenções escolares (KAUFMANN-SACCHETTO et al., 2011; MACEDO et al., 2022; ROCHA, 2009).

Vygotsky (2007/1991) concebe a afetividade como um componente essencial para a aprendizagem e a construção de novos conhecimentos (SOUZA, 2016). A presença e a importância desse componente foram notadas durante as discussões sobre empatia e sua relação com a amizade, como também no vínculo estabelecido entre as mediadoras e os alunos. A afetividade gera motivação e engajamento provenientes do envolvimento emocional,

comportamental e cognitivo, que são tão necessários para o estabelecimento da empatia e, conseqüentemente, da manutenção de relações sociais pacíficas (PAVARINO et al., 2005; VYGOTSKY, 2007/1991).

Destaca-se, ainda, a relevância da atuação da estagiária e da psicóloga escolar no desenvolvimento do “pensamento por conceito” nas crianças. Isso porque as intervenções de CNV, pensadas de modo intencional e sistematizado, priorizam as trocas sociais entre as crianças e as mediadoras. Assim, ao trazerem à tona as conseqüências geradas pela comunicação violenta, as mediadoras também agiram sobre os modos como as crianças são, pensam e agem no mundo e em sua cultura, o que as torna mais conscientes e engajadas na proposição de soluções para os problemas sociais (SOUZA, 2016).

Dentro desse contexto, a estagiária e a psicóloga escolar atuaram de forma privilegiada, pois ambas acompanharam de perto os processos de desenvolvimento dos alunos por meio de atividades. Como presente na literatura, o fazer da Psicologia Escolar deve ser pautado na busca por inovações e reflexões que se adéquem à realidade educacional, como foi o caso da escolha do tema da CNV. Assim, as intervenções possibilitaram uma consonância com as competências necessárias para a formação do profissional da Psicologia Escolar, por meio da valorização do ideal de prevenção, da mediação intencional dos processos de socialização pela presença da autonomia, da cooperação e das trocas de conhecimentos entre a estagiária e a supervisora (BRAZ-AQUINO; ALBUQUERQUE, 2016; ROSE et al., 2016).

Voltando para os aspectos da CNV e da Cultura de Paz, nota-se que as atividades descritas são uma alternativa viável para romper com o paradigma da violência. Por meio das reflexões sobre uma comunicação que valoriza as virtudes cívicas e a pacificidade, algumas demandas de relacionamentos conflituosos que surgiram puderam ser resolvidas ou minimizadas, tornando o espaço social da escola mais acolhedor e saudável. A CNV proporciona um combate à

violência por meio da comunicação, sendo o diálogo algo essencial para o entendimento e respeito das diferenças, bem como o estabelecimento da paz na cultura escolar e, conseqüentemente, na transmissão desses valores para toda a sociedade (BRANCO; BORGES, 2019; DUSI et al., 2005; MOREIRA; BRANCO, 2012).

Apesar dos resultados positivos, percebeu-se que seria preciso aplicar um instrumento de avaliação mais concreto para os alunos, porquanto os feedbacks foram feitos de forma verbal, e não, sistematizada, o que dificultou uma mensuração mais detalhada dos impactos dos encontros depois que as intervenções foram concluídas. No que se refere à relevância da intervenção, além de colaborar para proporcionar atuações inovadoras, este trabalho poderá ser uma inspiração para implementar projetos escolares semelhantes.

Segundo Rose e colaboradores (2016), a divulgação de experiências focadas em estágios é uma fonte rica de conhecimentos para outros alunos e seus orientadores/supervisores, que amplia a diversidade de temas e atividades que geram impactos positivos. Outrossim, essa intervenção pode servir de base para a produção de estudos de diversos delineamentos e contribuir para disseminar a Cultura da Paz e a CNV nas escolas, pois o desenvolvimento é um processo contínuo e progressivo.

## **Considerações finais**

Como já referido, o objetivo deste trabalho foi de apresentar o relato de uma experiência de estágio curricular supervisionado em Psicologia, realizado em uma escola particular do interior de Pernambuco, com turmas de crianças do Ensino Fundamental - Anos Iniciais. Foram descritos o percurso metodológico e a discussão das intervenções sobre o tema 'Comunicação Não Violenta'. De modo geral, a execução das atividades possibilitou um alinhamento com a Teoria Histórico-cultural de Vygotsky e mostrou a escola como um

espaço de socialização e de aprendizagem, onde as práticas e os agentes educativos surgem como mediadores do conhecimento cultural do qual as crianças se apropriam e transformam.

Em relação à repercussão das atividades sobre CNV em sala de aula, notou-se que as crianças compreenderam bem o conteúdo e aplicaram os conceitos e as orientações na resolução de conflitos cotidianos que vivenciavam. No que tange às limitações deste trabalho, destaca-se a dificuldade de gerenciar o tempo em sala de aula, devido a fatores como a correção da turma, o controle da participação ou equívocos em relação ao tempo que seria necessário para cada atividade. Porém esses aspectos foram sendo ajustados ao longo da prática. Além disso, o tempo de duração do estágio não colaborou para que houvesse mais encontros, devido à redução dos dias letivos do calendário da universidade, que sofreu grandes ajustes por causa da pandemia da COVID-19.

Por outro lado, apesar dos desafios da pandemia, a experiência do estágio nesse cenário gerou novos formatos de intervenção do estágio supervisionado em Psicologia Escolar. Com isso, foi possível aprimorar o repertório de atuação da estagiária, o que gerou senso de confiança, aquisição de aprendizados teórico-metodológicos diversos, fortalecimento da identidade profissional e a legitimação da Psicologia no espaço escolar. Embora os resultados deste trabalho não sejam passíveis de generalização, foi constituído através de pesquisas relevantes e de boa qualidade sobre o tema, portanto, é um relato que pode contribuir para disseminar a Cultura de Paz nas escolas e inspirar a aplicação de atividades de CNV em contextos escolares infantis. Isso significa que essas ideias podem ser adaptadas para vários contextos e idades, por meio de projetos organizados e conduzidos por estagiários ou profissionais da Psicologia Escolar.

Por fim, o estudo indicou que muitas expressões de violência ainda são naturalizadas e que é preciso fortalecer e difundir a ideia de Cultura de Paz, por meio da continuidade de pesquisas, de intervenções profissionais ou de ações político-sociais sobre o tema.

Apesar da complexidade dos fenômenos e da influência de diversas variáveis, destaca-se a recente guerra travada entre a Rússia e a Ucrânia, que requer a urgência de uma Cultura de Paz e de uma Comunicação Não Violenta que sejam praticadas por toda a comunidade global.

No Brasil, o índice de violência é alto e há muitos conflitos armados nas favelas, além de outras questões subjacentes, como o racismo e a homofobia, por exemplo, infelizmente a situação é alarmante e corriqueira. Nesse contexto, como ponto de partida, a educação é um dos meios mais eficientes para instruir as crianças para uma convivência mais pacífica, civilizada e empática, e o psicólogo escolar é um agente ímpar no processo de mediação desses valores.

## Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, M. (orgs.). **Conversando sobre violência e convivência nas escolas.** / Miriam Abramovay et al. Rio de Janeiro: FLACSO - Brasil, OEI, MEC, 2012. p. 83.

ACCIARI, A. S. **A educação e valores como caminhos para a Cultura de Paz.** Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião, Goiânia, v. 17, p. 541-556, set. 2019. ISSN 1983-778X

ANDRADE, F. C. B. (orgs.). **Escola: faces da violência, faces da paz.** / Andrade, Fernando César Bezerra et al. João Pessoa - PB. Editora Universitária da UFPB. 2012. ISBN: 978-85-7745-928-5

BARROS, I. L. & JALALI, V. R. **Comunicação Não-Violenta como perspectiva para a paz.** Ideias e Inovação, 2015, v. 2, n.3. 67-76.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Congresso. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF. 1996.

BRASIL. Lei nº. 13.663, de 14 de maio de 2018. **Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.** *Diário Oficial da União*, Brasília, DF. 2018.

BRAZ-AQUINO, F. S. & ALBUQUERQUE, J. A. de. **Contribuições da Teoria Histórico-cultural para a prática de estágio supervisionado em Psicologia Escolar.** Estudos de Psicologia (Campinas) [online]. 2016, v. 33, n. 2, p.225.

BORGES, T. & BRANCO, A. **A produção da violência escolar a partir de uma perspectiva da psicologia cultural** / La producción de violencia escolar desde una perspectiva de la psicología cultural, *Studies in Psychology*, 40:1, 107-133, 2019.

CABRAL, T. da S., et al. **Estimulação precoce na primeira infância: incentivando a cultura de paz em pré-escolares** / Early stimulation in early childhood: encouraging the culture of peace in preschoolers. *Brazilian Journal of Health Review*, 2020, 3(6), 19924–19932.

CFP - Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica**. 2. ed. Brasília-DF. 2019.

CHRISPINO, A. & DUSI, M. L. H. M. **Uma proposta de modelagem de política pública para a redução da violência escolar e promoção da Cultura da Paz**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]. 2008, v. 16, n. 61

COMO CRIAR A BRINCADEIRA TINTAS DANÇANTES. Site TempoJunto. 2015. Disponível em: <https://www.tempojunto.com/2015/06/10/brincadeiras-magicas-com-as-tintas-dancantes/>

DEL PRETTE, Z. & DEL PRETTE, A. **Psicologia das habilidades sociais na infância**. Petrópolis: Vozes. 2º ed. Petrópolis-RJ. 2005.

DISKIN, L. & ROIZMAN, L. G. **Paz, como se faz? Semeando a Cultura de Paz nas escolas**. UNESCO. *Palas Athena*. 4º ed. Brasília-DF. 2021.

DUSI, M. L. H. M.; ARAÚJO, C. M. M. de; NEVES, M. M. B. J. **Cultura da paz e psicologia escolar no contexto da instituição educativa**. *Psicol. esc. educ.*, Campinas, 2005, v. 9, n. 1, p. 37-46, jun.

FERREIRA, F.G. et al. **Estágio supervisionado em psicologia escolar: uma experiência na perspectiva institucional**. *Rev. Psicol. IMED*, Passo Fundo, 2019, v. 11, n. 1, p. 202-216, jun.

FRANCO B. **Ernesto**. São Paulo: *Companhia das Letras*. 2020.

HOFFMAN, M. L. **Empathy and Moral Development: Implications for Caring and Justice**. New York: *Cambridge University Press*. 2000.

INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. Global Peace Index. **Measuring Peace in a Complex World**. June: Sydney. 2021

KAUFMANN-SACCHETTO, K., et al. **O ambiente lúdico como fator motivacional na aprendizagem escolar**. *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*. 2011, v.11, n.1, p. 28-36. São Paulo-SP.

MACEDO, T. S., MOTA, R. S. & VAZ, B. R. G. **O lúdico como facilitador da aprendizagem na Educação Infantil**. *Revista Latino Americana de Estudos Científicos*. 2022, v.3, n.13.

MACHADO, A. M. **Exercer a Postura Crítica: Desafios no Estágio em Psicologia Escolar**. *Psicologia: Ciência e Profissão [online]*. 2014, v. 34, n. 03, pp. 761-773.

MARTINOT, A. F., & FIEDLER, A. J. C. B. do P. **A importância da CNV - Comunicação Não Violenta na realização do processo de autoconhecimento.** *Revista de Educação*, 2016, v.11, n.1, 58-77.

MARTINS, L. M. & RABATINI, V. G. **A concepção de cultura em Vigotski: contribuições para a educação escolar.** *Revista Psicologia Política*, 2011, 11(22), 345-358.

MEZZALIRA, A. S. da C. et al. **O Psicólogo Escolar na Educação Infantil: Uma Proposta de Intervenção Psicossocial.** *Revista de Psicologia Da IMED*, 2019, 11(1), 233.

MOREIRA, A. P. G., & GUZZO, R. S. L. **A Psicologia que defendemos na escola que vivemos: uma contribuição dos bastidores do “Vôo da Águia”.** Em: R. S. L. Guzzo (org.). *Psicologia Escolar: desafios e bastidores na educação pública*. Campinas-SP: Editora Alínea. 2014.

MOREIRA, L. de S., & BRANCO, A. U. **Cultura de paz, moralidade e virtudes cívicas: Contribuições da psicologia cultural.** *Psicologia Argumento*, 30(68). 2017.

NOLETO, M. J. **Abrindo Espaços: Educação e Cultura para Paz.** UNESCO e Fundação Vale. 4ªed. rev. Brasília-DF. 2008.

OLIVEIRA, C. B. E. de, & MARINHO-ARAÚJO, C. M. **Psicologia escolar: cenários atuais.** *Estudos e Pesquisas Em Psicologia*, 2009, 9(3), 648-663.

PAVARINI, G., & de SOUZA, D.H. **Theory of mind, empathy and prosocial motivation in preschool children.** *Psicologia Em Estudo*, 2010, 15(3), 613-622.

PAVARINO, M. G., DEL PRETTE, A., & DEL PRETTE, Z. A. P. **O desenvolvimento da empatia como prevenção da agressividade na infância.** *Psico*, 2005, 36(2), 127-134.

RIBEIRO, S. L. S., RIBEIRO, M. T. M. & TUNICE, L. M. C. **A Influência da Cultura e do Clima Escolar na construção e fortalecimento da Cultura de Paz.** *ECCOM*, 2018, v. 9, n.17.

ROCHA, M. S. P. de M. L. da. **A atividade lúdica, a criança de 6 anos e o ensino fundamental.** *Psicologia Escolar e Educacional [online]*. 2009. v. 13, n. 2. pp. 203-212.

RODRIGUES, M. C. & SILVA, R. L. M. **Avaliação de um programa de promoção da empatia implementado na educação infantil.** *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. 2012, v.12, n.1. Rio de Janeiro.

ROSA, C. A. M. & PROFICE, C. **Programa Escola Aberta, desde início uma relação escola-comunidade: revisão de literatura.** *Atos de Pesquisa em Educação*. Blumenau, 2021. v.16.

ROSE, T. M. S. et al. **Práticas Educativas Inovadoras na Formação do Psicólogo Escolar: uma Experiência com Aprendizagem Cooperativa.** *Psicologia: Ciência e Profissão*. 2016, v. 36, n. 2.

ROSENBERG, M. B. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais.** São Paulo: Editora Ágora. 2006.

SANTOS, M. A. da S. C. **A comunicação não violenta como instrumento para uma cultura de paz: uma proposta para as escolas da rede estadual de Sergipe.** *Ideias e Inovação*, 2018, 4(2), 89-102.

SOUZA, L. **Educação para a paz e educação moral na prevenção à violência.** *Psicologia Da Educação*, 2007. 25(2), 131-155.

SOUZA, M.S de. S., SOARES, A. B. & FREITAS, C. P. P de. **Efeitos de um treinamento de habilidades sociais no comportamento e desempenho acadêmico.** *Avaliação Psicológica*, 2018. 17(4), 417-427.

SOUZA, V. L. T. **Contribuições da Psicologia à compreensão do desenvolvimento e da aprendizagem.** Em Souza (org.) *A psicologia da arte e a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem: intervenções em contextos educativos diversos.* p. 11-28. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

STROPPA, T. V. da S., & LOURENÇO, L. M. **Propostas atuais de intervenção em violência escolar: Uma revisão da produção científica.** *Perspectivas En Psicología*, 2018. 15(1), 34-45.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **International Decade for a Culture of Peace and Non-Violence for the Children of the World, 2001-2010.** Resolution adopted by the General Assembly 53/25.1998.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Cultura de paz: da reflexão à ação; balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo.** Brasília: Associação Palas Athena, 256 p. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR. **Dialogue, Ignore, Ganhe distância e Ache ajuda - DIGA (site).** Templeton World. Paraná-PR. 2019. Acesso em. <https://programadiga.com.br/>

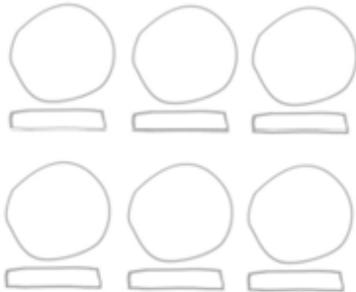
VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente.** 4º ed. São Paulo: Martins Fontes. 2007/1991.

## APÊNDICE I

-Atividade “Identificando emoções”

Figura 1

Quando precisar, desenhe no espaço vazio a emoção que você mais está sentindo!



Podemos sentir mais de uma emoção ao mesmo tempo. Por isso é importante saber o nome de cada uma delas.

Não consegue saber que emoção está sentindo? Peça ajuda! Converse com sua professora, com seus amigos, com o psicólogo da escola ou com seus pais.

Figura 2

Como você está se sentindo?

Você pode pintar essas expressões!



-Trechos da história digital adaptada “Bernardo, o mal falado” (uma adaptação do livro de Franco, B. (2020). Ernesto. São Paulo: Companhia das Letras)

Figura 3



Figura 4



-Atividade “Emocionômetro”



-Atividade “Experiência científica da amizade”

**Figura 6**



**Figura 7**

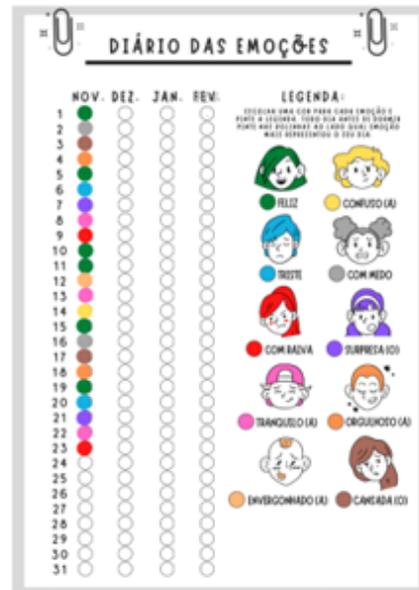


- Receita para uma boa conversa” / - “Diário das Emoções”

Figura 8



Figura 9

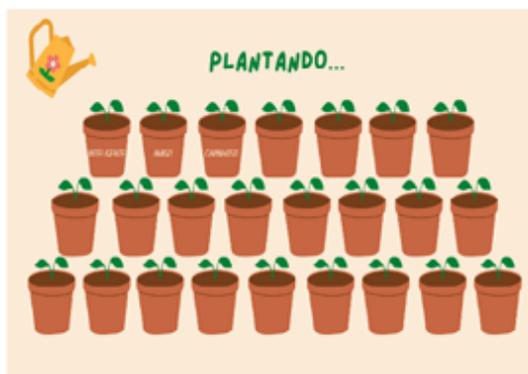


-Trechos da atividade “Mapa da Jordana de CNV - o Jardim da empatia”

Figura 10



Figura 11



-Atividade “Escolha a resposta não-violenta”

Figura 12

### COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA - CNV

Um colega está te incomodando, ao tentar brincar com você, ele passa dos limites e muitas vezes acaba te chateando ou machucando. Você precisa explicar isso a ele para que ele pare.

Como você diria?



Figura 13

### EU DIRIA...

Não dá nada, acho que ele não vai entender, acho que os amigos não sabem mesmo. Não precisamos sempre explicar, mesmo que isso nos faça mal.

X

-Larga do zuro pé! Você precisa sentir outro amigo. Você sabe está vendo que eu não gosto dessas brincadeiras? De me irritar novamente eu vou te bater!

X

- Olha, eu estou ficando triste e chateado com algumas brincadeiras que você está fazendo comigo. Já te pedi para parar, mas você não parou. Será que você pode me dar espaço, por favor? Podemos brincar de outro jeito legal? Se você quiser, vou pedir ajuda a professora.

### -Atividade “Mural das emoções”



PARTE II



**SAÚDE MENTAL DURANTE A  
PANDEMIA DA COVID-19: ANÁLISE A  
PARTIR DE DIFERENTES CONTEXTOS**

## CAPÍTULO 8

# **ATUAÇÃO DO(A) PSICÓLOGO(A) NO AMBIENTE HOSPITALAR DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA**

*Larissa Barbosa da Silva  
Iago Marafina de Oliveira  
Daniel Henrique Pereira Espindula*

### **Introdução**

A partir do final de 2019 o mundo passa a enfrentar uma das piores crises da contemporaneidade; um vírus mortal que se expandiu rapidamente e resultou na mudança repentina na vida da população a nível global. Até então o novo coronavírus (SARS-CoV-2) foi identificado como uma variação de um preexistente causador de doenças majoritariamente respiratórias (FAQUINETI, 2020; SOUZA, 2021).

Os primeiros casos da COVID-19 foram notificados à Organização Mundial da Saúde – OMS no final de dezembro de 2019, advindos da cidade Wuhan, na China. O primeiro caso a ser identificado no Brasil ocorreu em 26 de fevereiro de 2020 no município de São Paulo. Passados pouco mais de três semanas, notificou-se o primeiro óbito no país, ocorrido em 17 de março de 2020 (CRODA et al., 2020).

Diante do cenário iminente de uma pandemia, fez-se necessária uma força tarefa visando a compreensão da atuação do vírus. As primeiras publicações a respeito das manifestações do vírus foram publicadas ainda em janeiro de 2020 (HUANG et al, 2020; WANG et

al, 2020). De acordo com a OMS (2021), a infecção difere entre países, principalmente pelas medidas de enfrentamento da pandemia como realização dos testes diagnósticos, do distanciamento social e do uso de máscara.

Foi diante de um cenário pandêmico que o Ministério da Saúde do Brasil reconheceu a necessidade de estratégias heterogêneas, considerando o tamanho do país (OLIVEIRA et al., 2020; SCHMIDT et al., 2020). Entretanto, na contramão deste reconhecimento sanitário, que surgiram estratégias negacionistas por parte do Governo Federal em reconhecer a gravidade da situação sanitária-epidemiológica, o que segundo vários especialistas, (CAPONI, 2020; DE TROI; QUINTILIO, 2020), agravou ainda mais a situação. Do ponto de vista das instituições e serviços de saúde, estas que já vinham apresentando deficiências estruturais se viram forçadas a adotar novos procedimentos, os quais se deram lentamente, principalmente na adequação dos pacientes acometidos pelo vírus (SECO FERREIRA et al., 2020; CRODA et al.; 2020; DONATO; JAIME, 2021).

Concomitantemente, o Sistema Único de Saúde – SUS já vinha enfrentando os subfinanciamentos sistemáticos nos últimos anos via implementação de medidas de austeridade fiscal advindas da Emenda Constitucional EC 95/2016. Segundo Conselho Nacional de Saúde (CNS), o setor perdeu em 2019, ano anterior a pandemia de COVID-19 R\$ 20 bilhões, o que resultou, na prática, a desvinculação do gasto mínimo de 15% da receita da União com a Saúde, dificultando por exemplo, a ampliação ou mesmo a manutenção dos leitos de UTI existentes (ARAGÃO; FUNCIA, 2021).

Levando em conta o contexto pandêmico da COVID-19, a produção do cuidado humanizado se tornou ainda mais relevante no enfrentamento do processo de adoecimento e hospitalização. O ambiente hospitalar que deve ser composto por uma equipe multiprofissional, uma vez que as específicas formas de compreensão, de diversos profissionais, propiciam a integralidade do

cuidado, o que propicia uma visão ampliada do paciente, visto como um todo, terminou por estar mais fragmentado em vista a nova demanda (BRUSCATO et al., 2004; CATUNDA et al., 2020; CRODA et al., 2020). Dentre esses profissionais, está o/a psicólogo/a também atuando, inclusive, no preparo aos demais profissionais de saúde para manejos de práticas mais humanizadas com os usuários, reconhecendo o importante papel da família/cuidadores nesse atendimento.

A psicologia hospitalar auxilia no processo de humanização das práticas profissionais, tendo este profissional um papel fundamental junto à equipe, tanto na elaboração de estratégias para auxiliar os pacientes e familiares, quanto aos profissionais da saúde no combate à crise (VIEIRA, 2010). Durante sua prática em contexto hospitalar, seja ele regular ou de campanha, é recomendado que o/a psicólogo/a dos hospitais de campanha esteja apto a oferecer capacitação em Primeiros Cuidados Psicológicos (PCP).

Visando nortear tais ações, o Ministério da Saúde elaborou uma cartilha com orientações aos psicólogos durante a Pandemia. Este documento indica uma formação breve e específica em Ações de Saúde Mental e Atenção Psicossocial (SMAPS) na COVID-19.

Passados pouco mais de dois anos do início da pandemia no Brasil, verifica-se que uma das maiores consequências junto à sociedade foi uma potencialização das vulnerabilidades relacionadas aos transtornos psicossociais e das determinações sociais da saúde (DONATO; JAIME, 2020). À medida que novos protocolos e normas no combate à pandemia foram surgindo, os profissionais de psicologia que atuam em contextos hospitalares se viram no desafio de adequar suas práticas ao novo cenário de práticas, surgindo então novas e diferentes práticas e saberes psicológicos desenvolvidos no contexto dos hospitais.

Diante das dificuldades impostas nos últimos tempos pela pandemia da COVID-19, percebe-se a necessidade de investigar a importância do psicólogo no âmbito hospitalar como um facilitador

de um processo de integração da tríade paciente-família-equipe (SIMONETTI, 2018; DE LARA et al., 2021). É neste ponto das transformações nas práticas psicológicas no enfrentamento à crise que o presente estudo põe sua atenção e interesse investigativo, ao se interessar sobre quais foram as transformações nas práticas psicológicas no enfrentamento à pandemia do COVID-19, refletindo o papel dos profissionais de saúde mental, bem como a necessidade de elaboração de protocolos e diretrizes de atuação.

## **Método**

A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão integrativa, que de acordo com Mendes, Silveira e Galvão (2008), propicia a avaliação e sintetização das evidências disponíveis, possibilitando o conhecimento de um determinado assunto e evidenciando brechas que precisam ser preenchidas com a realização de novos estudos. Neste sentido, é proposto o seguinte problema de pesquisa: Quais são as formas de atuação do profissional de Psicologia no contexto hospitalar durante a pandemia de COVID-19?

A coleta de dados se deu a partir de trabalhos publicados no período de 2020 a 2022, período demarcado pelo surgimento da pandemia da COVID-19 até o ano presente. A busca foi realizada por meio das principais produções científicas nacionais através dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) utilizando o operador booleano AND: “Covid-19”, “Psicologia” e “Hospitais”. A base de dados foi realizada através do Google Acadêmico, SciELO (Scientific Electronic Library On-line), Lilacs (Literatura Latino-americana de Ciências da Saúde), Bireme e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

Como critérios de inclusão, foram considerados artigos de relatos de experiência, revisão da literatura e protocolos. Foram excluídos artigos fora do intervalo do período estabelecido, que não estivessem escritos em português e publicados no Brasil e que não tivessem

relação aos objetivos da pesquisa. O intuito da utilização dessas duas buscas foi conseguir englobar o maior número de estudos e, conseqüentemente, de informações relevantes e transformações nos modelos de intervenção psicológica frente à pandemia da COVID-19.

Tabela 1. Publicações disponíveis no período de 2020 a 2022 nas bases de dados.

<b>Palavras chave</b>	<b>Psicologia AND Hospitais AND Covid-19</b>	<b>Psicologia AND Covid-19</b>	<b>Total</b>
Google Acadêmico	4.900	17.300	22.200
SciELO	0	37	37
Lilacs	5	134	139
Bireme	7	209	216
Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)	7	206	213
<b>Total</b>	<b>4.119</b>	<b>17.886</b>	<b>22.805</b>

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao todo, foram encontrados 22.805 estudos utilizando os dois grupos de descritores nas cinco bases de dados mencionadas na tabela. Em um primeiro momento, chamou a atenção o alto quantitativo de trabalhos no Google Acadêmico, que reunia Trabalhos de Conclusão de Curso, ensaios, dissertações, teses, cartilhas de orientação, entre outros documentos fora dos critérios de inclusão, sendo então retirados 22.781 títulos, restando 24 estudos.

Na primeira seleção, foram lidos os títulos das produções e, posteriormente, foram selecionados 24 estudos para leitura dos

resumos. Ao final dessa fase, foram selecionados oito artigos para leitura e análise e na íntegra, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão determinados pela pesquisa. A partir da leitura, foi elaborado um fichamento para cada artigo, separando e classificando categorias de análise que correspondiam aos objetivos do estudo.

## Resultados e discussão

Após a leitura crítica dos títulos e resumos dos estudos, oito artigos foram selecionados para leitura na íntegra e compõem a amostra final desta revisão integrativa. Dos oito artigos selecionados, dois são relatos de experiência (LIMA et al., 2020; KUYBID; KLAINE; KUROGI, 2021), um protocolo de estratégias e intervenções (BRANCO; ARRUDA, 2020), e os demais são revisões de literatura (CASTRO et al., 2020; CREPALDI et al, 2020; SCHMIDT et al, 2020; ZANON et al., 2020; RODRIGUES et al., 2021). O Quadro 1 dispõe os estudos selecionados e utilizados na amostra final desta pesquisa.

Quadro 1. Disposição dos autores, ano da publicação, títulos, objetivos e principais resultados.

Autores/Ano	Objetivos	Resultados voltados às intervenções psicológicas frente a COVID-19
Schmidt et al., (2020).	Sistematizar conhecimentos sobre implicações na saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus.	Classificação de pessoas e grupos afetados pelo novo coronavírus, a ser considerada na priorização para a oferta das intervenções.

<b>Autores/Ano</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Resultados voltados às intervenções psicológicas frente a COVID-19</b>
Zanon et al. (2020).	Apresentar pesquisas produzidas pela Psicologia Positiva e indicar como esses achados podem subsidiar intervenções para a promoção de saúde mental e bem-estar durante o isolamento social.	Implementação de estratégias para lidar com dificuldades, aumentar o bem-estar e reduzir sintomas de ansiedade, depressão ou estresse, seja feita de forma harmônica e respeitando o tempo disponível e as necessidades de cada um, utilizando as áreas da Psicologia Positiva.
Crepaldi et al (2020).	Sistematizar conhecimentos sobre os processos de terminalidade, morte e luto no contexto da pandemia de COVID-19.	Foi destacada a importância do reconhecimento de que os processos de terminalidade, morte e luto são experienciados de forma singular, não havendo uma sequência estanque ou normatizadora, tampouco rigidez nos rituais que favorecem a despedida e a elaboração de sentido para as perdas em tempos de pandemia. Quando possível, recomenda-se a realização de estratégias presenciais de despedida adaptadas às restrições do período, bem como ao contexto sociocultural e familiar, ou mesmo estratégias remotas de despedida.

<b>Autores/Ano</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Resultados voltados às intervenções psicológicas frente a COVID-19</b>
Lima et al. (2020).	<p>Descrever a atuação de um serviço de Psicologia Hospitalar de um hospital filantrópico da cidade Fortaleza, Ceará, no contexto da pandemia do COVID-19, descrevendo as ações realizadas, bem como destacando os desafios e potencialidades do fazer psicológico.</p>	<p>O Serviço de Psicologia Hospitalar estabeleceu a estratégia de entrar em contato com as famílias por telefone e apresentar o serviço, atender através de uma escuta ativa e acolhedora aquele familiar e realizar o suporte emocional necessário. Além disso, era ofertado atendimento para outros familiares que necessitassem de suporte psicológico e disponibilizado número telefônico para contato, caso eles desejassem agendar novo atendimento.</p>
Branco; Arruda (2020).	<p>Elaborar um protocolo de atendimento psicológico que subsidie o desenvolvimento de estratégias e intervenções em saúde mental direcionadas aos pacientes com COVID-19 em desmame ventilatório.</p>	<p>A elaboração do protocolo de atendimento aos pacientes em desmame ventilatório com COVID-19 sistematizou as condutas, os conhecimentos teóricos e as estratégias interventivas que podem ser aplicadas por psicólogos que atuam nesses casos, aperfeiçoando a atuação da psicologia na UTI e proporcionando uma melhoria na assistência prestada no SUS. No meio potencialmente iatrogênico, como o da UTI, o atendimento psicológico pode ser um recurso fundamental para reduzir os impactos emocionais negativos que emergem nesse ambiente, sobretudo no contexto de calamidade pública decorrente da pandemia do novo Coronavírus.</p>

<b>Autores/Ano</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Resultados voltados às intervenções psicológicas frente a COVID-19</b>
Castro et al. (2020).	Identificar as principais estratégias para redução de impactos da COVID-19 nas organizações brasileiras. Para alcançar este objetivo, o método proposto é elucidado na seção a seguir.	Identificou-se a necessidade de planejamentos emergenciais para o enfrentamento da pandemia, incluindo: políticas empáticas, fornecimento de suporte para teletrabalho e ações para adaptação e manutenção organizacional durante a crise.
Rodrigues et al. (2020).	Identificar os primeiros registros e produções científicas a respeito das intervenções psicológicas realizadas frente a COVID-19 em nível mundial	Destacaram-se intervenções focadas nos estressores, nas dificuldades de adaptação, bem como, regulação do sono, regulação emocional, culpa, medo de ser discriminado e desamparo. Sugere-se o desenvolvimento de pesquisas voltadas à elaboração de guias de intervenção, respeitando as fases de prevenção, mitigação, prevenção, resposta e reconstrução conforme orienta a Psicologia na Gestão de Riscos e Desastres.
Kuybid; Klaine; Kurogi (2021)	Descrever as ações realizadas pelo serviço de psicologia de um hospital público geral.	Os psicólogos passaram a realizar teleatendimentos, videochamadas, visitas presenciais de familiares assistidas de forma limitada. Considera-se que a pandemia permitiu repensar a prática do Psicólogo Hospitalar, realizando adaptações diante das demandas geradas no contexto pandêmico.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do levantamento dos dados.

A imprevisibilidade da doença e notícias falsas relacionadas à COVID-19 desde o início da pandemia podem ser apontadas como

um dos maiores fatores de risco à vida e à saúde mental da população em geral. O psicólogo teve um papel muito importante nesse período. O estudo de Schmidt et al. (2020) evidenciou a importância da atuação dos psicólogos hospitalares na oferta de suporte aos profissionais da saúde para enfrentarem situações diárias e cotidianas. Como estratégias interventivas desenvolvidas pelos profissionais de psicologia, houve destaque para as propostas psicoeducativas – cartilhas e materiais informativos, para o teleatendimento, ligações telefônicas e cartas.

Na revisão integrativa dos autores Zanon et al. (2020), foi encontrada contribuição epistemológica da Psicologia Positiva na utilização de instrumentos e técnicas para o manejo dos casos. Cabe destacar aqui para construtos como autocompaixão, resiliência, criatividade, otimismo, esperança, bem-estar subjetivo e práticas de meditação. Os autores relatam que estas técnicas são capazes de contribuir e minimizar os efeitos do isolamento social resultante da pandemia. Por seu turno, os autores destacaram ainda que as práticas de meditação poderiam também ser implementadas, sob justificativa de poder ser realizada em outro ambiente fora do contexto laboral, como no próprio domicílio dos profissionais de saúde, por exemplo, respeitando o tempo disponível e as necessidades de cada pessoa.

Por meio da revisão narrativa da literatura, os autores Crepaldi et al. (2020) evidenciam as práticas adotadas pelos psicólogos em hospitais de outros países no enfrentamento à terminalidade, morte e luto nos hospitais. Devido às restrições à presença das visitas e acompanhantes, o apoio psicológico às famílias, na maioria das vezes, foi executado de forma remota.

Além disso, no que se relaciona às demandas psicológicas emergentes, os autores identificaram o ritual de despedida remota, uma vez que os velórios presenciais, em casos de óbitos por COVID-19 foram proibidos em países como Itália e Espanha. Com isso, rituais alternativos foram utilizados para minimizar a dor das perdas,

como por exemplo, envio de cartões postais, cartas e fotos do falecido. Todavia, os rituais de despedidas individuais e coletivas sobressaíram como as principais intervenções. Foi salientado ainda a importância do cuidado à saúde mental do próprio profissional frente às adversidades vivenciadas diante dessa grave emergência de saúde pública.

Em relação às equipes de saúde que se encontravam na linha de frente do enfrentamento da doença, de acordo com Lima et al. (2020), um relato de experiência demonstrou que a Psicologia teve um papel importante na equipe de saúde, principalmente diante das inúmeras solicitações de afastamento maiormente por transtornos de ansiedade. Dentre as intervenções realizadas neste estudo, o teleatendimento foi oferecido aos colaboradores, pela procura direta ou pelo preenchimento de um pré-cadastro nas Unidades, além disso os gestores também poderiam indicar nomes. Plantões psicológicos também foram utilizados como estratégias.

Branco e Arruda (2020) elaboraram um protocolo de atendimento para auxiliar a elaboração de intervenções psicológicas direcionadas aos pacientes com COVID-19 em desmame ventilatório e conseqüentemente uma melhoria na assistência prestada no SUS. A metodologia para o desenvolvimento deste protocolo consistiu na aplicação de entrevistas semiestruturadas com cinco psicólogos e na observação de seis pacientes na UTI, durante seis meses. O documento foi composto por 12 itens, sendo eles: Identificação; Informações pertinentes sobre o quadro clínico; Experiências anteriores com a hospitalização; Estratégias de comunicação; Comportamentos relevantes identificados; Déficits, excessos e reservas comportamentais; Condições que dificultam o desmame; Análise motivacional; Estratégias e intervenções psicológicas. Os autores evidenciam que o protocolo pode ser aprimorado à medida em que a pandemia progredisse e mais pesquisas fossem realizadas.

A partir de uma revisão de literatura, os autores Castro et al. (2020) identificaram as principais estratégias para redução de

impactos da pandemia nas organizações brasileiras no ano de 2020. Esse estudo foi dividido em quatro temas e a partir deles foram indicadas as estratégias utilizadas para cada uma delas. Foram elas: Medidas Governamentais frente à pandemia; Ambientes digitais; Estratégias laborais e mercadológicas; Atenção à saúde mental; O teletrabalho como alternativa. Deve-se salientar que os autores propuseram ações para enfrentamento, mas deixaram claro a importância da elaboração de um plano estratégico que visualize diversas situações, assim como mostrado no trabalho anterior.

Os autores Rodrigues et al. (2020) realizaram uma pesquisa integrativa, relacionada às intervenções realizadas por psicólogos frente à doença no ano de 2020. Quatro desses artigos foram subsídio para elaboração de instrumento de manejo e avaliação psicológica em hospitais gerais. Observou-se que o teleatendimento foi a intervenção mais importante e utilizada nas pesquisas. Um dos artigos analisados pelos autores, utilizou da combinação entre atendimentos online e presencial em um hospital em Wuhan, na China.

A partir do grau de severidade psicológica informada por um psiquiatra com pacientes da enfermagem, estes eram encaminhados para outros profissionais que atendiam de forma remota e as intervenções seguiram a abordagem da Terapia Cognitivo-Comportamental. Caso o paciente não apresentasse melhora, esse era encaminhado para o atendimento presencial. Schmidt et al., 2020 apresentaram à Comissão Nacional de Saúde da China um método de classificação baseado em grupos prioritários, o que ajudou os profissionais a direcionarem suas intervenções. Outro estudo evidenciou as intervenções psicológicas com crianças e adolescentes no início de 2020 e alguns hospitais aderiram aos atendimentos remotos como a principal forma de intervenção adequada para esse período.

O relato de experiência dos autores Kuybida, Klaine e Kurogi (2021) ressaltou as modificações no processo de trabalho e forma de

atendimento dos psicólogos hospitalares no contexto da pandemia. Identificar as principais demandas nos hospitais foi o primeiro passo, corroborando os estudos de Rodrigues et al. (2020). Além disso, foi priorizado o atendimento humanizado, conforme pressupõe a Política Nacional de Humanização – PNH. Os profissionais perceberam a necessidade da aproximação do paciente com os seus familiares e assim como no estudo de Crepaldi et al. (2020) viu-se a importância dos rituais de despedida, principalmente nos casos de disfunções orgânicas já irreversíveis. O Ministério da Saúde publicou o manual de Manejo de corpo no contexto do novo coronavírus (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020; Decreto nº 1728 de 19/10/2021). Desta forma, houve o impedimento de ver o corpo do familiar falecido, portanto esse momento de aproximação entre o paciente e o familiar foi um dos maiores desafios enfrentados por esses profissionais.

Dentre os diversos campos de práticas e saberes da psicologia, a Psicologia Hospitalar se destaca por buscar em seus objetivos auxiliar o paciente, os seus familiares e a equipe multiprofissional em saúde a atravessar os medos e fantasias alusivos ao processo de adoecimento e hospitalização (SIMONETTI, 2004). Com base nesse escopo verificou-se a importância deste tipo de profissional e serviço no contexto da Pandemia da COVID-19.

Para Serafim, Do Bú e Nunes (2020) as intervenções psicológicas devem priorizar os que estão na linha de frente, uma vez que os mesmos são responsáveis pela mitigação do sofrimento vivido pelo paciente. Segundo Andrade (2017) o profissional da psicologia hospitalar desenvolve um papel importante na tríade paciente-família-equipe, alargada aqui pelos autores para a compreensão usuário-família-serviço de saúde, por entender que o cidadão que se utiliza dos equipamentos de saúde é um usuário, e que a dimensão equipe ainda está reduzida aos profissionais que atuam próximos ao profissional, quando o profissional de psicologia dispõe de

capacitação teórico-técnica para desenvolver atividades para além de sua equipe imediata junto ao serviço de saúde.

Após a análise dos oito estudos, foi possível compreender que as principais ações desenvolvidas pelos profissionais da psicologia hospitalar participantes dos estudos analisados durante contexto pandêmico foram voltadas à supressão e minoração do estresse, ansiedade, medo do contágio e morte e luto (BARROS-DELBEN et al., 2020; RODRIGUES et al., 2020). A fim de minimizar o risco de contágio e propagação do vírus, as intervenções antes realizadas em formato presencial nas enfermarias, ambulatórios e UTIs necessitaram ser readequadas quanto ao *setting* passando para uma modalidade nova e ainda pouco utilizada até então, o teleatendimento.

O atendimento remoto passou a ser adotado tanto para os usuários dos serviços, familiares em condição de isolamento e distanciamento social, como para os demais profissionais de saúde (SCHMIDT et al., 2020). As práticas remotas desenvolvidas pelos profissionais de psicologia hospitalar foram coadunadas por Jiang et al. (2020) e Wang et al. (2020) ao apresentarem e discutirem o modo como serviço psicológico via internet, ligações telefônicas e troca de correspondências como as cartas foram de extrema importância principalmente àqueles pacientes em situação de isolamento social como canal de comunicação destes com seus familiares que estavam fora do contexto hospitalar e sem poder visitá-los. Tais ações são importantíssimas para melhoria do bem-estar dos usuários e familiares.

No entanto, cabe destacar que a adoção da modalidade interventiva em formato de teleatendimento também apresentou aspectos negativos. Jiang et al. (2020) destacam que ausência ou baixa capacidade em se avaliar a linguagem corporal dificultou a percepção do profissional para as questões psicológicas que estavam sendo trabalhadas durante a situação de intervenção. A baixa ou não

participação do paciente por diversos motivos também foi explanada pelos autores.

Schmidt et al. (2020) fazem destaque ao uso de classificação de risco como subsídio às práticas psicológicas utilizadas em diferentes hospitais. Segundo os autores, a adoção de tais instrumentos foi de extrema importância para o desenvolvimento de outras estratégias, buscando atender à demanda.

A Psicologia Positiva apareceu na revisão integrativa como forma efetiva de combate aos estressores relacionados à pandemia, principalmente no que se refere ao período de isolamento social. Zanon et al. (2020) afirmam que a utilização da combinação de estratégias para promover autocompaixão, criatividade, otimismo e bem-estar podem ser de grande valia neste contexto.

Os mesmos autores indicam que a prática de meditação pode ser de grande importância nessa fase, isso porque essa intervenção pode ser facilmente implementada em casa. Deve-se levar em consideração que a Psicologia Positiva só se torna efetiva quando há outras condições de possibilidade para o sucesso da intervenção, como o efetivo cuidado e garantia do direito à saúde, além de ser necessário avaliar as condições básicas para a realização das práticas de cuidado em casa.

Foi observado pouca literatura relacionada às intervenções no Brasil direcionadas a crianças e adolescentes, contudo Cui, Li e Zheng (2020) afirmam que para esse grupo, as intervenções psicológicas foram relativas à ansiedade referente a separação de seus familiares e insônia. Percebeu-se também a ausência de estudos referente às diferentes intervenções entre hospitais públicos e privados. Com os desafios impostos pela pandemia do COVID-19 ficou evidente a importância do Psicólogo Hospitalar à equipe médica, sobretudo pela necessidade de um atendimento mais humanizado aos pacientes e seus familiares e principalmente aos profissionais de linha frente.

Por fim, no Brasil, o Ministério da Saúde publicou o Manual de Manejo de Corpo em 2021 que impedia o velório aos falecidos de coronavírus e essa ausência do ritual de despedida acarretou em implicações psicológicas diversas na população (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020; Decreto nº 1728 de 19/10/2021). Além disso, muitos núcleos familiares foram afetados duplamente, por adoecimentos e óbito ao mesmo tempo (BAJWAH et al., 2020), o que aumentou ainda mais os estressores nesse contexto (MACIEL et al., 2020; WALLACE et al., 2020). Portanto, as intervenções nesse contexto foram de escuta empática (SCHMIDT et al., 2020) e utilização de estratégias voltadas aos rituais de despedidas remotas e, quando possível, presenciais, respeitando as restrições do momento (MACIEL, 2020).

## **Considerações finais**

O presente trabalho buscou reunir estudos científicos que trouxessem contribuições a respeito das intervenções psicológicas frente à pandemia da COVID-19. Diante todas as intervenções, o teleatendimento foi a mais utilizada no período de pesquisa, principalmente no início da crise.

Ficou evidente a importância da classificação do risco durante o atendimento de triagem, para que a intervenção seja imposta de forma mais eficiente. É notório que o impedimento à realização dos rituais de despedidas causou um grande aumento dos estressores, principalmente naquelas famílias em que tiveram perdas e adoecimentos ao mesmo tempo.

Percebeu-se também a escassez de estudos voltados às intervenções da Psicologia com crianças, adolescentes, profissionais de linha de frente, além da diferença de intervenções entre os hospitais privados e públicos. Foi visto que o subfinanciamento do SUS e o enfrentamento da pandemia trouxe dificuldades na

implantação de novas intervenções, além do mais, não se sabe bem sobre as sequelas do COVID-19 no médio e longo prazo.

Contudo, espera-se que este estudo possa colaborar como suporte de conhecimento científico a respeito das transformações nas intervenções psicológicas iniciais frente à pandemia da COVID-19.

## Referências Bibliográficas

ANDRADE, D. S. . **O papel do psicólogo no hospital na visão dos profissionais de saúde**. 2017. 17 f. Monografia (graduação) - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017.

ARAGÃO, E.; FUNCIA, F. O. SUS e as políticas de austeridade: o Brasil na contramão mesmo após a crise gerada pela pandemia da COVID-19. **Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento**, v. 11, n. 1, p. 49-61, 2021.

BARROS-DELBEN, P. et al. Saúde mental em situação de emergência: COVID-19. **Debates em Psiquiatria**, v. 10, n. 2, p. 18-28, 2020.

BAJWAH, S. et al. Managing the supportive care needs of those affected by COVID-19. **European Respiratory Journal**, v. 55, n. 4, 2020.

BRANCO, A. B. de A. C. ; ARRUDA, K. D. da S. A. . Atendimento psicológico de pacientes com COVID-19 em desmame ventilatório: proposta de protocolo. **Revista Augustus**, v. 25, n. 51, p. 335-356, 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ANÁLISE EM SAÚDE E DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS, **Manejo de corpos no contexto da doença causada pelo coronavírus Sars-CoV-2 - Covid-19**. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manejo\\_corpos\\_coronavirus\\_covid19.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manejo_corpos_coronavirus_covid19.pdf). Acesso em: 08 jul. 2022.

BRUSCATO, W. L. . **A prática da psicologia hospitalar na Santa Casa de São Paulo: novas páginas em uma antiga história**. Casa do psicólogo, 2004.

CASTRO, B. L. G. de et al. COVID-19 e organizações: estratégias de enfrentamento para redução de impactos. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 20, n. 3, p. 1059-1063, 2020.

CATUNDA, Maisse Leôncio et al. Humanização no hospital: atuações da psicologia na COVID-19: humanization in the hospital: psychology performance in COVID-19. **Cadernos ESP**, v. 14, n. 1, p. 143-147, 2020.

CAPONI, S. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos avançados**, v. 34, p. 209-224, 2020.

CREPALDI, M.P. et al. Terminalidade, morte e luto na pandemia de COVID-19: demandas psicológicas emergentes e implicações práticas. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 37, 2020.

CRODA, J. et al. COVID-19 in Brazil: advantages of a socialized unified health system and preparation to contain cases. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 53, 2020.

CUI, Y.; LI, Y.; ZHENG, Y. Mental health services for children in China during the COVID-19 pandemic: results of an expert-based national survey among child and adolescent psychiatric hospitals. **European child & adolescent psychiatry**, v. 29, n. 6, p. 743-748, 2020.

DE LARA, R. et al. **OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA TRÍADE DA PSICOLOGIA HOSPITALAR**. Anais do 19º Encontro Científico Cultural Interinstitucional – 2021. ISSN 1980-7406

DE TROI, M.; QUINTILIO, W. **Coronavírus: lições anti-negacionistas e o futuro do planeta**. SciELO em Perspectiva [Internet], 2020.

DONATO, A. N.; JAIME, A. F. C. C. Atuação do psicólogo no ambiente hospitalar em tempos de pandemia: acolhimentos aos profissionais e colaboradores da saúde–Relato de experiência. **Health Residencies Journal-HRJ**, v. 2, n. 12, p. 210-219, 2021

FAQUINETI, M. E. T. COVID-19: experiência enquanto profissional da Psicologia na linha de frente. **Cadernos de Psicologia**, Curitiba, n. 1, 2020.

HUANG, C. et al. Clinical features of patients infected with 2019 novel coronavirus in Wuhan, China. **The lancet**, v. 395, n. 10223, p. 497-506, 2020.

JIANG, X. et al. Psychological crisis intervention during the outbreak period of new coronavirus pneumonia from experience in Shanghai. **Psychiatry research**, v. 286, p. 112903, 2020.

LIMA, M. J. V. et al. A esperança venceu o medo: psicologia hospitalar na crise do COVID-19.: hope overcome fear: hospital psychology in the COVID-19 crisis. **Cadernos ESP**, v. 14, n. 1, p. 100-108, 2020.

KUYBIDA, W., KLAINE, G. J., KUROGI, L. T. (2021). Atuação do Psicólogo Hospitalar na pandemia da COVID-19: um relato de experiência. **Cadernos de PsicologiaS**, Disponível em: <https://cadernosdepsicologias.crppr.org.br/atuacao-do-psicologo-hospitalar-na-pandemia-da-COVID-19-um-relato-de-experiencia/>. Acesso em 03/03/2022.

MACIEL, M. G. et al. **Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: cuidados paliativos-orientações aos profissionais de saúde**. 2020 Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/42351/2/Sa%3%bade-e-Mental-e->

Aten%3%a7%3%a3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-cuidados-paliativos-orienta%3%a7%3%b5es-aos-profissionais-de-sa%3%bade.pdf

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & contexto-enfermagem**, v. 17, p. 758-764, 2008.

RODRIGUES, F. F. et al. Intervenções psicológicas frente à COVID-19: uma revisão integrativa da literatura. **Rev. Bras. Psicoter.(Online)**, p. 189-207, 2021.

SERAFIM, R. S.; DO BÚ, E.; NUNES, A. L. Manual de diretrizes para atenção psicológica nos hospitais em tempos de combate ao Covid-19. **Revista Saúde & Ciência**, v. 9, n. 1, 2020.

SCHMIDT, B. et al. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estudos de Psicologia (campinas)**, v. 37, 2020.

SECO FERREIRA, D. C. et al. Intolerance of uncertainty and mental health in Brazil during the Covid-19 pandemic. **Suma Psicológica**, v. 27, n. 1, p. 62-69, 2020.

SIMONETTI, A. **Manual de psicologia hospitalar**. Casa do psicólogo, 2004.

SIMONETTI, A. **Manual de Psicologia Hospitalar: o mapa da doença**. (8a ed.). Belo Horizonte, MG: Editora Artesã, 2018.

ZANON, C. et al. COVID-19: implicações e aplicações da Psicologia Positiva em tempos de pandemia. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 37, 2020.

WALLACE, C. L. et al. Grief during the COVID-19 pandemic: considerations for palliative care providers. **Journal of pain and symptom management**, v. 60, n. 1, p. e70-e76, 2020.

WANG, L. et al. Review of the 2019 novel coronavirus (SARS-CoV-2) based on current evidence. **International journal of antimicrobial agents**, v. 55, n. 6, p. 105948, 2020.

WANG, C. et al. Immediate psychological responses and associated factors during the initial stage of the 2019 coronavirus disease (COVID-19) epidemic among the general population in China. **International journal of environmental research and public health**, v. 17, n. 5, p. 1729, 2020.

## CAPÍTULO 9

# COVID-19 E SAÚDE MENTAL DAS MÃES: O IMPACTO DAS MUDANÇAS NA ROTINA

*Livia Braga de Sá Costa*

*Thalita Lays Fernandes de Alencar*

*Eloá Losano de Abreu*

*Anderson Mesquita do Nascimento*

*Isabel Cristina Vasconcelos de Oliveira*

### **Introdução**

A sociedade contemporânea está vivenciando, desde o final de 2019, uma crise sanitária e de saúde pública de impacto mundial: a pandemia provocada pelo novo coronavírus (COVID-19). Para controlar o avanço da doença, as autoridades de saúde adotaram medidas drásticas para a contenção e diminuição da velocidade de contaminação do vírus. Em diversos países, por recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS), decretos de isolamento social e quarentena foram estabelecidos, provocando mudanças consideráveis no estilo de vida e na rotina das pessoas. Escolas foram fechadas, atividades de trabalho passaram a ser exercidas dentro das casas das pessoas, e as dinâmicas de vida pessoal, profissional e familiar, foram profundamente alteradas.

Dentre as diversas medidas de distanciamento social implementadas, em 17 de março de 2020, foi publicada a Portaria nº 343 (BRASIL, 2020), emitida pelo Ministério da Educação, dispondo sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais por parte das instituições de ensino, durante o período pandêmico, como medida protetiva de contenção do vírus.

Especificamente, a autorização foi feita por um período de trinta dias, prorrogáveis a depender das orientações do Ministério da Saúde. Ainda, a portaria informou que seria de responsabilidade das instituições a definição das disciplinas que poderão ser substituídas, a disponibilização de ferramentas aos alunos que permitam o acompanhamento dos conteúdos ofertados bem como a realização de avaliações durante o período da autorização do ensino remoto.

As decisões sobre o Ensino Básico ficaram a cargo dos estados e municípios, que, por sua vez, seguiram a mesma tendência de suspensão das aulas presenciais e adoção de medidas para a realização do ensino remoto emergencial. Dessa forma, após um período com as aulas totalmente suspensas, as escolas realizaram adaptações em seu modelo de ensino para que as atividades pudessem acontecer no formato virtual e o ensino remoto foi implementado.

Como resultado das medidas de isolamento social, a casa se tornou, progressivamente, o ambiente de vivência de todas as atividades dos membros de uma família, de maneira que o compartilhamento de espaço e de tempo se ampliou nesse processo. Isto é, para os adultos, houve a mudança no sistema de trabalho para *home office*, e para os filhos (crianças e adolescentes), a mudança no sistema educacional para o ensino remoto emergencial, também praticado em casa. Essa integração de espaços gerou, dentre outras coisas, um acréscimo de trabalho para os cuidadores, que precisaram acompanhar de perto e assumir uma maior centralidade no processo de educação formal dos seus filhos. Quadros e Cordeiro (2020) discutem o efeito dessa mudança no ensino, que passa agora a acontecer em casa, no contexto familiar, sendo os cuidadores responsabilizados por esse processo. De acordo com as autoras:

“(...) a relação da família com a escola se estreitou. Pais foram convocados a participar ativamente – ainda que nem sempre de forma entusiasta – da vida escolar do seu filho, auxiliando nas tarefas, compartilhando o espaço na mesa ou no escritório, dividindo o celular, o tablet, o computador.” (p. 70)

Diferentemente do Ensino à Distância (EaD), que é uma modalidade de ensino oficial com desenvolvimento planejado e organizado, o ensino remoto realizado na pandemia foi executado em caráter de urgência, para tentar diminuir os danos do período de isolamento e manter o acesso à educação (ARRUDA, 2020). Sendo uma medida emergencial, é possível afirmar que não houve tempo para realizar as preparações necessárias, seja em relação às questões materiais (acesso às ferramentas digitais), ou à capacitação das pessoas envolvidas nesse processo (SANTANA; SALES, 2020).

Esse novo modelo educativo ocasionado pela pandemia exigiu adaptações e novas competências não só dos docentes e discentes, mas também dos familiares dos alunos, que passaram a ser ainda mais envolvidos na orientação do processo de educação formal de seus filhos e a ter uma função diária que até então não lhes era requerida dessa maneira: os pais, e principalmente as mães, assumiram o papel de auxiliar os professores, acompanhando as aulas, orientando atividades, monitorando o aprendizado dos filhos e tentando mantê-los concentrados nas aulas. Nesse contexto, tanto a escola quanto a família precisaram se reinventar e descobrir novas estratégias para lidar com as novas demandas.

Com o número de casos em alta durante muitos meses, e a lenta atuação do Governo Federal na aquisição de vacinas, o Brasil está entre os países com mais longo período de fechamento das escolas devido ao COVID-19, de acordo com o levantamento realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, s.d.). Essa instituição também elaborou uma lista com 13 consequências adversas do fechamento das escolas (UNESCO, s.d.). Merecem destaque na lista a ênfase na aprendizagem interrompida, má nutrição, confusão e estresse para professores, aumento das taxas de abandono escolar, maior exposição à violência e à exploração, isolamento social, e o despreparo dos pais para serem responsáveis pelas atividades escolares dos filhos.

O documento elaborado pela UNESCO ressalta, ainda, que essas consequências são agravadas pela desigualdade social, e têm maior impacto em estudantes menos privilegiados, que não possuem condições estruturais em suas casas para acompanhar as aulas, como computadores e internet de qualidade. Além disso, o fechamento das escolas aumentou a exigência em relação à atuação dos pais, e aqueles que possuem menor nível educacional e recursos mais limitados podem encontrar maior dificuldade nesse processo de adaptação. Ou seja, os estudantes e seus familiares não dispõem das mesmas condições de acesso e de execução do ensino remoto, e a pandemia revelou de maneira ainda mais clara o distanciamento de oportunidades em diferentes classes sociais (TAMAYO; TUCHAPESK, 2020).

Também é importante destacar que a divisão das tarefas domésticas e familiares nem sempre é distribuída de forma igualitária. Uma revisão da literatura mostrou que as mães são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e pelos cuidados com os filhos (DEUS; SCHMITZ; VIEIRA, 2021). No que diz respeito à configuração familiar brasileira, uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) revelou que as mulheres realizavam a maior parte das tarefas domésticas e que se dedicavam cerca de seis horas a mais no cuidado de terceiros, em comparação com os homens. Esse dado também aparece em pesquisas anteriores, como por exemplo na realizada por Goetz e Vieira (2009), em que foi identificado que, na percepção dos filhos, o envolvimento parental das mães é superior ao envolvimento paterno.

Assim, temos uma carga de trabalho que é tradicionalmente maior para as mães e que foi intensificada com as mudanças de rotina ocasionadas pela pandemia (COYNE *et al.*, 2020). Estudos como o de Chung *et al.* (2020), por exemplo, evidenciaram que a situação de pandemia e isolamento social provocou maiores níveis de estresse e de sobrecarga em mães e pais, levando, inclusive, ao uso de estratégias mais punitivas ao resolver conflitos com seus filhos.

Resultados semelhantes foram encontrados em pesquisa realizada no Brasil (COSTA et al., 2022, no prelo), que verificou que o impacto da pandemia na saúde mental das mães se relacionou com maior uso de estratégias negativas de resolução de conflitos com os filhos. Assim, percebe-se que, em muitos casos, as mães têm a árdua tarefa de conciliar o cuidado com a educação dos filhos, o trabalho em *home office* e a organização da casa, além de lidar com toda a pressão oriunda dos riscos relacionados à COVID-19. Dessa maneira, as cargas de trabalho e de estresse se elevam e se acumulam, e por isso, é importante refletir sobre os possíveis efeitos das alterações causadas pela pandemia para a saúde mental das mães.

## **Saúde mental das mães**

A saúde mental é um componente essencial e integral da saúde das pessoas, e está associada ao bem-estar psicológico, emocional e até mesmo físico. A Organização Mundial de Saúde (World Health Organization - WHO, 2016) define saúde mental como estado de bem-estar em que o indivíduo é consciente de suas próprias capacidades, pode lidar com estresses cotidianos, trabalhar de maneira produtiva, e contribuir para sua comunidade. Ou seja, é preciso que o indivíduo se sinta capaz de lidar com as suas emoções, com seus pensamentos e com os problemas e adversidades que a vida apresenta de maneira não perturbadora do seu bem-estar. Quando isso não é possível, podem surgir uma série de transtornos, como ansiedade e depressão.

A literatura recente já aponta alguns prejuízos na saúde mental das pessoas em decorrência da pandemia da COVID-19. Um estudo realizado por Schimdt et al. (2020), por exemplo, revelou que o medo do indivíduo ser infectado ou de alguma pessoa próxima adoecer e até mesmo morrer de COVID-19 está associado ao aumento de sintomas de depressão, ansiedade e estresse. Nesse mesmo sentido, a

revisão realizada por Brooks et al. (2020) mostrou que as medidas de contenção da pandemia da COVID-19 provocaram efeitos negativos nas pessoas, com características semelhantes ao estresse pós-traumático.

Além do medo do vírus, a pandemia trouxe alterações na vida em sociedade que trouxe impactos importantes para a dinâmica familiar. A esse respeito, Schimdt et al. (2020) aponta que, associado ao medo gerado pela doença, as mudanças na rotina provocadas pelas medidas de contenção como isolamento social, fechamento de escolas e a ocorrência dos trabalhos no estilo *home office* aumentava as chances do aparecimento de sintomas como estresse, ansiedade e depressão.

Ornell et al. (2020) apontam que as mudanças provocadas pela pandemia do coronavírus (COVID-19) podem ter impactado no bem-estar psicológico de pais e filhos, devido às mudanças nas rotinas e relações familiares, como por exemplo os pais assumindo o papel de orientar nas atividades escolares, e os filhos tendo que lidar com uma rotina escolar dentro de casa, o que requer uma concentração e disciplina maiores para manter a atenção nas aulas ao invés de realizar as atividades usuais quando estão em casa. Essas mudanças podem gerar novos conflitos entre pais e filhos, bem como estresse proveniente da pressão e da insegurança que a nova situação coloca.

Como dito anteriormente, acredita-se que essa sobrecarga e o acúmulo de funções seja comumente mais frequente nas mães, e por isso considera-se que esse público merece atenção. Isso porque um estudo realizado por Leiferman et al. (2005) identificou que o estresse mental materno, além de representar sofrimento psíquico para a mãe, impacta no seu engajamento com atividades positivas na rotina diária com os filhos. Ou seja, os prejuízos na saúde mental das mães podem levar a dificuldades nas interações familiares e na manutenção da dinâmica familiar. Uma mãe que precisa conciliar, em um mesmo espaço doméstico, suas atividades laborais, as atividades escolares dos filhos e, muitas vezes, as atividades

domésticas, pode se apresentar muito mais ansiosa e estressada, e até deprimida, caso sinta que não está sendo eficiente no desempenho de todas essas funções.

Como mostram os estudos, esse cenário vai levar a consequências na sua autoestima, autoeficácia e satisfação com a vida, especialmente em contextos como a maternidade (e.g. CALZADA *et al.*, 2019). Por exemplo, o estudo de metanálise de Lovejoy *et al.* (2000) identificou que mães deprimidas tendem a ser mais hostis, impacientes e mais autoritárias com seus filhos. Em mães brasileiras não é diferente, como mostrou o estudo de Possatti e Dias (2002), que identificaram que os múltiplos papéis sociais que a mulher exerce ao conciliar vida pessoal, maternidade e vida profissional, por exemplo, podem causar prejuízos na saúde mental.

Diante do exposto, considerando as mudanças na rotina diária individual e familiar provocadas pela pandemia do coronavírus (COVID-19), nesse capítulo serão apresentados os resultados de um estudo que buscou analisar os impactos da pandemia da COVID-19 na saúde mental das mães, considerando elementos relacionados a mudanças na rotina (como, por exemplo, rotina alterada pela pandemia do COVID-19 e filhos em aulas remotas) e a características familiares (a partir de variáveis como renda, quantidade de filhos, vínculo empregatício e empregada doméstica).

## **Método**

### **Delineamento**

Trata-se de um estudo exploratório e correlacional, com abordagem quantitativa.

## **Participantes**

Participaram da pesquisa 316 mães, provenientes de 18 estados brasileiros, sendo aqueles com maior efetivo amostral a Paraíba (69,3%), São Paulo (8,2%), Rio Grande do Norte (3,8%), Ceará (3,2%) e Distrito Federal (3,2%), no período de agosto a setembro de 2020. Apresentaram uma média de 38,14 anos (DP = 6,28), com idade entre 24 a 58 anos. 84,8% das mães se declararam casadas, e 14,4% declararam estar solteiras ou divorciadas, porém, informaram ter contato com o pai de seus filhos. Apenas 1,9% relataram não ter qualquer contato com o genitor das crianças. Em relação à quantidade de filhos, quase a metade (49,1%) tinham duas crianças, e 40,8% informaram ter um filho e os demais acima de três filhos. A média de idade das crianças foi 8,53 anos (DP = 5,94). A maior parte das crianças era do sexo masculino (54,7%), e 84,5% estava assistindo aulas remotas durante a pandemia do COVID-19.

As mães desse estudo, em sua maioria (86,7%) declararam ter concluído o Ensino Superior e 80,7% informaram estar trabalhando no momento em que responderam a pesquisa, com renda familiar mensal equivalente a sete salários-mínimos (Média: R\$ 9.644,69; Mediana, R\$ 8.000,00; DP = R\$ 9.977,78). Ainda, 43,7% das mães relataram contar com a presença de empregada doméstica em casa.

## **Instrumentos**

Questionário de Saúde Geral - QSG-12: Aplicou-se a versão abreviada do Questionário de Saúde Geral de Goldberg (1972 apud GOUVEIA et al., 2003), validado no Brasil por Pasquali e cols. (1994 apud GOUVEIA et al., 2003). O questionário é composto por 12 itens que avaliam indicadores de saúde mental das pessoas, como ansiedade e depressão. As participantes indicaram o quanto elas vinham se sentindo daquela forma nas últimas semanas, numa escala de quatro pontos. Os itens negativos foram invertidos na análise, de

modo que a maior pontuação indica melhor nível de saúde mental. A versão reduzida foi validada por Gouveia et al. (2012), com indicadores de confiabilidade adequados ( $\alpha = 0,84$ ).

Questionário demográfico: Após os itens referentes aos instrumentos, para caracterização amostral, foram solicitadas informações sociodemográficas das participantes, como idade, número de filhos, situação conjugal, renda, ocupação, crença religiosa, e ações referentes às recomendações de isolamento social.

## **Procedimento e aspectos éticos**

Mediante aprovação do Comitê de Ética, os pesquisadores responsáveis realizaram a coleta de dados de forma virtual, entrando em contato com as mães de forma *online*, por meio de divulgação através de e-mails e redes sociais (como *Instagram*, *Twitter*, *Facebook* e grupos de mães no *WhatsApp*). Ressalta-se que a divulgação foi feita a partir das redes de contato dos próprios pesquisadores, que solicitaram o compartilhamento para outras pessoas.

Previamente à disponibilização do link, criado na plataforma *Google Forms*, foi compartilhado um texto de apresentação da pesquisa com informações sobre seus objetivos, e solicitada a anuência das participantes, mediante a indicação de acordo em um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Na mesma plataforma, após clicarem dando o seu consentimento para participarem da pesquisa, as mães tiveram acesso ao Questionário de Saúde Geral, onde registraram suas respostas.

Todas as recomendações das resoluções 466/12 e 510/16 foram obedecidas, no que diz respeito à garantia dos direitos das participantes da pesquisa, garantindo-se o anonimato das participantes e a disponibilização de contato com os pesquisadores responsáveis.

## Análise dos dados

A análise dos dados foi realizada mediante análises de estatísticas descritivas e inferenciais, a partir dos softwares R e SPSS. Para os procedimentos descritivos, foram apresentados os dados brutos e relativos (frequências e percentuais), medidas de tendência central (médias e intervalos de confiança) e de dispersão (desvio-padrão e valores mínimos e máximos). Para as análises inferenciais, realizou-se uma regressão hierárquica com dois blocos, adotando-se, para tanto, um nível de confiança de 95% e significância de 5%. Previamente às análises inferenciais, avaliou-se a distribuição dos dados, segundo o teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov.

## Resultados

As variáveis foram inseridas em dois blocos, sendo o primeiro relativo às variáveis demográficas e o segundo relativo às variáveis contextuais, que representam o impacto da pandemia. A Tabela 1 apresenta os pesos de regressão e significâncias para cada uma das variáveis nos dois modelos.

Tabela 1 – Avaliação das variáveis de impacto da pandemia do COVID-19 na saúde mental de mães por meio de modelo de regressão hierárquica

Modelo		<i>b</i>	$\beta$	<i>t</i>	<i>p</i>
1	Constante	29,3		20,64	0,001**
	Renda	-0,001	-0,05	-0,79	0,42
	Quantidade de filhos	0,15	0,06	1,03	0,30
	Vínculo empregatício	0,18	0,01	0,24	0,81

Modelo		<i>b</i>	$\beta$	<i>t</i>	<i>p</i>
	Empregado(a) doméstico(a)	1,42	0,15	2,46	0,01*
2	Constante	20,24		8,60	0,001**
	Renda	-0,001	-0,05	-0,05	0,44
	Quantidade de filhos	0,26	0,10	1,88	0,06
	Vínculo empregatício	0,47	0,04	0,66	0,51
	Empregado(a) doméstico(a)	1,79	0,19	3,14	0,002*
	Duração do Isolamento (em dias)	0,001	0,01	0,17	0,86
	Filho em aula online	4,31	0,34	4,31	0,001**
	Rotina alterada pela aula online	0,44	0,37	4,51	0,001**

Nota: \*\**p* significativo ao nível de 0,001, \* *p* significativo ao nível de 0,01.

O modelo 1 explicou 4% da variância da saúde geral das mães [ $F(4, 307) = 2,91, p = 0,02$ ]. Neste, somente a variável “empregado(a) doméstico(a)” teve efeito significativo na explicação da prevalência de sintomas que afetam a saúde geral das mães. Ou seja, mães que não contavam com ajuda de empregada doméstica apresentaram mais sintomas que afetam a saúde mental. Já o segundo modelo explicou 10% da variância da saúde geral das mães [ $F(7, 304) = 5,03, p = 0,001$ ], ou seja, 7% a mais que o primeiro modelo, sendo esta diferença significativa [ $F(3, 304) = 7,60, p = 0,001$ ].

Analisando o efeito individual de cada variável, observou-se que a percepção de rotina alterada pela aula online teve um efeito significativo na prevalência de sintomas que afetam a saúde mental das mães. Ou seja, a cada aumento de um desvio-padrão na percepção de rotina alterada, a prevalência de sintomas aumentava

0,37. Outra variável que teve efeito significativo foi ter filho em aula online, na qual mães que tinham filho em aula online apresentaram menor prevalência de sintomas que afetam a saúde mental. Ainda, neste modelo, mães que contavam com ajuda de empregada doméstica continuaram a apresentar menor prevalência de sintomas que afetam a saúde mental do que aquelas que não tem essa ajuda.

## **Discussão**

Retomando os objetivos deste capítulo, isto é, analisar os impactos da pandemia da COVID-19 na saúde mental das mães, observou-se que as mudanças na rotina - com ênfase nas mudanças ocasionadas pelo fechamento das escolas e a consequente implementação das aulas remotas - trouxeram prejuízos para a saúde mental das mães. Contudo, mães que tinham filhos em aulas online e que contavam com o apoio de uma empregada doméstica apresentaram menor prejuízo na saúde mental quando comparadas a mães que não tinham filhos em aula online e não tinham empregada doméstica.

Os resultados apontam para a necessidade de refletir sobre o contexto pandêmico vivido no início de 2020, pensando no impacto das mudanças na rotina e no estilo de vida das pessoas, em especial aquelas responsáveis pelos cuidados dos familiares, como idosos e crianças, como é o caso das mulheres e mães. Houve uma sobrecarga na rotina durante o período de isolamento social que gerou uma fusão de papéis, agregando na mesma pessoa e no mesmo ambiente as funções de mãe, cuidadora, educadora e, para as mulheres que migraram para o trabalho *home office*, profissional.

A função materna, já bastante onerosa à saúde mental das mulheres, (CUNHA et al., 2020) foi ampliada para mediar processos de aprendizagem que antes eram desenvolvidos no contexto escolar. Ainda, pela necessidade do isolamento social, muitas mulheres

deixaram de contar com a colaboração de pessoas da família mais extensa (ex. avós e tios), como também de funcionárias domésticas, a exemplo das babás.

Verificamos que a alteração na rotina ocasionada pelas aulas online trouxe prejuízos para a saúde mental das mães, de maneira que quanto maior a percepção das mães de que sua rotina foi alterada, maior foi a prevalência de sintomas que afetavam a sua saúde mental. Cabe destacar que a família e a escola são os principais sistemas responsáveis pelo processo educativo e por preparar as crianças e os adolescentes para a convivência e a participação social. Costumeiramente esses sistemas dividem essa função com interferências mútuas, evidentemente, mas também com demarcações de espaços e funções. O ensino formal, baseado em currículos e conteúdos previamente estabelecidos, fica a cargo da escola e dos professores, que são profissionais preparados para a estruturação do ensino organizado.

Considerando a análise da família numa perspectiva sistêmica (BRONFENBRENNER, 1986), um elemento relevante na dinâmica familiar e que traz impactos no desenvolvimento é o quanto os pais se envolvem nas atividades escolares do filho(a). Contudo, no período pandêmico, o que se constata é que, além de lidar com a nova demanda de orientar a educação escolar dos seus filhos no período de ensino remoto, assumindo uma função para a qual não foram diretamente preparadas (SANTANA; SALES, 2020), essas mulheres possivelmente sentiram que suas rotinas foram afetadas pelo aumento da carga de trabalho, o que pode ter reflexos em outras esferas da sua vida e, conseqüentemente, na sua saúde mental.

Outro resultado relevante foi demonstrado pelo efeito positivo de ter um filho em aula online. Nota-se que esse pode parecer um resultado controverso, já que a ocorrência das aulas online se tornou mais uma responsabilidade das mães dentro de casa, o que colabora com a sobrecarga percebida por elas. Mas, se analisarmos que estamos tratando de um período de isolamento social e fechamento

das escolas, temos uma situação com dois cenários possíveis: filhos em casa com aula online e filhos em casa sem aulas ou outras atividades organizadas pela escola. Frente a essas duas possibilidades, é possível inferir explicações para esse resultado inesperado.

Embora seja considerável a mudança de rotina para as mães que precisam auxiliar seus filhos nas aulas remotas, é importante salientar que as atividades são propostas e organizadas pela escola, cabendo ao responsável que, em geral, é a mãe, o monitoramento e acompanhamento do filho durante as aulas, mas não a organização e a transmissão do conteúdo a ser trabalhado, nem a responsabilidade pela mediação formal do processo de ensino-aprendizagem. Por outro lado, aquelas mães cujos filhos não tinham aulas online precisaram se dedicar integralmente a organizar e pensar maneiras de entreter e de interagir com seus filhos. Isso, aliado às demais atividades, pode gerar uma sobrecarga ainda maior, impactando negativamente na sua saúde mental.

Esses resultados evidenciam a sobrecarga sofrida pelas mães, causada pela concentração das atividades laborais, domésticas e familiares no mesmo espaço, e apontam para a importância de um suporte para dividir as atividades que foram acumuladas no contexto pandêmico. Numa situação de crise como a que vivemos (e estamos vivendo), a necessidade de que todos os membros da família cooperem e colaborem com as atividades tornou-se ainda mais urgente e, para muitas mães, deficitária, com importantes prejuízos para a saúde mental.

A literatura aponta a importância de considerar os impactos da pandemia para além dos efeitos na saúde física que são ocasionados diretamente pela COVID-19. (FILGUEIRAS; STULTS-KOLEHMAINEN, 2020; GAUDENZI, 2021). Com tantas alterações na vida das pessoas, é importante considerar o impacto psicológico e até mesmo sociológico que uma pandemia desta dimensão pode causar. No caso do nosso estudo, evidenciamos que os efeitos

negativos na saúde mental se fazem presentes para o público das mulheres que têm filhos em situação escolar, e cujas atividades foram interrompidas pela urgência da pandemia. Cabe refletir sobre as funções femininas na sociedade contemporânea, que concentram em torno de si os desafios de ser mulher, conciliar maternidade, atividades domésticas e vida profissional.

Apesar dos avanços históricos e sociais já alcançados com a consolidação da mulher no mercado de trabalho, a divisão de papéis dentro de casa, nos tempos atuais, recai majoritariamente para as mulheres (IBGE, 2020). Se em situação não adversa a literatura já aponta os conflitos sofridos pela mulher que trabalha e cuida dos filhos (OLIVEIRA; PELLOSO, 2004), observamos, no contexto da Pandemia da COVID-19, a imposição de mais uma atividade – mediar os processos de ensino-aprendizagem –, que antes era desempenhada pela escola, e sua repercussão negativa na saúde mental das mães. Esse resultado adiciona uma importante contribuição para o campo das políticas públicas, que devem ser pensadas para dar suporte a essas mulheres e atenuar as dificuldades impostas a esse público.

Ainda, um outro resultado encontrado no presente estudo chama a atenção pela relevância e merece discussão: mães que não contavam com o apoio de empregada doméstica apresentaram mais sintomas que afetavam a sua saúde mental do que mães que puderam contar com esse tipo de ajuda profissional. Neste sentido, destaca-se o papel da empregada doméstica como um fator de proteção a sintomas que prejudicaram a saúde mental. O conceito de rede de apoio social envolve apoio instrumental (ajuda financeira, divisão de responsabilidades, informação prestada ao indivíduo) e apoio emocional, que se refere à sentimentos de afeição, aprovação e empatia, que levam o indivíduo a sentir-se pertencente a um grupo (JOHN; WINSTON, 1989).

Pode-se dizer, portanto, que a presença de uma empregada doméstica em casa quando as rotinas das mães foram profundamente

alteradas, constituiu uma rede de apoio instrumental de fundamental importância para esse público que, por si só, já é atravessado por muita responsabilidade e por uma sobrecarga na divisão de trabalhos dentro da família (DEUS; SCHMITZ; VIEIRA, 2021). A existência desse tipo de profissional provavelmente, implicou na divisão de tarefas e, conseqüentemente, em uma menor alteração da rotina, acarretando, dessa maneira, em menores prejuízos para a saúde mental.

Contudo, não podemos esquecer que esse apoio específico, no caso, contar com os serviços de uma empregada doméstica, perpassa por questões de renda e de condições sociais das famílias, que não dispõem do mesmo acesso a esse tipo de serviço. Também, muitas famílias que contavam com esse tipo de profissional optaram por dispensá-lo no momento da pandemia, quer fosse para minimizar os riscos de contágio, ou pela impossibilidade de locomoção até os locais de serviço. De qualquer forma, o contexto pandêmico trouxe consigo circunstâncias imprevisíveis e inúmeros problemas práticos, decorrentes das medidas restritivas de circulação, cujos impactos afetaram a saúde mental das mães.

Por fim, cabe fazer uma observação importante a respeito da amostra da presente pesquisa. Percebe-se que a maioria das mães que participaram do estudo possuía uma renda considerada de classe média ou classe alta, o que pode trazer diferenças nas percepções sobre os impactos causados pela alteração na rotina, em comparação com mães com condição financeira inferior, que podem ter sofrido conflitos diferentes durante a pandemia. Assim, não fica claro quais os impactos na saúde mental provocado em mães de condição financeira desfavorável, como as próprias empregadas domésticas, por exemplo.

## **Considerações finais**

O contexto trazido pela pandemia da Covid-19 trouxe inúmeras mudanças para a sociedade, como a implementação do distanciamento social, o fechamento de escolas e a migração das formas de trabalho tradicionais para o modelo *home office*. Diante dessas mudanças, o presente estudo buscou analisar os impactos da pandemia da COVID-19 na saúde mental das mães. De modo geral, os resultados mostraram que as alterações na rotina percebidas pelas mães tiveram um impacto negativo na sua saúde mental das mães, e que esse impacto era menor quando as mães contavam com o apoio de uma empregada doméstica e tinham filhos em aula online.

A partir dos resultados encontrados no presente estudo, pode-se apontar alguns direcionamentos. Primeiramente, reconhecer que mulheres mães vivem constantemente uma situação de sobrecarga que prejudica sua saúde mental. Essas mulheres precisam de uma rede de apoio eficiente e presente para que possam se sentir menos oneradas em suas funções e possam ter prazer na execução de seus papéis sociais. Em segundo lugar, identificar os prejuízos trazidos pela pandemia para a saúde mental, além da saúde física, levanta a necessidade de uma preocupação e um cuidado com essa dimensão da vida das pessoas. Políticas públicas de cuidado à saúde mental das pessoas, grupos de apoio e serviços de escuta psicológica, por exemplo, são estratégias que podem ser importantes para minimizar os prejuízos psíquicos provocados por uma situação adversa como foi (tem sido) a pandemia do COVID-19.

## **Referências bibliográficas**

ARRUDA, Eucidio Pimenta. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede-Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020. <https://doi.org/10.53628/emrede.v7.1.621>

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial**

[da] **República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, v. 53, p. 39, 18 mar. 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>  
Acesso em: 1 set.2020.

BRONFENBRENNER, Urie. Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. **Developmental psychology**, v. 22, n. 6, p. 723, 1986.

BROOKS, Samantha K. et al. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **The lancet**, v. 395, n. 10227, p. 912-920, 2020. [https://doi.org/10.1016/50140-6736\(20\)30460-8](https://doi.org/10.1016/50140-6736(20)30460-8)

CALZADA, Esther J.; SALES, Adam; O’GARA, Jaimie L. Maternal depression and acculturative stress impacts on Mexican-origin children through authoritarian parenting. **Journal of Applied Developmental Psychology**, v. 63, p. 65-75, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.qppdev.2019.05.001>

CHUNG, G.; LANJER, P.; WONG, P.Y.J. (2022). Mediating effects of parental stress on harsh parenting and parent-child relationship during coronavirus (Covid-19) pandemic in Singapore. **Journal of Family Violence**, v.37(5), p. 801-812. <https://doi.org/10.1007/s10896-020-00200-1>

COSTA, L.B.S.; ABREU, E.L.; NASCIMENTO, A.M.; MELO, R.L.P. (2022, no prelo). Psychological Impact of the Covid-19 Pandemic and Mothers’ Conflict Resolution Styles: The Mediating Role of Well-Being. **Marriage and Family Review**.

COYNE, Sarah M. et al. Does time spent using social media impact mental health?: An eight year longitudinal study. **Computers in Human Behavior**, v. 104, p. 106160, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2019.106160>

CNS, Conselho Nacional de Saúde (2012). **Resolução N° 466**, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em 29 de junho de 2022.

CNS, Conselho Nacional de Saúde (2016). **Resolução N° 510**, de 07 de abril de 2016. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em 29 de junho de 2022.

CUNHA, Ana Cristina; DOS SANTOS EROLES, Nicole Melo; DE MELLO RESENDE, Luísa. “Tornar-se mãe”: Alto nível de estresse na gravidez e maternidade após o nascimento. **Interação em Psicologia**, v. 24, n. 3, 2020. <http://dx.doi.org/10.5380/riep.v24i3.62768>

DEUS, Meiridiane Domingues de; SCHMITZ, Mariana Effting de Sousa; VIEIRA, Mauro Luís. Família, gênero e jornada de trabalho: uma revisão sistemática de literatura. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 14, n. 1, p. 1-28, 2021. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais202114e15805>

FILGUEIRAS, Alberto; STULTS-KOLEHMAINEN, Matthew. The relationship between behavioural and psychosocial factors among Brazilians in quarantine due to COVID-19. **Available at SSRN 3566245**, 2020.

GAUDENZI, Paula. Cenários brasileiros da Saúde Mental em tempos de Covid-19: uma reflexão. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, 2021. <https://doi.org/10.1590/Interface.200330>

GOETZ, Everley Rosane; VIEIRA, Mauro Luís. Percepções dos filhos sobre aspectos reais e ideais do cuidado parental. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 26, p. 195-203, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2009000200007>

GOUVEIA, Valdiney V. et al. A utilização do QSG-12 na população geral: estudo de sua validade de construto. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 19, p. 241-248, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722003000300006>

GOUVEIA, Valdiney V. et al. Questionário de Saúde Geral (QSG-12): o efeito de itens negativos em sua estrutura fatorial. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, p. 375-384, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2012000200016>

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, 2020. Retirado de: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf)

JOHN, Craig St; WINSTON, Terry J. The effect of social support on prenatal care. **The Journal of applied behavioral science**, v. 25, n. 1, p. 79-98, 1989. <https://doi.org/10.1177/0021886389251006>

LEIFERMAN, J. A. et al. Mothers' mental distress and parenting practices with infants and toddlers. **Archives of women's mental health**, v. 8, n. 4, p. 243-247, 2005. <https://doi.org/10.1007/s00737-005-0098-4>

LOVEJOY, M. Christine et al. Maternal depression and parenting behavior: A meta-analytic review. **Clinical psychology review**, v. 20, n. 5, p. 561-592, 2000. [https://doi.org/10.1016/50272-7358\(98\)00100-7](https://doi.org/10.1016/50272-7358(98)00100-7)

OLIVEIRA, Aracéles Frasson de; PELLOSO, Sandra Marisa. Paradoxo e conflitos frente ao direito de ser mulher. **Acta Scientiarum. Health Sciences**, v.26, p. 279-286, 2004. <https://doi.org/10.4025/actascihealthsci.v26i2.1578>

ORNELL, Felipe et al. Pandemia de medo e Covid-19: impacto na saúde mental e possíveis estratégias. **Debates em Psiquiatria**, v. 10, n. 2, p. 12-16, 2020. <https://doi.org/10.25118/2236-918X-10-2-2>

POSSATTI, Izabel Cristina; DIAS, Mardônio Rique. Multiplicidade de papéis da mulher e seus efeitos para o bem-estar psicológico. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 15, p. 293-301, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722002000200007>

QUADROS, Deisily de; CORDEIRO, Gisele do Rocio. Pais, filhos e escola Resignificação em tempos de pandemia. In: MACHADO, Dinamara Pereira (Org.) **Educação em tempos de COVID-19: Reflexões e narrativas de pais e professores**. Curitiba: Editora Dialética e Realidade, 2020, p. 65 - 71.

SANTANA, Camila Lima Santana e; SALES, Kathia Marise Borges. Aula em casa: educação, tecnologias digitais e pandemia COVID-19. **Educação**, v. 10, n. 1, p. 75-92, 2020. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v10n1p75-92>

SCHMIDT, Beatriz et al. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estudos de Psicologia (campinas)**, v. 37, 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200063>

TAMAYO, Carolina; DA SILVA, Michela Tuchapesk. Desafios e possibilidades para a Educação (Matemática) em tempos de “Covid-19” numa escola em crise. **Revista Latinoamericana de Etnomatemática**, v. 13, n. 1, p. 29-48, 2020. <https://doi.org/10.22267/relatem.20131.39>

UNESCO, sem data. Education: From disruption to recovery. Disponível em [<https://webarchive.unesco.org/web/20220315080724/https://en.unesco.org/covid19/educationresponse#durationschoolclosures>]. Acesso em: 15 jun 2022

UNESCO, sem data. Consequências adversas do fechamento das escolas. Disponível em [<https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse/consequences>]. Acesso em: 15 jun 2022

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Mental health: strengthening our response [Internet]. Genève: WHO; 2016. Available from: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-strengthening-our-response>

CAPÍTULO 10

# REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS ONLINE EM PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19

*Gabriel Barbosa Sardinha  
Maria do Socorro Sales Mariano  
Ana Lucia Barreto da Fonseca*

## **Introdução**

No primeiro trimestre de 2020 teve início uma etapa que ficará registrada na história como a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2). Esse vírus, descoberto na China no final de 2019, desencadeou a doença da COVID-19, que, pelo alto poder de proliferação e mortalidade, deflagrou a determinação de uma ordem sanitária mundial, pela Organização Mundial de saúde (OMS), o distanciamento social. A prática imediata do distanciamento social, o uso de máscaras e a higienização constante de mãos, de utensílios e alimentos foi a estratégia de controle da disseminação da COVID-19 (WILDER-SMITH et al., 2020).

O distanciamento social definido como estratégia de contenção ao contágio, através da diminuição dos contatos entre os sujeitos promoveu a suspensão da maior parte das atividades laborais, como comércio, indústria, como também as atividades educacionais. Apenas setores de urgência e emergência, em especial à saúde, como também setores alimentícios, transportes essenciais e segurança, permaneceram ativos (FONSECA; OLIVEIRA; CORDEIRO, 2020).

A orientação era estar em casa, em convivência restrita com familiares que coabitavam e com saídas apenas em situações

emergenciais. A princípio havia a perspectiva de serem apenas alguns dias, embora tivessem pessoas angustiadas, amedrontadas com a pandemia, havia aqueles que consideravam estar em distanciamento social como um período de “descanso”, de ficar em casa com os filhos, os pais (FONSECA; OLIVEIRA; CORDEIRO, 2020). Com o passar dos dias, o passar das semanas, com as notícias alarmantes do aumento do contágio e número crescente de mortes, e a falta de perspectiva de retorno as atividades laborais e escolares, a angustia e incertezas foram tomando todos os espaços, e lançando mão de estratégias que pudessem manter algumas atividades de trabalho e escola.

As atividades lançaram luz no uso das ferramentas cibernéticas que colocavam a todos em contato com os familiares, amigos, as notícias e todas as necessidades de comunicação. A internet e seus artefatos tecnológicos tornaram viável a execução de algumas atividades laborais, constituindo o trabalho *home office*, como também as atividades escolares online para todos os níveis de escolarização (FONSECA; OLIVEIRA; CORDEIRO, 2020).

Diante desse quadro, esse trabalho tem o intuito de refletir sobre a dinâmica das relações sociais mediadas pelos meios cibernéticos/virtuais de comunicação, potencializado durante a pandemia da COVID-19. Tendo em vista que a internet, através do ciberespaço foi o grande instrumento de relação interpessoal, para além da aquisição de informações, conectou pessoas com seus familiares, amigos, manteve trabalho, estudo, consumo.

Para tanto a perspectiva é refletir sobre as ferramentas diversas da comunicação humana e sua evolução até a internet, mídia digital é o grande foco desse estudo, problematizando a sua ingerência no período pandêmico da COVID-19, e as possíveis consequências dessa ferramenta nas relações humanas. A premissa da discussão são alguns aspectos abordados por Kozinets (2014), quando apresenta a perspectiva de haver uma redução da capacidade de transmitir informações não verbais, relacionadas à presença social.

## **Ferramentas das interações humanas no fluxo da história**

A internet se evidenciou como ferramenta de trabalho e educação muito antes da pandemia da COVID-19, potencializando seu uso como estratégia de comunicação e informação em todas as esferas do globo, aumentando uma das mais fortes características humanas, a socialização e a comunicação. Essas características estão presentes na raça humana e, como definem as últimas indicações dos paleontólogos, é a linguagem, como meio de comunicação e socialização, que a define enquanto ser humano e social.

A linguagem, como ocorre atualmente, só foi desenvolvida em sua plenitude pelo *Homo sapiens sapiens*. Ainda que não se comprove totalmente, os ancestrais humanos diretos, provavelmente, falavam a mesma língua ou línguas próximas, com uso de símbolos, tendo, portanto, comunicação direta uns com os outros. Numa primeira fase da história da humanidade, o crescimento geográfico leva os agrupamentos humanos a separarem-se, a dispersarem-se. E a partir disso, emerge a divergência de línguas, a separação gradual das culturas e o surgimento de novos mundos subjetivos e sociais (SANTOS; FONSECA; 2005).

Posteriormente, a revolução neolítica será considerada a nova “ruptura”: mutações técnicas, sociais, culturas, políticas e demográficas cristalizadas na invenção da agricultura, da cidade, do Estado e da Escrita. Nesse percurso, encontra-se o telegrafo, a imprensa, o rádio, a televisão e variadas formas de propagar a informação, de manter as pessoas em relação. Um dos primeiros estudos sobre o ciberespaço e suas consequências sobre as relações humanas foi Lévy (1998), que define que surgiu, assim, um novo espaço-tempo, o dos territórios, dos impérios e da história.

A humanidade não se concentra mais apenas em uma única região, a pandemia da COVID-19 mostrou claramente essa globalização, em poucos dias o vírus rodou o mundo e contaminou pessoas em distantes regiões. De modo que a tendência à conexão,

reunião ou comunicação impede que a dispersão aconteça, só que agora em um nível mais local, o que acontece em uma cidade pequena viaja o mundo em fração de segundos. Assim, conexão e fragmentação permanecem quase que de maneira simultânea, estão entrelaçadas.

A primeira em um nível regional e a segunda, em um nível mais global. A Revolução Industrial dá início ao processo de revolução informacional contemporânea. Acontecem automatizações graças à informática e o trabalho humano se deslocará cada vez mais para o “inautomatizável”, que compreende a criatividade, a iniciativa, a coordenação e a relação. As cidades passam a estar conectadas entre si, unidas de forma econômica, científica e pela mídia. Todas as cidades do planeta são como bairros de uma grande megalópole virtual (LÉVY, 1998).

Coleta, Coleta e Guimarães (2008, p. 278) fazem o seguinte questionamento: “Pode-se supor que, se a máquina a vapor teve o poder de alterar os modos de viver, de ver o mundo e de sentir de tantos, quais seriam as consequências, a curto, médio e longo prazo, da inovação tecnológica a que se deu o nome de Internet?”. Assim como a máquina a vapor mudou vários aspectos de nossas vidas, a internet vem promover mudanças que interferem até mesmo em nossa forma de comunicação escrita. Já na década de 90 do século XX, Castells (1999) fala a respeito disso, ao declarar que há um novo sistema de comunicação, que fala cada vez mais uma linguagem universal digital, e tanto vem promovendo a integração global de produção e disseminação de palavras, sons e imagens da nossa cultura como personalizando-os aos gostos e formas de ser de cada indivíduo.

Verifica-se uma certa simetria entre desenvolvimento dos meios de transporte e meios de comunicação no que se refere a intensificar os contatos, numa influência mútua constante de ambas as partes (LÉVY, 1998). Como dito acima, o que se viu em toda história foi mais um paralelo de uma evolução conjunta: navegação de longo

curso e imprensa nascem juntas, o desenvolvimento dos correios conduz à utilização eficiente e segurança das redes viárias, o telégrafo se difunde juntamente com as ferrovias, automóvel e telefone avançam juntos e televisão e rádio acompanham o desenvolvimento da aviação e das viagens espaciais. Tudo isso mostra que “o crescimento da mobilidade física é indissociável do aperfeiçoamento das comunicações” (p. 39), ainda que no presente momento começa a fazer uma espécie de substituição de deslocamento físico por uma simples troca de mensagens ou chamada de vídeo, por exemplo. A tecnologia tem um papel bastante importante em traçar o destino da evolução histórica e da transformação social. Ela incorpora a capacidade das sociedades de se transformarem (CASTELLS, 1999).

### **Avanços tecnológicos ocorridos nas últimas décadas**

Ao estar diante da tela, assistindo uma aula, nas aulas remotas, realizando o planejamento de um trabalho, seja só com a máquina, ou em conjunto com outras pessoas, compartilhando telas e informações, durante a pandemia da COVID-19, a maior parte das pessoas não pararam para pensar de onde surgiram esses aparelhos, quem os criou e com que finalidade. Não sabem que o surgimento dos primeiros computadores se deu em 1945, na Inglaterra e nos Estados Unidos, final da Segunda Guerra Mundial, e eram basicamente calculadoras programáveis, capazes de armazenar programas. Sendo por um longo período de uso militar para cálculos científicos, seu uso civil somente se disseminou durante os anos 60. Por outro lado, poucos imaginavam que haveria um movimento tão gigantesco de virtualização da informação e da comunicação, afetando de maneira tão profunda a vida social (LÉVY, 2010).

A internet originou-se como um sistema de apoio contra eventuais reações militares, idealizada pela Agência de Pesquisas

Avançada do Departamento de Defesa – DARPA, ainda nos anos 60 (JAMIL; NEVES, 2007). Como afirma Lévy (2010), os computadores eram mantidos em salas refrigeradas e operadas por cientistas. A informática servia aos cálculos científicos, estatísticas dos Estados e das grandes empresas ou para tarefas de gerenciamento. Quando o computador pessoal surge na Califórnia, por meio de movimentos que se apossam dessas novas possibilidades técnicas, o seu uso começa a descentralizar-se progressivamente.

A primeira versão da rede era chamada de Arpanet, conforme afirmam Jamil e Neves (2007), teve seu sucesso por ser aberta à conexão de redes heterogêneas de computadores, com o objetivo de segurança pretendido. A finalmente denominada internet foi disseminada pelo mundo fornecendo um meio de conexão simples, utilizada por centros acadêmicos e de pesquisa. Os primeiros serviços a serem utilizados foram os de correio eletrônico (e-mails) ou ainda de transferência de arquivos.

Como declara Nicolaci-da-Costa (2005), a internet faz parte de um conjunto de tecnologias que vem tornando possível a emergência de uma nova “era”. Uma era que tem como principais atributos a integração, a globalização, a relativização, o imediatismo, a agilidade, a derrubada de fronteiras, a extraterritorialidade, o nomadismo, etc.

A partir disso, tem-se uma noção de que o espaço físico ou geográfico – objetivo e imutável – passa a adquirir uma importância inferior frente ao chamado espaço prático. Este interessa quando é desejado compreender as mudanças sociais e culturais. Nele, os dispositivos de transporte e de comunicação causam profundas modificações, isto é, nas proximidades efetivas. Ou seja, quando se leva em conta a velocidade, o custo e a dificuldade dos meios de transportes e de comunicação da época, os territórios dariam a impressão ter uma dimensão muito maior antes das novas tecnologias (LÉVY, 1998).

## **O entrelaçamento entre o real e o virtual**

Durante a pandemia da COVID-19 parecia que o mundo estava vivendo uma realidade futurista, depois de uma catástrofe. As ruas vazias, profissionais com roupas de proteção bacteriana “astronáuticas” e a maior parte das comunicações, informações e relações intermediadas pelas redes cibernéticas. O real e virtual parecem ter se fundido. Se havia dúvida quanto à influência das redes sociais na sociedade, é provável que tenha sanado, pois foi possível verificar que, ao longo desses dois anos, que os modos de transmissão de informação sofreram muitas modificações, se tornando cada vez mais diversos.

Entretanto, esses fatos já viam se instituindo como reais, as estratégias de comunicação e intercâmbio foram tomando espaço no cotidiano da sociedade devagar e definindo formas de relações entre culturas e povos. Desde os primórdios da história da humanidade, a expansão geográfica levou a uma dispersão das coletividades, adentrando e explorando áreas, promovendo guerras e dominação de territórios. Com isso houve a transformação de línguas e culturas, emergiram novas sociedades e novos modos de ser, agregou-se tecnologias de diversos povos, promovendo a complexidade das relações sociais.

A internet fez surgir uma era digital, o ciberespaço, como uma fragmentação da humanidade em partes que ao mesmo tempo se reconhecem e se conectam. Tal conexão teve início no processo urbano e estilo de produção desenvolvido na Revolução Industrial, dando início à revolução informacional (LÉVY, 1998). As tecnologias encurtaram distancias, espaciais e temporais, as cidades se conectam e as pessoas transitam muito rapidamente de um lugar para outro. E não somente os modos de comunicar foram se alterando ao longo da história, mas as transformações nos meios de transporte ocorreram em uma via paralela. A possibilidade de uma ampla rede de contatos

em escala global reconecta a humanidade afastada demograficamente. (LÉVY, 2010; MYERS, 2016).

Essas conexões cibernéticas, foram extremamente úteis a disseminação de informações, conhecimentos, servindo ao comércio e divulgação dos mais diversos conteúdos, inclusive conteúdos inadequados, criminosos, pois atrás das telas os sujeitos podem estar anônimos. Simultaneamente, esse mesmo anonimato permitirá que muitos indivíduos se vejam livres frente à novas possibilidades de explorarem regiões de sua intimidade talvez censuradas pelo contexto social. Essa realidade tornou-se mais e mais efetiva durante o estado pandêmico da COVID-19, abrindo essa realidade virtual a muitos sujeitos que não a acessavam com tanta frequência e aumentando e potencializando os acessos àqueles que já a utilizava. Alguns profissionais passaram a ter as redes sociais, as salas virtuais como instrumento de contato de trabalho, como o caso do/as professores/as de crianças e adolescentes. Colocando-o/as em frente as telas para exercerem a função de ensinar sem o contato direto e real, num desafio de ultrapassar a barreira do espaço e se tornarem presentes no cotidiano dos educandos.

As consequências dessas interações virtuais por esse tempo, seja a níveis cognitivos e relacionais ainda é cedo para conhecer, contudo, já haviam alguns estudiosos apontando a efemeridade que desponta como um elemento bastante presente, tanto nas comunidades virtuais (“aldeias globais”), como nos relacionamentos pessoais, sejam familiares, sociais, educacionais, ou mesmo amorosos que na rede se desenrolam (BAUMAN, 2004; CASTELLS, 1999). Além disso, o que se constata é que a comunicação virtual, especialmente aquela mediada por texto, oferece poucas pistas sociais para que os indivíduos sintam a presença do outro, apreendam os indicativos do contexto social e as normas e convenções a ele associadas. Estas pistas são fundamentais para que o sujeito apreenda o que não é dito verbalmente. (JOINSON, 2003; NGUYEN; BIN; CAMPBELL, 2012;

SHORT; SULER, 2004; WALTHER; PARKS, 2002; WILLIAMS; CHRISTIE, 1976).

As análises apontam que essa escassez de sinais dificulta a individuação. Ou seja, em vez de perceber cada indivíduo com suas características únicas, enxerga-se o comportamento dos mesmos apenas como representativos da norma do grupo. Isso interferirá no ato de expor a si mesmo, de acordo com as normas percebidas (BARAK; GLUCK-OFRI, 2007; NGUYEN; BIN; CAMPBELL, 2012; REICHER; SPEARS; POSTMES, 1995).

A carência dessas informações também poderá favorecer uma certa manipulação da própria imagem e a criação de percepções idealizadas do outro. Eventualmente, à medida que algumas informações estão ausentes, manifesta-se a possibilidade de idealizações, como características físicas, voz, trejeitos e demais aspectos que constituem a pessoa que está do outro lado da tela. Donnamaria e Terzis (2009) apontaram isso como um fato importante ao considerar que a condição da distância geográfica pode gerar um estado de angústia em parceiros amorosos, por exemplo. A impossibilidade de transformar um relacionamento virtual em um vínculo presencial pode ser geradora de mal-estar e ameaçadora para a sustentabilidade do vínculo.

A comunicação online, pode ser um grande obstáculo para a espontaneidade, visto que o usuário possui uma maior disponibilidade de tempo para ensaiar ou refletir a respeito do conteúdo de uma mensagem e, inclusive, de retirar o que já foi endereçado antes que o destinatário tenha acesso. Isto significa uma diferença não só na temporalidade dos relacionamentos, mas também em um maior controle da exteriorização.

Com isso, pode-se considerar que os encontros face a face continuam sendo a maneira mais promissora para o desenvolvimento de relacionamentos profundos e duradouros. E para que isso aconteça no mundo online, é necessário um maior investimento de tempo do que o habitual para o estabelecimento de algo mais sólido.

Ressalta-se também a importância de meios capazes de dar aos participantes uma experiência de conexão mais próxima da experiência real, que favoreçam uma maior exposição, amplitude de informações sonoras e visuais, etc.

## **A internet conecta pessoas em torno do mundo**

A internet surge criando possibilidades de relacionamento interpessoal diferentes das antigas cartas e do telefone, visto que o acesso é instantâneo. O estado pandêmico mostrou o quanto as distâncias, o tempo e a ausência passaram a ser “melhor tolerado” pela mediação das redes sociais. Esses fatores, envolto no tempo e nas atividades desenvolvidas através do ciberespaço, sejam trabalhos home office, sejam atividades escolares online, sejam compras, serviços médicos mediados pelas telas, definiram novos comportamentos diante da tecnologia. São inovações tecnológicas que promoveram mudanças no comportamento e serviram para suprir necessidades de contato intelectual, social e afetivo.

Antes estavam como uma possibilidade, mas na pandemia da COVID-10, passaram a ser uma ferramenta de primeira necessidade. Essa ferramenta permitiu novas perspectivas de relacionamento, ampliando a manutenção dos vínculos à distância, dificultados pelo binômio espaço/tempo, a perspectiva da instantaneidade, ou seja, envio e recebimento numa fração de segundo, coloca a todos os conectados em relação direta e imediata, o que permite estar em relação, possibilitando a manutenção de amigos e até mesmo de relações amorosas (SILVA, 2000; COLETA; COLETA; GUIMARÃES, 2008).

Esses fatores agregados a disponibilidade de uma amplitude de informações e possibilidades de interações, tornaram-se ferramentas indispensáveis durante a pandemia da COVID-19, mantendo as pessoas conectadas com informações do mundo inteiro. E muito

além disso, possibilitou a construção de estratégias de ensino à distância dirigido às mais diversas faixas de idade e graus de formação, algo completamente novo, especialmente aquelas com foco nas crianças e adolescentes, para não falar da manutenção de uma grande parte das frentes de trabalho, em especial aqueles que não envolviam a produção direta do produto, ou os trabalhos braçais mais efetivos. Todos esses aspectos possibilitaram a manutenção da rede de relações familiares, laborais, educacionais e até sociais.

No entanto, o que se entende por relação? Campos (2003) define que relação é algo bastante complexo. É algo que ultrapassa a comunicação e o diálogo. A relação implica numa realidade que não pode ser ela mesma sem a existência de outra coisa/pessoa. É um direcionamento intrínseco (necessário) de uma coisa/pessoa em direção a outra pessoa/coisa. Podendo ser estabelecida de maneira harmoniosa ou conflituosa, o que é fato, para haver relação é necessário que seja definido com quem ou com o que (CAMPOS, 2003).

Segundo Campos (2003), as relações definem os tipos de grupos, podendo ser definido por características comuns, relações afetivas, e consanguinidade. Assim, as relações podem ser extremamente fluidas, baseadas apenas no sexo ou na nacionalidade, ou podem ser intensas, de forma que, se um membro do grupo é afetado, os demais podem ser afetados. Dentro das relações podem ser encontrados o estabelecimento dos vínculos, que, de acordo com a teoria do apego de John Bowlby, trazida por Carvalho, Politano e Franco, (2008), o apego é uma necessidade humana tão fundamental quanto o alimento e abrigo. A teoria do apego considera que os humanos têm uma propensão para estabelecer laços afetivos e vinculares com indivíduos com os quais estabelece relações.

Esse é um componente que está na base da natureza humana, presente desde o recém-nascido e que permanece até a vida adulta e velhice. E a função do apego existe por si só e tem uma função principal de sobrevivência e proteção. Durante a primeira infância,

estes laços se estabelecem com os provedores diretos, em geral os pais, ou substitutos, como fonte de suporte e conforto. Tais laços persistem na adolescência, mas são complementados por novos laços (BOWLBY, 1989).

Assim, o estabelecimento de vínculos/apego é inerente aos seres humanos e com base nessa premissa constituem suas redes relacionais dentro e fora do contexto familiar. Para manter essas relações, sejam por questões de apego/vínculo ou necessidades de comunicação, os homens construíram estratégias de comunicação que possibilitassem a propagação das informações, inicialmente por meios de desenhos em pedras e cavernas, ou símbolos e códigos, como sinais de fumaça dos primórdios da humanidade, chegando às redes sociais consequentes do uso da internet (SANTOS; FONSECA; 2005).

Essa tecnologia tem moldado nossa cultura e sociedade, impulsionando mudanças nas relações sociais, percebidas nos espaços públicos, nos locais de trabalho, no ambiente familiar, e definindo outras formas de relacionamentos com os outros e consigo mesmo. Kozinets (2014) afirma que as transformações têm sido velozes, em poucas décadas tinha-se o telefone, veio a internet discada, o celular, e as redes sociais e em poucos anos qualquer pessoa pôde enviar uma mensagem, imagem, vídeo, som num clique do teclado do celular. Como dito acima, tal tecnologia gerou um impacto nas formas dos seres humanos se relacionarem, e se tornou primordial e efetiva sua inserção durante a pandemia da COVID-19. Com o distanciamento social, em que as pessoas foram confinadas a suas casas, apenas com os que coabitavam, como estratégia de combate a proliferação do novo coronavírus, o uso das redes sociais, do ciberespaço se tornou a principal forma de contato com a realidade externa. As redes midiáticas e sociais aproximaram os que estavam fora, além, e principalmente, propiciaram a manutenção de muitas atividades de trabalho e educação. Através das redes sociais e salas virtuais foram realizadas desde comemorações familiares,

aniversários, natais, como reuniões, aulas e uma infinidade de ações (FONSECA; OLIVEIRA; CORDEIRO, 2020).

Um outro fator a acrescentar foi que as redes sociais, através dos dispositivos específicos, como e-mails, salas virtuais, propiciaram a manutenção de atividades laborais e educacionais de uma infinidade de sujeitos, sejam adultos ou criança. Por esse dispositivo tecnológico foi mantido grande fluxo de trabalho e educação, o que manteve a renda de muitos trabalhadores em situação de home office. Essas pessoas precisaram readaptar suas vidas. E uma destas adaptações foi justamente a substituição da comunicação presencial pela comunicação virtual.

Devemos considerar que as formas de se relacionar se modificam de acordo com a época e cultura e em cada caso. As relações interpessoais não somente tecem a trama social, mas o significado que se dá a elas, e seu lugar na rede social mais ampla variam historicamente (CARVALHO; POLITANO; FRANCO, 2008). Aqui se pretende entender as mudanças nas relações interpessoais com o avanço da internet.

## **A comunicação mediada pela internet e seus impactos nas relações interpessoais pós pandemia**

Muitos estudos têm apontado ao longo dos anos as mudanças nos comportamentos sociais dos indivíduos em decorrência das interações mediadas pelos aparatos do ciberespaço, as consequências das exposições nas redes sociais (DONNAMARIA; TERZIS, 2009; BARAK; GLUCK-OFRI, 2007; NGUYEN; BIN; CAMPBELL, 2012; REICHER; SPEARS; POSTMES, 1995). Esses estudos avaliaram relações interpessoais esporádicas e eventualmente, de um ou outro grupo de sujeitos que limitavam seus contatos através das redes sociais.

Os estudos apontavam as mais diversas alterações comportamentais e cognitivas a exposição as telas, entre essas, dificuldades relacionais e cognitivas dos sujeitos que as utiliza por longo tempo. Essas pesquisas já apontam algo que poderá definir que a situação pandêmica da COVID-19 e conseqüente amplitude no uso das redes sociais e o ciberespaço gerará uma infinidade de alterações nas relações sociais, cognitivas e emocionais dos sujeitos. Isso porque uma quantidade enorme de pessoas passaram a estar conectada somente através das redes sociais, por estarem impedidas de estar em presença física, e muitas dessas pessoas, inclusive crianças e adolescentes, tiveram suas atividades, laborais e escolares, condicionadas ao uso das redes sociais, fazendo com que ficassem conectadas por muitas horas.

O momento pandêmico da COVID-19 evidenciou a imprescindível utilidade e funcionalidade de todo aparato da tecnologia digital, colocando a serviço da sociedade uma gama de possibilidades impensáveis. No entanto, deu mais ênfase a algumas frentes de questionamentos quanto aos danos que esse sistema pode ter ou está causando às relações interpessoais a nível micro e macro.

Kozinets (2014) já apontava que aquilo que acontece online estaria afetando o comportamento social dos cidadãos, como consumidores, amigos e família, e como seres sociais. Os indivíduos estão tendo a alternativa de aumentarem seu envolvimento com grupos com os quais já pertenciam, de aprofundar seus vínculos a comunidades locais. Podem encontrar novas comunidades para aderir, participar e estimular ligações com “estranhos”. Pessoas de diferentes lugares do mundo podem, em tempo real, compartilhar sobre as particularidades de suas diferentes realidades culturais. Com esse período de isolamento social, em que as relações ficaram, em muitos casos, restritas às redes sociais, há a perspectiva de potencialização desse efeito no comportamento social dos sujeitos.

A Era da Informação era vista como uma nova fase do desenvolvimento humano enquanto ser da construção sócio

histórico, com a pandemia, tornou-se fundamental, porém sem deixar margens as consequências dessa Era sobre a sociedade como um todo, impactando indivíduo a indivíduo. Não que em outros tempos a informação não desempenhasse um papel fundamental na sociedade. O que acontece é que, na época atual, agudizado pela pandemia da COVID-19, ela desponta como um dos mais influentes recursos econômicos. Sendov (1994,) como um dos clássicos a estudar a era da informática afirmou que é exatamente por isso que são efetuados grandes investimentos na construção de infraestrutura, de modo que os acontecimentos não são mais locais, regionais, são globais. Tudo está em relação. As tecnologias não apenas mudam algumas coisas isoladas, elas mudam tudo.

Desde o ano de 1500, depois da invenção da imprensa, não havia uma Europa, havia a imprensa. Havia uma Europa diferente. Com a televisão, com a mídia televisiva, dando uma nova coloração para cada campanha política, cada lar, cada escola, cada igreja, cada indústria, e assim por diante. Todas as mudanças tecnológicas chegam até com um dilema: o de que a tecnologia dá algo e ao mesmo tempo leva algo. Durante a pandemia da COVID-19, uma infinidade de pessoas se renderam a tecnologia da informação, as redes sociais, inclusive para trabalho e escola, essa parece ter se tornado uma situação que irá ser mantida, diminuiu o uso cotidiano, as atividades escolares e laborais voltaram a ser presenciais, muito embora algumas dessas atividades tenham se tornado híbrida (online e presencial), o que a define como presente na vida de uma grande maioria e para ficar e ser integrada a realidade do cotidiano. Pode-se pensar, assim, para cada vantagem que ela oferece, há uma correspondente desvantagem. Tal desvantagem pode exceder em importância a vantagem ou a vantagem pode muito bem valer o custo, já dizia Postman (1998).

Se falava que a televisão mudaria as relações familiares, e mudou. A televisão mudou a cara do Brasil, com a influência das telenovelas nas diferentes camadas da sociedade. Podem ser interferências

positivas, quando se empenham a ampliar os horizontes discursivos tratando de temas polêmicos. Por outro lado, conseguem também ditar modos de vestir, se comportar e se relacionar (MOREIRA, 2010). Nos anos 90 do século passado começa a disseminação da internet e conforme explana Lévy (1998), o ciberespaço emerge como um dispositivo de comunicação bastante original.

A perspectiva é que esse período de distanciamento social, em frente as telas, tragam formas diferenciadas de relações sociais, interfiram nas cognições e comportamentos humanos, mas ainda é precoce afirmar que haverá efetivas perdas. A internet se diferencia da imprensa, da edição, do rádio e da televisão, que operam de forma “um para todos”. Ou seja, a mensagem que é emitida é direcionada a receptores passivos e isolados uns dos outros. Assim, esses dispositivos de mídia criam comunidade, pois diversos indivíduos são receptores de uma mesma mensagem e partilham de certo contexto. Porém, não há reciprocidade nem interação, sendo o contexto imposto pelo centro emissor. Já o correio e o telefone traçam um esquema em rede, ponto a ponto, “um para um”. As mensagens são trocadas com precisão e reciprocidade, porém, não cria comunidade, ou “público”.

O ciberespaço combina as vantagens dos dois sistemas anteriores. De fato, permite, ao mesmo tempo, a reciprocidade na comunicação e a partilha de um contexto. Trata-se de comunicação conforme um dispositivo “todos para todos”. Numa conferência eletrônica, por exemplo, uma pessoa envia uma mensagem a dezenas ou centenas de outras. Entre estas, algumas respondem. Depois, outras respondem à resposta, etc. Como todas as mensagens são registradas, sedimenta-se assim progressivamente uma memória, um contexto do grupo de discussão. Cabe salientar que essa memória, esse contexto comum, em vez de vir de um centro emissor Todo-Poderoso, emerge da interação entre os participantes. (LÉVY, 1998, p. 44).

Havia a definição anterior que a nova mídia exerce impactos muito mais eficientes na subjetividade do que a televisão, de acordo com Moreira (2010), a mídia televisiva e a internet interferem na

noção de tempo e modificam, também, a experiência do espaço, colocando perto quem está longe. A internet se supera nesse sentido, visto que ultrapassa as barreiras temporais e espaciais, pois torna possível uma comunicação em tempo real com uma pessoa em qualquer lugar do mundo (COLETA; COLETA; GUIMARÃES, 2008).

Não há uma ideia pura, fechada, há ganhos, há perdas, há mudanças, o fato é que a internet possibilitou muitas ações, aprendizado, produção e até mesmo agilidade na produção de conhecimento do novo coronavírus, potencializando a circulação de informações e produção de conhecimento. De modo que o espaço virtual se apresenta de uma forma por vezes confusa, em que, de maneiras sutis e graduais, real e virtual começam a se fundir e a realidade se torna cada vez mais paradoxal.

Essa experiência de distanciamento social pode aumentar ainda mais o número de indivíduos que experimentam cada vez mais um viver “solitário”, não significa, porém, viver “isolado”. Conforme as situações se desenrolam, o “solitário” se une ao grupo. Por meio de múltiplos direcionamentos, se organizam as “tribos” esportivas, de amigos, religiosas e ou outras (BORGES, 2003).

Como esses aspectos refletiram sobre os sujeitos após dois anos em frente às telas promovidas pelo isolamento social promovido pela pandemia da COVID-19, diante das afirmativas de Muramatsu (2011), que, anteriormente, apresentava esses acessos como promotores de erupções para desconstruções e abandono do investimento no “eu social”, características de uma sociedade narcísica e hedonista. Nela, os referenciais comunitários sofreram uma fragmentação, pondo o indivíduo pós-moderno numa condição de desamparo sem precedentes, porém os estudos pré pandêmicos ainda não eram conclusivos.

## **Estudos pré pandêmico sobre interações em redes sociais**

Os indivíduos sempre estão se deparando com um impasse: a temporalidade do mundo psíquico não é a mesma temporalidade do imediato do mundo digital. E os espaços sensíveis e reconhecíveis do real não são os mesmos dos espaços virtualizados, esse período pandêmico poderá ter agudizado essa relação virtualizada. À vista disso, pode ser dificultoso para o sujeito ter que lidar com uma dinâmica computacional a todo tempo e ele, então,

começa a considerar a instância do virtual, do vir a ser e do ser em potência como um processo cotidiano e aceitável. Aceitando a lógica de viver em potência, jamais atinge a satisfação e tampouco gozos parciais em que possa se pautar para minimamente dar alguma consistência à sua existência. (MURAMATSU, 2011, p. 44).

Moreira (2010) reitera que as informações , com efeito de interferir na subjetividade, criando hábitos e verdades, novas formas de ver a realidade, a realidade virtual, apresentada como uma realidade mais atrativa que a real. Apesar dessa, pseudo satisfação, alguns estudos têm apresentado alguns aspectos ambivalentes as percepções das relações virtuais. No que se refere aos contatos humanos que se estabelecem no virtual, em seu estudo, Coleta, Coleta e Guimarães (2008) constataram que indivíduos que mantinham relacionamentos virtuais consideravam estes satisfatórios apenas enquanto contato inicial e que o contato “real” era necessário para que se consolidasse algo consistente.

Além disso, Haack e Falcke (2012) concluíram que o comprometimento tendia a ser maior em relacionamentos presenciais, uma vez que os parceiros sentiam maior certeza do desejo de permanecer no relacionamento e/ou amar, em razão de conviverem presencialmente com o companheiro, sentindo mais segurança e confiança. Sugerem também que, possivelmente, “o compromisso, em relacionamentos que iniciam pela internet, só efetivamente se evidencie após o encontro presencial [...]” (p. 40). Vê-

se, além disso, uma atualização e multiplicação dos sentidos de namoros e relações afetivas em nosso tempo.

Diversos são os conceitos similares que definem essas experiências da paquera online: webnamoro, namoro virtual, sexo virtual, cibersexo etc. Esses conceitos não conhecem consensos, mas têm em comum a perspectiva da vida digital de pessoas conectadas que constroem afetos e trocas amorosas e sexuais, mensagens, informações e conteúdos eróticos, com o fim da excitação sexual e/ou manutenção de relações afetivas, por meio de ambientes online. Em outras palavras, esses conceitos se referem a um conjunto de práticas ou jogos afetivos, amorosos e sexuais, sempre a distância, com o auxílio das comunicações e interações em rede (JUNIOR; FÉLIX, 2020, p. 5).

Segundo Haack e Falcke (2012), intimidade refere-se a sentimentos de proximidade, conexão, união, paixão, que guia o romance, a atração física, a consumação de uma relação sexual. Em sua pesquisa, constataram que a intimidade, acima definida, era mais aparente nos relacionamentos amorosos presenciais, demonstrando que estes agrupavam “de forma mais efetiva os componentes do amor, de uma maneira geral” (p. 41).

De forma semelhante, segundo Castells (1999), ainda que as comunidades virtuais sejam consideradas fortes, com indícios de solidariedade recíproca, as amizades online têm um alto índice de mortalidade, dado que “um palpite infeliz pode ser sancionado pelo clique na desconexão – eterna” (p. 445). Como aponta Bauman (2004), a proximidade virtual termina, idealmente, sem sombras nem sedimentos permanentes. Pode ser dissolvida, real e metaforicamente, sem coisa alguma além do apertar de um botão.

À vista disso, situados na grande metrópole que é a rede mundial de computadores. Nas grandes cidades, o demasiado número de habitantes – em contraste com a vida no campo e dos pequenos municípios e vilarejos – não se traduz em um número proporcional de relacionamentos mais sólidos e consistentes. Assim acontece na metrópole virtual, com milhares de usuários. Na impossibilidade de

manter contatos profundos com milhares de pessoas, o ciberespaço imita um gigantesco núcleo populacional.

Deve-se considerar que, ainda que na internet exista um número exorbitante de laços fracos, os vínculos cibernéticos possibilitam a indivíduos com vida social mais limitada a oportunidade de criar vínculos sociais (CASTELLS, 1999). No entanto, Bauman (2004) indaga o que de fato contribuiu para que a rede eletrônica se tornasse um meio de troca tão popular nas interações humanas. Seria a facilidade de se conectar? Ou, ao contrário, a facilidade de cortar essa conexão? Para ele, a aproximação virtual fez com que as conexões humanas se tornassem mais frequentes e mais banais. Mais intensas e mais breves. Conexões excessivamente breves e banais para de fato converter-se em laços. Estas estão limitadas da possibilidade de extrapolar e engajar os parceiros além do tempo e dos tópicos das mensagens digitadas e lidas, em contraste com o que os relacionamentos humanos são conhecidos por consumir. Os contatos virtuais demandam um menor tempo e menor esforço para se estabelecerem, assim como para serem rompidos.

Chan e Cheng (2004) produziram, em Hong Kong, um estudo a fim de identificar a qualidade dos relacionamentos online – ou por CMC (Comunicação Mediada por Computador) – e offline em seus diferentes estágios de desenvolvimento. Cada um dos participantes da pesquisa precisava pensar em duas de suas amigas – uma que fosse da “vida real” e outra que tivesse se iniciado e se desenrolado online.

O estudo concluiu que os participantes consideravam que a qualidade de suas amigas offline era melhor do que as que se instituíram na rede. Os autores também esclarecem que estas perspectivas não levam em consideração a duração do desenvolvimento do relacionamento. Sugerem que a qualidade dos relacionamentos online e offline pode ser moderada pela duração e eles parecem se desenvolver de formas diferentes. Ao que parece, após um ano, as divergências de qualidade de amizade online e

offline convergem no que se refere aos seus requisitos. Ou seja, as divergências a respeito dos atributos de qualidade dessas relações eram mais frequentemente encontradas em conexões que perduravam por menos de um ano (CHAN; CHENG, 2004, p. 316).

É necessário pontuar que quando se fala em Comunicação Mediada Por Computador, os autores se referem mais especificamente à forma mais comum de comunicação, que se dá por meio de mensagens de texto. Dessa maneira, ainda é necessário considerar as diversas formas de transmissão de mensagens, seja por meio de áudios gravados, vídeo, etc. A respeito disso, Walther e Parks (2002) destacam que o termo Comunicação Mediada Por Computador é bastante abrangente e se torna cada vez mais amplo à medida que as inovações tecnológicas acontecem. Ainda assim, os sistemas baseados em comunicação por meio de texto permanecem sendo a forma dominante de interação na internet.

De acordo com Walther e Parks (2002), na comunicação mediada por computador pode haver a falta de pistas que são tipicamente presentes nas comunicações FtF (Face to Face ou “Cara a cara”, para o português), como, por exemplo, aspectos que expressam intenção, atmosfera, decoro, papéis, afeto, etc. Sem estas pistas os comunicadores poderiam ficar absorvidos na tarefa e focados em si mesmos, e se tornariam desinibidos e hostis. Sem sinais não verbais, os indivíduos teriam menos habilidades de alterar o humor de uma mensagem, comunicar o senso de individualidade, exercer dominância ou carisma. Quando se trata de grupos, indivíduos em comunicação mediada por computador expressariam mais hostilidade e suas mensagens seriam mais direcionadas à tarefa, em comparação com grupos presenciais (KIESLER, 1986; WALTHER; PARKS, 2002).

Nguyen, Bin e Campbell (2012) buscaram comparar algumas teorias que analisavam a diferença na auto-exposição de indivíduos interagindo em grupos online e offline. Algumas teorias chave foram discutidas, como: (a) O Modelo de Identidade Social da

Desindividuação (SIDE), (b) Teoria da CMC Hiperpessoal, (c) Teoria das Pistas Reduzidas (RCT), (d) Teoria do Processamento de Informações Sociais, e (e) Teoria da Riqueza da Mídia (MRT).

Para o Modelo SIDE, o self consiste em duas identidades: a pessoal, referindo-se às características únicas de um indivíduo, e outra social, que diz respeito a grupos aos quais o indivíduo pertence – como família, amigos e trabalho. A escassez de pistas individuais no mundo online dilui a percepção de diferença entre os parceiros. A identidade social se sobressai e o comportamento dos demais são vistos como representativos da norma do grupo. Dessa maneira, o *self-disclosure* online (o ato de expor ou revelar a si mesmo) resulta de normas percebidas de self-disclosure. Ou seja, em grupos de apoio, que têm um histórico de auto-exposição, há uma maior frequência desse comportamento, enquanto que grupos de discussão a respeito de assuntos específicos, como culinária, isso é menos comum. Assim, dentro de cada meio há um contexto social que dita as influências das normas percebidas de auto-exposição (BARAK; GLUCK-OFRI, 2007; NGUYEN; BIN; CAMPBELL, 2012; REICHER; SPEARS; POSTMES, 1995).

A Teoria da Comunicação Mediada por Computador Hiperpessoal (Hyperpersonal CMC Theory) aponta duas consequências para a escassez dessas pistas de individuação online. A primeira é que os participantes têm um maior controle na auto-apresentação (self-presentation), selecionando informações desejadas a respeito de si mesmos. E a segunda é que, online, o indivíduo pode criar percepções idealizadas a respeito do seu parceiro. Na comunicação mediada por computador, as impressões formadas são mais intensas, mas menos detalhadas do que na indivíduos se comunicando presencialmente. (HANCOCK; DUNHAM, 2001; NGUYEN; BIN; CAMPBELL, 2012; TIDWELL; WALTHER, 1996, 2002, 2006)

Para a RCT – Reduced Cues Theory (ou Teoria das Pistas Reduzidas), pistas são indicativos do contexto social e das normas e

convenções comportamentais associadas a este contexto (JOINSON, 2003; NGUYEN; BIN; CAMPBELL, 2012; SULER, 2004).

Isto é, pistas situacionais, não verbais (por exemplo, expressões faciais e entonação), moderam o comportamento de um indivíduo. No ambiente online, essas pistas são ausentes. Aqui um indivíduo não está inibido pelas reações imediatas (confirmadas por meio de pistas não verbais) de seus parceiros de comunicação. Por isso, é mais provável que ele se exponha com mais profundidade e frequência em uma variedade maior de tópicos (NGUYEN; BIN; CAMPBELL, 2012, p. 104, tradução própria).

A Teoria do Processamento de Informações Sociais (SIP – Social Information Processing Theory) se baseia na noção de pistas como condutoras da comunicação, não representando normas sociais ou indicadores de individualidade (WALTHER; BURGOON, 1992). Quando offline, os indivíduos combinam pistas verbais e não verbais para transmitir mensagens. Na comunicação baseada em texto, a informação transferida por entonação, gestos e expressões faciais precisa ser “traduzida” em palavras. A quantidade de informações continua constante, mas os caminhos para comunicá-la se tornam limitados. Assim, o aumento de auto exposição ocorre em razão da carência de meios para que o indivíduo transmita informações a seu respeito (NGUYEN; BIN; CAMPBELL, 2012).

Contrastando um pouco com as teorias anteriormente apresentadas, a MRT - Media Richness Theory (Teoria de Riqueza da Mídia) supõe uma maior amplitude e profundidade de auto exposição nas conversas face a face. A MRT posiciona a comunicação de mídia em um continuum de “riqueza”. Riqueza seria o grau em que um meio de comunicação permite feedback, a variedade de canais de comunicação e até que ponto é pessoal. Se um dado na comunicação, como um piscar de olhos, proporciona um novo entendimento substancial, pode ser considerado rico. Se um dado possibilita um entendimento ínfimo, pode ser considerado de baixa riqueza (DAFT; LENGEL, 1983; HU et al., 2004; NGUYEN; BIN; CAMPBELL, 2012).

Trocas FTF permitem feedback em tempo real e usam gestos, canais verbais e paralinguísticos para comunicar pensamentos e emoções. Esses intercâmbios fazem FTF, como um meio, mais rico que CMC. Ao longo deste continuum, o telefone cairia entre FTF e CMC em riqueza, desde que se tenha menos canais que as conversas offline, mas mais que as interações online. (NGUYEN; BIN; CAMPBELL, 2012, p. 104, tradução própria)

De acordo com Daft e Lengel (1983), no ambiente cara a cara, há uma maior possibilidade de se observar diversas pistas, que incluem linguagem corporal, expressões faciais e tom de voz, que transmitem a informação para além da mensagem falada. A comunicação por chamadas de telefone já forneceria menos dados, pois, ainda que seja possível um feedback imediato, não há pistas visuais disponíveis. Dessa forma os indivíduos possuem apenas o conteúdo linguístico e o teor do áudio para chegar a uma compreensão. A comunicação mediada exclusivamente por texto é ainda mais árida de conteúdo. O feedback leva mais tempo e apenas a informação escrita é transmitida. Pistas sonoras estão ausentes, ainda que uma linguagem natural seja utilizada. Documentos numéricos formais – como relatórios quantitativos de computador – estariam no grau mais baixo de riqueza de informação.

Atualmente, já dispomos de outros meios que poderíamos arriscar encaixar dentro desse continuum da Mídia Richness Theory, como é o caso das videochamadas. Nelas há a mesclagem de transmissão de vídeo e áudio em tempo real entre os usuários, proporcionando elementos ausentes na comunicação por chamadas telefônicas, sobrepujando, dessa maneira, a modalidade anterior quando se refere a estar mais próxima da comunicação face a face.

A mídia “rica” é, portanto, mais vantajosa quando se quer comunicar informações pessoais e conceitos complicados, possuindo, conseqüentemente, certa vantagem quando se fala em desenvolver relações interpessoais. Então, as trocas face a face mostrariam mais amplitude e profundidade de auto exposição que a

comunicação mediada por computador (DAFT; LENGEL; TREVINO, 1987; NGUYEN; BIN; CAMPBELL, 2012).

## **Considerações finais**

As implicações psicossociais que o uso das ferramentas cibernéticas no comportamento humano são foco de variadas pesquisas, com vistas a entender, verificar, prever, e tantos outros infinitivos que envolvem as ciências humanas, sociais e da saúde. No meio desse processo estão os que apontam aspectos de força positiva e outros dirigidos aos fatores negativos, comprometedores. Com o advento da pandemia da COVID-19, essas ferramentas se tornaram os aliados mais que imprescindíveis a toda sociedade, colocando a todos em torno do mundo diante das telas.

As pesquisas sobre os impactos dos efeitos da pandemia, do isolamento social e em especial do uso constante e permanente das ferramentas cibernética na vida no comportamento dos indivíduos, consigo mesmo, com os demais, as implicações cognitivas, sociais, econômicas, a curto, médio e longo prazo ainda estão em curso. De antemão, a partir dos estudos aqui apresentados, anteriores ao tempo pandêmico, já definiam a discrepância na experiência dos relacionamentos online e offline. Enquanto que presencialmente, na maioria das vezes, a existência do contato físico ou a proximidade física, com a presença de pistas verbais e não verbais, são vistas mais favoráveis, enquanto o contato virtual, além da ausência física, os caminhos para a transmissão dessas informações são mais limitados.

No mundo virtual, com a possibilidade do anonimato, do controle da própria imagem e da aproximação com um número maior de pessoas, abre o precedente da distância e controle das variáveis relacionais. No contato direto, é necessário um maior investimento de tempo, havendo ainda o problema da exigência da presença física em algum momento para a construção de algo mais sólido. Nesses

espaços, pode haver a dificuldade de distinguir indivíduo e grupo, por conta da ausência de alguns sinalizadores sociais, e impressões mais intensas e menos detalhadas do que na comunicação presencial. Pessoalmente, há uma maior moderação dos comportamentos do indivíduo, pela presença destes sinalizadores sociais, e uma maior intimidade.

No entanto, o distanciamento social exigido pelas orientações sanitárias para o controle da proliferação da COVID-19 abriu a imprescindível necessidade de utilizar as ferramentas cibernéticas por longo tempo e em muitas e variadas circunstâncias, abrindo o precedente a buscar entender, descrever, verificar os efeitos dessa ferramenta no comportamento humano, desde aspectos relacionais, sociais, cognitivos, como também laborais e educacionais. Não pode deixar de fora que as experiências na rede serão muito particulares, resultando de como o indivíduo lida com esse mundo e das ferramentas que tem disponíveis.

As pesquisas, então, não darão, como não deram, até esse momento, conta de abarcar todos os fenômenos, especialmente quando tentam dissecar um tópico que continuamente sofre aceleradas atualizações. As pesquisas precisam se debruçar sobre os sujeitos, em especial, crianças e adolescentes, mais suscetíveis às influências digitais, e como esses instrumentos podem ter alterado algumas nuances do comportamento, sejam relacionais, educacionais.

Desse modo, a nova configuração de mundo em que vivemos ainda traz consigo muitas incertezas e certamente seguirá trazendo. Como mencionou Moreira (2010), a Psicologia precisa pensar as implicações que esses novos modos de mundo têm sobre as subjetividades. São modificações das experiências físicas, mentais e sociais que podem significar, como consequência, novas formas de saúde e doença.

Por fim, é relevante o aprofundamento dessa chamada “tecnologização’ da vida” (HAACK; PETRIK; BOECKEL, 2017) e

suas consequências. As mudanças tecnológicas não são simplesmente adicionais ou complementares, vieram para ficar, que uso a humanidade fará para o benefício ou malefício cabe aos humanos definirem.

## Referências Bibliográficas

BARAK, Azy; GLUCK-OFRI, Orit. Degree and Reciprocity of Self-Disclosure in Online Forums. **Cyberpsychology & behavior: the impact of the Internet, multimedia and virtual reality on behavior and society**, p. 407-417, 2007. DOI 10.1089/cpb.2006.9938. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/6243745\\_Degree\\_and\\_Reciprocity\\_of\\_Self-Disclosure\\_in\\_Online\\_Forums](https://www.researchgate.net/publication/6243745_Degree_and_Reciprocity_of_Self-Disclosure_in_Online_Forums). Acesso em: 8 maio 2022.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

BORGES, Gabriela Machado-Guimarães. **Encontros Virtuais e IRcontros Reais: Um estudo etnográfico sobre as redes de relações no ambiente virtual dos chats**. UFRJ/CFCH/IP/EICOS, Rio de Janeiro, 2003.

BOWLBY, John. **Uma base segura: Aplicações clínicas da teoria do apego**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

CAMILO, Cláudia; GARRIDO, Margarida Vaz. **A revisão sistemática de literatura em psicologia: desafios e orientações**, n. 4, p. 535-552, 2019.

CAMPOS, R. H. F. (org.) **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 7ª. Edição, 2003.

CARVALHO, A. M. A.; POLITANO, I.; FRANCO, A. L. S. Vínculo interpessoal: uma reflexão sobre diversidade e universalidade do conceito na teorização da psicologia. **Estudos de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 233-240, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAN, Darius K.-S.; CHENG, Grand H.-L. A comparison of offline and online friendship qualities at different stages of relationship development. **Journal of Social and Personal Relationships**, p. 305-320, 2004.

COLETA, Alessandra dos Santos Menezes Dela; COLETA, Marília Ferreira Dela; GUIMARÃES, José Luiz. O amor pode ser virtual? O relacionamento amoroso pela internet. **Psicologia em Estudo, Maringá**, v. 13, ed. 2, p. 277-285, 2008.

DAFT, Richard; LENGEL, R. H.; TREVINO, L. K. Message equivocality, media selection, and manager performance: Implications for information systems. **MIS Quarterly: Management Information Systems**, v. 11, p. 355-366, 1987. Disponível em:

[http://commres.net/wiki/media/c/mt/message\\_equivocality\\_media\\_selection\\_and\\_manager\\_performance.pdf](http://commres.net/wiki/media/c/mt/message_equivocality_media_selection_and_manager_performance.pdf). Acesso em: 2 jun. 2022.

DAFT, Richard; LENGEL, Robert. Information Richness: A New Approach to Managerial Behavior and Organization Design. **Department of Management**, Texas A&M University, 1983. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA128980.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2022.

DONNAMARIA, Carla Pontes; TERZIS, Antonios. O amor caiu na rede: sobre a procura de parceiro e a evolução de vínculos amorosos na Internet. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 2, p. 45-49, dez. 2009. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702009000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702009000200008&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 05 jun. 2022.

FONSECA, A. L. B. DA; OLIVEIRA, W. L. G. CORDEIRO, R. C. Desigualdades raciais e de gênero na pandemia do COVID-19. **Saúde da população negra indígena**. Washington Luan Gonçalves de Oliveira e Rosa Candido Cordeiro (Orgs.), Cruz das Almas: EDUFRB, 2020, 13-29.

HAACK, Karla Rafaela; FALCKE, Denise. Rel@cionamentos.com: Diferenciando os Relacionamentos Amorosos Mediados e não Mediados pela Internet. **Revista Colombiana de Psicología**, v. 21, p. 31-44, 2012.

HANCOCK, Jeffrey T.; DUNHAM, Philip J. Impression Formation in Computer-Mediated Communication Revisited: An Analysis of the Breadth and Intensity of Impressions. **Communication Research**, 2001. DOI 10.1177/009365001028003004. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/249683273\\_Impression\\_Formation\\_in\\_Computer-Mediated\\_Communication\\_RevisitedAn\\_Analysis\\_of\\_the\\_Breadth\\_and\\_Intensity\\_of\\_Impressions](https://www.researchgate.net/publication/249683273_Impression_Formation_in_Computer-Mediated_Communication_RevisitedAn_Analysis_of_the_Breadth_and_Intensity_of_Impressions). Acesso em: 9 maio 2022.

HU, Yifeng; WOOD, Jacqueline; SMITH, Vivian; WESTBROOK, Nalova. Friendships through IM: Examining the Relationship between Instant Messaging and Intimacy. **J. Computer-Mediated Communication**, v. 10, 2004. DOI 10.1111/j.1083-6101.2004.tb00231.x. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/220437714\\_Friendships\\_through\\_IM\\_Examining\\_the\\_Relationship\\_between\\_Instant\\_Messaging\\_and\\_Intimacy](https://www.researchgate.net/publication/220437714_Friendships_through_IM_Examining_the_Relationship_between_Instant_Messaging_and_Intimacy). Acesso em: 9 maio 2022.

JAMIL, George Leal; NEVES, Jorge Tadeu de Ramos. A era da informação: considerações sobre o desenvolvimento das tecnologias da informação. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, p. 41-53, 20 nov. 2007.

JOINSON, Adam. Understanding the Psychology of Internet Behavior: Virtual Worlds, Real Lives. **Palgrave Macmillan**, Hampshire, 2003.

JUNIOR, Alcidesio Oliveira da Silva; FÉLIX, Jeane. Amor, sexo e distância física: pedagogias do webnamoro na pandemia da Covid-19. **Revista Educação em Questão**, Natal, 2020.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Penso Editora, 2014.

LÉVY, Pierre. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, p. 37-49, 1998.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Editora 34, 2010.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. Mídia e Psicologia: considerações sobre a influência da internet na subjetividade. **Psicologia para América Latina**, n. 20, p. 0-0, 2010.

MURAMATSU, Vitor. **Influências da comunicação digital nos vínculos humanos**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/D.47.2011.tde-31082011-115113. Acesso em: 2022-04-03

MYERS, David G. A social psychology of the internet. **International Forum of Teaching and Studies**, 2016. Disponível em: <http://americanscholarspress.us/journals/IFST/pdf/IFOTS-1-2016/v12n1-art1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

NGUYEN, Melanie; BIN, Yu Sun; CAMPBELL, Andrew. Comparing Online and Offline Self-Disclosure: A Systematic Review. **Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking**, Sydney, Australia, 2012. DOI 10.1089/cyber.2011.0277. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/51750501>. Acesso em: 8 maio 2022.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Primeiros contornos de uma nova “configuração psíquica”. **Cadernos Cedes**, v. 25, p. 71-85, 2005.

PARKS, M. R., & FLOYD, K. Making friends in cyberspace. **Journal of Communication**, p. 80-97, 1996.

POSTMAN, Neil. **Five things we need to know about technological change**. University of California, Denver, Colorado, 28 mar. 1998.

PRAÇA, Fabíola Silva Garcia. Metodologia da pesquisa científica: Organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. **Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos”**, p. 72-87, 2015.

REICHER, S. D.; SPEARS, R.; POSTMES, T. A social identity model of deindividuation phenomena. **European Review of Social Psychology**, University of Groningen, p. 161-198, 1995. DOI 10.1080/14792779443000049. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/240237685\\_A\\_Social\\_Identity\\_Model\\_of\\_Deindividuation\\_Phenomena?msclkid=329b7e92cf3611ec9daa45c913ce06ff](https://www.researchgate.net/publication/240237685_A_Social_Identity_Model_of_Deindividuation_Phenomena?msclkid=329b7e92cf3611ec9daa45c913ce06ff). Acesso em: 8 maio 2022.

SANTOS, J. C.; FONSECA, A. L. B. da. As relações humanas no cyberspaço: perspectivas e dificuldades. **IV Prêmio Universidade Tiradentes de Monografia da UNIT**. Aracaju, SE, 2005, p. 39-50.

SENDOV, Blagovest. Entrando na era da informação. **Estudos Avançados [online]**, v. 8, n. 20, pp. 28-32, 1994. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40141994000100008>>. Epub 05 Dez 2005. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141994000100008>.

SHORT, John; WILLIAMS, Ederyn; CHRISTIE, Bruce. **The social psychology of telecommunications**. London, 1976.

SILVA, Ana Maria Alves Carneiro da. **Reconectando a sociabilidade on-line e off-line: trajetórias, poder e formação de grupos em canais geográficos no Internet Relay Chat**. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2000.

SULER, John. The Online Disinhibition Effect. **Cyberpsychology & behavior: the impact of the Internet, multimedia and virtual reality on behavior and society**, v. 7, p. 321-326, 2004. DOI 10.1089/1094931041291295. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/8451443\\_The\\_Online\\_Disinhibition\\_Effect](https://www.researchgate.net/publication/8451443_The_Online_Disinhibition_Effect). Acesso em: 9 maio 2022.

TIDWELL, Lisa Collins; WALTHER, Joseph B. Computer-Mediated Communication Effects on Disclosure, Impressions, and Interpersonal Evaluations: Getting to Know One Another a Bit at a Time. **Human Communication Research**, v. 28, p. 317-348, 2002. DOI 10.1111/j.1468-2958.2002.tb00811.x. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/232558393\\_Computer-Mediated\\_Communication\\_Effects\\_on\\_Disclosure\\_Impressions\\_and\\_Interpersonal\\_Evaluations\\_Getting\\_to\\_Know\\_One\\_Another\\_a\\_Bit\\_at\\_a\\_Time](https://www.researchgate.net/publication/232558393_Computer-Mediated_Communication_Effects_on_Disclosure_Impressions_and_Interpersonal_Evaluations_Getting_to_Know_One_Another_a_Bit_at_a_Time). Acesso em: 9 maio 2022.

WALTHER, Joseph B. Computer-mediated communication: Impersonal, interpersonal, and hyperpersonal. **Communication Research**, p. 1-46, 1996.

WALTHER, Joseph. **Nonverbal dynamics in computer-mediated communication or: (And the net: (‘S with you,;) and You:) alone**, 2006. DOI 10.4135/9781412976152.n24. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/296341524\\_Nonverbal\\_dynamics\\_in\\_computer-mediated\\_communication\\_or\\_And\\_the\\_net\\_%27S\\_with\\_you\\_and\\_You\\_alone](https://www.researchgate.net/publication/296341524_Nonverbal_dynamics_in_computer-mediated_communication_or_And_the_net_%27S_with_you_and_You_alone). Acesso em: 9 maio 2022.

WALTHER, Joseph; BURGOON, Judee. Relational Communication in Computer-Mediated Interaction. **Human Communication Research**, v. 19, p. 50-88, 1992. DOI 10.1111/j.1468-2958.1992.tb00295.x. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/227714376\\_Relational\\_Communication\\_in\\_Computer-Mediated\\_Interaction](https://www.researchgate.net/publication/227714376_Relational_Communication_in_Computer-Mediated_Interaction). Acesso em: 9 maio 2022.

WALTHER, Joseph; PARKS, M. Cues Filtered Out, Cues Filtered In. **Computer-Mediated Communication and Relationships**, 2002.

## CAPÍTULO 11

# **PANDEMIA DA COVID-19 E AS MULHERES MAIS VELHAS: TRABALHO DE REPRODUÇÃO SOCIAL E EVENTOS ESTRESSANTES**

*Dóris Firmino Rabelo  
Nara Maria Forte Diogo Rocha  
Simone Seixas da Cruz*

### **Introdução**

A pandemia não é um fenômeno democrático, sendo marcada por questões de raça, gênero e classe social (ARAGÃO et al., 2022). A atual experiência com a pandemia da COVID-19 nos mostrou como as trajetórias de vida de mulheres foram afetadas, de maneira que já acumulamos evidências empíricas suficientes indicando que a sobrecarga, o desemprego e a violência recaíram principalmente sobre elas (MONTEIRO; YOSHIMOTO; RIBEIRO, 2020; BITENCOURT; ANDRADE, 2021; MATTA et al, 2021).

As evidências demonstram o agravamento daquilo que já fazia parte da desigualdade de gênero observada no mundo e que foram ampliadas pelo isolamento social exigido para conter a pandemia. Mulheres, por mais escolarizadas que sejam, ainda ganham menos que os homens. Estão mais sujeitas à violência de todos os tipos, incluindo a doméstica, apresentam maior sobrecarga de trabalho, seja pela atribuição compulsória das funções de cuidado, seja por ficar responsável sozinha pelos filhos e sustento financeiro da família. As teorias feministas desvelam as estruturas que sustentam essas disparidades, compreendendo, por um lado o papel do sistema

capitalista na expropriação do trabalho e na subalternização feminina, e por outro, propondo um exame em termos de gênero, classe e raça, permitindo ver como este sistema articula-se em torno destas dimensões na vulnerabilização desta população (FERGUSON, 2017).

Um estudo de revisão sistemática (MALAVER-FONSECA; SERRANO-CÁRDENAS; CASTRO-SILVA, 2021) mostrou que para mulheres, cinco áreas específicas foram as prejudicadas durante a pandemia: situação econômico-laboral, acesso à tecnologia, saúde, aumento do trabalho doméstico e violência de gênero. As mulheres relataram mais perda de emprego e ter que renunciar ao trabalho para cuidar de outros (FLOR et al., 2022). A saúde delas foi afligida em três aspectos centrais: a exposição das profissionais do cuidado, trabalhadoras da saúde e domésticas; os direitos reprodutivos; e a violência doméstica (SOUZA; DUMONT-PENA; PATROCINO, 2022).

Entre mulheres de 50 a 70 anos, a pandemia de COVID-19 impactou negativamente o estado geral de saúde, aumentando a suscetibilidade a comorbidades, como diabetes tipo 2 e hipertrigliceridemia (LIMA et al., 2021). Mulheres de meia idade têm um risco maior de experimentar uma série de sintomas físicos, cognitivos e psicológicos debilitantes contínuos após tratamento hospitalar para covid-19 e os sintomas de “covid longo” foram mais prevalentes em mulheres de 40 a 60 anos (TORJESEN, 2021).

Observou-se ainda a sobrecarga na sobreposição de trabalho doméstico e profissional e a fragilização dos limites entre os espaços públicos e privado em decorrência do trabalho em home office (CASTRO et al, 2020). Segundo Streit et al (2021), o isolamento social trouxe diversas implicações no âmbito familiar, profissional e social, repercutindo intensamente no cotidiano das mulheres, dentre elas a (des)adaptação à nova rotina, as tensões e sobrecarga dentro de casa relativos as demandas dos diferentes papéis desempenhados por elas

e o esgotamento emocional diante da expectativa de dar conta de tudo.

O trabalho não remunerado das mulheres na esfera doméstica, isto é, o trabalho de reprodução social, envolve as atividades que mantêm e regeneram o trabalhador que está na força de trabalho e os que estão fora dela (BHATTACHARYA, 2019). Como atividade não remunerada, esse trabalho aparece como um serviço pessoal, é invisível e não reconhecido no cotidiano familiar e produz hierarquias de gênero interseccionadas com raça e classe, restrições e desvantagens e a alocação desigual de recursos fundamentais, como tempo e renda (BIROLI, 2018). Sorj (2013) aponta que mulheres pobres realizam sete vezes mais trabalhos domésticos que homens, ao passo em que quanto às mulheres ricas este número cai para três, tendo em vista a exploração do trabalho doméstico muitas vezes precariamente remunerado, realizado pelas primeiras para as segundas.

No Brasil, por seu passado colonial e escravocrata, é esperado de mulheres negras que sejam subalternas e responsáveis pelo trabalho invisível e desvalorizado, mantendo os lugares coloniais de subordinação mesmo dentro da vida familiar/conjugal (DOMINGOS, 2022; LISBÔA, 2019). O dispositivo colonial que estrutura as relações sociais e econômicas no Brasil permitiria pensar que mulheres negras estariam em situação de maior vulnerabilidade quanto à sobrecarga do trabalho de reprodução social. Tais percepções exigem a sensibilidade analítica (COLLINS; BILGE, 2021) forjada no feminismo negro, que visibiliza as diferentes hierarquizações que subjagam mulheres negras (RATTS; RIOS, 2010) de modo a que possamos desnaturalizá-las e tensionar seus funcionamentos. As imagens de controle (COLLINS, 2019), ou seja, percepções estereotipadas de mulheres negras como a “grande mãe” ou a “tia Anastácia” de Monteiro Lobato, são emblemáticas para a compreensão das expectativas a respeito de quem deve realizar que tipo de trabalho e de que modo.

O tempo é um recurso fundamental e não renovável, e no cotidiano das mulheres seu uso é destinado principalmente à realização de atividades domésticas e de cuidado (DOIMO; DERNTL; LAGO, 2008). Os dados do estudo *Cuida-Covid* (GROISMAN et al, 2021) mostrou que o tempo dedicado às atividades de cuidado aumentou na pandemia, sendo que 73,6% das cuidadoras familiares atuavam nessa função todos os dias da semana, com jornadas de oito a 12 ou mais horas e 75% responderam que a quantidade de esforço físico também aumentou nesse período. Isso se reflete na saúde física e mental dessas mulheres.

O impacto psicológico da quarentena e seus efeitos negativos foram evidenciados, incluindo sintomas de estresse pós-traumático, confusão e raiva. Os estressores incluíram maior duração da quarentena, medo de infecção, frustração, tédio, suprimentos inadequados, informações inadequadas, perda financeira e estigma (BROOKS et al, 2020). Assim, como um grupo mais exposto à eventos estressantes na pandemia, os sintomas de depressão (46,4%), ansiedade (39,7%) e estresse (42,2%) foram maiores em mulheres (SERAFIN et al, 2021). Os dados da Pesquisa ConVid (ROMERO et al, 2021) mostraram que a piora do estado de saúde, o sentimento frequente de solidão pelo distanciamento dos amigos e familiares, ansiedade, nervosismo e depressão foi mais frequente na população idosa feminina.

Uma compreensão do desenvolvimento como um processo que acontece ao longo de toda a vida (NERI, 2022; TOMÉ; FORMIGA, 2020) permite entender que o momento presente de mulheres mais velhas e idosas é decorrente de uma história de vida. Além disso, fenômenos sociais mais amplos, geracionais, com os quais elas tiveram de lidar, bem como as possibilidades e limitações decorrentes de seu posicionamento em termos de classe, raça e gênero vão também influir nos modos pelos quais passam pelos eventos estressantes, sejam eles geracionais e/ou idiossincráticos.

A pandemia da COVID-19 afeta diversos grupos de mulheres de forma diferente. A categoria etária das mulheres na meia idade e velhice recebeu menor atenção nos estudos. Essas fases da vida concentram diversas questões desenvolvimentais físicas, emocionais, familiares e sociais com potencial de serem intensificadas em períodos sociais de crise. Além disso, elas são demandadas intergeracionalmente e sabemos pouco ainda sobre como a heterogeneidade de trajetórias de vida dessas mulheres mais velhas com suas intersecções se relacionam com os diversos efeitos da pandemia. O objetivo deste estudo foi verificar em mulheres na meia idade e velhice a associação entre variáveis sociodemográficas e a percepção de aumento do tempo dedicado às atividades de reprodução social e dos eventos estressantes em decorrência da pandemia da Covid-19.

## **MÉTODO**

Trata-se de um estudo descritivo, de caráter transversal, com abordagem quantitativa.

### **Participantes e Tamanho da amostra**

A população de referência da pesquisa foi composta por mulheres na meia idade e velhice. Como critérios de inclusão foram considerados os seguintes aspectos: a) idade igual ou superior a 40 anos; b) se identificar como mulher.

O tamanho mínimo da amostra de 471 pessoas foi calculado empregando-se a fórmula algébrica para estimar o tamanho da amostra para a frequência em uma população finita (população brasileira feminina de 40 a 84 anos segundo o IBGE 2010), considerando-se os seguintes parâmetros: frequência hipotética de

50%, limite de confiança de 5%, intervalo de confiança de 97%. Participaram 535 mulheres, com idade média de 53 anos (DP=9,6), sendo 74,3% na meia idade e 25,7% na velhice, a maioria negra (53,1%).

## Variáveis e Instrumentos

As variáveis consideradas para análise e as medidas/instrumentos utilizados na pesquisa estão descritos no Quadro 1.

Quadro 1. Variáveis e instrumentos

Variável	Categorias	Medida/Instrumento
<b>Sociodemográficas</b>		
Categoria etária Raça/cor Pessoa com deficiência Condição crônica de saúde Percepção de renda suficiente para cobrir as necessidades da vida diária Trabalha Orientação sexual	meia-idade x velhice brancos x negros/indígenas sim x não sim x não sim x não sim x não sim x não heterossexual x não-heterossexual	Ficha de Informações sociodemográficas
<b>Relacionadas à pandemia da Covid-19</b>		

Variável	Categorias	Medida/Instrumento
Aumento do número de horas gastas em atividades de reprodução social	sim x não	Foi utilizada como medida a pergunta: Você considera que o número de horas nessas atividades aumentou na pandemia da Covid-19?, disponível no Questionário sobre o uso do tempo em atividades de reprodução social (domésticas, de cuidado, trabalho emocional, trabalho voluntário e de produção e construção para o próprio uso).
Eventos estressantes causados pela pandemia	sim x não	Foi utilizada como medida a pergunta: Algum desses eventos aconteceu por causa da Pandemia da Covid-19?, referente ao Inventário de Eventos Estressantes na velhice, versão extraída do Estudo Fibra 80+.

Fonte própria

## Procedimento de coleta de dados

A coleta de dados se deu por meio do envio do link de um formulário online, divulgado em redes sociais como o Facebook, Instagram e WhatsApp e e-mail. O convite para participação na pesquisa continha, além do link do formulário, as devidas informações sobre a pesquisa para o adequado esclarecimento da participante. Todas as participantes foram informadas que antes de responder às perguntas do formulário seria apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a sua anuência. A aplicação do formulário online se deu de forma individual, com autopreenchimento, a partir de participação voluntária.

Ao abrir o endereço eletrônico do formulário, a participante tinha acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual os objetivos, os riscos e benefícios estavam expostos. Após o aceite (resposta obrigatória de aceitar ou não aceitar participar da

pesquisa), a participante era guiada para o questionário. As duas primeiras sessões do questionário obedeciam aos critérios de inclusão e exclusão (respostas obrigatórias).

## **Procedimento de análise de dados**

Foram feitas estatísticas descritivas e foi realizado o teste de qui-quadrado de independência (2x2) com o objetivo de investigar se havia associação significativa entre as variáveis categóricas sociodemográficas e as relacionadas à pandemia da Covid-19. O nível de significância adotado foi de 5%.

## **Aspectos éticos**

Este estudo faz parte da Pesquisa “O envelhecimento e a velhice de mulheres: eventos de vida, saúde mental, intergeracionalidade e o trabalho de reprodução social” (CAAE: 44084621.9.0000.0056) com apoio recebido do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

## **Resultados**

O perfil sociodemográfico das participantes está descrito na Tabela 1. A maioria (74,8%) considerou que o número de horas gastas em atividades de reprodução social aumentou na pandemia e 42,2% das mulheres considerou ter vivenciado algum evento estressante causado pela pandemia.

Tabela 1. Características sociodemográficas em mulheres de meia idade ou na velhice. 2022, (N=535)

Variáveis		%
Raça/cor da pele	Branca	45,4
	Parda	34,8
	Preta	18,3
	Indígena	0,4
	Amarela	1,1
Pessoa com deficiência	Sim	3,7
	Não	96,3
Condição crônica de saúde	Sim	37,6
	Não	62,4
Considera que tem dinheiro suficiente para cobrir as necessidades da vida diária	Sim	67,1
	Não	32,9
Trabalha	Sim	72,7
	Não	27,3
Orientação sexual	Heterossexual	96,4
	Homossexual	1,9
	Bissexual	1,7

Foi encontrada uma associação significativa entre: 1) categoria etária, trabalho, raça e aumento do número de horas em atividades de reprodução social na pandemia; 2) categoria etária, trabalho, orientação sexual e eventos estressantes causados pela pandemia (Tabelas 2 e 3).

Tabela 2. Distribuição de características sociodemográficas, segundo a presença de aumento do número de horas em atividades de reprodução social na Pandemia em mulheres de meia idade ou na velhice. 2022, (N=535)

	<i>Aumentou as horas em Atividades de Reprodução social</i>		$\chi^2$ (gl)	P
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>		

<i>Categoria Etária</i> Meia Idade	78,0	22,0	9,2 (1)	0,002
Velhice	65,0	35,0		
Trabalha Sim Não	77,4 67,8	22,6 32,2	5,2 (1)	0,023
Raça Branca Negra/indígena	70,8 78,3	29,2 21,7	4,0 (1)	0,046

Nota:  $\chi^2$  = qui-quadrado; gl = graus de liberdade

Fonte própria.

Tabela 3. Distribuição de características sociodemográficas, segundo a presença de aumento do número de eventos estressantes na Pandemia em mulheres de meia idade ou na velhice. 2022, (N=535)

	<i>Eventos estressantes</i>		$\chi^2$ (gl)	<i>p</i>
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>		
<i>Categoria Etária</i> Meia Idade	46,1	53,9	9,6 (1)	0,002
Velhice	30,9	69,1		
Trabalha Sim Não	45,9 33,1	54,1 66,9	7,0 (1)	0,008
Orientação Sexual Heterossexual Não-heterossexual	41,6 66,7	58,4 33,3	4,5 (1)	0,034

*Nota:  $\chi^2$  = qui-quadrado; gl = graus de liberdade.*

*Fonte própria*

## **Discussão**

A maioria das mulheres considerou que o número de horas gastas em atividades de reprodução social aumentou na pandemia. A sobrecarga no gerenciamento da vida familiar, os desafios na adaptação e a necessidade de buscar formas de enfrentamento a uma nova rotina de forma abrupta e inesperada, as tensões dentro de casa, a falta de tempo, as diversas demandas individuais, conjugais e parentais em um contexto de redução de apoio informal e formal foram explicitadas em outros estudos (STREIT et al, 2020; MALAVER-FONSECA; SERRANO-CÁRDENAS; CASTRO-SILVA, 2021; GROISMAN et al, 2021). Aqui destaca-se o fato de as mulheres desse estudo serem mais velhas, e lidarem com as questões do envelhecimento e da velhice em meio a uma pandemia.

Foram as mulheres na meia-idade que mais relataram aumento nas horas dedicadas ao trabalho de reprodução social. Esta etapa da vida é anunciada pela vivência da menopausa, que pode requerer diversos ajustes e reflexões por parte da mulher que se adapta ao novo momento do corpo, bem como confronta ideias já estabelecidos de juventude e felicidade. É um período que tem sido descrito como de transição na vida das mulheres, no qual estão envolvidos uma gama diversificada de eventos estressantes, por exemplo, preocupações com a saúde, problemas familiares, questões relacionadas ao trabalho, mortes, realização de metas frustradas e preocupações financeiras. Isto contrasta com uma visão de meia-idade como um período de maior estabilidade financeira e afetiva que até então era hegemônica e ainda é reproduzida (RAMOS et al, 2020).

A estabilidade idealizada para o período, porém, está longe de se refletir na realidade apontada pelos estudos. Os aspectos mais desafiadores relatados por mulheres da meia-idade relacionam-se com mudar as relações familiares como divórcio/romper com um parceiro e doença/morte dos pais, reequilibrar o trabalho/vida pessoal, redescobrir-se, garantir recursos suficientes e lidar com vários estressores concomitantes ao lidar com perdas e transições, para algumas em um contexto de recursos limitados (THOMAS; MITCHELL; WOODS, 2018).

### **Atividades de reprodução social e pandemia: por que o aumento de horas e para quem?**

O isolamento social exigido pela pandemia desmantela a rede, muitas vezes frágil, que dava suporte às mulheres. Sendo a divisão sexual do trabalho estruturante das desigualdades de gênero, com impactos subjetivos e econômicos na vida de mulheres, era de se esperar a agudização de uma condição já crônica. A diluição das fronteiras entre as atividades domésticas e familiares resultou em sobrecarga para as mulheres.

Dentre as mulheres, as que não trabalhavam e as negras/indígenas relataram maior aumento do número de horas em atividades de reprodução social na pandemia. A divisão sexual destas atividades mostra alterações ainda incipientes, com maior percepção das novas gerações sobre as desigualdades no tempo dispensado às tarefas domésticas e o ensaio do que seria uma paternidade mais participativa (MONTICELLI, 2021). Mesmo que os homens de classe média, de acordo com Ribeiro e Silva (2020) tenham aumentado um pouco sua participação nas tarefas domésticas, o fato de que mulheres estiveram mais comprometidas com a manutenção do isolamento as impactou mais fortemente no período.

Na discussão entre “homens que não realizam” e “mulheres que não delegam” observa-se nitidamente uma descompensação. Como é possível delegar a alguém que não realiza? O debate a respeito da carga mental (DORNA, 2021) ilumina o que acontece neste cenário. Ao assumir que mulheres deveriam delegar as tarefas no âmbito doméstico, permanece intocada a responsabilidade delas pelo planejamento, gestão e acompanhamento do necessário para o andamento da rotina familiar. Tal delicada dinâmica objetiva e subjetiva pressupõe habilidades para lidar com imprevistos, acompanhar temporalidades e assegurar o bem-estar dos envolvidos, que continuaria a encargo das mulheres.

As donas de casa brasileiras (inativas com afazeres domésticos) e as mulheres desempregadas têm as maiores jornadas de afazeres domésticos e estas reconhecem as discriminações e desvalorização de sua atividade, a dificuldade de sua realização em casos de problemas de saúde, a solidão frente às tarefas e de como estas são vistas como somente delas, além de sentimentos negativos em relação à sua condição (DIEESE, 2011).

Quanto às mulheres negras e indígenas, é preciso reconhecer que além da carga mental espera-se delas a efetiva execução do trabalho devido a um passado colonial que ainda estrutura as relações no Brasil. Como imagens de controle (Collins, 2019), ou seja, estereótipos que mantém práticas arcaicas, vemos mulheres negras como responsáveis por docilmente promover o bem-estar doméstico.

Cavieres-Higueira, Messias e Baldan (2021) estudaram, em pesquisa de inspiração netnográfica, os memes relacionados à família e casais, revelando estereótipos de família que circulam nas redes e expõe a organização de vidas familiares/conjugais. Foram discutidas a naturalização da violência doméstica, com a exacerbação das tensões conjugais que coloca a mulher em situação de risco, além da sobrecarga materna. Observa-se que a discussão não é racializada e todos os memes expostos envolviam figuras brancas em um contexto de classe média/alta. Domingos (2022) evidencia o grupo de

mães negras em situação de vulnerabilidade, a sobrecarga a que estão submetidas pelo cuidado intergeracional e da casa, a dependência financeira e a ausência de políticas públicas.

Se a posição da mulher em uma relação heterossexual pode ainda ser de submissão, opressão e maior vulnerabilidade, veremos a seguir que em relações não-heterossexuais também operam outros vieses que fragilizam mulheres mediante a conjuntura social mais ampla.

### **O aumento dos eventos produtores de estresse e o trabalho durante a pandemia**

As mulheres na meia idade, as que trabalhavam e as que não eram heterossexuais relataram mais eventos estressantes causados pela pandemia. As diferenças de gênero mais significativas identificadas nesse estudo ressaltaram os níveis intensificados de desigualdades generalizadas pré-existentes entre mulheres durante a pandemia da COVID-19. As discussões em torno do estresse ressaltam seus aspectos biológicos e individualizantes, o que pode ser problemático ao não levar em conta os aspectos psicossociais envolvidos (SILVA; GOULART; GUIDO, 2018). Mesmo uma perspectiva interacionista ainda pode ser individualizante, descartando a constituição social das questões que afligem os envolvidos. Assim, é preciso ampliar o olhar para os contextos em que se inserem as mulheres, compreendendo que seus diferentes posicionamentos sociais as fazem lidar com diferentes opressões e demandas de uma sociedade violenta e hierarquizada.

O aumento no número de eventos estressantes durante a pandemia entre as mulheres não-heterossexuais amplia o debate na direção do gênero além de visibilizar um momento da vida que é pouco tematizado em outros estudos. A percepção delas está ancorada na leitura de uma realidade que efetivamente vem sendo mais violenta com aquelas que não estão na norma da

heterocisnormatividade. Estar na meia idade ou velhice significa ter uma experiência de vida e tempo de reflexão para compreender as complexas engrenagens que dificultam o exercício dos direitos pela população LGBTQIA+. Como a pandemia aprofunda as desigualdades, fragiliza as populações já vulnerabilizadas.

As mulheres que trabalhavam, além das atividades de reprodução social e os eventos produtores de estresse no âmbito doméstico e familiar, precisaram também lidar com os do mundo do trabalho. Ficaram mais expostas aos riscos de contaminação, falta de segurança quanto à situação econômico-laboral, maior precarização e as demandas de trabalho em home office (FLOR et al, 2022; SOUZA; DUMONT-PENA; PATROCINO, 2022). O contexto da pandemia ampliou as tensões e a sobrecarga para elas, impondo novas e exigentes rotinas diárias.

## **Considerações finais**

Este estudo indicou que as mulheres na meia idade, as que não trabalhavam e as negras/indígenas foram as que mais relataram aumento no número de horas gastas em atividades de reprodução social na pandemia. As mulheres na meia idade, as que trabalhavam e as que não eram heterossexuais relataram mais eventos estressantes causados pela pandemia. Os resultados indicaram como riscos e consequências são sentidos de forma desproporcional por determinados grupos, principalmente aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade e aqueles que sofrem discriminação.

Este cenário complexo é agravado pela situação particular do Brasil, um país com enormes desigualdades sociais. Essa assimetria se manifesta nas condições de trabalho e renda, na saúde e na qualidade de vida de mulheres. O gênero é conhecido por ser um determinante social importante da saúde, porém é preciso compreender melhor as consequências da pandemia entre as

mulheres mais velhas cujas demandas e experiências ainda ficam invisíveis em muitos dos estudos. É vital que as respostas à pandemia da COVID-19 considerem as realidades cotidianas de diferentes grupos numa perspectiva de gênero, geração e raça.

## Referências Bibliográficas

ARAGÃO, H. T. et al Impactos da Covid-19 à luz dos marcadores sociais de diferença: raça, gênero e classe social. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 338-347, 2022.

BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, v. 32, p. 99-113, 2019.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BITENCOURT; S. M.; ANDRADE, C. B. Trabalhadoras da saúde face à pandemia: por uma análise sociológica do trabalho de cuidado. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 3, p.1013-1022, 2021.

BROOKS, S. K. et al. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: Rapid review of the evidence. **The Lancet**, v. 395, n. 10227, p. 912-920, 2020. Disponível em: [https://www.doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30460-8](https://www.doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30460-8)

CASTRO, T. C. M. et al. Em tempos de Coronavírus: home office e o trabalho feminino. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 8, n. 14, p. 40-64, 2020.

CAVIERES-HIGUERA, H.; MESSIAS, J. C. C.; BALDAN, L. Imagens estereotípicas de família e casal no contexto da pandemia da Covid-19. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 13, n. 2, p. 181-195, 2021.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS-DIEESE. **As Trabalhadoras Domésticas e as Mulheres Dedicadas aos Afazeres Domésticos nas cidades de São Paulo e Salvador**. Relatório de Pesquisa, - Secretaria de Políticas para as Mulheres/PR e DIEESE, 2011.

DOIMO, L. A.; DERNTL, A. M.; LAGO, O. C. O uso do tempo no cotidiano de mulheres idosas: um método indicador do estilo de vida de grupos populacionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. 4, p.1133-1142, 2008.

DOMINGOS, S. C. A posição desvantajosa das mulheres negras na divisão sexual do trabalho e nos cuidados domésticos no âmbito familiar. **Revista Contraponto**, v. 8, n. 3, 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/117669>

DORNA, L. B. H. O trabalho doméstico não remunerado de mães na pandemia da COVID-19: mudanças e permanências. **Laboreal**, v. 17, n.1, p. 1-30, 2021.

FERGUSON, S. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. **Cadernos Cemarx**, v. 10, p.13-38, 2017.

FLOR, L. S. et al. Quantifying the effects of the COVID-19 pandemic on gender equality on health, social, and economic indicators: a comprehensive review of data from March, 2020, to September, 2021. **The Lancet**, v. 2, 2022. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(22\)00008-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(22)00008-3)

GROISMAN, D. et al. **Cuida-Covid**: Pesquisa nacional sobre as condições de trabalho e saúde das pessoas cuidadoras de idosos na pandemia – Principais resultados. Rio de Janeiro: EPSJV/ICICT/Fiocruz, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>

LIMA, J. G. R. et al. Effects of the COVID-19 pandemic on the global health of women aged 50 to 70 years. **Experimental gerontology**, v. 150, p. 111349, 2021.

LISBÔA, F. M. Pandemia e a colonialidade em (dis) curso no corpo da mulher negra. **Heterotópica**, v. 3, n. 1, p. 230-259, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/HTP-v3n1-2021-59354>

MALAVER-FONSECA, L. F.; SERRANO-CÁRDENAS, L. F. Y; CASTRO-SILVA, H. F. La pandemia COVID-19 y el rol de las mujeres en la economía del cuidado en América Latina: una revisión sistemática de literatura. **Estudios Gerenciales**, v. 37, n. 158, p. 153-163, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18046/j.estger.2021.158.4458>

MATTA, G.C. et al. *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil*: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021.

MONTEIRO, S. A. de S.; YOSHIMOTO, E.; RIBEIRO, P. R. M. A produção acadêmica sobre a questão da violência contra a mulher na emergência da pandemia da COVID-19 em decorrência do isolamento social. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, v. 22, n. 1, p. 152-170, 2020.

MONTICELLI, T. Divisão sexual do trabalho, classe e pandemia: novas percepções?. **Sociedade e Estado**, v. 36, p. 83-107, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136010005>.

NERI, A. L. Teorias psicológicas do envelhecimento: percurso histórico e teorias atuais. In: FREITAS, E. V.; PY, L. (Orgs.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. p.1224-1234.

RAMOS, F. V. et al. Concepções de felicidade entre mulheres na meia idade. **Pretextos**, v. 5, n. 10, p. 188-214, 2020.

RATTS, A.; RIOS, F. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIBEIRO, L.; SILVA, B. O coronavírus, as mulheres e o lar: uma combinação explosiva? **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Reflexões da pandemia**, p. 1-14, 2020.

ROMERO, D. E. et al. Idosos no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: efeitos nas condições de saúde, renda e trabalho. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 3, e00216620, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00216620>

SERAFIN, A. P. et al. Exploratory study on the psychological impact of COVID-19 on the general Brazilian population. **PLoS ONE**, v.16, n. 2, e0245868, 2021.

SILVA, R. M.; GOULART, C. T.; GUIDO, L. A. Evolução histórica do conceito de estresse. **REVISA**, v. 7, n. 2, p. 148-56, 2018.

SORJ, B. Arenas do cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, p. 478-491, 2013.

SOUZA, E. R.; DUMONT-PENA, E.; PATROCINO, L. B. Pandemia do coronavírus (2019-nCoV) e mulheres: efeitos nas condições de trabalho e na saúde. **Saúde em Debate**, v. 46, n. spe1, p. 290-30, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E120>.

STREIT, A. C. S. S. et al . Pandemia da Covid-19: perspectiva feminina sobre o isolamento social. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 13, n. 2, p. 197-210, 2021. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-093X2021000200015&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2021000200015&lng=pt&nrm=iso)

THOMAS, A. J., MITCHELL, E. S.; WOODS, N. F. The challenges of midlife women: themes from the Seattle midlife Women's health study. **Womens Midlife Health**, v. 4, n. 8, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s40695-018-0039-9>

TOMÉ, A. M.; FORMIGA, N. S. Teorias e perspectivas sobre o envelhecimento: conceitos e reflexões. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. e874974589-e874974589, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4589>

TORJESEN, I. Covid-19: Middle aged women face greater risk of debilitating long term symptoms **BMJ**, v. 372, n. 829, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1136/bmj.n829>

## CAPÍTULO 12

# **IMPLICAÇÕES COGNITIVAS DA COVID-19: ESPECIFICIDADES DO COMPROMETIMENTO DE MEMÓRIA**

*Kelly Cristina Atalaia da Silva*

*Francine Teixeira de Sena*

*Luana Carvalho Borges*

### **Introdução**

O final do ano de 2019 ficou marcado pela identificação do vírus SARS-CoV-2, que ocasionou uma pandemia mundial por meio da propagação de um quadro patológico associado, primordialmente, ao acometimento do sistema respiratório. Tal patologia, que recebeu o nome de COVID-19, afeta não apenas a função respiratória, mas sim, tem um caráter sistêmico. Neste sentido, o Sistema Nervoso Central (SNC) é comprometido, uma vez que o SARS-CoV-2 apresenta um tropismo pelo SNC (RITCHIE; CHAN; WATERMEYER, 2020; VALENTINE-GRAVES *et al.*, 2020). Os prejuízos relacionados ao SNC envolvem perdas olfativas, gustativas, quadros álgicos, lentidão psicomotora, bradipsiquismo e disfunções cognitivas (MEIER; TEIXEIRA; TARNANNAS; MIRZA; RAJEANDREA, 2021).

A Barreira Hematoencefálica (BHE) e a barreira sangue-líquido cefalorraquidiana são as redes de proteção do parênquima do SNC, porém, também são as principais vias de acesso do vírus da COVID-19 ao cérebro, devido a sua capacidade de resistência e superação desses obstáculos e a existência de áreas não totalmente protegidas pelas BHE, como o plexo coróide e o hipotálamo (MUSSA; SRIVASTAVA; VERBERNE, 2021).

Existem hipóteses de que o bulbo olfatório seja a principal porta de entrada para o vírus SARS-CoV-2, sendo o nervo craniano responsável pela ligação com os neurônios receptores olfativos (RODRIGUES *et al.*, 2021). Por meio da entrada pelo bulbo olfatório, o SARS-CoV-2 alcançaria o hipotálamo, o que explica a grande disseminação do vírus pelo SNC, visto que o hipotálamo é conectado a quase todas as regiões do cérebro. Isso pode explicar a presença de respostas imunes ao vírus em regiões interligadas ao bulbo olfatório, tais como o hipotálamo, o córtex cerebral, os gânglios da base e o mesencéfalo (CIACCIO *et al.*, 2021; MUSSA; SRIVASTAVA; VERBERNE, 2021).

Alguns estudos demonstraram que a COVID-19 é capaz de introduzir-se no SNC utilizando o receptor de proteína transmembrana denominado enzima conversora de angiotensina 2 (ACE2), que é ligada a proteína Spike (S) do SARS-CoV-2, estimulando, assim, a atividade do fator neurotrófico derivado do cérebro (BDNF) (ALNEFEESI *et al.*, 2021; RODRIGUES *et al.*, 2021; LIMA *et al.*, 2022).

No cérebro, a ACE2 está presente nas células mais abundantes do SNC, as neuroglias, os astrócitos e os oligodendrócitos. Porém, ao mesmo tempo em que se torna receptora do vírus SARS-CoV-2, paradoxalmente, a ACE2 é a proteína que tem efeito protetor contra prejuízos pulmonares causados por infecções virais, já que promove a vasodilatação e diminui a pressão arterial, quando se expressa de forma normal no corpo (RODRIGUES *et al.*, 2021).

Já o BDNF desempenha um papel fundamental na redução da ativação microglial e da inflamação neuronal, de modo que baixos níveis de BDNF estão associados ao comprometimento cognitivo, o que pode ser evidenciado em diversos estudos realizados com humanos e animais experimentais. Sabe-se que o SARS-CoV-2 diminui a atividade do BDNF mediado pela ACE2, possivelmente, ao agir como um antagonista competitivo da angiotensina-II, a partir da ligação da proteína spike-ACE2. Todavia, independentemente do mecanismo pelo qual o SARS-CoV-2 inibe a ACE2, é provável que a redução do BDNF provoque diversos comprometimentos cognitivos (ALNEFEESI *et al.*, 2021).

Além disso, a ação do SARS-Cov-2 no SNC provoca um processo de desmielinização (KUMAR; VELDHUIS; MALHOTRA, 2021). Em linhas gerais, a bainha de mielina é fundamental para a conexão neural e, quando há a desmielinização, acontece um prejuízo na comunicação entre os neurônios, comprometendo a cognição (ROSA, 2017). Ressalta-se que os danos cerebrais são resultados da ação direta do vírus e do efeito inflamatório desencadeado pelo patógeno. Há evidências que a COVID-19 está associada ao desencadeamento de transtornos psiquiátricos, delírios, alucinações, Acidentes Vasculares Cerebrais (AVC), morte neuronal precoce, encefalopatia, síndrome dissexutiva, comprometimento cognitivo, doenças neurodegenerativas e das alterações de estruturas neuroanatômicas, como o hipocampo, os lobos temporais, e a ínsula (KUMAR; VELDHUIS; MALHOTRA, 2021; MEIER; TEIXEIRA; TARNANNAS; MIRZA; RAJEANDREA, 2021).

Além disso, a COVID-19 diminui a quantidade de oxigênio no cérebro, gerando comprometimento do SNC (MEIER; TEIXEIRA; TARNANNAS; MIRZA; RAJEANDREA, 2021). O acesso do SARS-CoV-2 pelas vias aéreas provoca o comprometimento pulmonar e, com isso, a baixa de oxigênio no organismo, o que acaba afetando o SNC e, por conseguinte, inúmeras funções cognitivas, levando a déficits na coordenação motora, nas áreas da atenção, da memória e da compreensão (RODRIGUES *et al.*, 2021).

Independente da gravidade dos sintomas e da faixa etária de desenvolvimento (jovem, adulto e idoso), acredita-se que as pessoas infectadas pelo SARS-CoV-2 sofrem impactos cognitivos em diferentes níveis (MEIER; TEIXEIRA; TARNANNAS; MIRZA; RAJEANDREA, 2021). Para Junior *et al.* (2021), há uma provável relação entre a infecção pela COVID-19 e o primeiro episódio ou agudização dos quadros de doenças neurodegenerativas, tais como Parkinson, esclerose múltipla e a doença de Alzheimer. No caso desta última, a expressão da ACE2 no lobo temporal e no hipocampo é a principal causa para a progressão da Doença de Alzheimer em pessoas infectadas pela COVID-19 (CIACCIO *et al.*, 2021).

As mudanças estruturais e funcionais neuropsicológicas estão relacionadas, principalmente, aos pacientes que desenvolveram sintomas graves (KUMAR; VELDHUIS; MALHOTRA, 2021). Por se tratar de uma nova patologia, não há afirmações precisas sobre as consequências a longo prazo do vírus. (KUMAR; VELDHUIS; MALHOTRA, 2021; RITCHIE; CHAN; WATERMEYER, 2020). As hipóteses são embasadas nas avaliações neuropsicológicas a curto prazo do SARS-CoV-2 e nos conhecimentos científicos dos efeitos a longo prazo de outros vírus semelhantes, como o SARS-CoV-1, a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV) e o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) (KUMAR; VELDHUIS; MALHOTRA, 2021; RITCHIE; CHAN; WATERMEYER, 2020).

As funções executivas são uma das habilidades afetadas pela COVID-19. Kumar, Veldhuis e Malhotra (2021) ressaltam que na doença de Parkinson, o comprometimento dessa função é um marcador cognitivo. Logo, se faz necessário realizar mais estudos para compreender precisamente a correlação entre o vírus e o SNC, a fim de possibilitar uma melhor qualidade de vida para os sobreviventes da COVID-19.

Ademais, houve um declínio cognitivo considerável em tarefas que exigiam atenção, com a redução significativa da sensibilidade perceptiva dos pacientes infectados pelo SARS-CoV-2. Testes psicométricos posteriores também revelaram um decréscimo da memória episódica. Tais resultados comprovaram que as reduções cognitivas crônicas após a COVID-19 são evidentes em testes objetivos, mesmo em pacientes que não relataram sintomas longos da doença (ZHAO, *et al.*, 2022).

Valentin *et al.* (2020) realizaram um estudo onde foi verificado que 62,7% das pessoas, da faixa etária entre oito e oitenta e oito anos, acometidas pela COVID-19, desenvolveram prejuízo na memória de curto prazo. Hampshire *et al.* (2021) avaliaram 81.337 indivíduos recuperados da COVID-19, com idade média entre quarenta e seis e setenta e cinco anos. Neste estudo, os autores observaram

comprometimentos neuropsicológicos nas habilidades de raciocínio, resolução de problemas e na memória de trabalho.

Douaud *et al.*, (2022) avaliaram efeitos longitudinais ao comparar imagens de ressonância magnética de 401 indivíduos acometidos pela COVID-19 com a de 384 sujeitos do grupo controle. Os autores observaram redução volumétrica do cérebro, alterações morfológicas nos córtices olfatório e orbitofrontal, e no giro parahipocampal. Já Alnefeesi *et al.* (2022) demonstraram que níveis elevados de IL-1 $\beta$  na região hipocampal, em virtude da COVID-19, alteraram os mecanismos de potenciação de longo prazo (LTP) no hipocampo, levando a um comprometimento nos processos de consolidação da memória.

A maior parte dos sintomas infecciosos são, na realidade, resultados de respostas defensivas do sistema imunológico. Sendo as células neuroimunes fundamentais para o funcionamento da memória, abre-se caminho para que a infecção por COVID-19 provoque sintomas neurológicos agudos e comprometimentos duradouros no cérebro e, sobretudo, nas funções mnêmicas (JUNIOR *et al.*, 2021).

Segundo esses autores, a resposta imune à COVID-19 envolve uma grande emissão de sinais inflamatórios por células imunológicas especializadas, de forma a modificar a maneira com que se comunicam com os neurônios. Esse evento pode causar o comprometimento das conexões neuronais, essenciais para o armazenamento da memória, visto que as conexões são destruídas durante o processo. Isso ocorre pelo fato de as células neuroimunes se ligarem entre os neurônios como uma resposta à infecção e despejarem sinais inflamatórios nas junções sinápticas, o que provocaria mudanças nas conexões neuronais que armazenam as memórias. Essas interrupções e/ou modificações ocasionadas pelas células neuroimunes, juntamente com danos e sinais inflamatórios, podem causar prejuízos irreparáveis às conexões neuronais e aos neurônios e, por consequência, danificar a codificação, processamento e o armazenamento da memória (JUNIOR *et al.*, 2021).

Neste sentido, o comprometimento da memória, bem como outras alterações fisiopatológicas e cognitivas, pode ser explicado pela

combinação da hipoxemia e neuroinflamação, os quais, juntos, destroem o córtex cerebral, o hipocampo e outras estruturas cerebrais (LIMA *et al.*, 2022). Indivíduos infectados pela COVID-19 também podem apresentar comprometimento cognitivo após a alta hospitalar. A existência de sintomas neurológicos no decorrer da infecção como cefaleia, anosmia e disgeusia foram os principais fatores de risco para o comprometimento cognitivo relacionado à atenção, função executiva e à memória (ALMERIA, M. *et al.*, 2020).

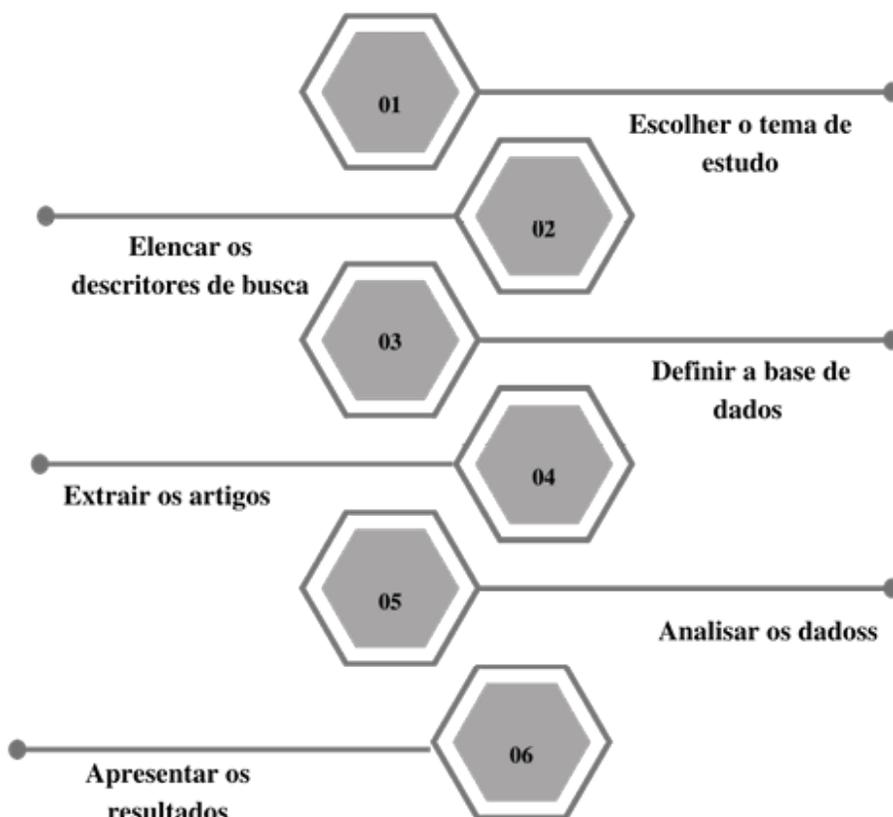
Tendo em vista os efeitos a longo prazo da COVID-19, foram designados os termos “COVID-19 longa” e “síndrome pós COVID-19” (AIYEGBUSI *et al.*, 2021). Dentre os prejuízos multissistêmicos decorrentes da COVID-19 longa, destacam-se os comprometimentos cognitivos, principalmente, da memória. Junior *et al.* (2021) afirmam que esses prejuízos podem trazer efeitos de curto prazo na capacidade cognitiva, ou seja, transitórios; como também podem acarretar mudanças a longo prazo e permanentes à memória, atenção e outras funções cognitivas. Entretanto, pouco ainda se sabe acerca dessas relações. Diante disso, este trabalho teve como objetivo avaliar o impacto da COVID-19 na memória.

## **Método**

O desenho de estudo deste trabalho foi constituído por uma revisão da literatura. Para Dorsa (2020), esse tipo de pesquisa possibilita a produção de conhecimentos científicos sobre determinado tema a partir de estudos primários. A presente revisão, além de estudos primários, contou também com a inclusão de estudos de revisão. Na área da saúde, tem crescido o número de publicações com esse delineamento de estudo, por possibilitar integrar e analisar criticamente, de forma ampla, as produções bibliográficas desenvolvidas sobre os aspectos protetores e adoecedores associados à saúde, patologias e às práticas profissionais (CASARIN *et al.*, 2020).

O delineamento metodológico foi constituído pelas seguintes etapas: escolha do tema de estudo, determinação dos descritores de busca, definição da base de dados, extração dos artigos, análise dos dados e apresentação dos resultados (figura 1). Com os descritores “memory deficit and Covid 19” e “memory deficit and Sars Cov 2”, foi realizada, no mês de abril de 2022, a extração dos dados na base Pubmed. A extração foi realizada por duas pesquisadoras independentes. Foram incluídos artigos escritos em inglês ou espanhol, publicados a partir do surgimento da COVID-19. Com relação aos critérios de exclusão, foram descartados os trabalhos que não se relacionavam com o comprometimento da memória ou alterações neurológicas resultantes da infecção por SARS-CoV-2.

Figura 1. Sistematização das etapas da revisão de literatura



## Resultados e análise dos dados

Foram encontrados nove artigos após a aplicação dos critérios de exclusão e inclusão (tabela 1). Para uma melhor apresentação dos resultados e síntese das informações, os artigos foram agrupados em duas categorias: “comprometimento da memória decorrente da COVID-19” e “instrumentos de avaliação neuropsicológica utilizados para avaliar os impactos cognitivos da COVID-19”. A seguir, serão apresentados os resultados.

Todos os artigos incluídos tiveram o objetivo de analisar os comprometimentos neurocognitivos da COVID-19. A heterogeneidade dos desenhos dos estudos enriqueceu a produção de dados sobre a relação entre o SARS-Cov-2 e a memória.

Tabela 1. Informações dos artigos incluídos

<b>Autores</b>	<b>Título</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Tipo de estudo</b>
Hellmuth <i>et al.</i>	Persistent COVID-19- associated neurocognitive symptoms in non-hospitalized patients.	2021	Estudo de caso
Aiyegbusi <i>et al.</i>	Symptoms, complications and management of long COVID: a review.	2021	Revisão
Carod-Artal	Post-COVID-19 syndrome: epidemiology, diagnostic criteria and pathogenic mechanisms involved.	2021	Revisão
Garrigues <i>et al.</i>	Post-discharge persistent symptoms and health-related quality of life after hospitalization for COVID-19.	2020	Estudo de caso
Ahmad <i>et al.</i>	“LONG COVID”: an insight.	2021	Revisão sistemática

<b>Autores</b>	<b>Título</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Tipo de estudo</b>
Mazza <i>et al.</i>	Persistent psychopathology and neurocognitive impairment in COVID-19 survivors: Effect of inflammatory biomarkers at three-month follow-up.	2021	Coorte prospectiva
Vanderlind <i>et al.</i>	A systematic review of neuropsychological and psychiatric sequelae of COVID-19: implications for treatment.	2021	Revisão de literatura
Méndez <i>et al.</i>	Short-term neuropsychiatric outcomes and quality of life in COVID-19 survivors.	2021	Coorte prospectiva
Alemanno <i>et al.</i>	COVID-19 cognitive deficits after respiratory assistance in the subacute phase: A COVID-rehabilitation unit experience.	2021	Estudo de caso

## **Comprometimento da memória decorrente da COVID-19**

Cinco artigos desta revisão de literatura evidenciam que o SARS-CoV-2 desencadeia prejuízos mnêmicos (AHMAD *et al.*, 2021; AIYEBUSI *et al.*, 2021; CAROD-ARTAL, 2021 MÉNDES *et al.*, 2021; VANDERLIND *et al.*, 2021). Méndes *et al.* (2021) realizaram um estudo após dois meses de alta hospitalar com pessoas internadas na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) em um hospital da Espanha. Foram avaliadas as habilidades cognitivas de 179 pessoas, com faixa etária compreendida entre 22 e 74 anos (MÉNDES *et al.*, 2021). A maioria dos participantes foram do sexo masculino (58,7%). Na avaliação neuropsicológica, percebeu-se que 58,7% (105) dos pacientes sobreviventes tiveram disfunções cognitivas moderadas. Evidenciou-se que a COVID-19 compromete a memória verbal tardia no nível moderado (11,8%) e grave (2,8%) (MÉNDES *et al.*, 2021). Além disso, foi percebido um maior nível de comprometimento na memória verbal imediata com a porcentagem de 38% (grave) e 11,2% (moderado)

(MÉNDES *et al.*, 2021). Ressalta-se que pessoas que apresentaram algum quadro demencial, comprometimento cognitivo, lesão cerebral e transtornos neuropsiquiátricos (graves e relacionados ao uso de álcool e outras drogas), diagnosticados antes da infecção pela COVID-19, não foram incluídas no estudo (MÉNDES *et al.*, 2021).

Vanderlind *et al* (2021) identificaram que 40% dos estudos realizados com os pacientes sobreviventes da Espanha, França, Bangladesh e Alemanha demonstraram disfunções mnêmicas ocasionadas pelo SARS-CoV-2. Nos estudos, a maioria dos participantes foram do sexo masculino. A pesquisa realizada na Espanha contou com 35 pacientes, na França 129, em Bangladesh 1021, e 18 na Alemanha. Os percentuais referentes aos prejuízos da memória foram: 34%, 19,5%, 44%, e 16,7%, respectivamente (VANDERLIND *et al*, 2021). O comprometimento da memória é um sintoma comum da síndrome pós-COVID-19 (AHMAD *et al.*, 2021; AIYEGBUSI *et al.*, 2021; CAROD-ARTAL, 202; MÉNDES *et al.*, 2021; VANDERLIND *et al*, 2021). Notou-se, também, um comprometimento da memória visual tardia e de trabalho (VANDERLIND *et al*, 2021). A internação na UTI, o método da oxigenoterapia e manifestações clínicas neurológicas foram relacionadas ao fator de risco para as disfunções nos subtipos de memória (VANDERLIND *et al*, 2021). Percebe-se que essa doença ocasiona tanto a alteração da memória, como quadros de amnésia (AIYEGBUSI *et al.*, 2021; VANDERLIND *et al*, 2021).

Ahmad *et al.* (2021), em um estudo de revisão, identificou que 15% das pesquisas demonstraram a presença de alterações na memória. As pesquisas foram realizadas na França, Espanha e Reino Unido. A idade média dos participantes variou entre 28 e 63 anos, e em duas das três pesquisas, houve uma prevalência do gênero masculino na categoria dos participantes

Apesar de ter conhecimento sobre os efeitos a longo prazo do SARS-CoV-2, não há dados confirmatórios se o comprometimento cognitivo, sobretudo da memória, é ocasionado pela neuroinflamação, por causa do processo de internamento na UTI ou é decorrente da ventilação mecânica (AHMAD *et al.*, 2021; VANDERLIND *et al*, 2021).

Segundo Carod-Artal (2021), a disfunção mnêmica é uma característica da fase aguda da COVID-19, visto que 19% dos infectados apresentam esse sintoma. Dos estudos analisados, quatro descrevem alterações na memória como sintoma do SARS-CoV-2 (CAROD-ARTAL, 2021). Além disso, as pessoas que ficaram internadas na UTI tiveram um maior comprometimento da memória em relação aos alocados na enfermaria (CAROD-ARTAL, 2021).

Em relação ao acometimento das estruturas neuroanatômicas, foram verificadas alterações na morfologia do tálamo e nas suas radiações (CAROD-ARTAL, 2021). Além disso, percebeu-se que o SARS-CoV-2 diminui o padrão de metabolismo do lobo temporal, amígdala e hipocampo. Essas áreas estão associadas com o processamento, armazenamento e evocação da memória (CAROD-ARTAL, 2021). Durante um período de três meses após a infecção, foram notadas alterações estruturais e funcionais no cérebro (AIYEGBUSI *et al.*, 2021).

Existem algumas características relacionadas ao risco do desenvolvimento dos sintomas neurocognitivos pós-COVID-19, como: internação na UTI, o uso da ventilação mecânica, (AHMAD *et al.*, 2021; CAROD-ARTAL, 2021; MÉNDES *et al.*, 2021; VANDERLIND *et al.*, 2021), idade superior a 50 anos, ser do gênero feminino, doenças crônicas (obesidade, asma, diabetes, entre outras) e o processo neuroinflamatório (AIYEGBUSI *et al.*, 2021; CAROD-ARTAL, 2021).

Houve a incidência de 0,67% para o desenvolvimento de demências decorrente da infecção pelo SARS-CoV-2, e o quantitativo foi maior nas pessoas que foram internadas na UTI (CAROD-ARTAL, 2021). Acredita-se que a porcentagem em relação ao comprometimento da memória nas pessoas infectadas possa ser maior do que as apresentadas nas pesquisas, considerando-se que todos os artigos afirmam e trazem dados quantitativos em relação à presença do comprometimento cognitivo associado ao SARS-CoV-2, mas sem especificar os domínios afetados.

A seguir, será apresentada uma tabela (Tabela 2) com o objetivo de sintetizar as principais informações acerca do comprometimento da

memória ocasionado pela infecção pelo vírus SARS-CoV-2. O intuito da tabela não é associar as informações elencadas, mas resumir de forma clara e didática os elementos trazidos pelos artigos incluídos.

Tabela 2. Informações sobre o comprometimento da memória por SARS-CoV-2

<b>Tipos de memória</b>	O Memória verbal tardia (MÉNDES <i>et al.</i> , 2021).	Memória verbal imediata (MÉNDES <i>et al.</i> , 2021).	Memória visual tardia (VANDERLIND <i>et al.</i> , 2021)	Memória de trabalho HELLMUTH <i>et al.</i> , 2021)
<b>Estruturas neuroanatômicas</b>	Tálamo e suas radiações (CAROD-ARTAL, 2021)	Lobo temporal (CAROD-ARTAL, 2021)	Amígdala (CAROD-ARTAL, 2021)	Hipocampo (CAROD-ARTAL, 2021)
<b>Fatores de risco para o desenvolvimento de sintomas mnêmicos pós-COVID-19</b>	Internação na UTI e uso de ventilação mecânica (AHMAD <i>et al.</i> , 2021)	Idade superior a 50 anos (AIYEBUSI, <i>et al.</i> , 2021)	Manifestações clínicas neurológicas (VANDERLIND <i>et al.</i> , 2021)	Doenças crônicas e processo neuroinflamatório (AIYEBUSI, <i>et al.</i> , 2021)

Fonte própria

A integração das informações oriunda dos artigos incluídos nessa categoria explicita dados significativos para uma melhor compreensão dos impactos neurocognitivos na memória ocasionados pela COVID-19. Foram identificados os tipos de memórias e as estruturas neuroanatômicas afetadas pelo vírus. Além disso, ressalta-se a importância do olhar clínico em relação aos fatores de risco que podem desencadear comprometimentos mnêmicos em indivíduos infectados pelo SARS-Cov-2. Esses achados científicos são importantes para o

desenvolvimento de pesquisas e de práticas clínicas no campo da Neuropsicologia, sobretudo no que diz respeito à avaliação neuropsicológica e à reabilitação cognitiva.

### **Instrumentos de avaliação neuropsicológica utilizados para avaliar os impactos cognitivos da COVID-19**

Foram incluídos quatro artigos nesta categoria, que evidenciaram a utilização de testes neuropsicológicos, como a bateria de Avaliação Cognitiva de Montreal (MoCA) (NASREDDINE *et al.*, 2005) e o Mini-Exame do Estado Mental (MMSE) (FOLSTEIN; FOLSTEIN; MCHUGH, 1975) para a avaliação da cognição global, com a mensuração da memória de curto e de longo prazo em pacientes em recuperação da COVID-19. Para a avaliação detalhada dos domínios da memória, foram utilizadas as baterias California Verbal Learning Test-3 (16 palavras) (DELIS, 2000); Ensaio de Recordação Imediata; Recordação Imediata; Reconhecimento Tardio de Longo Prazo; Figura Complexa de Rey-Osterrieth (REY,1999); Evocação de 3 minutos; e evocação de 30 minutos. Já para a avaliação da atenção/memória de trabalho, foram utilizados os testes de Dígitos da bateria WAIS-IV (ordem direta e inversa) (WECHSLER, 2008; HELLMUTH *et al.*, 2021).

Mazza *et al.* (2021) avaliaram as funções cognitivas de uma subamostra de 130 pacientes sobreviventes da COVID-19 após três meses de alta hospitalar por meio da Brief Assessment of Cognition in Schizophrenia (BACS) (KEEFE *et al.*, 2004), uma ampla bateria que avalia a memória verbal, fluência verbal, memória de trabalho (sequenciamento de dígitos), atenção seletiva, velocidade de processamento (codificação de símbolos), coordenação psicomotora (tarefa motora simbólica), e funções executivas (Torre de Londres). Questionários por telefone também foram projetados para a coleta dos sintomas clínicos pós-alta e dos distúrbios de atenção, memória e sono (GARRIGUES *et al.*, 2020).

Ademais, pacientes internados em uma Unidade de Reabilitação para a COVID-19 em Milão, na Itália, foram avaliados por ressonância magnética cerebral com contraste ou pela tomografia computadorizada durante a recuperação do SARS-CoV-2, a fim de

mensurar o trofismo cerebral. A atrofia cerebral global (ACG) também foi avaliada pela ressonância (sequência FLAIR) ou pela tomografia, resultando na análise sistemática de treze regiões diferentes do cérebro, com o objetivo de determinar a sua dilatação sulcal e a dilatação do sistema ventricular. Por fim, lesões de substância branca do cérebro foram verificadas na sequência FLAIR, com o uso da escala Fazekas para avaliar as lesões hiperintensas da substância branca relacionadas à doença de pequenos vasos e possíveis danos de memória e do funcionamento cognitivo em geral (ALEMANNO *et al.*, 2021).

## **Discussão**

Todas as pesquisas incluídas nesta revisão evidenciam que a memória é uma habilidade afetada pelo SARS-CoV-2. Vários estudos corroboram com essa evidência (MORIN, 2021; RODRIGUES *et al.*, 2021; KUMAR; VELDHUIS; MALHOTRA, 2021).

Rodrigues *et al.* (2021) trouxeram dados significativos em relação ao acometimento da memória ocasionada pela COVID-19, informações que estão de acordo com os dados observados por este estudo de revisão. Em uma pesquisa realizada em São Paulo, 80% dos participantes apresentaram comprometimento mnêmico (RODRIGUES *et al.*, 2021). Já em outro estudo, realizado no Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, com 430 pessoas, os resultados ressaltaram que 63% das pessoas infectadas tiveram prejuízo na memória de curto prazo e 27% na memória de longo prazo (RODRIGUES *et al.*, 2021).

Para Rodrigues *et al.* (2021) a neuroinvasão cerebral do SARS-CoV-2 leva à perda neuronal e, por isso, é esperado que a memória seja afetada, uma vez que a integridade das células neuronais é fundamental para o funcionamento do Sistema Nervoso (MIOTTO, 2020). Existem hipóteses que apontam para o fato de que os efeitos cerebrais do SARS-CoV-2 sejam similares aos que acontecem na doença de Alzheimer (DA), visto que a perda progressiva da memória é

uma característica prevalente na patologia (RODRIGUES *et al.*, 2021). Além disso, existem vários fatores que podem desencadear a alteração na memória, tais como o processo neuroinflamatório e o baixo nível de oxigênio no cérebro (MEIER; TEIXEIRA; TARNANNAS; MIRZA; RAJEANDREA, 2021; RODRIGUES *et al.*, 2021).

Rogers *et al.* (2020) afirmam que o comprometimento da memória também foi um sintoma comum resultante da infecção pelo SARS-CoV e pela Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV). Esses estudos ratificam que as modificações nessa habilidade podem estar diretamente associadas aos efeitos do SARS-CoV-2, visto que os três vírus (SARS-CoV, SARS-CoV-2 e MERS-CoV) são coronavírus humanos (HCoV) e possuem ações similares no SNC, por ter tropismo por esse sistema (RITCHIE; CHAN; WATERMEYER, 2020).

No estudo de Gonçalves e Haas (2021), a avaliação neuropsicológica, após cinco meses de alta hospitalar, mostrou que a memória de curto e de longo prazo (memória verbal) sofreram alterações. Assim, como descrito anteriormente por Carod-Artal (2021), Gonçalves e Haas (2021) ressaltaram que pessoas com sintomas graves e com idade avançada, maior de 55 anos, apresentaram maiores complicações neurocognitivas. Além disso, em relação à variável gênero, as mulheres tiveram um maior declínio que os homens (GONÇALVES; HAAS, 2021). Essa informação não está de acordo com os dados obtidos por esta revisão, tendo em vista que os resultados mostraram que os homens apresentaram maior comprometimento da memória, uma vez que, do ponto de vista quantitativo, a maioria dos participantes dos estudos que associaram a COVID-19 aos prejuízos cognitivos foi do gênero masculino.

Existem estudos que evidenciaram que o comprometimento da memória pode ser um marcador neurocognitivo do Transtorno Neurocognitivo Leve (TNL), o qual corresponde ao quadro clínico anterior à DA (SILVA *et al.*, 2022). Ou seja, o TNL é um fator de risco para a DA Sendo assim, é importante analisar se a alteração mnêmica da COVID-19 pode levar ao desenvolvimento do TNL.

Por se tratar de um desfecho de saúde ainda em desdobramento, muitos estudos têm sido realizados com o intuito de compreender os mecanismos patofisiológicos da COVID-19. Especificamente em relação aos prejuízos cognitivos, ainda são escassos os estudos publicados. Acredita-se que com a progressão dos trabalhos atualmente em curso, será possível compreender, de modo mais detalhado, os comprometimentos de memória e das outras habilidades cognitivas ocasionadas pela infecção do SARS-CoV-2.

Sabendo-se que a alteração da memória pode fazer parte da síndrome pós-COVID-19, é fundamental a atuação dos neuropsicólogos, a fim de possibilitar uma melhor qualidade de vida às pessoas com disfunções cognitivas, principalmente da memória (GONÇALVES; HAAS, 2021). Por isso, é importante que os pacientes que foram acometidos pela COVID-19 passem por um processo de triagem cognitiva, tendo em vista a necessidade da realização de intervenções neuropsicológicas que tenham como objetivo melhorar as habilidades cognitivas comprometidas. É necessário, também, que sejam elaboradas políticas públicas de saúde que contemplem a avaliação e a reabilitação neuropsicológica por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Tem-se que as evidências científicas são fundamentais na elaboração e avaliação das políticas públicas (HORTA, 2020), sendo assim, há evidências robustas da importância de se inserir o serviço de Neuropsicologia no SUS. Essa inserção, no entanto, deve ser não apenas para pacientes com síndrome pós-COVID-19, mas para todas as condições de saúde que comprometam o funcionamento do SNC, quer sejam pacientes neurológicos ou psiquiátricos.

## **Considerações finais**

A partir do presente estudo, pode-se concluir que a COVID-19 pode ocasionar prejuízos mnêmicos. A memória de trabalho e verbal foram os principais subtipos afetados pelo SARS-CoV-2. Os instrumentos de rastreio cognitivo, avaliação neuropsicológica e exames de

neuroimagem evidenciaram o comprometimento cognitivo decorrente da patologia COVID-19. Ressalta-se que a realização de estudos longitudinais e estruturados, na perspectiva do uso de testes normatizados e padronizados, se fazem necessários para ampliar a compreensão epidemiológica, a prevalência e a incidência sobre os efeitos do vírus na memória de forma mais específica.

Por fim, afirma-se que essa revisão se refere a uma análise inicial sobre o comprometimento da memória associada ao SARS-CoV-2. Dados mais robustos se fazem necessários para compreender melhor alguns desfechos, tais como: quais sintomas neurológicos estão associados ao comprometimento das memórias de trabalho e visual tardia?; por que houve a prevalência da inclusão do gênero masculino nas pesquisas?; e, por que ser do gênero feminino é um fator de risco para o desenvolvimento de sintomas neurológicos decorrentes da COVID-19? Assim, sugere-se que as pesquisas futuras possam analisar e responder essas questões que são fundamentais para o cuidado em saúde mais qualificado e embasado na Prática Baseada em Evidências (PBE).

## Referências Bibliográficas

AHMAD, M. S. *et al.* “LONG COVID”: an insight. **Eur Rev Med Pharmacol Sci**, v. 25, n. 17, 2021. Disponível em: <https://www.europeanreview.org/wp/wp-content/uploads/5561-5577.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2022.

AIYEGBUSI, O. L. *et al.* Symptoms, complications and management of long COVID: a review. **Journal of the Royal Society of Medicine**, v. 114, n. 9, p. 428-442, 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.ez278.periodicos.capes.gov.br/pmc/articles/PMC8450986/>. Acesso em: 19 abr. 2022.

ALEMANNI, F. *et al.* COVID-19 cognitive deficits after respiratory assistance in the subacute phase: A COVID-rehabilitation unit experience. **Plos one**, v. 16, n. 2, p. e0246590, 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7870071/>. Acesso em: 20 maio 2022.

ALMERIA, M. *et al.* Cognitive profile following COVID-19 infection: Clinical predictors leading to neuropsychological impairment. **Brain, behavior, & immunity-health**, v. 9, p.

100163, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2666354620301289>. Acesso em: 22 jun. 2022.

ALNEFEESI, Y. *et al.* Impact of SARS-CoV-2 infection on cognitive function: a systematic review. **Frontiers in Psychiatry**, v. 11, 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7902710/>. Acesso em: 06 maio 2022.

CAROD-ARTAL, F. J. Post-COVID-19 syndrome: Epidemiology, diagnostic criteria and pathogenic mechanisms involved. **Revista de neurologia**, v. 72, n. 11, p. 384-396, 2021. Disponível em: <https://neurologia.com/articulo/2021230>. Acesso em: 19 abr. 2022.

CASARIN, S. T. *et al.* Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do Journal of Nursing and Health/Types of literature review: considerations of the editors of the Journal of Nursing and Health. **Journal of Nursing and Health**, v. 10, n. 5, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/19924/11996>. Acesso em: 22 mai. 2022.

CIACCIO, M. *et al.* COVID-19 and Alzheimer's disease. **Brain Sciences**, v. 11, n. 3, p. 305, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2076-3425/11/3/305>. Acesso em: 21 jun. 2022.

DELIS, D. C. California verbal learning test. **Adult version. Manual. Psychological Corporation**, 2000. Disponível em: <https://cir.nii.ac.jp/crid/1571980074197005824>. Acesso em 22 jun. 2022.

DORSA, A. C. O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos. **Interações (Campo Grande)**, v. 21, n. 4, p. 681-683, 2020. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/3203/2491>. Acesso em: 31 mai. 2022.

DOUAUD, G. *et al.* SARS-CoV-2 is associated with changes in brain structure in UK Biobank. **Nature**, v. 604, n. 7907, p. 697-707, 2022. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41586-022-04569-5>. Acesso em: 06 mai. 2022.

FOLSTEIN, M.; FOLSTEIN, S.; MCHUGH P. "Mini-mental state". A practical method for grading the cognitive state of patients for the clinician. **J Psychiatr Res**, v. 13, n. 3, 1975. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0022395675900266?via%3Dihub>. Acesso em: 20 mai. 2022.

GARRIGUES, E. *et al.* Post-discharge persistent symptoms and health-related quality of life after hospitalization for COVID-19. **Journal of Infection**, v. 81, n. 6, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0163445320305624>. Acesso em: 01 jun. 2022.

GONÇALVES, L. F.; HAAS, P. Cognitive disorders in patients infected with COVID-19: a narrative review. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 2, n. 5, 2021. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/335/292>. Acesso em 21 jun. 2022.

HAMPSHIRE, A. *et al.* Cognitive deficits in people who have recovered from COVID-19. **EClinicalMedicine**, v. 39, 2021. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S2589-5370%2821%2900324-2>. Acesso em: 06 mai. 2022.

HELLMUTH, J. *et al.* Persistent COVID-19-associated neurocognitive symptoms in non-hospitalized patients. **Journal of neurovirology**, v. 27, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7852463/>. Acesso em: 15 mai. 2022.

HORTA, R. L. Neurociências e políticas públicas para infância e adolescência. In: SALLES, J. F.; HAASE, V. G.; MALLOY-DINIZ, L. F. **Neuropsicologia do desenvolvimento: infância e adolescência**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

JUNIOR, S. S. D. *et al.* Recuperação de déficit de memória pós-Covid-19: uma revisão. **Rev. de Ciências Biológicas e da Saúde**. Set/Dez. 2021. Disponível em: [https://unignet.com.br/wp-content/uploads/10\\_RECUPERACAO-DE-DEFICIT-DE-MEMORIA-POS-COVID-19.pdf](https://unignet.com.br/wp-content/uploads/10_RECUPERACAO-DE-DEFICIT-DE-MEMORIA-POS-COVID-19.pdf) Acesso em: 14 jun. 2022.

KEEFE, R. SE *et al.* A Breve Avaliação da Cognição na Esquizofrenia: confiabilidade, sensibilidade e comparação com uma bateria neurocognitiva padrão. **Pesquisa de esquizofrenia**, v. 68, n. 2-3, p. 283-297, 2004. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0920996403002809>. Acesso em: 14 jun. 2022.

KUMAR, S.; VELDHUIS, A.; MALHOTRA, T. Neuropsychiatric and cognitive sequelae of COVID-19. **Frontiers in psychology**, v. 12, p. 553, 2021. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2021.577529/full>. Acesso em: 01 jun. 2022.

LIMA, Ingrid Nascimento et al. Perda de memória associada à infecção viral por SARS-CoV-2: Revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 4, p. e49011427609-e49011427609, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27609/24125>. Acesso em: 22 jun. 2022.

MAZZA, M. G. *et al.* Persistent psychopathology and neurocognitive impairment in COVID-19 survivors: Effect of inflammatory biomarkers at three-month follow-up. **Brain, behavior, and immunity**, v. 94, p. 138-147, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0889159121000866>. Acesso em: 01 jun. 2022.

MEIER, I. B.; TEIXEIRA, C. V. L.; TARNANAS, I. MIRZA, F. RAJEANDRA, L. Neurological and mental health consequences of COVID-19: potential implications for well-being and labour force. **Brain Communications**, v. 3, n. 1, 2021. Disponível em: <https://academic-oup-com.ez278.periodicos.capes.gov.br/braincomms/article/3/1/fcab012/6127467>. Acesso em: 05 mai. 2022.

MÉNDEZ, R. *et al.* Short-term neuropsychiatric outcomes and quality of life in COVID-19 survivors. **Journal of internal medicine**, v. 290, n. 3, p. 621-631, 2021. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/joim.13262>. Acesso em 19 abr. 2022.

MIOTTO, E. C. Conceitos fundamentais, história, modelos, teóricos em reabilitação neuropsicológica e planejamento de metas. In Miotto, E. C. (Org). **Reabilitação neuropsicológica e intervenções comportamentais**. Rio de Janeiro: Roca, 2020.

MORIN I. *et al.* Four-Month Clinical Status of a Cohort of Patients After

Hospitalization for COVID-19. **JAMA**, v. 325, n. 15, p. 1525-1534, 2021. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jama/article-abstract/2777787>. Acesso em: 21 jun. 2022.

MUSSA, B. M.; SRIVASTAVA, A.; VERBERNE, A. JM. COVID-19 and neurological impairment: hypothalamic circuits and beyond. **Viruses**, v. 13, n. 3, p. 498, 2021. Disponível em : <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8002703/>. Acesso em: 21 jun. 2022.

NASREDDINE, Z. S., *et al.* The Montreal Cognitive Assessment, MoCA: a brief screening tool for mild cognitive impairment. **J Am Geriatr Soc**, v. 53, n. 4, 2005. Disponível em: <https://agsjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1532-5415.2005.53221.x>. Acesso em: 20 mai. 2022.

REY, A. Figuras complexas de Rey: teste de cópia e de reprodução de memória de figuras geométricas complexas. **São Paulo: Casa do Psicólogo**, 1999.

RITCHIE, K.; CHAN, D.; WATERMEYER, T. The cognitive consequences of the COVID-19 epidemic: collateral damage? **Brain Commun**, v. 2, n. 2, 2020. Disponível em: . Acesso em: 05 mai. 2022.

RODRIGUES, F. A. de *et al.* Perda progressiva de memória em pacientes recuperados da SARS-COV-2/COVID-19. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 10, p. 1857-1873, 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2715/1097>. Acesso em: 21 jun. 2022.

ROGERS, J. P. *et al.* Psychiatric and neuropsychiatric presentations associated with severe coronavirus infections: a systematic review and meta-analysis with comparison to the COVID-19 pandemic. **The Lancet Psychiatry**, v. 7, n. 7, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2215036620302030>. Acesso em: 01 jun. 2022.

ROSA, T. G. *et al.* A bainha de mielina: sua formação, composição, funções e plasticidade. **Anais da mostra de iniciação científica do cesuca- issn 2317-5915**, n. 11, p. 139-150, 2017. Disponível em: <https://ojs.cesuca.edu.br/index.php/mostrac/article/view/1336>. Acesso em 01 jun. 2022.

SILVA, K. C. A. *et al.* Transtorno Neurocognitivo Leve: indicadores estruturais e cognitivos. In: OLIVEIRA, R. M. S.; SILVA, K. C. A; SANTANA, A. F. S. (org.). **Psicologia na UFRB: diversidade e territorialidade**. Cruz das Almas, Bahia: EDUFRB, 2022. Disponível em: <https://online.fliphtml5.com/sjtcu/aivg/#p=8>. Acesso em: 21 jun. 2022.

VALENTINE-GRAVES, M. *et al.* At-home self-collection of saliva, oropharyngeal swabs and dried blood spots for SARS-CoV-2 diagnosis and serology: Post-collection acceptability of specimen collection process and patient confidence in specimens. **PLoS ONE**, 15(8): e0236775, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0236775>

VANDERLIND, W. M. *et al.* A systematic review of neuropsychological and psychiatric sequelae of COVID-19: implications for treatment. **Current opinion in psychiatry**, v. 34, n. 4, p. 420, 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8183238/>. Acesso em: 01. jun. 2022.

WECHSLER, D. Wescler Adult Intelligence Scale: technical and interpretative manual (4 ed.), San Antonio, USA: Psychological Corporation, 2008.

ZHAO, S. *et al.* Rapid vigilance and episodic memory decrements in COVID-19 survivors. **Brain Communications**, v. 4, n. 1, p. fcab295, 2022. Disponível em: <https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2021.07.06.21260040v2.full-text>. Acesso em: 22 jun. 2022.

## CAPÍTULO 13

# DA ACT PARA A PROMOÇÃO EM SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS: DESCRIÇÃO DE UM PROTOCOLO DE INTERVENÇÃO

*Tatiane Bombassaro  
Luziane de Fátima Kirchner*

### **Introdução**

O sofrimento em saúde mental é um problema importante entre os universitários. Estudos epidemiológicos indicam que, por ano, muitos estudantes são diagnosticados com algum transtorno psiquiátrico (AUERBACH *et al.*, 2018). Outro aspecto apontado em alguns estudos (BLANCO *et al.*, 2008; HUNT; EISENBERG, 2010) é a baixa procura por centros de aconselhamento e apoio psicológico, devido a fatores como falta de tempo e estigma. Assim, devido a essa prevalência, surgem desafios referentes à criação de programas de prestação de serviços em saúde mental aos universitários.

As intervenções online em saúde mental são uma modalidade que pode dar suporte psicológico aos universitários (LATTIE *et al.*, 2019). Essas intervenções podem ser disseminadas facilmente na universidade e proporcionar um meio prático e econômico de ampliar os serviços para lidar com os problemas significativos nessa população, porquanto reduzem o tempo de espera nos centros de apoio psicológico, e os alunos que têm dificuldades em relação a tempo, a deslocamento e a estigma poderão recorrer a ela, o que aumentará o número de pessoas beneficiadas (LEVIN, 2016).

Uma abordagem promissora na intervenção em saúde mental, na modalidade online, para estudantes universitários é a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT; HAYES *et al.*, 2021), cujo objetivo é de promover um espaço terapêutico onde as pessoas possam, por meio das intervenções, entrar em contato com suas experiências internas, com seus pensamentos, sentimentos, suas crenças e sensações físicas.

A ACT foi encontrada como base da intervenção em mais de 100 ensaios clínicos randomizados (HOOPER; LARSSON, 2015) para atuar, efetivamente, na resolução de problemas significativos para estudantes universitários, como depressão, ansiedade, estresse, abuso de substâncias, transtorno obsessivo-compulsivo e vários outros (A-TJAK *et al.*, 2015; BLUETT *et al.*, 2014; LEE *et al.*, 2016). Três pesquisas foram realizadas com base na ACT, na modalidade online, especificamente para estudantes universitários (CHASE *et al.*, 2013; LEVIN *et al.*, 2014; LEVIN *et al.*, 2015). Os resultados encontrados nesses estudos foram promissores, porquanto indicaram que a ACT, na modalidade online, pode ser acessível e útil aos alunos para melhorar seu desempenho acadêmico (CHASE *et al.*, 2013) e prevenir problemas de saúde mental (LEVIN *et al.*, 2014) e como tratamento paralelo ao aconselhamento (LEVIN *et al.*, 2015). Além disso, esses três estudos testaram programas de ACT breves (1-3 sessões) utilizando algumas das estratégias dessa modalidade terapêutica.

Este protocolo foi desenvolvido para um estudo de intervenção em saúde mental de universitários realizado on-line, com quatro sessões em grupo, no ano de 2021, no qual se investigaram os efeitos da ACT aplicada em grupo na modalidade online, para o manejo de sintomas de ansiedade, depressão, estresse e flexibilidade psicológica em universitários.

## **Fundamentação Teórica**

## **Terapia de Aceitação e Compromisso**

A ACT, criada em 1987, por Steven Hayes e colaboradores (SABAN, 2011), é considerada uma das terapias cognitivas e comportamentais da terceira geração (HAYES *et al*, 2004). Nos estudos que tratam da ACT, o sofrimento é visto como inflexibilidade psicológica, o que sugere um repertório restrito ou poucas possibilidades de ação (HAYES *et al*, 2021). Essa inflexibilidade tende a gerar problemas psicológicos, dificuldade de acesso às fontes de reforçamento positivo e psicopatologias. A ACT contempla processos de aceitação e atenção voltada para práticas de compromisso e mudança de comportamento visando criar uma flexibilidade psicológica. Esses métodos de tratamento são usados para reduzir um processo patológico central denominado de inflexibilidade psicológica, no qual os comportamentos são rigidamente guiados por pensamentos, sentimentos e outras experiências psicológicas, em vez de valores (o que seria significativo) ou contingências diretas (o que seria eficaz) (LEVIN, 2016). Esse processo possibilita aprimorar o repertório comportamental e melhorar a qualidade de vida. A ACT tem seis processos de intervenção centrais: aceitação, desfusão cognitiva, estar presente, eu como contexto, valores e ação de compromisso. A intervenção por meio desses processos visa desenvolver a flexibilidade psicológica, que é a habilidade de uma pessoa estar consciente e poder vivenciar suas emoções e seus pensamentos e adaptar seu comportamento em prol de seus valores de vida (HAYES, 2008). As técnicas da ACT são usadas para maximizar a eficácia comportamental. Quando se deparam com sintomas de quadros psicopatológicos, as pessoas adotam medidas para enfrentá-los e criam estratégias para evitar o sofrimento. Contudo, de acordo com a ACT, o sofrimento humano pode ser maior quanto mais rígida e inflexível psicologicamente a pessoa estiver (HAYES *et al.*, 2021).

A estratégia da ACT para lidar com o sofrimento envolve alguns processos, a saber: treinar a capacidade de estar no momento presente, relacionando-se com as funções diretas dos estímulos, e não, sob o controle das adquiridas em situações anteriores; aceitar as reações emocionais (sensações, sentimentos, pensamentos e memórias) diante dos eventos, para não precisarmos fugir e limitar nossa experiência com o mundo; definir o que é importante, podendo desenvolver novas maneiras de nos relacionar, novos objetivos, novas ações e novas consequências (LUCENA-SANTOS et al, 2015).

## **Método**

### **Participantes**

Cinco universitários matriculados em instituição de ensino superior (IES) privada, com mais de 18 anos de idade, dos sexos feminino e masculino e de diferentes cursos de graduação (Letras, Artes Visuais e Psicologia).

### **Procedimentos**

A intervenção em ACT foi realizada em quatro encontros, uma vez por semana, com duração de 45 minutos, sob a coordenação de uma terapeuta (psicóloga) e duas observadoras (estudantes de Psicologia) na modalidade on-line em grupo, no primeiro semestre do ano de 2021.

Este protocolo, que foi construído com base nos processos da ACT e de guias de intervenções para grupos (DE OLIVEIRA *et al*, 2014; FORSYTH; EIFERT, 2016; TWOHIG; LEVIN; ONG, 2020; KRAFFT *et al*, 2021), apresenta alguns exercícios experienciais que

possam ampliar a consciência do momento presente. É importante chamar a atenção do grupo para o impacto de participar e manter-se envolvido para atender à sua expectativa com a intervenção. Isso pode ser feito de diferentes maneiras: propondo uma reflexão durante os encontros, fazendo perguntas ou comentários sobre o processo, mantendo contato ao longo da semana e enviando mensagens para reforçar a realização dos exercícios e lembrar a data e o horário do próximo encontro.

Também são apresentados os objetivos do encontro e a sequência das atividades que foram realizadas: a) discussão inicial sobre o problema; b) exercício prático e c) orientações para a próxima sessão.

<b>ESTRUTURA DOS ENCONTROS</b>			
<b>Encontro 1 - Contato com o momento presente</b>	<b>Encontro 2 - Aceitação</b>	<b>Sessão 3 - Valores</b>	<b>Encontro 4 - Fechamento: ação de compromisso</b>

## ESTRUTURA DOS ENCONTROS

Objetivos: Estabelecer um bom relacionamento com os participantes; apresentar a intervenção e suas etapas; oferecer um panorama geral sobre a natureza e a função do estresse, da ansiedade e da depressão; favorecer a percepção dos sinais de adoecimento mental e o impacto da vivência de pandemia.

Objetivos: Promover envolvimento ativo e consciente com os eventos pessoais relacionados a esse contexto; aumentar as ações baseadas em valores.

Objetivos: Identificar valores; diferenciá-los de objetivos; auxiliar os participantes a escolherem direções de vida e a reduzir evitações.

Objetivos: Mudar a maneira como o indivíduo interage e se relaciona com os pensamentos, a fim de que as funções nocivas sejam diminuídas; ampliar a consciência de suas experiências; estabelecer objetivos concretos e consistentes com seus valores.

ESTRUTURA DOS ENCONTROS			
<p>ESTRATÉGIAS E MÉTODOS</p> <p><b>1. Discussão inicial sobre o problema</b> (35 min.); apresentação da proposta; relato de vivência; feedback do terapeuta.</p> <p><b>2.Exercício prático</b> (5 min) Atenção plena</p> <p><b>3.Orientações para a próxima sessão</b> (5 min.) Data e horário; exercício para a semana: registro de exercícios de melhoria de vida.</p>	<p>ESTRATÉGIAS E MÉTODOS</p> <p><b>1.Discussão inicial sobre o problema</b> (30 min.); retomada do exercício proposto no encontro anterior; feedback do terapeuta.</p> <p><b>2. Exercício prático</b> (10 minutos) Construindo um ambiente seguro</p> <p><b>3.Orientações para a próxima semana</b> (5 min.) Data e horário; exercício para a semana: Folhas em um riacho</p>	<p>ESTRATÉGIAS E MÉTODOS</p> <p><b>1. Discussão inicial sobre o problema</b> (15 min.) Retomada do exercício proposto no encontro anterior; feedback do terapeuta; informações sobre valores.</p> <p><b>2. Exercício prático</b> (20 minutos) Metáfora da bússola</p> <p><b>3. Orientações para a próxima sessão</b> (10 min.) Data e horário; Exercício para a semana: Matriz</p>	<p>ESTRATÉGIAS E MÉTODOS</p> <p><b>1.Discussão inicial do problema</b> (10 min.) Retomada do exercício proposto no encontro anterior; feedback do terapeuta.</p> <p><b>2. Exercício prático</b> (20 minutos) Metáfora</p> <p><b>3. Fechamento da intervenção</b> (15 min.)</p>

Fonte própria

## Resultados

O trabalho de intervenção proposto aqui pretende acolher os aspectos da ansiedade, do estresse, da depressão e da inflexibilidade psicológica apresentados pelos universitários participantes. É um programa de intervenção por meio do qual os participantes podem

compreender bem mais os pensamentos e os sentimentos presentes e criar estratégias para a aceitação e as ações com compromisso.

## **Estrutura dos encontros**

### **Encontro 1 - Contato com o momento presente**

**Objetivos:** Estabelecer um bom relacionamento com os participantes; apresentar a intervenção e suas etapas; oferecer um panorama geral sobre a natureza e a função do estresse, da ansiedade e da depressão; favorecer a percepção dos sinais de adoecimento mental e o impacto da vivência da pandemia.

### **Estratégias e métodos**

#### **v. Discussão inicial sobre o problema (35 min.)**

##### **Apresentação da proposta**

Ao iniciar o encontro, o terapeuta se apresenta (sua especialidade e experiência no tema) e pede que os participantes se apresentem e esclareçam o que os motivou a aceitarem participar da intervenção. Na sequência, esclarece o objetivo do programa de intervenção e salienta a importância do sigilo, da participação, da frequência, do respeito à decisão de falar ou não e informa as datas dos encontros e o tempo de duração.

### **Relato de vivência**

O terapeuta apresenta algumas informações sobre o impacto da pandemia na saúde mental para contextualizar a intervenção e estimular os participantes a relatarem suas vivências.

Terapeuta:

Durante a vivência da pandemia, é comum que estejamos, a maior parte do tempo, em estado de alerta, preocupados, ansiosos, estressados e com sensação de falta de controle devido às incertezas do momento. Estima-se que grande parte da população poderá sofrer alguma manifestação psicopatológica, caso não seja feita nenhuma intervenção de cuidado para as reações e os sintomas apresentados. Entretanto, é importante destacar que nem todos os problemas psicológicos e sociais apresentados poderão ser qualificados como doenças. A maioria será classificado como reações normais diante de uma situação atípica. Algumas reações são frequentes na vivência da pandemia, entre elas:

- Necessidade de se adaptar aos novos protocolos de biossegurança;
- Risco de ser contaminado e de contaminar os outros;
- Sintomas comuns de outros problemas podem ser confundidos com covid-19;
- Preocupação em ficar sem as referências de cuidado e trocas sociais, isto é, sem a convivência na universidade e distante da rede socioafetiva;
- Risco de agravamento da saúde mental e física de pessoas próximas devido à quarentena;
- Alteração da rotina de estudo e de trabalho, reorganização dos planos futuros (fazer estágio, se formar, ingressar no mercado de trabalho).

As reações psicológicas a esse cenário podem incluir alterações comportamentais e emocionais, como medo, irritabilidade, falta de motivação, diminuição da concentração, tristeza, preocupação [incluir outros exemplos comuns].

Depois de fazer essa exposição, o terapeuta deve solicitar aos participantes que mencionem os impactos que a pandemia causou em suas vidas.

Terapeuta:

Como a pandemia afetou a rotina e os planos acadêmicos de vocês?

[fazer outras perguntas, caso necessário, para levar o participante a se sentir confortável em participar: “teve alteração na dinâmica familiar? E o contato com os amigos, como ficou? Vocês tiveram alterações de sono ou de apetite nesse período? Tiveram mudanças na organização das atividades da faculdade?”]

## **Feedback do terapeuta**

Retome resumidamente as alterações advindas da pandemia e o impacto na vida dos participantes presentes nos relatos de cada um;

Reforce a importância de validar os sentimentos e de reconhecer as dificuldades;

Indique a tendência a se lutar contra os sentimentos e os pensamentos negativos e oriente o participante para a prática de aceitação e o compromisso com a ação.

Terapeuta:

Sabemos algumas coisas sobre como respondemos a situações estressantes [dar exemplos de reações relatadas pelos participantes].

Precisamos entrar em contato com nossas experiências. Assim, iremos perceber que os eventos internos são difíceis de controlar, que as tentativas de regular essa experiência interna podem ser mais difíceis do que ter o sentimento e que a única maneira de sair dessa situação pode ser adotando uma abordagem completamente diferente do problema: a aceitação, que será melhor discutida no próximo encontro.

Com isso em mente, nossos objetivos para este grupo são de ajudá-lo a perceber esses padrões, o que acontece em sua vida, especificamente, e dar a você habilidades para interromper esses padrões e ter qualidade de vida.

## **Exercício prático (5 min.)**

A ansiedade e o medo tendem a deixar as pessoas tensas e afastadas do momento presente. Então, para combater essa tendência natural, é necessário aprender a voltar para onde está. Esse exercício

é uma maneira simples de treinar para estar presente onde quer que esteja.

Terapeuta:

Este é um exercício de atenção plena que leva poucos minutos e tem o objetivo de esvaziar nossas mentes do excesso de preocupação, trazendo a atenção para o momento presente. Ouçam o que vou falar, seguindo as instruções do exercício.

### EXERCÍCIO DE ATENÇÃO PLENA

Vá em frente e coloque-se em uma posição confortável em sua cadeira. Sente-se ereto, com os pés apoiados no chão, os braços e as pernas descruzados e as mãos apoiadas no colo. Permita que seus olhos fechem suavemente [pausa]. Respire suavemente algumas vezes: inspire e expire; inspire e expire. Observe o som e a sensação de sua própria respiração enquanto inspira [pausa] e expira [pausa].

Agora volte sua atenção para onde você está agora. Observe todos os sons que estão presentes [pausa] e fora [pausa].

Observe como você está sentado em sua cadeira [pausa].

Concentre-se no local onde seu corpo toca a cadeira: Quais são as sensações? Qual é a sensação de sentar onde você está? [pausa]

Em seguida, observe os lugares onde seu corpo se toca [pausa]: observe o local onde suas mãos tocam suas pernas.

Como você se sente na posição em que está? [pausa] Quais sensações você pode notar no resto do seu corpo? Se você sentir qualquer sensação em seu corpo, apenas as observe e reconheça sua presença [pausa]. Observe também como elas podem, sozinhas, mudar ou ir mudando a cada momento. Não tente alterá-las [pausa].

Se você está pensando que isso parece estranho, apenas observe e volte ao que está sentindo nesse momento.

Veja se você pode se permitir estar presente com o que você tem medo ou lhe incomoda. Observe quaisquer dúvidas, reservas, medos e preocupações [pausa]. Veja se consegue apenas notá-los, reconhecer sua presença e abrir algum espaço para eles [pausa]. Você não precisa fazer com que desapareçam ou trabalhar com eles [pausa].

Agora veja se, por um momento, você pode estar presente com seus valores e compromissos: Por que você está aqui? Aonde você quer ir? O que você quer fazer? [pausa]

Então, quando estiver pronto [pausa], deixe de lado esses pensamentos e, gradativamente, vá ampliando sua atenção para captar os sons ao seu redor [pausa] e, lentamente, abra os olhos com a intenção de trazer essa consciência para o momento presente e o resto do dia.

## **Orientações para a próxima sessão (5 min.)**

Indicação do exercício para ser realizado durante a semana (enviar o exercício em arquivo editável para que o participante imprima ou preencha digitalmente).

Reforçar o horário e o dia da próxima sessão.

Terapeuta:

Além de fazer exercícios durante o encontro, o principal componente do tratamento é que vocês se envolvam em atividades e exercícios em casa e em qualquer outro lugar, pois a intervenção é altamente experiencial, e seu sucesso dependerá de quanto vocês investem nele.

<b>REGISTRO DE EXERCÍCIOS DE MELHORIA DA VIDA</b>										
<i>No final de cada dia, faça uma classificação para cada uma das quatro perguntas a seguir, em que 0 (nenhuma) a 10 (máximo):</i>										
<b>Sufrimento:</b> O quão chateado/a e angustiado/a você ficou hoje?										
<b>Luta:</b> Quanto esforço você fez para fazer os sentimentos ou pensamentos relacionados à ansiedade, ao estresse ou à depressão irem embora hoje (por exemplo, negando, distraíndo-se, buscando a confirmação de outra pessoa)?										
<b>Funcionalidade:</b> Se sua vida em geral fosse como hoje, até que ponto isso seria interessante para você?										
<b>Ação:</b> O quanto você se engajou em comportamentos (ações) hoje que estão de acordo com seus valores e objetivos de vida?										
<b>DOMINGO</b>										
Sufrimento										
Luta										
Funcionalidade										
Ação										
<b>SEGUNDA-FEIRA</b>										
Sufrimento										
Luta										
Funcionalidade										
Ação										
<b>TERÇA-FEIRA</b>										
Sufrimento										
Luta										
Funcionalidade										
Ação										
<b>QUARTA-FEIRA</b>										
Sufrimento										
Luta										
Funcionalidade										
Ação										
<b>QUINTA-FEIRA</b>										
Sufrimento										
Luta										
Funcionalidade										
Ação										
<b>SEXTA-FEIRA</b>										
Sufrimento										
Luta										
Funcionalidade										
Ação										
<b>SÁBADO</b>										
Sufrimento										
Luta										
Funcionalidade										
Ação										

## Encontro 2 - Aceitação

**Objetivos:** Promover envolvimento ativo e consciente com os eventos pessoais relacionados a esse contexto e aumentar as ações

baseadas em valores.

## **Estratégias e métodos**

**Discussão inicial do problema** (30 min.)

**Retomada do exercício proposto no encontro anterior**

Peça aos participantes que vejam o esforço que fizeram para que os sentimentos ou pensamentos relacionados à ansiedade, ao estresse ou à depressão desaparecessem ou diminuíssem durante a semana.

Pergunte aos participantes como essas coisas funcionaram para controlar os sentimentos em curto prazo e em longos prazos e peça-lhes que façam uma lista de tentativas e o que foi eficaz ou não.

## **Feedback do terapeuta**

Organize os relatos e ajude-os a refletir sobre as estratégias que utilizaram, sobre a tentativa de controlar os sentimentos e falar sobre o processo de aceitação.

Terapeuta:

É importante sabermos como a ansiedade (você pode usar os sentimentos e as sensações trazidos pelos participantes) funciona e o quanto ela está realmente sob seu controle. [Traga alguns exemplos de estratégias utilizadas]. Existem alguns comportamentos de evitação ou fuga [é importante não rotular essas coisas como “boas” ou “ruins”] e existem estratégias lógicas, o importante é verificarmos a eficácia dessas ações. Tentar controlar como nos sentimos é natural e racional, podendo ser útil algumas vezes, a curto prazo. Mas, geralmente, não temos tanto controle quanto gostaríamos, e tentar controlar como nos sentimos pode nos manter presos e nos custar de outras maneiras.

O que estamos realmente procurando são estratégias que funcionem por longos períodos de tempo. Acho que vocês se esforçam bastante para lidar com as situações que enfrentam e fazem o melhor que podem com os recursos que têm.

Mas, e se pudéssemos direcionar esse esforço para outra coisa que funcione muito melhor? A aceitação é encontrar um lugar onde todas as experiências internas possam existir. [Aqui podem ser mostrados alguns exemplos do cotidiano do terapeuta para explicar a ideia].

Permitir que os pensamentos e os sentimentos ou sensações estejam presentes sem tentar mudá-los ou controlá-los significa fazer uma escolha para permitir que algo simplesmente esteja lá. É uma ação! Podemos compará-los a hóspedes ou colegas de trabalho desagradáveis: você não precisa gostar da pessoa para ser gentil com ela. Essas emoções e pensamentos são parecidos com isso; eles surgirão, você pode não gostar deles, e você pode ser gentil com eles e permitir que eles tenham um lar dentro de você, se isso o ajudar a buscar a vida que deseja para si mesmo.”

Durante o feedback do terapeuta, os participantes podem contribuir descrevendo seus pensamentos e sentimentos.

### **Exercício prático (10 min.)**

Esse exercício deve ser aplicado durante o encontro, para que os participantes possam se aproximar dos seus sentimentos e se implicar na relação com a intervenção.

<b>EXERCÍCIO: CONSTRUINDO UM AMBIENTE SEGURO</b>
--

Construindo um ambiente seguro:
---------------------------------

- |   |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"><li>v. O quão seguro você se sente nesse grupo?</li><li>a. O que te faz sentir seguro ou inseguro baseado em sua experiência de vida?</li><li>b. O que podemos fazer aqui que faria você se sentir mais seguro?</li></ul> |
|---|

### **Orientações para a próxima semana (5 min.)**

Sugestão de exercício para realizar durante a semana (enviar a imagem ou vídeo com o exercício).

A prática do exercício de atenção plena auxilia a pessoa a estar presente no momento e a se tornar mais consciente do que lhe é importante. No exercício abaixo, os processos envolvidos são disfunção cognitiva e aceitação, como o fato de observar o *self* por

outro ângulo, estando distante dele. O desafio principal do exercício é de observar seus pensamentos, sem tentar mudá-los ou sem evitá-los, aceitando que eles não são fatos, embora pareçam convincentes.

Reforçar o horário e o dia da próxima sessão

#### EXERCÍCIO FOLHAS EM UM RIACHO

Sente-se confortavelmente por alguns instantes. Tente observar os pensamentos que, pouco a pouco, surgem em sua mente como uma sequência de folhas que flutuam com a corrente serena de um riacho. Cada pensamento que surge é como uma nova folha descendo pelo riacho. Observe atentamente cada folha que passa pelo seu campo de atenção. Imagine que você acompanha as folhas no riacho (as atividades de sua mente) a partir de certa distância, como se estivesse em uma arquibancada, assistindo a um desfile. Quando você notar que se esqueceu do que está fazendo, que repentinamente começou a pensar em outra coisa ou que se apegou a um pensamento em particular, simplesmente suba de volta para a arquibancada e volte a apreciar o desfile. (Hayes; Strosahl; Wilson, 2011, p. 255).

### Encontro 3 - Valores

**Objetivos:** Identificar valores; diferenciá-los de objetivos; auxiliar os participantes a escolherem direções de vida, reduzindo processos de escolhas baseadas na evitação, na convivência social ou na fusão.

#### **Estratégias e métodos**

#### **Discussão inicial sobre o problema (15 min.)**

Retomada do exercício proposto no encontro anterior

Terapeuta:

Vamos refletir um pouco sobre sua experiência com o exercício de respiração. O importante é que você possa perceber sua experiência e o que ela lhe ensina. Então, vamos começar.

Quais sensações você foi capaz de perceber em seu corpo? Liste todos os pensamentos que apareceram e que tentavam tirar você do exercício (por exemplo, não consigo me concentrar; isso é chato, não estou fazendo isso

direito). [Os participantes podem responder a essas perguntas, escrever ou apenas pensar sobre elas].”

## **Feedback do terapeuta**

Ao revisar o exercício feito em casa, oriente o participante a entrar em contato com sua experiência e com novos comportamentos para que ele possa julgar, com base em seus valores, se esses comportamentos funcionaram.

Terapeuta

Vocês notaram algum resultado específico fazendo a prática - como se sentir mais relaxado, calmo ou em paz? Caso tenham notado, sugiro que pratiquem esse exercício sempre que puder. Encontrem um momento e um lugar certo para vocês.

## **Informações sobre valores**

Informe o que são valores e como eles são diferentes de objetivos. Os encontros têm o objetivo de ajudar os participantes a verem como os processos de mudança estão conectados, mudando a forma como enfrentam as situações cotidianas e pensando em estratégias mais eficazes.

Terapeuta

Quando estamos enfrentando algo como uma preocupação, muitas vezes, focamos nossa atenção somente nisso, e isso significa que perdemos o foco em coisas que são realmente importantes para nós. Então, o objetivo, hoje, é de mudar esse foco. Isso significa que vamos gastar algum tempo com nossos valores. Os valores são uma direção, enquanto as metas são os destinos. Metas são ações que as pessoas podem marcar e concluir - você fez isso ou não (por exemplo, perder dez quilos, tirar férias, concluir um curso). Assim que alcançamos uma meta, o trabalho está feito, e nós terminamos.

Os valores são jornadas de uma vida inteira, por isso não têm um ponto final. Por exemplo, o valor de ser um parceiro amoroso não está completo no momento em que você se casa, algo pelo qual você deve continuar trabalhando constantemente. Além disso, alcançar uma meta específica (casar) é apenas um dos muitos passos em uma direção valiosa (ser um parceiro amoroso).

### **Exercício prático (20 min.)**

Pedir que os participantes descrevam seus valores pessoais, usando a metáfora da bússola.

Terapeuta:

O que mais nos importa é ajudar cada um de vocês a viver o tipo de vida que gostariam de viver e a fazer coisas que importam para vocês todos os dias.

Por exemplo, quando estamos usando uma bússola, geralmente estamos focados na direção que queremos seguir. Mas, em nossas vidas, muitas vezes, é o contrário. Se avançar em direção a algo está focando em nosso valor da educação, muitas vezes, estamos tentando nos afastar de algo – para terminar o semestre, para não tirar uma nota ruim, e assim por diante. Existem áreas em sua vida em que você percebe isso acontecendo, concentrando-se em se afastar de algo que você não quer em vez de ir em direção a algo que lhe importa?” [Peça exemplos ou cite um.] E não há nada de errado em fazer isso – às vezes, é importante se mudar. Mas, em longo prazo, quando a maior parte do que estamos fazendo é assim, tende a não ser muito satisfatório.

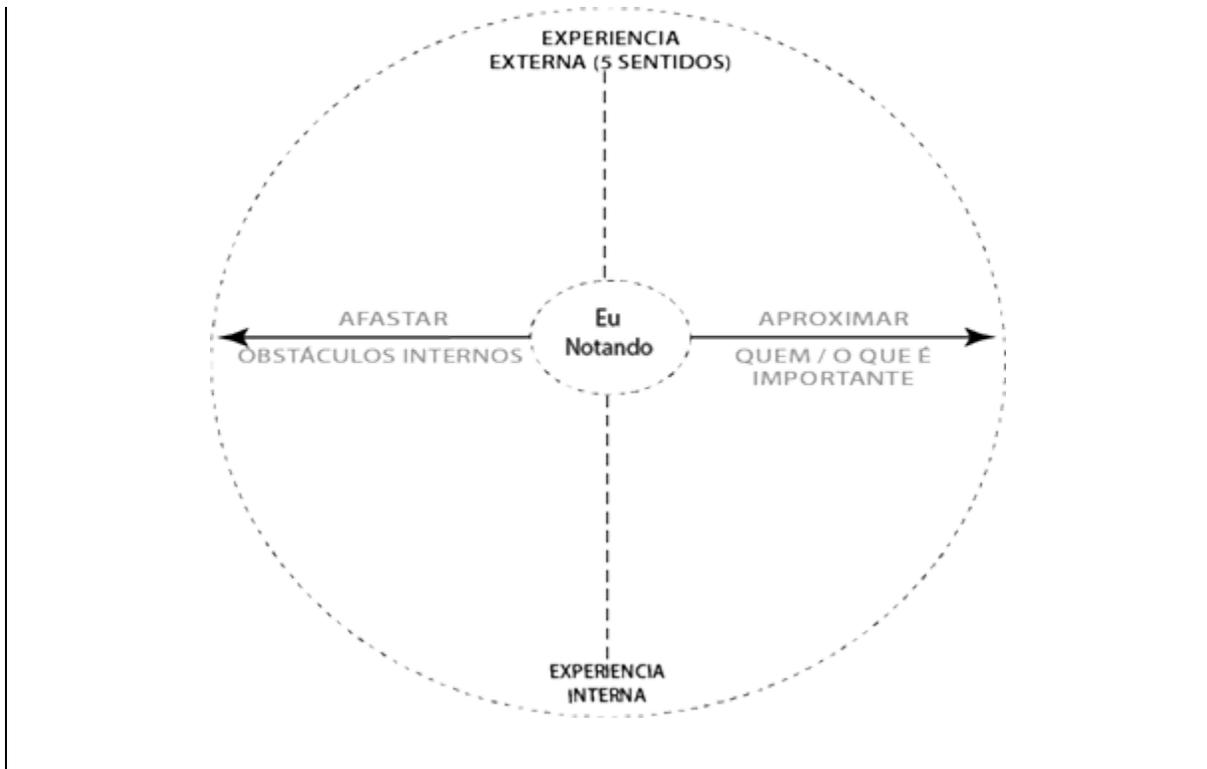
Então, gostaria de saber um pouco sobre o que é mais importante para você, porque isso pode nos dizer algo sobre a direção que você gostaria de seguir. Pense alguns minutos sobre o que é mais importante em sua vida e quais são as coisas e as pessoas que mais importam para você. [Pode solicitar que façam uma lista de exemplos].”

### **Orientações para a próxima semana (10 min.)**

Explicar e mostrar como faz cada etapa do exercício matriz (enviar o exercício em arquivo editável, para que o participante imprima ou preencha digitalmente).

O exercício de matriz tende a criar um ambiente seguro e interessante no qual as pessoas possam aprender a interagir de forma





## Encontro 4 – Fechamento: Ação de compromisso

**Objetivos:** Mudar a forma como o indivíduo interage e se relaciona com os pensamentos, para diminuir as funções nocivas; possibilitar a consciência de suas experiências; estabelecer objetivos concretos e consistentes com seus valores.

### Estratégias e métodos

**Discussão inicial sobre o problema (15 min.)**

**Retomada do exercício proposto no encontro anterior**

Terapeuta:

Veja a Matriz que você preencheu. Observe quem escolheu, que pessoa ou algo é importante para você, quem pode ver as coisas que aparecem no quadrante inferior esquerdo e quem pode dizer se o que você faz visa se aproximar dessa

pessoa ou algo ou se afastar dessas coisas. O que você acabou de mapear, de alguma forma, reflete a experiência de seu relacionamento com essa pessoa/algo? [Trazer alguns exemplos das matrizes dos participantes].

## **Feedback do terapeuta**

Discutir sobre os relatos dos participantes no exercício de matriz.

Terapeuta:

Nesse exercício, você, de certa forma, indicou suas próprias soluções no último quadrante. Não existem muitas soluções prontas para os problemas da vida humana, o que funciona sempre depende do contexto. O exercício da Matriz é uma ferramenta para identificar e testar suas próprias soluções. Tente refazer analisando outros contextos de sua vida.”

### **Exercício prático (20 min.)**

Terapeuta:

Hoje é nossa última sessão. Então, vamos pensar nas experiências que tivemos ao longo desse mês. Minha sugestão é que vocês possam encontrar uma maneira de manter essas reflexões depois de nossas sessões. Cada pessoa precisa encontrar sua própria maneira de fazê-lo, mas é essencial fazer da manutenção de sua saúde mental uma parte de sua vida. Gaste tempo com essas questões e faça pequenos planos de como você vai continuar se movendo em uma direção baseada em seus valores, no que é importante para você.

A metáfora “Bolha” possibilita aos participantes compararem suas ações que promovem expansão de vida com as que trazem restrição de vida e perceberem que, para agir de acordo com seus valores, terão que vivenciar e enfrentar as barreiras.

Terapeuta

Nas últimas semanas, você provavelmente se viu fazendo coisas que não fazia antes. Você realizou ações que estava evitando, assumindo-as porque elas têm um significado importante para você. Você provavelmente já percebeu que, ao

se comprometer com essas ações e segui-las, abriu a porta para mais e mais ações que o levarão nas direções que você valoriza. Então você começou a ter mais e mais opções.

O processo de ação comprometida é a mudança de uma vida limitada pela evitação e fusão para uma vida em que o movimento para frente em direção aos seus valores e uma expansão de suas escolhas e ações são constantes. Quando você está agindo e se movendo de maneira consistente com seus valores, provavelmente experimentará uma sensação de expansão em sua vida. Vamos fazer um exercício para ajudá-lo a ter uma ideia disso.

### **EXERCÍCIO METÁFORA “BOLHA”**

Imagine que sua vida é uma bolha feita de um material especial que pode absorver tudo ao redor da bolha sem nunca quebrar ou estourar. Você é quem controla a quantidade de ar na bolha e quanto ela se expande ou contrai. Fora da bolha, estão alguns objetos pontiagudos - são suas experiências difíceis. Quando você se assusta com esses objetos pontiagudos, porque parece que vão estourar sua bolha, você para de inflar, e sua vida se contrai. Quando você aceita essas experiências em sua vida, mesmo que elas pareçam muito nítidas, e infla sua bolha voluntariamente, para que entre em contato com essas dificuldades e as absorva, ela se expande.

Vamos revisar as ações comprometidas que você realizou na semana passada. Considere se você fez alguma dessas ações a serviço de seus valores e abraçando totalmente tudo o que experimentou no processo. Se sim, vamos chamar essas ações de vitais. Considere também se algumas delas foi um exemplo do que poderíamos chamar de ações não vitais. Essas podem ser ações que você planejou fazer, mas acabou não fazendo para evitar experiências difíceis. Ou talvez você tenha feito ações, mas as fez a serviço de evitar experiências difíceis; a serviço das razões; a serviço de provar algo para si mesmo ou para os outros ou mesmo apenas a serviço de não querer ser mal sucedido e seguir adiante. Tudo bem se algumas de suas ações parecerem não vitais. Afinal, você ainda está dando seus primeiros passos em direção à valorização da sua vida valorizada.

Peça aos participantes que anotem as ações que realizaram e, para cada ação, indiquem se acham que foi vital ou não vital. Em seguida, digam se sentiram que cada ação criou uma sensação de expansão ou de restrição. Sugira que eles podem usar esse exercício para acompanhar suas ações ao longo da semana e identificar se elas criam uma sensação de vitalidade e expansão.

## **Fechamento da intervenção (15 min.)**

Peça aos participantes que digam como se sentiram e se pensaram em ações que precisam realizar a partir de agora em relação às percepções que tiveram.

Ajude-os a pensarem sobre como querem abordar novos desafios e mudanças no futuro, normalizando a dificuldade de tornar a mudança consistente ao longo do tempo. Faça com que cada pessoa identifique, por si mesma: 1) o que ela manterá ou tentará praticar, 2) o que diria si mesma se estivesse sendo envolvida em padrões antigos ou se afastando de seus valores e 3) o que ela pode fazer para se libertar.

Dê um feedback do que foi trabalhado e o que precisa ser pensado [destacar alguns exemplos de relatos e de estratégias pensadas ao longo da intervenção].

Peça qualquer feedback sobre o grupo (conteúdo, estrutura, o que foi útil, o que mudar da próxima vez). Expresse sua gratidão aos participantes do grupo e seu comprometimento com a intervenção.

## **Considerações finais**

Este protocolo apresenta um conjunto de procedimentos que são fundamentados nos componentes da ACT, sintetizados em quatro encontros. Convém ressaltar que essa modalidade terapêutica não pode ser considerada como um pacote de técnicas pré-determinadas. É necessário compreender a demanda e os processos teóricos importantes que embasam sua prática.

Para aplicar essa intervenção de maneira consistente com a ACT, o(s) terapeuta(s) deve(m) observar o comportamento do grupo e compreender sua função de mediador. Para garantir a fidelidade da intervenção, o(s) terapeuta(s) pode(m) seguir esse esquema e adaptar metáforas e guias para os exercícios de atenção plena, que poderão ser encontrados nas referências no final deste capítulo.

A ACT é colaborativa, e um dos aspectos que possibilita o sucesso de sua aplicação é a oportunidade de refletir sobre as experiências, os sentimentos e os valores dos participantes. Isso só será possível se o terapeuta ou mediador também já refletiu sobre as próprias experiências. Assim, é necessário ouvir e respeitar profundamente as escolhas de cada participante, com a intenção de desenvolver uma relação terapêutica sólida e permeada de aceitação e de acolhimento incondicional. Também é importante chamar a atenção dos participantes para que se mantenham envolvidos na sessão e possam entrar em contato com o processo vivencial da ACT. O terapeuta pode fazer isso de diferentes maneiras, como, por exemplo, propondo uma reflexão durante os encontros com perguntas sobre o processo, os pensamentos e os sentimentos que os participantes estão vivenciando naquele momento.

O protocolo apresentado neste capítulo foi aplicado online, visto que tal modalidade de intervenção foi uma estratégia útil e recorrente na pandemia, por diminuir barreiras do acesso ao cuidado em saúde mental, facilitar o contato a distância e otimizar o tempo ao considerar as demandas acadêmicas. Contudo, foi preciso reassegurar algumas orientações aos participantes, decorrentes dessa modalidade específica de aplicação, como a importância da abertura das câmeras e o acordo de sigilo e do respeito mútuo entre os participantes, incluindo a necessidade de se manterem em locais privativos durante os encontros. O contato via mensagem, ao longo da semana, foi uma estratégia importante para lembrar aos participantes a data e o horário do encontro e captar *feedbacks* individuais a respeito do encontro anterior e seus efeitos na semana.

Outras intervenções online para manter a saúde mental de diferentes populações vêm sendo disseminadas no cenário atual de saúde. A ACT é uma modalidade de intervenção de caráter vivencial e, por isso, poderá apresentar algum impacto na qualidade das interações sociais estabelecidas em ambiente virtual. Por essa razão, é preciso desenvolver estudos que visem avaliar o custo-benefício

dessas intervenções e comparar sua efetividade com a modalidade presencial.

## Referências Bibliográficas

A-TJAK, Jacqueline GL et al. A meta-analysis of the efficacy of acceptance and commitment therapy for clinically relevant mental and physical health problems. *Psychotherapy and Psychosomatics*, v. 84, n. 1, p. 30-36, 2015.

AUERBACH, Randy P. et al. WHO World Mental Health Surveys International College Student Project: prevalence and distribution of mental disorders. **Journal of Abnormal Psychology**, v. 127, n. 7, p. 623, 2018.

BLANCO, Carlos et al. Mental health of college students and their non-college-attending peers: results from the national epidemiologic study on alcohol and related conditions. *Archives of general psychiatry*, v. 65, n. 12, p. 1429-1437, 2008.

BLUETT, Ellen J. et al. Acceptance and commitment therapy for anxiety and OCD spectrum disorders: An empirical review. *Journal of anxiety disorders*, v. 28, n. 6, p. 612-624, 2014.

CHASE, Jared A. et al. Values are not just goals: online ACT-based values training adds to goal setting in improving undergraduate college student performance. *Journal of Contextual Behavioral Science*, v. 2, n. 3-4, p. 79-84, 2013.

DE OLIVEIRA, Rosely Domingues Guimarães et al. Psicoterapia de grupo para dor crônica: um protocolo. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, v. 16, n. 2, p. 62-80, 2014.

FORSYTH, John P.; EIFERT, Georg H. *The mindfulness and acceptance workbook for anxiety: a guide to breaking free from anxiety, phobias, and worry using acceptance and commitment therapy*. New Harbinger Publications, 2016.

HAYES, Steven C.; STROSAHL, Kirk D.; WILSON, Kelly G. *Terapia de Aceitação e Compromisso: O Processo e a Prática da Mudança Consciente*. Artmed Editora, 2021.

HOOPER, Nic; LARSSON, Andreas; HAYES, Steven C. *The research journey of acceptance and commitment therapy (ACT)*. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2015.

HUNT, Justin; EISENBERG, Daniel. Mental health problems and help-seeking behavior among college students. *Journal of adolescent health*, v. 46, n. 1, p. 3-10, 2010.

KRAFFT, Jennifer et al. An Open Trial of Group Acceptance and Commitment Therapy with an Adjunctive Mobile App for Generalized Anxiety Disorder. *Cognitive and Behavioral Practice*, 2021.

LATTIE, Emily G. et al. Digital mental health interventions for depression, anxiety, and enhancement of psychological well-being among college students: systematic review. *Journal of medical Internet research*, v. 21, n. 7, p. e12869, 2019.

LEE, Eric B. et al. An initial meta-analysis of Acceptance and Commitment Therapy for treating substance use disorders. *Drug and alcohol dependence*, v. 155, p. 1-7, 2015.

LEVIN, Michael E. et al. Feasibility of a prototype web-based acceptance and commitment therapy prevention program for college students. *Journal of American College Health*, v. 62, n. 1, p. 20-30, 2014.

LEVIN, Michael E. et al. Feasibility of an acceptance and commitment therapy adjunctive web-based program for counseling centers. *Journal of Counseling Psychology*, v. 62, n. 3, p. 529, 2015.

LUCENA-SANTOS, P.; PINTO-GOUVEIA, J.; OLIVEIRA, M. da S. *Terapias comportamentais de terceira geração: guia para profissionais*. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2015.

POLK, Kevin L. et al. *The essential guide to the ACT Matrix: A step-by-step approach to using the ACT Matrix model in clinical practice*. New Harbinger Publications, 2016.

SABAN, M. T. *Introdução à terapia de aceitação e compromisso*. Santo André: ESETec, 2011.

TWOHIG, Michael P.; LEVIN, Michael E.; ONG, Clarissa W. *ACT in Steps: a Transdiagnostic Manual for Learning Acceptance and Commitment Therapy*. Oxford University Press, USA, 2020.

## **SOBRE OS AUTORES**

### **Adjácia Dias de Sousa**

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf; Colaboradora na Liga Interdisciplinar de Desenvolvimento Humano – LADH e Participante do Projeto de Extensão “Dialogando com os Pais” que visa desenvolver ações educativas e de formação.

### **Adan Araújo Marques**

Graduando em Medicina pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Bacharel Interdisciplinar em Saúde. Integra o Núcleo de Epidemiologia e Saúde (NES/UFRB). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/UFRB).

### **Amanda Oliveira Lyrio**

Doutoranda em Ciências Médicas na Universidade de Brasília (UnB), mestra em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília (UnB) e graduação em enfermagem pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

### **Ana Claudia M. Godoy Figueiredo**

Docente do Programa de Mestrado Profissional em Saúde da Família (ABRASCO/UFRB). Docente do Programa de Residência Multiprofissional em Gestão de Políticas Públicas para a Saúde da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS). Revisora Do núcleo de Vigilância Epidemiológica da Secretária de Estado de Saúde do Distrito Federal (Brasília).Doutora em Ciências da Saúde e doutora em Saúde Coletiva (Epidemiologia) pela Universidade de Brasília, mestra em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e graduada em enfermagem pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

### **Ana Lúcia Barreto da Fonseca**

Docente do Programa de Mestrado Profissional em Saúde da Família (ABRASCO/UFRB). Docente do Centro de Ciência da Saúde da Universidade Federal Do Recôncavo da Bahia (CCS/UFRB), coordenadora do Núcleo de Pesquisa Comportamento, Desenvolvimento e Cultura (NCDC). Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e mestra em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), graduada em psicóloga pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Serviço Social pela Universidade Católica de Salvador (UCSAL).

### **Ana Patrícia S. Araújo**

Odontóloga da Secretaria Municipal de Saúde de Juazeiro/Bahia. Mestra em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UESF). Especialista em Odontopediatria pela EAP/PA e em Saúde da Família pela Universidade Federal do Vale do São

Francisco (UNIVASF). Graduada em Odontologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

### **Anderson Mesquita do Nascimento**

Doutor e mestre em Psicologia Social (UFPB), psicólogo pela federal do Piauí (UFPI), Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Ituiutaba), Coordenador do curso de psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Ituiutaba).

### **Andreia Eva Silva Azevedo Borges**

Graduada em Psicologia na Universidade Federal do Vale do São Francisco, integrou o Coletivo Sexualidades no Plural que desenvolve pesquisas e intervenções na área de gênero e sexualidade, membro fundadora da LAPJU Liga de Psicologia jurídica, realizou estágio não obrigatório na pró reitoria de ensino da Univasf e estágio obrigatório em psicologia educacional e escolar na rede privada de ensino.

### **Dalila Castelliano de Vasconcelos**

Docente na área de Educação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/UAED), e do Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/CH/UFCG). Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal de Paraíba (UFPB), com doutorado sanduíche na Universidad Complutense de Madrid (UCM). Mestra em Psicologia da Saúde pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Graduada em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

## **Daniel Henrique Pereira Espíndula**

Docente do curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Coordenador do GT Identidade, Memória e representações sociais da ANPEPP biênio 2020-2021. Assessor da CAPES na Comissão de avaliação de livros da Quadrienal 2017-2021. Pós-Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor e mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFP).

## **Dóris Firmino Rabelo**

Docente do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia - UFBA e do Mestrado Profissional em Saúde da Família - ProfSaúde-UFRB. Compõe o GT Relações Intergrupais, Preconceito e Exclusão Social da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia Faz parte da Diretoria da Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (Gestão 2020-2022). Coordena o GT Psicologia, Envelhecimento e Velhice do CRP03. Faz parte do GT Mulheres e Interseccionalidades na América Latina - ULAPSI. Bolsista Produtividade PQ-2 (2022-2025). Doutora em Educação e mestra em Gerontologia pela Universidade Estadual de Campinas (UEC) e Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

## **Drielly Silva Andrade**

Mestranda do Mestrado Profissional em Saúde da Família, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e Associação Brasileira de Saúde Coletiva (UFRB/ABRASCO). Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Graduada em Interdisciplinar em Saúde pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Especialização em Enfermagem do Trabalho pela Universidade Salvador (UNIFACS). Enfermeira da Secretaria Municipal de Saúde Jaguaripe/BA.

### **Elaine Gasques Rodrigues Trevisan**

Mestra em Psicologia Social pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Pós-Graduada em Psicopedagogia Institucional pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).

### **Eloá Losano de Abreu**

Doutora em Psicologia Social do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Mestra em Psicologia (UFPB) Docente do Departamento de Psicologia da UFPB) integrante do Núcleo de pesquisa em Desenvolvimento Sociomoral.

### **Emellyne Lima de Medeiros Dias Lemos**

Docente na Unidade Acadêmica de Educação da Universidade Federal de Campina Grande/PB (UFCG). Integrante do Núcleo de Estudos em Interação Social e Desenvolvimento Infantil (NEISDI). Doutora e mestra em Psicologia Social pelo Programa de Pós-

Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialista em Psicopedagogia e graduação em Psicologia pelo Centro Universitário de João Pessoa.

### **Fabiola de Sousa Braz Aquino**

Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Coordenadora do Núcleo de Estudos em Interação Social, Desenvolvimento Infantil e Processos Educacionais (NEISDI-UFPB). Membro do GT de Psicologia Escolar Educacional da ANPEPP. Doutora e mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (PPgPS, UFPB), Graduação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

### **Francine Teixeira de Sena**

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Bacharel em Saúde Interdisciplinar pela UFRB, bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

### **Gabriel Barbosa Sardinha**

Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

### **Gabriela Marcolino Alves Machado**

Doutora e mestra em Psicologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especializada em Psicologia Cognitivo-Comportamental pelo Centro integrado de tecnologia e pesquisa. Licenciada e Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

### **Glaydson Élder Freitas Santana da Silva**

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e membro do Núcleo de Estudos em Interação Social, Desenvolvimento Infantil e Processos Educacionais (NEISDI/UFPB).

### **Juliana Gonçalves Dias**

Graduanda em Medicina pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Bacharel Interdisciplinar em Saúde. Integra a Liga Acadêmica de Ginecologia e Obstetrícia do Recôncavo da Bahia (LAGORB). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ginecologia e Obstetrícia do Recôncavo da Bahia (GEP-LAGORB).

### **Kelly Cristina Atalaia da Silva**

Docente do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CCS/UFRB), Coordenadora do Núcleo de Neurociência e Neuropsicologia Cognitiva (NUNNCOG). Doutora e mestra em Neurociência e Biologia do Comportamento pela Universidad Pablo Olavide de Sevilla (UPO/España), segundo mestrado em Neuropsicologia Clínica pela Universidad Pablo Olavide de Sevilla (UPO/España) e terceiro mestrado em Ciências Médicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora – MG (UFJF).

### **Iago Marafina de Oliveira**

Docente do curso de Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Doutorando em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ). Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Psicanálise e em Saúde Mental pela Faculdade da Região Serrana – Espírito Santo. Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

### **Iasmim Oliveira Nascimento**

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e bolsista CNPQ de Iniciação Científica. Integrante do Grupo de Pesquisa - Clínica, Cuidado e Gestão em Saúde (GPCLIN) - CNPq/ URCA. Integrante do Laboratório de Estudos em Desenvolvimento Infantil e Processos Psicossociais (LEDIPPSI) - CNPq/UNIVASF.

### **Isabel Cristina Vasconcelos de Oliveira**

Docente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Doutora em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (PPgPS, UFPB), mestra Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e graduação pela UFPB.

### **Ivana Karolina Sousa Santos**

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Bacharel em Saúde Interdisciplinar pela UFRB, Integra a diretoria da Liga Acadêmica de Ginecologia e Obstetrícia do Recôncavo da Bahia (LAGORB) e Liga de Atenção Primária e Primeiros Socorros (LAAPPS). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ginecologia e Obstetrícia do Recôncavo da Bahia (GEP-LAGORB) e participa do Núcleo de Saúde, Educação e Trabalho (NSET).

### **Larissa Barbosa da Silva**

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

### **Lívia Braga de Sá Costa**

Docente do curso de Psicologia da Centro Universitário UNIESP. doutoranda em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Psicologia e graduada em Psicologia e Letras pela UFPB.

### **Luana Carvalho Borges**

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Bacharel em Saúde Interdisciplinar pela UFRB, bolsista de iniciação científica voluntária.

### **Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa**

Docente do curso de Psicologia e de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Desenvolvimento Infantil e Processos Psicossociais (LEDIPPSI/UNIVASF). Membro do GT da ANPEPP: Parentalidade e desenvolvimento infantil em diferentes contextos. Doutora e mestra em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

### **Luziane de Fátima Kirchner**

Docente do curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Coordena o Laboratório de Estudos do Comportamento em Saúde (LECS). Membro do GT ANPEPP (Psicologia da Saúde em Instituições e na Comunidade) Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Análise do Comportamento pela UEL, Graduada em Psicologia.

### **Maria do Socorro Sales Mariano**

Docente do curso de Psicologia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestre em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

### **Maria Tarciana de Almeida Barros**

Docente do curso de Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Doutora e mestra em Psicologia Cognitiva pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco (UFP). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

### **Marília Fonseca da Silva**

Graduanda de Psicologia na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Integrante do Laboratório de Estudos em Desenvolvimento e Processos Psicossociais (LEDIPPSI). Bolsista PIBIC.

### **Marya Klara Rodrigues Constantino**

Graduanda de Psicologia na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Integrante do Laboratório de Estudos em Desenvolvimento e Processos Psicossociais (LEDIPPSI) e do Laboratório de Aprendizagem-Desenvolvimento e Processos Psicossociais (LDAPP). Bolsista PIBIC.

### **Marla Niag dos Santos Rocha**

Docente do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CCS/UFRB). Docente do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia FAMED/UFBA. Mestre pelo Mestrado Profissional em Saúde da Família (UFRB/ABRASCO). Especialização em Ginecologia e Obstetrícia pelo Programa de Residência Médica do Complexo Hospitalar Universitário Professor

Edgar Santos (C-HUPES)/Maternidade Climério de Oliveira. Coordenadora docente da liga Acadêmica de Ginecologia e Obstetrícia do Recôncavo da Bahia (LAGORB).

### **Nara Maria Forte Diogo Rocha**

Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará Campus Fortaleza (UFC). Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC) campus Sobral/CE. Doutora em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC) com sanduiche na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto-Portugal. Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e graduada em Psicologia pela UFC.

### **Rafaela Aparecida Gomes**

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e membro do Núcleo de Estudos em Interação Social, Desenvolvimento Infantil e Processos Educacionais (NEISDI/UFPB).

### **Sibele de Oliveira Tozetto**

Docente do Programa de Pós-Graduação Profissional (Mestrado) em Tecnologias em Saúde da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Docente do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Pós-Doutora em Biologia do Desenvolvimento (Embriologia) pela Universidade de São Paulo (USP), doutorado e mestrado em Biologia Geral pela Eberhard Karls

Universität Tübingen (Alemanha) com ênfase no desenvolvimento (Embriologia). Graduada em Biologia do Desenvolvimento pela Eberhard Karls Universität Tübingen (Alemanha). Supervisora liga Acadêmica de Ginecologia e Obstetrícia do Recôncavo da Bahia (LAGORB).

### **Simone Seixas da Cruz**

Vice coordenadora do Mestrado em Saúde da Família (ABRASCO/UFRB). Docente do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CCS/UFRB). Pós-doutora em Epidemiologia pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC-UnB), doutora e mestre em Saúde Coletiva (Epidemiologia) pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA).

### **Tatiane Bombassaro**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB – Campo Grande/MS). Especialista em Neuropsicologia pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), Graduada em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB – Campo Grande/MS).

### **Thalita Evangelista da Silva**

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Pós-graduada em Terapia Cognitivo-Comportamental pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS).

### **Thalita Lays Fernandes de Alencar**

Doutora em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (PPGPS/UFPB), com sanduiche na Universidade do Porto-Portugal. Mestre em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (PPGPS/UFPB). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

### **Victoria Giulia Soares Locce da Silva**

Graduanda em Medicina pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Presidente da Liga Acadêmica de Ginecologia e Obstetrícia do Recôncavo da Bahia (LAGORB). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ginecologia e Obstetrícia do Recôncavo da Bahia (GEP-LAGORB) e monitora da disciplina Biociências. Integra a gestão da Associação Atlética Acadêmica de Medicina (AAAM-UFRB).